



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – ICHF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL – PPGH

JOSÉ VALDENIR RABELO FILHO

*A “Princesinha do Norte” em tempos de autoritarismo:
legitimidade, consenso e consentimento (Sobral-CE/ 1964-1979)*

Orientadora: Profa. Dra. Denise Rollemberg Cruz

Niterói-RJ, 2014

JOSÉ VALDENIR RABELO FILHO

A “Princesinha do Norte” em tempos de autoritarismo: legitimidade, consenso e consentimento (Sobral-CE/ 1964-1979)

Dissertação apresentado ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Denise Rollemberg Cruz

Niterói-RJ, 2014

JOSÉ VALDENIR RABELO FILHO

A “Princesinha do Norte” em tempos de autoritarismo: legitimidade, consenso e consentimento (Sobral-CE/ 1964-1979).

Aprovada em 30 de abril de 2014

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Denise Rollemberg Cruz – Orientadora
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof^ª. Dr^ª. Lucia Grinberg – Arguidora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^º. Dr. Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone – Arguidor
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof^ª. Dr^ª. Cecília Azevedo – Suplente
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof^º. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho – Suplente
Universidade de São Paulo – USP

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

R114 Rabelo Filho, José Valdenir.

A “Princesinha do Norte” em tempos de autoritarismo: legitimidade, consenso e consentimento (Sobral-CE / 1964-1979) / José Valdenir Rabelo Filho. – 2014.

201 f. ; il.

Orientador: Denise Rollemberg Cruz.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.

Bibliografia: f. 205-212.

1. Autoritarismo. 2. Legitimidade. 3. Consenso (Ciências Sociais). 4. Consentimento (Direito). I. Cruz, Denise Rollemberg.

II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 321.90981

RESUMO

A dissertação propõe recuperar os momentos imediatos que antecederam ao golpe civil militar de 1964 contra João Goulart, e os momentos que se sucederam com a interrupção do processo democrático. Sobre este aspecto, o trabalho aborda a participação da sociedade civil cearense na construção do Estado autoritário. A partir da análise de um contexto *microsocial*, analisa-se como as relações de consenso e consentimento concorreram para a legitimação e perpetuação da ditadura. A fim de perceber como experiências locais se inscreveram em dimensões mais alargadas da vida política nacional, o trabalho promove constantes *jogos de escala* e, nesta medida, perscruta experiências forjadas em Sobral, média cidade do sertão Norte cearense, e em Fortaleza, capital do Estado. Promovendo a análise combinada de conjuntos documentais diversificados, o texto problematiza histórias e memórias que mitificam um passado que não foi e identidades sociais somente hoje aspiradas. Ou seja, ao tratar as relações de consenso e consentimento, pretende-se contribuir para a superação de discursos que estruturam uma *arquitetura simplificada* a partir de bases binárias: ditadura x sociedade; civis x militares. Os supostos tempos de *trevas* e de *chumbo*, como se verá ao longo do texto, significaram anos de *luzes* e de *ouro* para não poucos grupos sociais.

Palavras-chave: autoritarismo, legitimidade, consenso e consentimento.

RÉSUMÉ

La thèse se propose de récupérer les moments immédiats précédentes coup d'Etat militaire de 1964 contre civile João Goulart , et les moments qui ont suivi avec l'interruption du processus démocratique. À cet égard, le travail porte sur la participation social civile de Ceará construction dans l'État autoritaire . De l'analyse d'un micro contexte est analysé comme des rapports de consensus et le consentement ont contribué à la légitimation et la perpétuation de la dictature. Afin de comprendre comment les expériences locales inscrits dans des dimensions plus larges de la vie politique nationale, le travail favorise jeu constant d'échelle et, dans cette mesure, scrutant expériences forgées à Sobral, ville du nord moyenne de l'arrière-pays Ceará, et Fortaleza, la capitale de l'Etat . Promouvoir l'analyse combinée de divers ensembles de documents, le texte discute des histoires et des souvenirs qui mythifier un passé qui n'a pas été et ne aspiré aujourd'hui identités sociales. C'est à dire, d'aborder la relation de consensus et de consentement, nous avons l'intention de contribuer à surmonter les discours que la structure d'une architecture simplifiée de bases binaires: société x dictature ; civils x militaires. Le temps supposé de l'obscurité et de plomb, comme on le verra dans le texte signifiait années de lumières dorées et pas seulement les groupes sociaux.

Mots-clés: l'autoritarisme, la légitimité, le consensus et le consentement .

AGRADECIMENTOS

Ao meu avô Edgard, *in memoriam*, pelo exemplo de humanidade e pelo aprendizado de vida. As lembranças dos momentos vividos, hoje mais do que nunca, orientam a contemplação do mundo a partir do que ele tem de mais belo.

À Maria José, minha avó, pelo exemplo de retidão e pelo apoio.

Aos meus pais, Valdenir e Mahilta, pelo respeito às minhas escolhas e por também se empenharem para a realização de minha formação acadêmica. Suas trajetórias de vida inspiram-me a vencer obstáculos e a acreditar no amanhã.

Aos meus irmãos, Rodrigo, Fabíola e Camila, pelo respeito, companhia e palavras de conforto.

À Luana, minha sobrinha, pelo poder de encantamento e pelas formas simples que tem de ensinar a “gente grande” a viver. Espero que cresça em um mundo melhor, que seja exitosa nas suas escolhas, e que assim possa sempre trazer novas alegrias para os seus pais e demais familiares.

Ao Wellington, meu cunhado, pela boa companhia.

Ao Maurício e Helenilda, meus sogros, pela estima e confiança.

À Talyne, minha esposa, amiga, e parceira incondicional. Minha leitora pontual, minha historiadora preferida. Corajosa, topou recomeçar a vida no Rio de Janeiro, essa cidade maravilhosa que encanta e inspira. Desafiadora, se propôs a superar a distancia dos pais e seguir pelo mundo. Sem sua presença, tudo seria diferente.

Aos amigos Luis Carlos e Isabelle, pela boa acolhida em Sobral, pelas conversas sempre divertidas e pela estimada companhia.

Aos amigos historiadores Carlos Augusto, Edvanir Maia, Telma Bessa, e Viviane Prado, pelas diferenciadas contribuições que deram para a realização da pesquisa.

Aos estimados amigos Adroaldo Almeida, André Furtado, Gabriel Vitorino, Giuliana da Matta, Juliana Oakim e Moisés Corrêa, pelas boas companhias e pela oportunidade de vivenciar, de forma sempre descontraída, debates do mais alto nível às mesas de bar na Cantareira. Arena importante para o prolongamento dos debates iniciados em sala de aula, tal espaço foi sistematicamente ocupado, e os diálogos costurados de forma mais aberta, pois dispostos a certos experimentos.

Aos colegas de cursos, que contribuíram para ativar os debates e, assim, fizeram os encontros disciplinares ainda mais ricos. A este respeito cabe destacar os colegas Marcelo Néder, Rodrigo Marreto, Juliana Muylaert, Jougi Guimarães, Kátia Krause, Éric Assis, Lívia Monteiro, dentre outros.

Aos professores Jorge Ferreira, Hebe Mattos, e Gisele Venâncio, pela oportunidade de vivenciar ricos e primorosos debates ao longo dos cursos oferecidos em 2012, o que, por vezes, contribuiu para reposicionar problemas e possibilidades para o desenvolvimento da pesquisa.

À eficiente e atenciosa equipe do PPGH-UFF, que de forma muito cordial sempre se posicionou de modo a facilitar o atendimento de minhas diversas questões a respeito dos pormenores das exigências do programa.

À Banca, pelas sugestões, críticas e incentivos quando de minha qualificação. À professora Lúcia Grinberg pela leitura atenta, minuciosa, gentil, rica em sugestões. Suas contribuições foram fundamentais o aperfeiçoamento da escrita, e para a contemplação de questões ainda não previstas pela pesquisa. À professora Karla Carloni, pela leitura generosa, pelas críticas, sugestões e estímulos.

Registro, ainda, agradecimentos especiais ao diretor do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Márcio Porto, por ter facilitado o acesso aos documentos que interessavam à pesquisa ainda quando questões estruturais do espaço impunham certos obstáculos. Ao Paulo, estendo os meus agradecimentos. Ao Mário Albuquerque, presidente da Associação Anistia 64/68, em Fortaleza. À Valéria, do Arquivo Nacional (AN), no Rio de Janeiro. Aos funcionários da Biblioteca Nacional (BN).

Um agradecimento muito especial à minha orientadora, Denise Rollemberg, pelo largo sorriso com que me recebeu pela primeira vez, por acreditar no projeto, pela palavra sempre amiga, e por contribuir para o contínuo aperfeiçoamento da pesquisa. A oportunidade de participar de um curso realizado pela mesma no segundo semestre de 2012, bem como as generosas orientações que se sucederam ao longo dos dois anos, foram determinantes para o amadurecimento de questões que até então não estavam previstas no projeto. Sou grato, ainda, pelos inúmeros livros emprestados, pelas ligações e mensagens atenciosamente respondidas, e, por fim, pela amizade e compreensão.

Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudos ao longo dos dois anos de mestrado, o que, por vezes, viabilizou a elaboração desta dissertação.

A meu grande amigo e avô,
Edgard Ferreira da Silva (*in memoriam*).
À pequena Luana que, com a arte de se saber criança, faz nossos dias mais felizes.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AABB – Associação Atlética Banco do Brasil

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ACL – Academia Cearense de Letras

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

AP – Ação Popular

APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASEL – Academia Sobralense de Estudos e Letras

BDR – Bloco Democrático Renovador

BN – Biblioteca Nacional

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CEC – Centro Estudantal Cearense

CENORTE – Companhia de Eletrificação do Norte Cearense

CES – Centro Estudantal Sobralense

CFTED – Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano

CIDAO – Companhia Industrial de Algodão e Óleo S/A.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COSMAC – Companhia Sobralense de Materiais de Construção

DOI-CODI – Destacamentos de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG – Escola Superior de Guerra
ESG – Escola Superior de Guerra
FAB – Força Aérea Brasileira
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FMP – Frente de Mobilização Popular
FNC – Frente Nacionalista do Crato
GO – Grupo de Obuses
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IC – Instituto do Ceará
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
ISOPASA – Indústria Sobralense de Calçados S/A
LASSA – Indústria de Laticínios Sobralenses
MCD – Movimento Cívico Democrático
MCMC – Movimento Cívico da Mulher Cearense
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MGP – Movimento Guardião da Pátria
MIS – Museu da Imagem e do Som
NEDHIS – Núcleo de Estudos e Documentação Histórica
NUDOC – Núcleo de Documentação Cultural
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PE – Polícia Estudantil
PRP – Partido de Representação Popular
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
RM – Região Militar

RVC – Rede de Viação Cearense

UCF – União Cívica Feminina

UCLA – Universidade da Califórnia

UDN – União Democrática Nacional

UPCR – União Parlamentar Revolucionária do Ceará

USAID – United States Agency International Development

LISTA DE MAPA, QUADROS E IMAGENS

MAPA

Mapa do Ceará. Regiões Metropolitanas e Microrregiões Administrativas	29
---	----

QUADROS

Quadro 1: União Parlamentar Revolucionária do Ceará – UPRC	111
Quadro 2: Comissão Executiva Regional – ARENA/ Seção Ceará	124

IMAGENS

Figura 1: “Humorismo” anticomunista	57
Figura 2: Cartaz de campanha eleitoral do ano 1962 na cidade de Sobral	77
Figura 3: Documento apresentado pelos vereadores da Câmara Municipal de Sobral ao Comandante da 10ª Região Militar	78
Figura 4: Bandeira do Município de Sobral (1972)	165
Figura 5: Imagem aérea do Palácio da Abolição	171
Figura 6: Monumento ao ex-presidente Castelo Branco	176

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Negar o passado, construir o presente	17
---	----

CAPITULO I

A construção social do golpe de 31 de março de 1964: memória e imaginário social	25
---	----

1.1. Do radicalismo ao golpe	30
1.2. Catolicismo e anticomunista como traços da “Princesinha do Norte”	44
1.3. A sociedade sobralense e as redes de consentimentos	54
1.4. Desafeição e disputas de/pelo poder	75

CAPÍTULO II

A ditadura que mudou a “Princesinha do Norte”	87
--	----

2.1. “Porta-vozes” da “revolução” na mira de tramas golpistas	91
2.2. Modernização conservadora e autoritária	97

2.3.	Extinção dos partidos políticos e novas formas de apoio ao Estado autoritário	109
2.4.	Jogos de poder e o processo fundador do “partido da revolução”	120
2.5.	Redefinindo trajetórias: profissionalização política em tempos de autoritarismo	126
2.6.	Disputas pela ARENA: o caso <i>bicameral</i>	133
2.7.	<i>Unidos para modernizar, alinhados para governar: tempos de luzes na “Princesinha do Norte”</i>	145

CAPÍTULO III

	História, memória e historiografia: o mito da resistência e os desafios para o estudo da ditadura civil militar	151
3.1	Memória, história e historiografia: o mito da resistência	153
3.2.	O Sesquicentenário da Independência e o culto ao “herói revolucionário”	163
3.3.	A “Princesinha do Norte” e o “milagre econômico”: desenvolvimentismo e o seu reverso	179
3.4.	Resistência: problemas, desafios, e possibilidades	192
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
	FONTES	202
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205

APRESENTAÇÃO

Negar o passado, construir o presente

Ainda hoje, no Ceará, as abordagens historiográficas tendem a tratar a ditadura a partir das experiências de *resistência* ao Estado autoritário. As raízes dessas perspectivas de abordagens estão fincadas no largo uso de testemunhos orais, e numa clara tendência à tomada da memória como sinônimo da história. Por julgarem os testemunhos como essencialmente reveladores de um tempo passado, tais perspectivas reduplicam modos de percepção do social processados no campo da memória.

Tais tendências se inclinam a reproduzir os relatos de memória sem observar a crítica que deve ser dirigida ao testemunho, esta representação de um passado constituída no presente para mostrar uma ausência e tornar sensível uma presença. Enquanto “visões do passado” os testemunhos são construções, e somente se elaboram numa complexa rede de relações entre a experiência vivida e o passado pretendido como memória a ser tornado presente e acatado como discurso de autoridade. Esse “dever de memória”, elaborado no momento posterior à ditadura, pretendendo conservar uma lembrança pelo “Nunca Mais!”, tende a tomar o testemunho como instrumento de verdade e a identidade do sujeito que narra como um todo coerente, unificado no tempo.

Conforme sugere Beatriz Sarlo,

A confiança nos testemunhos das vítimas é necessária para a instalação de regimes democráticos e o enraizamento de um princípio de reparação e justiça. (...) esses discursos testemunhais, sejam quais forem, *são discursos e não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável*.¹ [Grifos nossos]

É válido esclarecer que parte dos trabalhos que tratam sobre os tempos de autoritarismo no Ceará, mobilizam testemunhos produzidos pela *Associação Anistia 64/68*², pela *Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou (CEAWS)*³, ou por personagens vinculados, de formas diferenciadas, a tais entidades.

A *Anistia 64/68* foi fundada por ex-presos políticos no ano 2000, e desde então passou a cobrar do governo do Estado do Ceará políticas de reparações para as vítimas da ditadura, bem como a promover eventos memorativos em referência aos anos de *chumbo*. A *Comissão de Anistia*, por outro lado, foi criada em 10 de janeiro de 2002, pela Lei estadual nº. 13.202, e surgiu como resposta às contingências políticas formatadas em âmbito local e nacional⁴. Hoje, a mesma guarda as memórias dos cearenses *vitimados* pela força do Estado autoritário brasileiro.

Os testemunhos das *vítimas*, tomados como discurso de prova jurídica para o encaminhamento das indenizações, são manobrados por ambas as instituições para o empreendimento de uma memória pelo “Nunca Mais!”. Esses “atos de memória”, de acordo ainda com Beatriz Sarlo, “apoiados às vezes pelo estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade”⁵, são peças centrais para a afirmação dos valores que regem a democracia. Por outro lado, esses mesmos testemunhos, quando tomados como

¹ Para um debate mais refinado sobre a importância da crítica dos testemunhos, ver: SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 47.

² A instituição promove assessoria jurídica aos ex-presos políticos que têm interesse de recorrer ao Estado reparação pecuniária. A mesma é detentora de um acervo documental constituído de cópias de processos movidos na Justiça Militar ao longo da ditadura. Hoje a instituição é uma das principais articuladoras dos eventos que tratam o tema da ditadura no Ceará.

³ Essa instituição é responsável por receber e julgar os pedidos de indenização às pessoas que foram detidas nos órgãos de segurança do Estado do Ceará no período entre 1961 e 1979. A mesma recebeu o nome da advogada cearense Wanda Sidou, conhecida no período como defensora dos ex-presos políticos. Hoje a instituição mantém a guarda de acervos diferenciados, dispendo de entrevistas, relatórios, cartas, fotografias e demais registros documentais apresentados por ex-presos políticos quando de suas requisições de reparações pecuniárias ao Estado do Ceará. Os documentos estão dispostos em dossiês nominais e disponíveis para a pesquisa na Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado. Estima-se em 220 o número de dossiês.

⁴ Hoje, as duas instituições são presididas pelo ex-presos político Mário Miranda de Albuquerque Filho. Em fins de 1960 e início de 1970, Mário Albuquerque atuou pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), vindo a ser preso em 1971, no estado de Pernambuco.

⁵ SARLO, Beatriz. *Op. Cit.* 2007, p. 20.

objetos para a história, precisam ser problematizados, abordados como discursos, como objetos passíveis de reflexão e crítica. Afinal, uma vez tornado possível pelo acesso à memória, os testemunhos são habitados por zonas de esquecimento e enquanto discursos correspondem menos ao passado do que a uma forma presente do passado.

A crítica ao testemunho não pretende desautorizá-lo como discurso de prova, mas sim, permitir reflexões sobre suas complexidades, sobre a coerência pretendida pela narrativa, sobre as identidades dos sujeitos, sobre os silêncios da memória.

Muito embora os testemunhos de ex-presos políticos e a documentação produzida pelos próprios tenham sido largamente mobilizados por historiadores, é interessante observar a existência de uma massa de material escrito produzido por instituições as mais variadas, que estão disponíveis para a pesquisa, e que ainda carecem de análise. Atas de reuniões, pronunciamentos, documentos de partidos políticos, manifestos e programas de governo, cartas, dentre outros registros oficiais, que “seguiram ou antecipavam o correr dos acontecimentos”⁶, também devem interessar à pesquisa histórica.

Instituições referenciadas pelo senso comum como “baluartes” do processo de *transição*, que se destacaram na luta em defesa do projeto de anistia e pelo fim da ditadura, nem sempre ocuparam estes lugares. Sobre este aspecto vale referenciar os estudos desenvolvidos pela historiadora Denise Rollemberg sobre a Associação Brasileira de Imprensa (ABI)⁷ e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)⁸, por exemplo.

Em diálogo com Daniel Aarão Reis, a historiadora afirma que o ano de 1979, marco de um longo processo de distensão do regime ditatorial, pode ser compreendido pelo expresso sentido de *conciliação* encetado pela Lei de Anistia, aprovada em agosto daquele ano. “Entre perdão e esquecimento”, o retorno para casa e o despejo de um inquilino “indesejado”, empreendia-se a formulação de uma memória dos *anos de chumbo*, dos *porões da ditadura*, de um regime *imposto* pelos militares. Os espaços das

⁶ Ibidem, p. 61.

⁷ Para este caso ver: ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____; QUADRAT, Samantha. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 97-144. (vol. II: Brasil e América Latina).

⁸ ROLLEMBERG, Denise. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96.

experiências eram negados em detrimento dos horizontes de expectativas.⁹ Os *anos de ouro* perdiam o brilho, e a sombra de um metal pesado e cinzento ganhava forma. De acordo com Denise Rollemberg

A partir dali, a sociedade construía a imagem de si mesma como essencialmente democrática, que repudiara o arbítrio, desde o início, desde sempre, numa luta intransigente contra os militares. Na verdade, o *golpe* tinha sido *militar*; a *ditadura*, *militar*; o regime *imposto*; a sociedade, *vítima*.¹⁰ [Grifos no original]

Esse empreendimento de memória tendeu a absolver a sociedade brasileira de qualquer responsabilidade com o Estado autoritário. Contra a ditadura *militar*, a sociedade civil *resistiu* permanentemente. A construção desse discurso, que opõe sociedade e ditadura, atuou como vetor na orientação da coesão dos grupos sociais e das instituições, e esse “trabalho de enquadramento da memória”¹¹ tendeu a construir uma arquitetura simplificada erguida pelo binômio *vítima* e *algoz*, um oposto ao outro.

A presente pesquisa, nesta medida, pretende escapar ao binarismo e refletir as complexidades dos comportamentos, perceber como o golpe de Estado de 1964 foi socialmente construído, e como as relações de *consenso* constituíram-se, em graus variados, como forças importantes para a perpetuação do Estado autoritário por prolongados anos.

De modo a contemplarmos tais propósitos, privilegamos o estudo de um contexto *microsocial*. Nosso foco de análise, assim, recai sobre as experiências sociais forjadas em Sobral, média cidade do sertão Norte cearense, e popularmente referenciada como “Princesinha do Norte”¹². De modo que seja possível tornar o campo investigativo o quanto mais complexo para que possamos testar as categorias de análises que interessam à pesquisa, refletimos a respeito das relações entre as particularidades políticas forjadas no sertão Norte, e em Fortaleza, capital cearense. Ainda, buscamos pensar de que forma o quadro variado de experiências pode ser lido a

⁹ Para este caso ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. O diálogo com Koselleck será mais bem explorado no 3º capítulo desta dissertação.

¹⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* 2010, p. 100.

¹¹ Para este caso ver: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.º. 3, 1989, p. 07.

¹² A antonomásia, figura de linguagem que substitui o nome por um referente, é utilizada de forma recorrente pela imprensa para apresentar Sobral como uma cidade distinta no sertão do Ceará. Tal figura de linguagem é também usual por intelectuais dedicados ao estudo da cidade. Faremos uso do termo sempre para situar a tradição cristã e anticomunista da sociedade sobralense. Como será possível observar, tais valores concorreram para orientar os comportamentos sociais em tempos de ditadura.

partir da percepção das acomodações e disputas tramadas no cenário nacional ao longo da ditadura.

Conforme sugere o historiador Jacques Revel, “variá-la não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa [isto sim] modificar sua forma e sua trama”.¹³ Nesta medida, os *jogos de escala* articulados ao longo do texto pretendem contemplar as especificidades históricas do lugar, e, por conseguinte, refleti-las a partir de variáveis diversificadas.

A média cidade que propomos analisar nos interessa por três motivos específicos: a) primeiro pela existência de um discurso ufanista que conforma a sua história e a de seu povo; b) segundo, pelo fato de existirem imagens e representações ambíguas e conflitantes a respeito de sua formação e seu desenvolvimento ao longo dos tempos: é lugar comum o fato de a formação da cidade ser marcadamente pautada por uma tradição católica romanizada e da mesma possuir traço anticomunista evidente; por outro lado, certo dissenso evidencia que ao longo da ditadura a face conservadora ficou em suspenso e, nesta sociedade, floresceu certa “cultura de resistência” ao Estado autoritário, sendo possível, por sinal, o abrigo pacífico de comunistas e de opositores do regime na cidade; c) enquanto para alguns setores da sociedade sobralense ao longo da ditadura *militar* se viveu tempos *sombrios*, para alguns historiadores, se vivenciou tempos de luta contra uma ditadura que se fez imposta, de cima para baixo.

Estranho à sociedade, o regime autoritário se manteve no tempo ora pelo uso da força, ora pelas conquistas de uma máquina de propaganda eficientemente capaz de “cooptar” as “massas” e, nesta medida, arregimentar certa simpatia por parte de setores reduzidos da sociedade. *Negar o passado* parece ser oportuno para construir o *presente*, para pacificar as ambivalências e as tramas colaboracionistas.

As páginas que se seguem, então, pretendem apresentar um quadro mais complexo, de modo que seja possível perceber, numa constante menos dicotômica, as relações entre ditadura e sociedade.

Nesta medida, ao longo do primeiro capítulo refletimos os enfrentamentos entre esquerdas e direitas no Ceará nos instantes que antecederam ao golpe de Estado de 31 de março de 1964. Compreender as disputas de poder e a tendência ao radicalismo protagonizado por diferenciados grupos será importante para analisarmos a presença popular na construção do golpe e na legitimação da ditadura. O estudo do imaginário

¹³ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL Jacques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

anticomunista interessará para compreendermos as orientações assumidas pela sociedade sobralense e sua adesão à via autoritária como possibilidade para a manutenção dos valores e tradições cristãs que, supostamente, se viam ameaçadas com a política de Estado conduzida por João Goulart.

No segundo capítulo promovemos um debate sobre a modernização conservadora e autoritária encetada pela ditadura. Como será possível observar, a protagonização do cearense Humberto de Alencar Castelo Branco como “chefe revolucionário” e, posteriormente, como Presidente da República orientou o fortalecimento das relações de consenso com o Estado que se constituiu proclamando a defesa dos valores de democracia e da Carta Constitucional. Muito embora tenha sido esse o argumento justificador, ainda sob o governo do marechal Castelo Branco a ditadura foi legalizada por uma série de Atos Institucionais que, de formas diferenciadas, impuseram sanções às liberdades democráticas e incidiram diretamente sobre a ordem de direitos políticos e de cidadania. Ainda assim, os apoios populares mantiveram-se e reorientaram-se de forma a se acomodarem à onda autoritária que foi mantida num crescendo ao longo dos anos.

No terceiro capítulo, problematizamos o mito de uma resistência democrática pretendido como imagem refletida da sociedade sobralense. Consideramos que a suposta “cultura de resistência” impede o acesso a uma complexidade de comportamentos, bem como, amplia as zonas sombreadas e que servem como campos de silêncios pretendidos por não poucos setores sociais: *não tivemos nada a ver com a ditadura militar; a mesma foi imposta ou, por outro lado, conseguiu manipular grupos sociais minoritários; contra a ditadura resistimos/resistiram...* Contra este lugar comum a presente pesquisa pretende levantar novos problemas e oferecer respostas possíveis.

De modo a cumprir com a agenda de pesquisa em pauta, compulsamos séries documentais diversificadas e produzidas por instituições as mais variadas.

O trabalho com o periódico católico sobralense *Correio da Semana*, permitiu acessar imagens e representações do cotidiano da “Princesinha do Norte”, os conflitos diários guardados em papel e tinta, os discursos e símbolos mobilizados a conformação de imaginários e relações consensuais em tempos de ditadura. O tratamento dos diários *Correio do Ceará*, *Unitário*, *Gazeta de Notícias*, *O Povo*, e *O Estado de São Paulo*, por outro lado, permitiram perceber como as vivências locais podem ser inscritas no campo de experiências coletivas e articuladas com contextos macro-históricos. A consulta dos diversos números que se fizeram importantes para a pesquisa somente foi possível a

partir do acesso a arquivos localizados em Sobral – na Cúria Diocesana e no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica –, em Fortaleza – na Biblioteca Governador Menezes Pimentel –, e mesmo no Rio de Janeiro – na Biblioteca Nacional.

O acesso ao *Acervo Virgílio Távora* – mantido sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Ceará –, permitiu a aproximação com documentos oficiais de entidades partidárias, bem como, correspondências partilhadas entre diversas lideranças políticas que, de formas diferenciadas, consentiram o golpe e legitimaram a ditadura. De tal acervo, compulsamos registros que documentam os pormenores da vida política cearense e suas complexidades. Foi importante observar as acomodações e os trânsitos promovidos por grupos políticos profissionais após o início da ditadura e, principalmente, suas escolhas após as sanções impostas pelo regime.

Da Câmara Municipal sobralense compulsamos atas de reuniões, projetos de lei, leis, requerimentos e correspondências. A partir de tais registros foi possível acessar os conflitos e conchavos políticos tramados em tempos de autoritarismo. As menções laudatórias à ditadura, e o conagraçamento de líderes militares com títulos honoríficos permitiu perceber o tom das relações entre as classes políticas locais e a ordem política vigente.

Consultamos, ainda, revistas do *Instituto do Ceará* e verificamos a participação dos intelectuais vinculados a tal entidade na organização do Sesquicentenário da Independência e nas honras aos militares que estiveram na liderança do Executivo Nacional ao longo dos anos. Geógrafos, historiadores, antropólogos, dentre outros profissionais, em momentos distintos e de forma descontínua, propagandearam a agenda cívica e patriótica reclamada pelo projeto político ditatorial.

Da *Associação Anistia 64/68*, enfim, compulsamos inquéritos policiais militares que abordam experiências históricas forjadas na região Norte cearense.

No ano em que se completa 50 anos do golpe de 1964, enfim, a presente pesquisa pretende contemplar outras referências dos tempos autoritários. Desejamos pensar menos a estreita relação entre *opressores* e *oprimidos*, e mais as íntimas relações entre a sociedade, a ditadura, e os ditadores.

Não é demais marcar que nos opomos à ditadura. Não pretendemos minimizar os casos de torturas, mortes, as violações de direitos... Seria um equívoco se assim o fizéssemos.

Consideramos, por fim, que somente é possível entender a experiência autoritária se nos propusermos a pensar nela, se refletirmos sobre a forma como a mesma foi tramada e de que maneira encontrou condições para se perpetuar no tempo.

Encontrar grupos da sociedade civil colaborando com a ditadura, aderindo à política de Estado e consentindo a violação de direitos, mais que abismar, deverá permitir compreender a via autoritária como uma resultante de forças sociais e históricas presentes no horizonte de expectativas de homens e mulheres passados e presentes.

CAPÍTULO I

A construção social do golpe de 31 de março de 1964: memória e imaginário social

Tem sido frequente em sociedades que passaram por regimes autoritários ou ditaduras, sucedidos por regimes democráticos, a construção de uma memória segundo a qual o autoritarismo só foi possível em função de práticas coercitivas e manipulatórias. Por muito tempo, a ênfase das abordagens das experiências esteve no poder das forças coercitivas; o ângulo de observação do historiador, o Estado; o objeto a ser buscado e valorizado, a resistência. O principal problema que as interpretações colocaram, provavelmente, é não ter compreendido os regimes autoritários e as ditaduras como produto social.

Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, *A Construção social dos regimes autoritários*, 2010.

Era março de 1964. Pelas ruas de terra, Francisco das Chagas Sabóia corria para casa chorando, “segurando no braço do irmão”.¹⁴ A ladainha popular fazia ressoar que os “comunistas tinham o intuito de matar todas as crianças”, que estavam à solta. Na escola, o menino tomou conhecimento da ameaça. A conversa de “gente grande”, que já circulava também entre os professores, acidentalmente ou não, caiu na boca da meninada, ficando, assim, disposta às “traquinagens”.

Com medo, chorando, o pequeno “Chiquinho” – como era carinhosamente chamado Francisco Sabóia – correu para casa. Aceleradamente, serpenteou as ruas da cidade, passando pela calçada da Igreja São Francisco, e rumou para o casarão de dois pavimentos que ficava logo ali, nas proximidades do mercado público da cidade. Assim que entrou em casa, caiu nos braços da mãe, dona Maria de Lourdes Sabóia. Chorando, contou-lhe o que ouviu na escola.

Apreensiva, a mãe tentou acalmar o menino. Enquanto consolava-o, logo recordou das histórias que corriam na boca miúda sobre a existência de comunistas na cidade, os quais, ainda nos anos 1950, com o agravamento de um prolongado período de estiagem, promoveram saques no mercado público da cidade. O nome do carcereiro Chagas Albertino logo lhe ocorreu. Nas conversas de fim de tarde nas calçadas, bem como, nas rodas de conversas no Beco do Cotovelo¹⁵, comentava-se que o mesmo estivera envolvido com os saques, que era comunista, e, recorrentemente, mantinha reuniões em sua residência.

Com o rosário em mãos, dona Maria fechou porta e janelas que davam para a rua, dispersou a meninada rumo ao quintal da casa, e ficou na sala, a aguardar o esposo, o professor de matemática Antônio de Sabóia Barros.

Além da matemática, sua especialidade, o professor dominava ainda o francês, e conhecia bem a filosofia ocidental. Vez ou outra ministrava também aulas de português. Pelo menos dez anos de sua formação educacional ocorreu no Seminário Diocesano, com estágios entre o litoral e o sertão. Antonio não chegou a ser ordenado, preferiu seguir a vida como professor, constituir numerosa família.

¹⁴ Francisco das Chagas Sabóia. Sobral, CE, novembro de 2006. Entrevista realizada pelo autor e pela historiadora Edvanir Maia da Silveira.

¹⁵ Viela de passagens entre pontos comerciais no centro da cidade. O lugar de passagens resulta do desenvolvimento não planejado da cidade, e, por isso, de construções com posicionamentos irregulares, comum no sertão cearense na primeira metade do século XIX. Em formato de arco, o espaço é popularmente conhecido como Beco do Cotovelo, e hoje, como há muitos anos, abriga bares e casas de jogos e outros pontos comerciais. Popularmente considera-se o Beco o *coração político* da cidade. É lá onde o falatório popular corre solto, onde se vende e se compra de tudo, onde se trata a vida cotidiana da cidade.

Encantado com o ritmo de vida da capital do Estado, com o clima ameno do litoral, Antônio de Sabóia sonhou um dia poder fixar residência por lá. Já casado, resolveu fazer viagem à Fortaleza acompanhado de sua esposa. Ainda nos primeiros dias, Maria de Lourdes logo reclamou ao marido que achava tudo ali muito difícil ¹⁶, e que preferia mesmo era o sertão.

Antonio compreendia, no entanto, que a vida no interior do Estado implicaria uma série de limitações. O mesmo desejava legitimar-se como professor, além do que, pretendia oportunizar aos filhos condições favoráveis para a formação educacional. Com a negativa da esposa sobre o possível deslocamento para a capital do Estado, o professor logo traçou novos planos.

Pela paisagem sertaneja, boatos corriam de que uma “Princesa do Norte” desenvolvia-se a passos largos. Imagens e representações de sua “opulência e tradição” atraíam as gentes. Cidade moderna, equipada com sala de cinema, com teatro garboso em estilo neoclássico, escolas religiosas, hospital dirigido pela diocese, abrigo destinados aos pobres e comandado por homens de batina, academia de homens letrados, cujas cadeiras eram, invariavelmente, ocupadas por homens diocesanos. A presença da Igreja era marcante naquelas paragens. Dir-se-ia mesmo que a cidade nascera à sombra das torres dos templos católicos. Como estudante, Antonio de Sabóia estudara por lá, no Seminário Diocesano, e, por isso, conhecia bem a cidade, sabia de sua tradição, dos discursos e ações político-religiosas que conformavam o seu papel de “destaque” no sertão.

Na “Princesa do Norte”, a figura de um “bispo conde” parecia regular os ímpetus mefistofélicos ¹⁷ aspirados com a modernidade. Claro, distante das sombras das torres das igrejas, a vida cotidiana corria de forma a desobedecer às tentativas de regulação, principalmente do lado de lá dos trilhos. O badalar dos sinos nem sempre eram ouvidos como indicadores da ordem de obediência e fé. Além do que, “opulência e tradição” expressavam-se, fundamentalmente, como figuras de retórica manobrada pelas elites como recursos simbólicos dos seus projetos de distinção e poder na paisagem cinza do sertão.

¹⁶ De modo a melhor compreender a trajetória familiar, bem como, a fim de elucidar questões contraditórias do testemunho de Francisco das Chagas Sabóia, ao longo do mês de dezembro de 2013, sempre por telefone, estabeleci contatos com Sônia Sabóia Sales, sua irmã mais velha. Casada, professora aposentada. Hoje a mesma ainda reside em Sobral.

¹⁷ Para este caso, ver: BERMAN, Marshall. O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento. In: *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. SP: Cia das Letras, 1986.

Antonio Sabóia tinha bons contatos na “Princesa do Norte”, mantidos ainda dos tempos de seminário. Por isso, acreditava poder viver naquela cidade com melhores condições para o exercício da profissão e para a formação dos filhos. Dona Maria de Lourdes, esposa e prima legítima, em visita à cidade gostou do que viu, foi convencida por Antônio e aceitou emigrar. O espaço urbano oferecia melhores condições do que a terra natal.

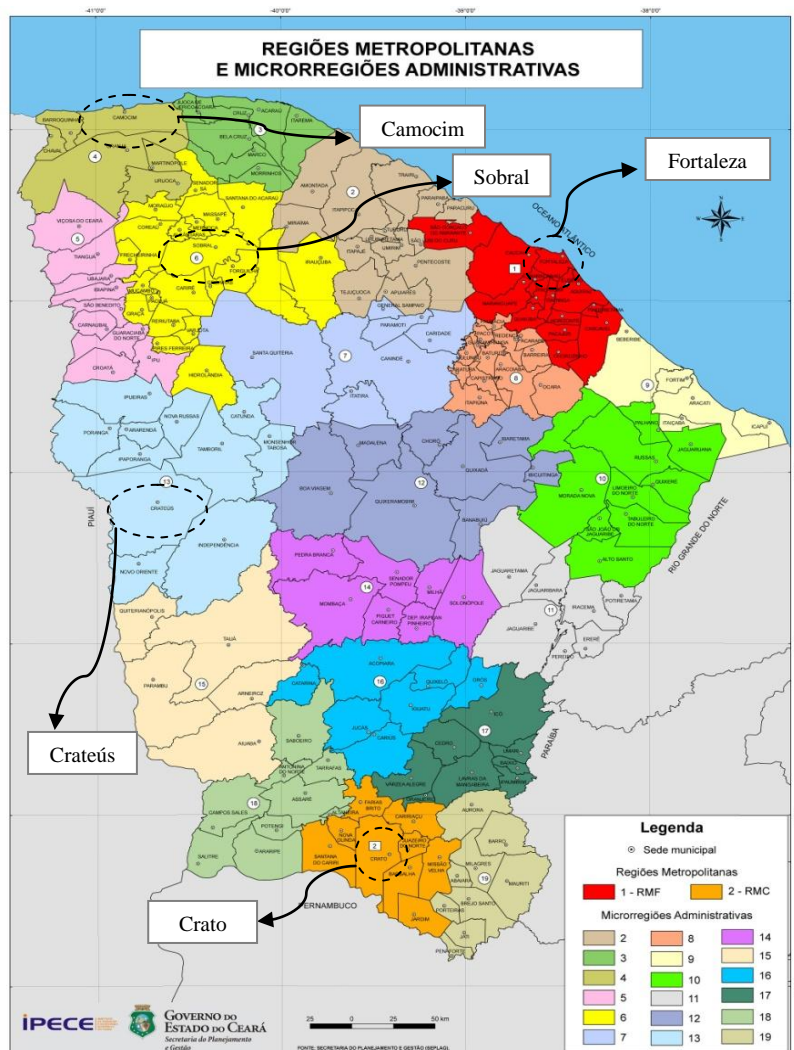
Numa madrugada fria de 1952, Antônio e Maria embarcaram em trem da Rede de Viação Cearense (RVC), com destino à Sobral, a “Princesinha do Norte”. Partiram de Crateús em definitivo. Pelas estradas de ferro, cortaram a noite fria do sertão acompanhados dos sete filhos. Viajavam em primeira classe.

Às primeiras horas da manhã, era possível ver pela janela a paisagem bucólica sertaneja, o solo seco, o mato retorcido, casas aqui e ali.

Após dez horas de viagem, com paradas demoradas em diferenciadas estações, chegaram a Sobral. No desembarque o cuidado com os sete filhos. Da estação ferroviária, era possível ver o Cristo Redentor ¹⁸ no alto do morro, de braços abertos como que a proteger e vigiar a cidade. Ali pertinho, era possível ver a Igreja do Patrocínio. Outras tantas torres, indicando a presença marcante do catolicismo despontavam no cenário. Ainda na estação ferroviária, visualizaram algumas casas humildes, pessoas pobres, animais nas ruas. Os trilhos da ferrovia pareciam fronteiras, como que a demarcar os limites da cidade. Do lado de cá, igrejas, casarões, o mercado, as escolas, a diocese, o seminário... Do lado de lá, casas pobres, e diversas pessoas que logo corriam rumo à estação sempre que o trem aparecia. Movimentavam-se todos em busca de pequenos serviços e mesmo de contribuições gratuitas.

Feito o desembarque, a família rumou para a casa de dois pavimentos, próxima ao mercado central da cidade, previamente alugada e equipada. Logo que se estabeleceram, Antonio Sabóia realizou os primeiros contatos com alguns amigos. Dali a pouco iniciou sua jornada de trabalho. À dona Maria de Lourdes, como de hábito, coube o cuidar da casa e dos filhos.

¹⁸ O monumento, de 28 metros, foi produzido em Juazeiro do Norte por artista italiano e deslocado de trem para Sobral. O mesmo foi instalado no Morro do Cruzeiro, hoje Alto do Cristo, em 18 de setembro de 1938. A estação de trem fica logo ali, bem próxima do morro. Para tal caso ver: MONT’ALVERNE GIRÃO, Glória Giovana S. *Sobral: história e vida*. Sobral: Edições UVA, 1997.



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará/ IPECE. Disponível no site: http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/images2x/Regioes_Metrop_Microrregioes_Adm.jpg. Acesso em 13 de julho de 2013. Mapa modificado.

Aos fins de tarde, a cadeira na calçada permitiu a sociabilidade e o acompanhamento da vida pública cotidiana, o conhecimento das vidas alheias. Ir às missas, logo entrou na rotina da família, constituindo-se, também, como uma estratégia para melhor conhecer as elites da cidade, e aproximar-se do “santo” bispo Dom José Tupinambá da Frota.¹⁹

¹⁹ José Tupinambá da Frota, sobralense, nasceu em 10 de setembro de 1882. Ingressou no Seminário da Bahia em 1898. Na Pontifícia Universidade de Roma, recebeu “(...) o grau de doutor em philosophia [sic] a 19 de junho de 1902, e o de doutor em theologia [sic] em 13 de junho de 1906. (...) Ordenou-se sacerdote em 29 de outubro de 1905. (...) Foi nomeado vigário de Sobral em fevereiro de 1908. (...) Tomou posse da diocese a 22 de julho de 1916”. FILHO, Craveiro. *Álbum do centenário de Sobral*. Sobral, CE, 1941. Acervo de Obras Raras, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza, CE. Uma vez bispo, exerceu suas atribuições religiosas até 25 de setembro de 1959, data de sua morte.

Dom José, cumpria a agenda religiosa católica, mas, também, do palácio episcopal e dos púlpitos, interferia nos jogos políticos e, rotineiramente, bradava contra seus adversários acusando-os de comunistas. Para combatê-los, contava com um forte instrumento: o semanário católico *Correio da Semana*.²⁰ Apoiava-o, dedicadamente, monsenhor Sabino Loyola, o fiel discípulo. De tais lugares, e com o apoio incansável de Sabino, o bispo agia como um verdadeiro “delegado” dos costumes. As demais instituições católicas, e o corpo de homens de batina, cumpriam um importante papel no ofício de orientação religiosa naquela região.

A dedicação diocesana à luta contra o comunismo fazia-se algo rotineiro. Claro, essa missão era compartilhada por não poucos sobralenses, os quais, sempre que convinha, faziam uso da artimanha nominativa do outro como comunista, sempre com fins condenatórios.

Muitas das vezes manobrada de forma indiscriminada, a arma simbólica não poupava nem mesmo lideranças políticas “ultraconservadoras”, a exemplo do juiz de direito José Sabóia de Albuquerque, uma das principais direções *udenistas* do sertão cearense, “acusado” de comunista pelo próprio bispo.²¹

O combate ao “inimigo vermelho”, articulado pelas elites religiosas sobralenses, dava forma a uma verdadeira pedagogia do medo... A corrida de Francisco Sabóia para casa, aos prantos, sinaliza os modos operativos dos temores que rondavam a sociedade brasileira, naqueles tempos, e o sertão cearense, em específico. A reação de dona Maria de Lourdes, que com o rosário em mãos fechou porta e janelas que davam para a rua, e aguardou o esposo rezando, oferece pistas sobre os caminhos trilhados por grupos diversos na construção de um imaginário anticomunista, e na legitimação de uma crise política nacional que se verticalizou nos primeiros meses de 1964.

1.1. – Do radicalismo ao golpe

²⁰ Fundado em 1918, por forças católicas, o periódico é hoje o mais antigo jornal cearense em circulação. Durante o recorte temporal analisado, entre 1964 e 1979, o semanário impresso circulou sempre aos sábados, regularmente com seis páginas, com exceção das edições especiais de aniversário da cidade, ou mesmo do jornal. Produzido em Sobral o mesmo circula, ainda hoje, em outras cidades da região Norte do estado do Ceará.

²¹ Para tal caso ver: COSTA, Lustosa. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2004. De cunho memorialístico, a obra apresenta um esboço das trajetórias de Dom José Tupinambá da Frota (o bispo), José Sabóia de Albuquerque (o juiz), e Deolindo Barreto (o jornalista).

A força política conquistada pelas Ligas Camponesas ²², nos rincões do Nordeste brasileiro, ensejava a tônica do debate em torno da reforma agrária, das estratégias populares de acesso a terra. Ali, as associações rurais e os sindicatos urbanos ganhavam corpo e assustavam as elites políticas, econômicas e religiosas conservadoras. Greves e manifestações de “rebeldia” refletiam a tensão entre trabalhadores e patrões, entre esquerdas e direitas. Não sem conflitos, tais experiências eram processadas, sendo rotineiramente agravadas. ²³

Nas disputas contra camponeses e trabalhadores urbanos, latifundiários e empresários ora agiam manobrando força discursiva, simbólica, disseminando o clima de intranquilidade, ora faziam uso da força física, investindo severamente contra os grupos ditos comunistas, “agitadores”.

Em 03 de janeiro de 1964, o jornal *Unitário*, editado em Fortaleza, noticiou em primeira página: “Polícia Prende Agitadores”. Tratando a intervenção policial em João Pessoa, capital da Paraíba, o texto noticiou em tom de alerta:

JOÃO PESSOA 2 (M) – Cento e quinze trabalhadores rurais que acabavam de chegar a esta capital, procedentes de Sapé foram detidos pela polícia. Vinham participar de reuniões das Ligas Urbanas que se realizariam nos bairros desta cidade. A exemplo do que ocorre com as Ligas Camponesas, as Urbanas tem em mira lutar contra os proprietários de imóveis. ²⁴

À época, em Fortaleza, estavam em curso ações de grupos associados que promoviam a ocupação de faixas territoriais do perímetro urbano. Tais ações, geralmente promovidas no calar da noite, causavam temor principalmente aos proprietários de imóveis que vislumbravam a ameaça de seus bens materiais, mas, também, de forma mais amplificada, causavam inquietações àqueles desejosos por manter a ordem da paisagem urbana, a “cidade higienizada”, marcada por problemas somente nos seus limites periféricos.

²² “O termo é uma referência às organizações rurais estruturadas pelo Partido Comunista na década de 1940, com o objetivo de tentar realizar a reforma agrária”. Para tal caso, ver: PROFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução*: Pernambuco (1959-1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 24.

²³ Vale lembrar a morte de João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapé, interior do Estado da Paraíba, em 1962. Sobre tal caso, é sugestivo o documentário dirigido por Eduardo Coutinho, *Cabra Marcado para Morrer*. Iniciada em 1963, e interrompida com o golpe de 1964, as gravações só foram retomadas no início da década de 1980, ao longo do processo de distensão do Estado autoritário.

²⁴ Polícia Prende Agitadores. *Unitário*, Fortaleza, CE, 03 de janeiro de 1964, p. 01.

Os problemas das periferias, contanto que não ameaçassem os espaços de sociabilidade das elites que buscavam manter os lugares públicos como palcos de seus exercícios de poder, de nada importariam. Ficassem restritos aos seus limites e todos “permaneceriam” bem. Cada qual no seu lugar.

Acontece que tais problemas teimavam em movimentar-se, não ficavam restritos aos bastidores da cena pública. Desta forma, em 04 de janeiro daquele ano, também o jornal *Unitário* noticiou os desagrvos gerados por grupos que atuavam na ocupação de terras de propriedade privada em “lugares privilegiados” da capital do Estado. Noticiou o periódico que

Nos últimos tempos, liderados por indivíduos inescrupulosos, começaram a organizar-se em Associações para as quais são forçados a contribuir mensalmente com duzentos cruzeiros. Organizados em grupos, escolhem os melhores terrenos da cidade, e da noite para o dia erguem suas casas desafiando as autoridades.²⁵

Tais experiências preocupavam as famílias abastadas de Fortaleza num duplo sentido: primeiro, pela ameaça de perda da propriedade frente às ocupações massificadas e rotineiras, silenciosas; segundo, pelo “desequilíbrio” que aquelas ações promoviam na paisagem urbana, e os riscos que traziam à moralidade e aos bons costumes.

Logo, também por influência do contexto de acirramento dos ânimos políticos, aquelas práticas de ocupação seriam associadas à “onda de desordens” que assolava o Brasil de forma geral, e que soprava sobre as *terras alencarinhas* a essência das “agitações” fruto das influências de “comunistas baderneiros”.

As organizações sindicais, e a atuação de trabalhadores e “classes marginais” na cena pública, reivindicando outros espaços para a protagonização de seus poderes, configurava um cenário resultante do processo de liberdades democráticas retomado em 1946. À medida que tais grupos promoviam deslocamentos nos palcos do poder em cena – redefiniam papéis, reestabeleciam roteiros, elegiam-se como novos protagonistas, e embaralhavam as ordens dos discursos –, as classes conservadoras mobilizavam-se a fim de barrar ou negar o curso de tais experiências.

Uma vez ameaçadas, articulavam o combate aos “indivíduos inescrupulosos” a partir dos textos impressos, dos discursos divulgados na grande imprensa. Como um

²⁵ Cidade aberta – Expansão das favelas é problema. *Unitário*, Fortaleza, CE, 04 de janeiro de 1964, p. 02.

instrumento de poder, que compunha e dava forma à arquitetura do cenário dos enfrentamentos políticos, as elites propagavam os desagravos sofridos e as ameaças presentes através das páginas dos jornais.

O diálogo com o sociólogo francês Georges Balandier nos ajuda a refletir sobre o poder como um drama *shakespeariano*, que se articula a partir das imagens e representações que cria para exercer influência sobre o imaginário, para ser socialmente aceito. O pesquisador apresenta que “o mundo inteiro é uma cena”, sempre provisória, dinâmica, formada por atores sociais que divergem na protagonização de seus papéis.

Sobre as arenas possíveis para o exercício do poder em cena, Georges Balandier nos sugere a cidade como lócus privilegiado, porém não o único, e afirma que

No decorrer de sua história toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica, recebida por destinação ou em virtude de algum acontecimento. São os teatros onde se apresentam a sociedade “oficial” e, inversamente os que se “manifestam” em protesto popular. A topografia simbólica de uma cidade é uma topografia social e política; (...).²⁶

O cenário da cidade de Fortaleza, lugar aonde aqueles poderes traçavam enfrentamentos cotidianos, apresentava-se como o espaço das conturbações, dos desequilíbrios. Ainda ali, também os movimentos sindicais articulavam-se na promoção de greves e atos públicos reivindicatórios por “novos níveis de salário mínimo, alegando a marcha ascendente do custo de vida”.²⁷

O início do ano de 1964 dava sinais sobre os altos índices inflacionários que impactavam sobre o desenvolvimento econômico brasileiro e, conseqüentemente, sobre o custo de vida. Estimava-se, tomando por base o ano anterior, que a elevação dos custos de vida não daria trégua no ano que iniciava.

Em 07 de janeiro de 1964, o jornal *Unitário* noticiou “O índice terrível” que assolava o povo brasileiro com taxas de “95,51% em 1963”²⁸, e alertou sobre a “perspectiva de novo aumento” já para os momentos iniciais de 1964.

²⁶ BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora UNB, 1982. (Coleção Pensamento Político), p. 11-12. No último período da citação que apresentamos, fizemos algumas adaptações, pois constatamos algumas incoerências, que acreditamos pertencer a algum equívoco de redação do texto. No original temos: “São os teatros onde se apresenta a sociedade “oficial” e, inversamente os em que se “manifesta” o protesto popular”.

²⁷ Sindicatos do Ceará vão apelar para Jango: logo novos níveis salariais. In: *Unitário*, Fortaleza, CE, 03 de janeiro de 1964, s/p.

²⁸ *Unitário*, Fortaleza, CE, 07 de janeiro de 1964, p. 04.

Conforme sugere o sociólogo e cientista político Gláucio Ary Dillon Soares, “A inflação não foi criada por João Goulart, mas acelerou-se consideravelmente durante o seu curto governo”²⁹:

Em 1958, a taxa de inflação foi de 11,1%, razoável para a experiência brasileira; em 1959, saltou para 29,2%, baixando para 26,3% em 1960, subindo para 33,3% em 1961, saltando para 54,8% em 1962 até atingir a altíssima taxa de 78% em 1963. Em 1964, a inflação dos primeiros meses foi assustadora, deixando claro que o governo João Goulart tinha perdido o controle do processo inflacionário (...).³⁰

Como se pode verificar, o índice inflacionário do ano de 1963 apresentado diverge daquele a que referimos em citação feita do jornal *Unitário*. Não nos interessa aqui refletir sobre o *status* de verdade de um ou outro. Porém, pretendemos dedicar uma maior atenção ao lugar que o periódico ocupou no debate político da época, mesmo porque, os índices inflacionários parecem ser um recurso muito pouco explicativo para a compreensão da complexidade dos fatores sociais que atuaram na construção do Estado autoritário. Refletir sobre o lugar de fala do periódico, nos ajudará a compreender o jornal como um instrumento de poder que produz um discurso interessado e atuante nos enfrentamentos políticos.

Pierre Bourdieu ajuda-nos a refletir a respeito da lógica dos atos interessados, da importância de compreendermos as ações sociais como uma resultante de ações não gratuitas, não arbitrarias. Os jogos de que resultam os atos/ações/conduas, de acordo com Bourdieu, denotam interesses embutidos nas escolhas feitas, nas condições de fazê-las, e de engendrâ-las como estratégias de jogo no campo social. Para o mesmo,

Interesse é “estar em”, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos.³¹

Tais questões contribuem para melhor compreendermos o lugar do jornal *Unitário* no campo dos embates políticos travados à época, suas escolhas, interesses perseguidos e a forma como representou a realidade.

²⁹ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 340-341.

³⁰ *Ibidem*, p. 341.

³¹ Cf. BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Correa. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 139.

Para o sociólogo francês Roger Chartier, “as representações do mundo social não são de forma alguma discursos neutros”, haja vista produzirem “estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.³²

A reflexão proposta por Chartier contribui para a problematização dos preceitos defendidos por um discurso jornalístico pretendido como imparcial, “desinteressado” no jogo político, e, acima de tudo, “compromissado” com a verdade.

Veículo de imprensa ligado aos *Diários Associados*, o jornal *Unitário*, com circulação diária na cidade de Fortaleza, divulgava matérias sobre aquele espaço urbano, e região interiorana do Estado do Ceará, mas, também, reproduzia textos que noticiavam o cotidiano do cenário político praticado e criado no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Maranhão, dentre outros. É evidente sua tendência oposicionista à política de Estado de João Goulart, sua atuação interessada na construção do medo pânico, do imaginário anticomunista.

Consideramos por imaginário anticomunista³³ o conjunto de imagens e discursos, elaborados e empregados por diversos setores da sociedade civil para representar negativamente, de forma global e totalizante, o comunismo e atores sociais a compartilhar do sistema de representações desta “família política”.³⁴

Ainda que os consumidores destas representações “do mal” tendam a fazer outros usos do que lhes é oferecido, e, nesta medida, ainda que concordemos com Roger Chartier³⁵ que a leitura não é mera recepção, não podemos desconsiderar que as disputas simbólicas se engendram de forma nem sempre equilibradas, e que, nesta medida, as mesmas influem em acessos mais intensificados a uns e não a outros textos. Ou seja, o grupo que constrói o discurso que “demoniza” tende a encontrar meios de massificação de suas representações em escala de verdade, e, neste sentido, de obter

³² CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 17.

³³ Fundamentamos nossas considerações sobre imaginário anticomunista a partir do diálogo com as seguintes obras: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002; e RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2º Ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

³⁴ Para um debate sobre culturas políticas como um “sistema de representações portadoras de normas e valores que constituiriam a identidade de grandes famílias políticas”, ver: BERSTEIN, Serge, *Apud*. DUTRA, Eliana R. de Freitas Dutra. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. In: *Varia História*, n.º. 28, Dezembro de 2002.

³⁵ Cf. CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas: discursos, práctica, representación*. Valencia: Fundación Cañada Blanch, 1999.

melhores estratégias de convencimento da imagem construída sobre o “outro”. Isso não implica dizer que o ato de convencimento seja consumado passivamente, mas que a “indústria anticomunista”³⁶ opera de forma continuada na conformação de um público, do imaginário social.

Os *Diários Associados* conseguiam, em âmbito nacional, fazer circular o ideário anticomunista e identificá-lo a personagens envolvidos com a política de Estado à época. Conforme sugere Rodrigo Patto Sá Motta,

Durante a vigência do governo João Goulart, entre setembro de 1961 e março de 1964, teve lugar uma das maiores “ondas” anticomunistas ocorridas no Brasil, cujos desdobramentos levaram ao golpe militar. Um dos principais vetores da crise eram as acusações de que o Presidente favorecia o crescimento do comunismo, seja direta ou indiretamente. Denunciava-se que o aparato do governo federal estava infestado de comunistas, a quem Jango, supostamente, entregara postos de grande importância. “Infiltrados” no governo, os comunistas estariam se preparando para o golpe final, quando tivessem acumulado forças suficientes para ocupar sozinhos o poder e desencadear a revolução.³⁷

As questões propostas pelo pesquisador podem ser observadas, por exemplo, nas matérias de capa do jornal *Unitário*, em Fortaleza: “Com Jango, democracia corre um grande perigo”,³⁸ “Brasil caminha para uma ditadura pior que Cuba”,³⁹ “Adhemar diz que só Deus pode salvar o Brasil”,⁴⁰ “J. Goulart quer legalizar PC: manobra”⁴¹, “Comprovada a ação dos comunistas”⁴². Em letras garrafais, em tom de alerta e de chamamento público para o combate ao comunismo, o jornal disseminava os discursos interessados de grupos que disputavam as regras do jogo político. Sistemáticamente, a ordem democrática ameaçava ser posta em suspenso pelas direitas e esquerdas em defesa de projetos políticos ditos revolucionários.

Aquela matéria de 07 de janeiro de 1964, intitulada “O Índice Terrível”, era então assim concluída:

³⁶ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, “A expressão ‘indústria do anticomunismo’ foi cunhada para designar a exploração vantajosa do ‘perigo vermelho’. Industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor ao comunismo”. Ver: *Op. Cit.* 2002, p. 161.

³⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. Cit.*, 2002, p. 131.

³⁸ *Unitário*, Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 1964, p. 01.

³⁹ *Unitário*, Fortaleza-CE, 08 de fevereiro de 1964, p. 01.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ *Unitário*, Fortaleza-CE, 07 de fevereiro de 1964, p. 01.

⁴² *Unitário*, Fortaleza-CE, 09 de fevereiro de 1964, p. 01.

E é sob o império de uma situação atemorizante e cruel que iniciamos a jornada para o ano de 1964. A cada homem comum parece só restar o caminho de pedir misericórdia a Deus, principalmente a graça de livrar o país dos maus brasileiros que teimam em conduzi-lo para o destino de dúvidas e aniquilamento.

Clima de intranquilidade, ameaças rotineiras à moral e aos bons costumes, conflitos por terra no campo e na cidade, divergências entre trabalhadores e patrões, movimentos grevistas que se sucediam quantitativa e qualitativamente, cenários da “desordem” e do “caos”. A democracia estava ameaçada, era essa a imagem construída pelo jornal *Unitário* sobre o contexto político nacional nos meses iniciais de 1964.

O diálogo com o historiador Eduardo Gomes Silva ajuda a melhor compreender as relações de força na qual o jornal *Unitário* estava envolto. Como já apresentamos, o periódico referido era um órgão de imprensa vinculado aos *Diários Associados*, e este, como informa o pesquisador, era entidade diretamente atrelada à *Rede da Democracia*.⁴³

Fundada em fins de outubro de 1963,

[a Rede da Democracia] veio com o acordo entre Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon. Unificando suas rádios, a globo, a Jornal do Brasil e a Tupi, eles criaram a ‘Rede da Democracia’. Com discursos unificados, denunciavam o perigo comunista, a política econômica do governo e o próprio Goulart. Logo adiante, uniformizaram também suas mensagens na rede de jornais [impressos].⁴⁴

Vinculado aos *Diários Associados*, em Fortaleza, circulava ainda o periódico *Correio do Ceará*, também reproduzindo integralmente, ou em partes, os conteúdos dos jornais associados, reafirmando, assim, o nivelamento das campanhas oposicionistas a João Goulart que se articulavam por meio da *Rede da Democracia*. Neste sentido, através das imagens e representações criadas sobre o “outro”, aqueles grupos vinculados à *Rede* sedimentavam o medo no imaginário social, fomentavam a “histeria anticomunista”.

⁴³ A respeito dos *Diários Associados*, suas relações com a *Rede da Democracia*, e o papel que desempenharam na construção do golpe de 1964, ver: SILVA, Eduardo Gomes. *A Rede da Democracia e o golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2008. Sobre tais questões ver, principalmente, o capítulo primeiro da dissertação.

⁴⁴ Cf. FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.*, 2004, p. 197-198.

Como ressalta Bronislaw Baczko, “Os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro”.⁴⁵

As projeções de futuro disseminadas pela imprensa diziam respeito aos riscos de “comunização” do Brasil, ao “perigo vermelho”, e, conseqüentemente, à “desordem”, à “anarquia”, à “subversão dos valores morais cristãos”, à “violação das liberdades democráticas”. O inimigo estava à solta, era preciso vigiá-lo, contê-lo, exorcizá-lo.

“Calmon”, o “cidadão do Brasil”, viajava “pelo Brasil inteiro, numa autêntica pregação cívica”, entregando-se “à cruzada da legalidade e da democracia”, em defesa do “traço de nitidez maior do povo brasileiro [que] é a sua vocação para a liberdade e para a ordem”⁴⁶, anunciava o *Unitário*.

Diretor geral dos Diários e emissoras Associadas, João Calmon – deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) – conclamava o povo “cearense para a grande luta” a ser travada em “futuro próximo pela preservação dos sagrados princípios da nossa democracia humana e cristã, que os adeptos da anarquia procuram os meios subverter”.⁴⁷ Apelando para uma suposta identidade democrática do povo cearense, João Calmon situava-se como um “combatente pela liberdade”, um “autêntico” defensor dos valores democráticos e cristãos, os quais, dizia, se encontravam ameaçados pela “sanha” comunista.

Na véspera do Comício da Central do Brasil nas páginas impressas do *Correio do Ceará*, noticiava-se informe sobre discurso proferido por Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo. No vespertino cearense, lia-se em primeira página:

SÃO PAULO 12 (M) – O Governador Adhemar de Barros dirigiu mensagem a todos os brasileiros, protestando contra a tentativa de comunização do país. Em certo trecho assegura o Governador paulista que “enquanto houver em mira um alento de vida, não converterão esta Nação em satélite: não tripudiarão sobre nossas tradições nem rasgarão a Carta Magna da República”.⁴⁸

⁴⁵ BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund [et. al.]. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, p. 312.

⁴⁶ Calmon, cidadão do Brasil. *Unitário*, Fortaleza, CE, 06 de março de 1964, p. 04.

⁴⁷ Deputado João Calmon conclama o povo cearense para a grande luta. *Correio do Ceará*, Fortaleza, CE, 09 de março de 1964, p. 01.

⁴⁸ Adhemar à Nação: Tentam comunizar o País. *Correio do Ceará*, Fortaleza, CE, 12 de março de 1964, p. 01.

O cenário político era cada vez mais tensionado. As classes conservadoras mobilizavam-se com o argumento de defesa da legalidade constitucional. Os riscos de comunização estavam dados, assim representavam as direitas. O Comício na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, evidenciava tal constatação.

Após a sexta-feira 13, o jornal *Unitário* noticiou em tom alarmante: “Comício da Central do Brasil foi o começo da guerra civil”,⁴⁹ “Brizola subversivo era para ter sido preso”,⁵⁰ “Prestes: JG faz o que nós queremos”⁵¹.

A “Consagração da Ilegalidade”, editorial assinado por Themístocles de Castro e Silva e publicado no dia seguinte ao “comício das reformas”, afirmava que a ação das esquerdas ali reunidas sob a liderança de João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes, simbolizava “um deplorável exemplo em matéria de desrespeito à lei e à própria dignidade nacional”. O articulista baseava o texto argumentando que

No momento exato em que o País, mais do que nunca, precisa de paz e ordem para progredir; no momento em que, com a tranquilidade da vida interna poderemos conseguir mais alguma coisa no exterior, – nesse momento é que o Presidente da República deixa o seu Gabinete – onde despacha seu expediente e assina seus decretos – para, em verdadeiro ‘show’ comunista, manter a Nação em dias de intranquilidade, possíveis de consequências que ninguém poderá prever. Quer dizer: é o Sr. João Goulart quem, nesse País, radicaliza as posições, – ele que deveria, pelas responsabilidades de seu cargo, contribuir para a paz da família brasileira. (...) Não, senhores, já suportamos demais. (...) a Presidência da República (...) não é lugar para agitadores profissionais.⁵²

De acordo com aquela imprensa, João Goulart estava envolto nas teias do “mal”, dava sinais dos diálogos cada vez mais próximos com os comunistas, e, nesta medida, radicalizava suas opções políticas. As “produções de visões futuras”, para lembrarmos Baczko, davam conta da iminência de uma “guinada ao comunismo”, e de uma incessante ameaça de desagregação dos valores morais cristãos e das instituições democráticas. O medo circulava como peça de uma engrenagem complexa, oscilava de acordo com os acontecimentos. Corriqueiramente movimentada, aquela peça dava forma ao imaginário social. Imagens e representações de um “outro” assombroso eram configuradas, dadas a ver. Vigilância era a palavra de ordem.

⁴⁹ *Unitário*, Fortaleza, CE, 15 de março de 1964, p. 01.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ *Unitário*, Fortaleza, CE, 24 de março de 1964, p. 01.

⁵² Consagração da Ilegalidade. *Correio do Ceará*, Fortaleza, CE, 14 de março de 1964, p. 04.

No dia 18 do mesmo mês, o *Correio do Ceará* trouxe informações sobre pronunciamento do governador do estado de São Paulo, onde o mesmo afirmou que no Comício do dia 13, o presidente João Goulart teria afrontado os sentimentos religiosos do povo, dando claros sinais de que estava engajado em projeto comunista e dedicado a “deteriorar” os valores cristãos da família brasileira. Reproduzia-se: “O que se vê por aí é comunismo no duro”, e, contra o mesmo, “Adhemar concita o povo a empunhar o rosário contra a subversão”.⁵³

De acordo com Solange de Deus Simões, ao longo do discurso proferido na Central do Brasil, João Goulart “atacou aqueles ‘que exploram os sentimentos cristãos do povo na mistificação de um anticomunismo’”.⁵⁴ Pretendendo evidenciar “que não era com terços que se devia combater as reformas”, o presidente “forneceu o pretexto e a força ideológica para a arregimentação popular final conduzida por seus opositores”.⁵⁵ Logo se mobilizou o “movimento de desagravo ao rosário”, o qual fez uso de figuras simbólicas antitéticas: o terço cristão contra a foice e o martelo “comunista e ateu”.

A experiência democrática equilibrava-se numa corda bamba. A radicalização das esquerdas, exigindo as reformas na “lei ou na marra”, agravavam os antagonismos políticos. Os prenúncios de um “desfecho” acirravam os ânimos. A Frente de Mobilização Popular (FMP) insistia no rompimento da política conciliatória. Era chegada a hora da “ação direta”, do “desfecho”, anunciava-se.

Criada em 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, a Frente de Mobilização Popular, ou o “parlamento das esquerdas”, dedicava esforços “para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores”.⁵⁶ Contra a índole pacífica e conciliadora, a disposição à negociação de João Goulart, a FMP afirmava sua opção política e sua inclinação ao radicalismo.

Ainda em 1963, na sede do Sindicato dos Ferroviários, na cidade de Fortaleza, foi fundado o Conselho cearense da FMP, dele participando ativamente “Barros Pinho, pela Ação Popular; Anibal Bonavides, pela corrente dos comunistas; William Sá, pelo ‘ABC-Popular’”, dentre outros. Tão logo criado, o Conselho passou a pautar a agenda

⁵³ Adhemar concita o povo a empunhar o rosário contra a subversão. *Correio do Ceará*, Fortaleza, CE, 18 de março de 1964, p. 10.

⁵⁴ Hélio Silva, *Apud*, SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 92-93.

⁵⁵ SIMÕES, Solange de Deus, *Op. Cit.*, 1985, p, 93.

⁵⁶ Cf. FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.*, 2004, p. 189.

do movimento nacionalista na capital e no interior do Estado ⁵⁷, articulando parcerias com entidades sindicais rurais e urbanas, bem como, com o movimento estudantil orientado pela agenda nacional-reformista.

Em meados de março de 1964, o conselho cearense da FMP, ladeado pelo Pacto Sindical e a União Estadual dos Estudantes, realizaram, “na sede do glorioso Sindicato (União) dos Ferroviários do Ceará, uma assembleia-monstro”, durante a qual deliberaram a produção de “Manifesto ao povo cearense”. ⁵⁸

Assinado por Blanchar Girão, advogado e presidente estadual da FMP, José Jatahí, cantor, compositor e presidente do Pacto Sindical cearense, e José Maria Barros Pinho, universitário e representante da União Estadual dos Estudantes, em tom de chamamento público, em 28 de março, o Manifesto anunciou:

Os trabalhadores da cidade e do campo, seus irmãos servidores civis e militares do Estado, dos Municípios e da União e a brava mocidade estudantil do Ceará estão absolutamente conscientes do atual momento histórico brasileiro. Não mais se deixam iludir pelos falsos líderes e muito menos ainda pela histeria pseudo-democrática da imprensa a serviço do latifúndio e do imperialismo. Os trabalhadores já têm maioria política e sabem muito bem o que fazer no atual momento brasileiro.

No domínio dessa consciência política, os trabalhadores e o povo cearense compreendem que o Governo do eminente Presidente João Goulart, pelo diálogo democrático instituído com as classes obreiras, pelas medidas em defesa da soberania política e econômica da Nação, pela firme disposição de realizar as reformas estruturais, representa a quase presença das forças populares no Poder Político do País. Temos um Governo que se comporta democraticamente, em sintonia com os direitos das mais amplas camadas da população brasileira, e em defesa desse governo e desses direitos até aqui adquiridos e dos que deverão vir em futuro, não recuaremos um só passo. ⁵⁹

Conclamando o povo cearense para o apoio à política nacional-reformista de João Goulart, e enfatizando a necessidade de que um passo mais firme deveria ser dado para que as reformas estruturais iniciadas pudessem ser legitimadas em sua totalidade, o documento manifestou a urgência do cumprimento de uma agenda política: “um primeiro passo a ser adotado pelo presidente João Goulart é a modificação do seu Ministério”; “precisa, sem mais demora, escoimar dos cargos de chefia das Forças

⁵⁷ Estruturada a Frente de Mobilização Popular. Recorte de jornal sem nota tipográfica. *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE. O recorte de jornal compõe dossiê produzido em junho de 1965, e destinado ao Comando da 10ª Região Militar. O conjunto documental pretendia demonstrar o não envolvimento de Amadeu de Araújo Arrais com a Frente de Mobilização Popular.

⁵⁸ Frente de Mobilização Popular, Pacto Sindical, União Estadual dos Estudantes: Manifesto ao Povo Cearense. Fortaleza, 28 de março de 1964. *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE.

⁵⁹ Idem.

Armadas os elementos reconhecidamente ligados ao ‘gorilismo’; e, por fim, promover “imediate convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte”.⁶⁰

Do interior do Estado, ressoavam notícias de que a “Frente Nacionalista do Crato”, em “Conclamação ao povo caririense”, convocava à mobilização popular “para a luta pelas reformas autênticas e imediatas, que efetivamente [permitissem] a desapropriação por interesse social”.⁶¹

As expectativas das esquerdas, em *terras alencarinhas*, avançavam em direção ao radicalismo. A “Frente Ampla cearense”, em 28 de março daquele ano convocou “o povo à revolução, mandando pegar em armas”.

Patrocinado por correntes petebistas, com o apoio do Pacto Sindical e contando com a presença de lideranças da FMP, o encontro realizado naquela data foi marcado pelo discurso inflamado do “Delegado do Trabalho, Sr. Olavo de Sampaio, [que] concitou o povo às armas” a fim de que “a mobilização popular armada [pudesse] fazer frente aos reacionários” e, assim, promover as “reformas, agrária, bancária, urbana, constitucional, voto do analfabeto, e direitos civis para soldados e cabos”.⁶²

A ideia era de enfrentamento direto. As reformas sairiam “na lei ou na marra”. Para as “frentes” cearenses a política de conciliação e o tempo dedicado às negociações impediriam as reformas. A via da radicalização apresentava-se como possibilidade para a concretização das demandas sociais e políticas nacional-reformistas.

Contra a “radicalização das esquerdas”, e “em salvaguarda das instituições democráticas ainda vigentes”, o Movimento Cívico da Mulher Cearense (MCMC)⁶³, por meio das páginas impressas, convocou o povo para a ação “em defesa das instituições democráticas”. Dirigindo proclamação às famílias cearenses, “possuídas do

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Conclamação ao Povo Caririense. Frente Nacionalista do Crato. Gráfica Santa Isabel. [S.d.]. *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE.

⁶² Delegado do Trabalho convoca o povo à Revolução, manda-o pegar armas. *O Nordeste*, Fortaleza, CE, 30 de março de 1964. s/p. *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE.

⁶³ É válido destacar a ausência de pesquisas dedicadas a refletir sobre as experiências forjadas pelo Movimento Cívico da Mulher Cearense (MCMC), e suas possíveis filiações com o complexo IPES/IBAD. Tal complexo, no início da década de 1960, teve marcante participação no processo definidor da União Cívica Feminina (UCF/SP), da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE/Guanabara), dentre outros. Informa a imprensa de época que o MCMC era presidido por Luiza Távora, esposa do coronel Virgílio Távora, este então governador do estado do Ceará no momento do golpe de 31 de março de 1964. Em pesquisa dedicada a compreender a atuação política desempenhada por Luiza Távora, destaca-se, apenas, sua benevolência filantrópica junto aos pobres à como presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), não sendo possível encontrar qualquer vínculo da mesma com movimento que atuou na construção do Estado autoritário. Sobre este aspecto de Luiza Távora, ver: MORAIS, Ana Flávia Goes. *As representações sobre Luiza Távora na política cearense (1962-1966)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza-CE, 2011.

(...) ideal de fé e esperança”, e “tendo como objetivo precípua preservar a família brasileira de todos os golpes que [vinham] sendo desferidos contra nossa estabilidade social e nossa democracia”, as “Senhoras Brasileiras do Ceará” apelaram “para todas as patrícias da capital e do interior no sentido de que [ficassem] em guarda, prontas para agir em qualquer momento, em favor da Pátria e do Regime”.⁶⁴

Ao longo da publicação, “as senhoras do Ceará” enfatizaram sua solidariedade e parceria com o movimento dirigido por mulheres paulistanas, e destacaram a importância do ato conjunto da mulher cearense para a preservação da família, dos princípios cristãos, e das instituições democráticas. Compartilhando orientação anticomunista comum à União Cívica Feminina de São Paulo (UCF/SP), as “patrícias” cearenses enfatizaram: “estamos de fato ameaçadas na nossa sobrevivência de povo independente e livre”, e, nesta medida, “a batalha deve começar e prosseguir sem quartel contra o comunismo e contra todas as formas totalitárias de governar”.

De acordo com a cientista política Argelina Cheibub Figueiredo,

Os grupos esquerdistas buscavam reformas, ainda que ao custo da democracia, ou ignorando os limites que as regras de competição democrática impõem à atuação dos diferentes grupos na busca de seus objetivos. A direita, por sua vez, esteve sempre pronta a quebrar as regras democráticas, se aferrando a elas apenas quando eram úteis para defender seus interesses e manter seus privilégios. Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências.⁶⁵

Uma orientação autoritária era pautada por ambas as partes, e esta fendia um horizonte de expectativas fazendo do presente um lugar de passagens para o acesso e a realização de novas experiências, para a conquista de novos tempos. Os comportamentos sinalizavam que “os valores democráticos não estruturavam a sociedade brasileira”⁶⁶, ou, como é possível também supor, que estes estavam deteriorados, fazendo-se, assim, descartáveis para o encaminhamento das pautas políticas. A democracia fazia-se figura de retórica...

⁶⁴ Proclamação da Mulher Cearense em defesa das instituições democráticas. *O Povo*, Fortaleza, CE, 31 de março de 1964, p. 01. *Acervo de Microfilmes da Biblioteca Nacional (BN)*, Rio de Janeiro, RJ.

⁶⁵ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, FAPERJ, 2004, p. 34.

⁶⁶ Para tal caso, ver: ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4^o Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano; v. 04). Teremos oportunidade retomar o diálogo com a historiadora em outro momento da dissertação.

Em 31 de março de 1964, o jornal *Unitário* reproduziu mais uma matéria veiculada pelos *Diários Associados*. Desta vez o texto vinha de Porto Alegre, as declarações do deputado Alexandre Machado (PSD). Em letras garrafais, “Ou eles ou nós para o abismo”, foi reproduzido naquele jornal:

Ou reagimos agora ou seremos tragados pelos comunistas hoje em nossa Pátria chefiados por elementos dos Altos escalões da República. Confio no patriotismo de nossas forças armadas. É chegada a hora de nos prepararmos para a luta que se aproxima. Os inimigos da Pátria, corruptos e corruptores estão-se preparando para dar o golpe final nas instituições democráticas e pisarem fundo o acelerador da Revolução. Vamos agora, eles ou nós para o abismo.⁶⁷

Reagiram... As classes conservadoras, civis e militares, reagiram contra “os inimigos da Pátria, corruptos e corruptores”. Empurraram os “inimigos vermelhos” em direção ao abismo. “Salvaram-se”, “salvaram”. 31 de março de 1964...

1.2. – Catolicismo e anticomunista como traços da “Princesinha do Norte”

Em Sobral, mesmo após ser consolado pela mãe, “Chiquinho” permaneceu atemorizado. Passou dias sem conseguir dormir normalmente – “Será que se esses comunistas se revoltarem eles vão matar mesmo as crianças?”.⁶⁸

Por orientação familiar, o menino faltou alguns dias de aula. Ficou em casa, acompanhado da mãe e dos irmãos. Na “Princesa do Norte”, boatos corriam de que os comunistas estavam dispostos a desferir um golpe silencioso contra os princípios cristãos, a família e a Pátria.

O clima era de intranquilidade, anunciavam os programas de rádio. O regime democrático estava ameaçado, mas, em sua defesa, antecipavam-se as forças militares comandadas pelo general Olimpio Mourão, que, de Minas Gerais marchavam a caminho do estado da Guanabara. Tal marcha, ao mesmo instante em que inspirava esperanças de paz, potencializava temores de “guerra”.

⁶⁷ *Unitário*, Fortaleza, CE, 31 de março de 1964, p. 02.

⁶⁸ Francisco das Chagas Sabóia. Sobral, CE, novembro de 2006. Entrevista realizada por José Valdenir Rabelo Filho e Edvanir Maia da Silveira.

“Sobral sempre foi uma cidade voltada para o catolicismo”⁶⁹, e, na “guerra” contra o “inimigo vermelho” mantinha-se em guarda pelo menos desde os anos 1930.

O “inimigo” da ordem e da disciplina cristã estava ali, bem perto, encontrando certa facilidade para os deslocamentos rumo à conquista da paisagem semiárida cearense. Da cidade portuária de Camocim⁷⁰, a estrada de ferro⁷¹ orientava os percursos, permitindo fluxos e refluxos de “modernidades alternativas”⁷², trânsitos de um conjunto de valores, tradições, práticas e representações afinadas com o “credo vermelho”. Dada a proximidade, fazia-se oportuno manter-se vigilante, e, mais que isso, fazer uso de ferramentas que permitissem a ressonância de uma antipropaganda comunista como instrumento pedagógico.

O semanário católico *Correio da Semana*, o “paladino intrépido e sereno das boas causas sempre a serviço da Igreja, do Brasil e do povo sobralense”⁷³ cumpria o papel de mostrar o comunismo como pressuposto ideológico dedicado a acirrar os conflitos de classe, a alimentar a intolerância, a ameaçar os sentimentos de “sobralidade”⁷⁴, a promover, enfim, a desordem e a desagregação dos valores ocidentais cristãos.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ São vários os trabalhos que destacam a importância de Camocim para o desenvolvimento cultural e econômico da “Princesa do Norte”. Durante vários anos a cidade portuária de Camocim representou uma das principais saídas de Sobral para o oceano atlântico. Com a construção da ferrovia, em fins do século XIX, o contato entre as duas cidades foi intensificado, o que permitiu certa autonomia da cidade de Sobral em relação a Fortaleza, capital do Estado. Os usos do porto camocinense viabilizaram a constituição de uma elite sobralense orgulhosa dos seus traços de “distinção” e dos seus signos de opulência. Para tais casos ver, por exemplo: FREITAS, Nilson Almino. *Sobral Opulência e Tradição*. Sobral: UVA, 2000, e COSTA, Elza Marinho Lustosa da. *Sociabilidade e cultura das elites sobralenses: 1880-1930*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011. (Coleção Nossa Cultura), dentre outros.

⁷¹ Em 1878, por meio de Decreto Imperial iniciava-se a construção da estrada de ferro com vistas a interligar a cidade portuária de Camocim a Sobral, a “cidade-sertão”. As obras da estrada de ferro surgiam no contexto da seca de 1877-1879, e podem ser compreendidas como medida de contenção dos fluxos migratórios de “retirantes maltrapilhos” rumo capital do Estado, Fortaleza. Sobre a construção da estrada de ferro de Sobral, ver: FILHO, Craveiro. *Álbum do centenário de Sobral*. Sobral, CE, 1941. Acervo de Obras Raras, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza, CE. Para uma abordagem da seca como problema social, ver: NEVES, Frederico de Castro. *A seca na história do Ceará*. In: SOUZA, Simone de. [et. al.]. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

⁷² Por “modernidades alternativas”, passamos a considerar as concepções que transcendem os limites dos projetos das elitistas conservadoras, mantenedoras do *status quo*, pois ampliam as condições de transformação social, estabelecem campos aonde se realizam experiências que dão um salto para o desconhecido, alargando as possibilidades de realização de novos projetos políticos. Sobre tais questões ver: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

⁷³ *Correio da Semana*, Sobral, CE, 29 de março de 1964, p. 01.

⁷⁴ De acordo com o sociólogo Nilson Almino de Freitas (2000, *Op. Cit.*, p. 71), a sobralidade “inspira uma organização discursiva sobre a cidade que fala de eventos fundadores baseados em histórias de heróis, experiências e lugares, construindo uma aura de importância que tende a criar uma imagem de Sobral como polo difusor de padrões comportamentais, econômicos, políticos e intelectuais (...)”. O

É válido frisar que o exercício de mostrar o outro como encarnação do mal era também promovido por meio das pregações protagonizadas por lideranças religiosas que, dos púlpitos e altares faziam ressoar imagens e representações do comunista como o anticristo, o “diabo vermelho”, fazendo pulular, assim, sensibilidades criadoras de textos, símbolos, mitos e medos que, de formas diferenciadas, impactavam na conformação de um imaginário social anticomunista.

Conforme sugere José Murilo de Carvalho,

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é aqui o que me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornarem-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo.⁷⁵

A simbologia do mal, produzida pelos círculos religiosos, situava o “inimigo vermelho” como ameaça ao desenvolvimento saudável da “Princesa do Norte”, plasmava visões de presente e futuro sob o signo da ameaça, projetando lugares e modelando comportamentos ideais para o sucesso contra o inimigo. Ordem, disciplina, e aceitação dos dogmas cristãos era o caminho a ser seguido, assim sinalizavam as lideranças religiosas.

À conquista do sertão Norte cearense, o comunismo comprometia o futuro de modernidade católica, principalmente, pois, se colocava como possível ancoradouro para operários, agricultores pobres, flagelados das secas, e demais grupos marginalizados pelas elites sertanejas e pelo projeto diocesano sobralense.

Ainda que contraditoriamente, a Igreja em Sobral fundava o catolicismo como contraponto aos misticismos e revoltas das multidões do semiárido, mantinha tal orientação como traço de uma cultura religiosa romanizada⁷⁶, com forte identidade

“mito” da “sobralidade” tende a naturalizar experiências e a postular saberes e “verdades” sobre o passado. Tal tendência serve de moldura para a afirmação de uma memória oficial. Pautada pelo ufanismo e defesa de uma identidade erguida sob o signo da ordem, as relações identitárias do sobralense tendem a erguer um regime de historicidade linear e a comandar esquecimentos.

⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10.

⁷⁶ Para um debate sobre a atuação da Igreja Católica no Ceará e sua interferência no processo definidor das cidades de Juazeiro do Norte (catolicismo popular) e Sobral (catolicismo ultramontano), ver: SILVA JÚNIOR, Agenor Soares e. *Cidades Sagradas: a Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará*.

conservadora, e, nesta mesma medida, avessa às peculiaridades da cultura popular nordestina.

Referenciada pela imprensa de época como a “cidade vermelha”, desde o século XIX Camocim desempenhava papéis antagônicos no processo de desenvolvimento da “Princesa do Norte”: por um lado, enquanto cidade portuária oferecia condições de intercâmbio com os centros europeus e as principais cidades brasileiras, permitindo a legitimação de uma cultura de elite ⁷⁷ orgulhosa do risco distinto de sua arquitetura, dos hábitos letrados refinados fruto do intercâmbio com os centros de saber, do mobiliário que compunha e distinguia os lugares da vida privada, dos traços de modernidade dos espaços de sociabilidade e formação educacional, e da propulsão comercial oferecida como condição para o desenvolvimento econômico de Sobral; por outro lado, principalmente a partir do século XX, ao tempo em que se colocava como a porta de acesso ao mundo moderno, Camocim também se legitimava como ancoradouro de “modernidades alternativas”, de “culturas políticas” ⁷⁸ incompatíveis com os projetos de futuro pretendidos para a cidade sobralense.

Para os homens da fé e para as elites políticas e econômicas de Sobral, então, Camocim era portadora de uma imagem dúbia, configurando-se como palco de atuações e confrontos entre o bem e o mal, entre as forças do catolicismo e o “comunismo ateu”. Por isso, e principalmente pelo fato de se configurar como área de jurisdição da Diocese sobralense, a cidade portuária situava-se como um lugar a ser conquistado, pacificado, de modo a tornar-se uma imagem refletida dos signos da ordem cristã e da disciplina, valores imperiosos cobiçados para a “Princesinha do Norte”.

Desta forma, pelos trilhos e a caminho de Sobral, deveriam ser deslocados somente bens materiais, hábitos e orientações políticas que se equalizassem com a doutrina da fé cristã, e contribuíssem para a consolidação da “Princesa do Norte” como um lugar distinto na paisagem semiárida cearense.

Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2009.

⁷⁷ Para este caso, ver: COSTA, Elza Marinho Lustosa da. *Sociabilidade e cultura das elites sobralenses: 1880-1930*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011. (Coleção Nossa Cultura).

⁷⁸ Por culturas políticas, compreendemos: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece aspirações para projetos políticos direcionados ao futuro”. Para tal definição, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, em especial o primeiro capítulo “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”, pp. 13-37, onde o autor apresenta a historicidade do conceito, seus usos por historiadores, e cuidados necessários; ainda, é válido referirmos o trabalho de RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Orgs). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, em especial o capítulo “A cultura política”, pp. 349-363.

Em Camocim, informa o historiador Carlos Augusto Pereira dos Santos, a cobertura da Diocese sobralense contra a “hidra de Moscou” era intensamente desempenhada por monsenhor Sabino Loyola⁷⁹, responsável, dentre outras ações, pela instalação “dos Comitês Anticomunistas e a realização das Semanas Sociais [que] representavam o lado mais prático da ação”⁸⁰ diocesana na “cidade vermelha” e nas demais localidades da região.

Como forma de campanha contra o comunismo, as “Semanas Sociais” eram pautadas pela distribuição de alimentos, prestação de serviços de assistência médica, e amparo espiritual, constituindo-se, também, como um momento oportuno para a realização de sermões e comícios contra o “credo vermelho”.⁸¹

A respeito de uma destas “Semanas”, o próprio monsenhor Sabino informa que

Às sete horas da noite eu comecei a falar. Só falei, eu falei curto, meia hora, mas falei logo forte... Eu bati nos peitos com força: *Eu venho dizer ao povo de Camocim que eu não tenho medo do comunismo e nem de comunistas!* Tinha muita gente, tinha talvez umas três mil pessoas. Eu não apresentei doutrina, só queria esclarecer o povo que tava iludido, sobretudo os pobres.⁸²

Conhecido por seu espírito combativo e dinâmico, bem como pelo pulso forte⁸³ no combate aos inimigos da fé, Sabino Loyola demonstra que “o compromisso dos religiosos para com o anticomunismo não se restringia ao espaço interno da Igreja, ou seja, às possibilidades de doutrinação oferecidas pelas missas”.⁸⁴

⁷⁹ Monsenhor Sabino Loyola foi Reitor do Seminário Diocesano entre os anos de 1936 e 1939, Diretor Geral e Delegado da Obra das Vocações Sacerdotais, entre 1939 e 1945, momento este em que assumiu a Direção do jornal católico *Correio da Semana*, permanecendo nesse posto até 1949. De 1962 a 1964, voltou a assumir a Direção do semanário católico. “Como um fiel dedicado à defesa da doutrina da Igreja”, a partir de abril de 1964, o homem religioso assumiria a responsabilidade do setor de Ordem Social do Secretariado da CNBB de Sobral. Sobre tais atuações ver: Honra ao mérito. *Correio da Semana*. Sobral, CE, 04 de abril de 1964, capa; Ver ainda: Clero Sobralense: padre Sabino Guimarães Loyola. In: FILHO, Craveiro. *Álbum do centenário de Sobral*. Sobral, CE, 1941. Acervo de Obras Raras, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza, CE.

⁸⁰ SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade Vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-Ce (1927-1950)*. Fortaleza: Edições NUDOC / Expressão Gráfica e Editora, 2007. p. 47. Do mesmo historiador interessa, ainda: *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE (1920-1970)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, 2008.

⁸¹ SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Op. Cit.*, 2007, p. 54.

⁸² Monsenhor Sabino Loyola. Sobral, CE, maio de 1998. Entrevista realizada por Carlos Augusto Pereira dos Santos. *Apud*. “Cidade Vermelha”. *Op. Cit.*, 2007, p. 55.

⁸³ Sobre a atuação política e religiosa do monsenhor Sabino Guimarães Loyola em Sobral, ver: *Álbum do Bicentenário comemorativo da fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral”*. Sobral, CE, 1973.

⁸⁴ Para tais questões ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. (Estudos; 180), p. 25.

Naquelas paragens do sertão cearense, onde as desigualdades sociais eram evidentes e sistematicamente agravadas em tempos de seca, fazia-se oportuno usar o prestígio e a força político-religiosa para amenizar as insatisfações sociais, os riscos de revoltas das multidões, e as chances de adesão em massa dos pobres ao comunismo.

Aos homens de fé católica, nesta medida, cabia o trabalho missionário, a imersão no campo de batalhas, a atuação na linha de frente, práticas comumente protagonizadas por Sabino Loyola também em tempos autoritários, conforme veremos mais adiante.

Por ora, é pertinente evidenciar que as práticas assistencialistas⁸⁵ diuturnamente promovidas pelos círculos religiosos a fim de minimizar as chances de acesso das multidões ao “credo vermelho”, eram também desenvolvidas por outras instituições, cabendo aqui destacar o papel desempenhado pelo Lions e Rotary Club.⁸⁶

Tais clubes atuavam, principalmente, na prestação de serviços à sociedade sobralense e aos grupos sociais mantidos sob a sua área de influência. Dentre outras ações, Lions e Rotary atuavam na promoção de semanas de educação cívica, bem como, na realização de eventos religiosos dedicados a reafirmar a identidade católica do povo da “Princesa do Norte”.

Fundado em Sobral em 30 de outubro de 1954, fruto de articulações entre intelectuais e homens de negócio local com lideranças leoninas da capital do estado, Fortaleza, o Lions-Sobral teria como seu primeiro presidente João Ribeiro Ramos⁸⁷. Intelectual vinculado à Academia Sobralense de Estudos e Letras (ASEL), e jornalista

⁸⁵ Ao longo dos anos 1960, são várias as instituições de caráter assistencialista em Sobral sob o comando da Igreja. Destaca-se, aqui, a existência de orçamento municipal para o financiamento do assistencialismo, com recursos liberados, rotineiramente, no nome do bispo diocesano. O montante em dinheiro correspondia ao “Código 2 – Segurança Pública e Assistência Social”. Para tal caso, ver, por exemplo: *Emenda n° 01, ao Projeto n° 61*. Câmara Municipal de Sobral, Ceará, 09 de maio de 1961. Arquivo do autor. (Grifo no original).

⁸⁶ A historiadora Edvanir Maia da Silveira, em tese recentemente defendida pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, apresenta alguns breves indicativos sobre a participação do Rotary e Lions Clube de Sobral em campanhas anticomunistas. Para tal caso, ver: SILVEIRA, Edvanir Maia. *Três décadas de Prado e Barreto: a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, 2013, p. 135.

⁸⁷ Ribeiro Ramos nasceu em 10 de abril de 1906, em Guaramiranga, região serrana próxima a Fortaleza. Estudou as “primeiras letras” com o pai, Francisco Ramos. Em 1925 formou-se farmacêutico, pela Faculdade de Farmácia do Ceará. Em 1927, muda-se para Acaraú, cidade litorânea próxima a Camocim. Entre 1938 e 1939, já casado com a poetisa Francisca Dinorah Tomaz, passa a residir em Sobral. Nesta cidade deu continuidade ao ofício de farmacêutico, atuando de forma dedicada para a formação da Academia Sobralense de Estudos e Letras (ASEL). Sobre a trajetória intelectual e política de tal personagem, ver, por exemplo: João Ribeiro Ramos. Fortaleza, CE, fevereiro de 1984. Entrevista realizada pela historiadora Tereza Haguette. Acervo do *Núcleo de Documentação Cultural* (NUDOC), da Universidade Federal do Ceará (UFC).

dedicado a reafirmar os valores de distinção da sociedade sobralense, Ribeiro Ramos ocuparia tal posto por prolongados anos, sempre mantendo íntimas interlocuções com as lideranças religiosas.

Com o propósito de “servir aos menos favorecidos da sorte”, e, neste sentido, contribuir com a agenda assistencialista liderada pela Diocese sobralense, os “leões” – como são assim chamados os associados ao Lions Clube – passaram a promover ações conjuntas com a Diocese com o propósito de preservar o bem-estar social, cívico e moral da sociedade sobralense e dos grupos mantidos sob a sua área de influência.

Por outro lado, após intenso combate da Igreja sobralense ao Rotary Club, muito marcante nos anos 1940, por considerá-lo instrumento do protestantismo e um autêntico representante de princípios anticristãos⁸⁸, o clube social foi fundado em 14 de fevereiro de 1960.⁸⁹ A partir desta data, o Rotary passou a desempenhar papel importante na instrumentalização cívica dos jovens sobralenses, bem como, na arregimentação das elites políticas, econômicas e religiosas para a realização de trabalhos conjuntos com vistas a projetar a “Princesinha do Norte” como uma cidade das mais importantes no sertão cearense.

Maria Antonieta Bonito⁹⁰, em estudo dedicado à ação leonística no Brasil, ressalta que principalmente entre os anos de 1961 e 1964, o Lions Clube desempenhou funções consideráveis no acirramento dos conflitos políticos entre esquerdas e direitas, contribuindo, pontualmente, para “criar o clima de ‘vigilância contra a ameaça vermelha’”.⁹¹

Em outra perspectiva, Águeda Bernadete Uhle⁹² mapeia o perfil das propostas e experiências forjadas pelo Rotary Club, chama atenção para a sua disseminação pelo território brasileiro, e suas silenciosas participações no jogo político institucional. De acordo com a autora, no início da década de 1960, o movimento rotário estabeleceu

⁸⁸ Rotary-Club: o que é, o que vale. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 31 de julho de 1942, p. 01 e 02. Ver ainda: O que é o Rotary Club. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 09 de outubro de 1942, p. 01.

⁸⁹ Às nove horas da manhã de 14 de fevereiro de 1960, lideranças “leonísticas” providas de Fortaleza e Parnaíba (Piauí), foram recepcionadas por grupos de intelectuais, empresários e religiosos no Palace Clube, ambiente “requintado” e palco de “aristocráticos e fechadíssimos bailes”. A entrega de sua Carta Constitutiva ocorreu em 14 de maio do mesmo ano, “num banquete com cerca de 120 talheres na AABB”. Na ocasião, discursou o então Prefeito Municipal, padre José Palhano de Sabóia, e outras autoridades religiosas. Para este caso ver: *Revista do Rotary Club de Sobral*, Sobral, Ceará, 30 de março de 1985. (Edição Comemorativa de 25 anos).

⁹⁰ BONITO, Maria Antonieta. *Lions Clube: serviço e poder*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas-SP, 1994.

⁹¹ *Ibidem*, p. 93.

⁹² UHLE, Águeda Bernadete. *Comunhão Leiga: o Rotary Club no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP 1991.

afinadas relações com o Instituto de Pesquisas de Estudos Sociais (IPES) a fim de reforçar as fileiras anticomunistas e de combate à política de Estado de João Goulart.

Fundado nos Estados Unidos da América no começo do século XX, o Rotary Club tinha como proposta “difundir a ética e a moral para o bem do progresso capitalista no mundo”. Cumpriu tais propósitos de forma coordenada, via internacionalização, estabelecendo como princípios orientadores “o patriotismo, a conciliação, a liberdade, o progresso, a justiça, o sacrifício e a lealdade”⁹³, e baseando-se “na ideia de que a indústria e o comércio, antes de serem um negócio, são um serviço social”.⁹⁴

Para Águeda Uhle, a instalação do Rotary Club no Brasil data de 1922, com a formalização de um grupo rotariano no Rio de Janeiro, o qual foi instituído, fundamentalmente, por dois empresários brasileiros e quatorze estrangeiros. Seus participantes, além de homens de negócio, tinham participação ativa no cenário político institucional brasileiro, a exemplo do seu primeiro presidente João Thomé de Saboya⁹⁵, engenheiro, governador do estado do Ceará entre os anos de 1916 a 1919, senador da República entre 1921 e 1930, e natural de Sobral.⁹⁶

A participação do sobralense João Thomé de Saboya na presidência do Rotary do Rio de Janeiro, primeira entidade rotária brasileira, não contribuiu para a constituição imediata do movimento rotário e abertura do Club em terras sobralenses. Informa o Álbum do Bicentenário comemorativo da fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral”, produzido em 1973, que a efetivação de um projeto nesta medida, somente tornou-se possível em fins de fevereiro de 1961, como já mencionamos.

Criado no contexto do “segundo grande surto anticomunista”⁹⁷, o Rotary Club de Sobral engrossou as fileiras do assistencialismo, do “socorro útil”, e, por vezes, da militância contra o “credo vermelho”, práticas já desempenhadas intensamente por monsenhor Sabino Loyola e pela Diocese sobralense com o apoio do Lions Clube.

Uma vez fundado o clube rotário da “Princesa do Norte”, orientado pela estrutura organizativa internacional, os rotários logo passaram a pregar a conciliação

⁹³ Ibidem. p. II.

⁹⁴ GRAMSCI, Antonio Gramsci. Rotary Clube, Maçonaria, Católicos. In: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 8º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 415.

⁹⁵ UHLE, Águeda Bernadete. *Op. Cit.*, p. 45.

⁹⁶ Sobre a atuação política de João Thomé de Saboya e Silva, ver: FILHO, Craveiro. *Álbum do centenário de Sobral*. Sobral, CE, 1941. Acervo de Obras Raras, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza, CE.

⁹⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. Cit.*, 2002. Sobre tal período, ver, principalmente, o oitavo capítulo da obra.

como estratégia política para apaziguar ânimos exaltados, a liberdade como prerrogativa para a proteção dos direitos do indivíduo e como princípio para o respeito à lei e à preservação da ordem, e o civismo como valor estruturante das relações identitárias.⁹⁸ Suas relações com os círculos religiosos, intelectuais, políticos e econômicos locais foram das mais ajustadas para a realização do “bem comum”, para garantia da moral e da ordem.

De acordo ainda com Águeda Uhle, ao longo de sua trajetória, o Rotary Club prezou pela

sedução de padres, pastores e rabinos, seja através de homenagens, seja pela ajuda econômica a obras sociais patrocinadas pelas igrejas ou por projetos conjuntos entre as instituições. É preciso lembrar que, como as igrejas, o Rotary também está interessado em inculcar a sua moral e os seus princípios éticos à sociedade. Especialmente, (...), o Rotary procura se associar aos segmentos mais conservadores das igrejas.⁹⁹

Na “guerra” contra o “inimigo vermelho”, com o propósito de disciplinar e desenvolver/modernizar a “Princesa do Norte”, permitindo que a mesma continuasse a projetar sobre a sua área de influência o lastro de um processo civilizatório, a Diocese sobralense, o Lions e o Rotary Club, equalizaram as diferenças, irmanaram-se e serviram por “amor a Deus, à Pátria e à família”.

No contexto de ascensão dos movimentos sociais e dos conflitos políticos no Nordeste, era preciso conter as chances de disseminação do comunismo. Para tanto, fazia-se necessário harmonizar as relações entre trabalhadores e patrões, equalizar os índices de insatisfações sociais e os riscos de revoltas das multidões, confortar o espírito e assistir aos menos favorecidos. Somente assim a “Princesa do Norte” continuaria a crescer de forma saudável, orientada pelos valores cristãos, e agraciada por uma modernidade marcada pelo signo do progresso.

Rodrigo Patto Sá Motta destaca que pelo menos três fontes matriciais podem ser consideradas para o entendimento das ações de combate ao comunismo no Brasil, quais sejam, o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo.

De acordo com o historiador, a Igreja Católica se constituiu como a instituição “mais empenhada no combate ao comunismo ao longo do século XX”. Para as lideranças católicas, como no caso sobralense, “o comunismo era um inimigo

⁹⁸ Sobre tais pressupostos Cf. UHLE, Águeda Bernadete. *Op. Cit.*

⁹⁹ *Ibidem*, p. 102.

irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta”.¹⁰⁰ A política de enfrentamentos complementava-se com o trabalho dedicado à disciplina das massas, ao oferecimento do conforto espiritual e a assistência material aos pobres.

O nacionalismo, no contexto do “grande surto”, representou outra fonte matricial importante na composição da complexa rede anticomunista atuante no Brasil. De acordo com Sá Motta, para as lideranças nacionalistas, os comunistas representavam o papel do agente estrangeiro, “elementos alienígenas infiltrados na nação brasileira” com claras pretensões de corromper os valores patrióticos e dispostos a submeter a nação ao domínio “moscovita”. Deste modo, a fim de conter a atuação do agente estranho em terras brasileiras, fazia-se necessário que os filhos da “mãe Pátria” esquecessem as suas diferenças e se unissem para melhor defender o País.

Ainda sobre o anticomunismo de inspiração nacionalista, Sá Motta ressalta a validade de se perceber que “os militares foram o grupo social mais receptivo às propostas de mobilização contra o comunismo, em defesa da pátria e da nação”¹⁰¹, ainda que grupos civis também fossem sensíveis a esta pauta e lutassem por ela devotadamente.

Por fim, o liberalismo completou a tríade ideológica anticomunista atuante em terras brasileiras. Homens de negócios, empresários, industriais e intelectuais conservadores, grupos que fundamentalmente compunham os círculos leonísticos e rotários ligados ao IPES,

recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra [o liberalismo político e econômico], por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava.¹⁰²

Tais pressupostos ideológicos, “forneceram a matéria principal para a construção das representações”¹⁰³ do mal, do comunismo como princípio ideológico incompatível com os valores católicos, nacionalistas e liberais, ainda que, também estas matrizes guardassem as suas refinadas diferenças.

¹⁰⁰ SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Op. Cit.*, 2002, p. 18.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 36.

¹⁰² *Ibidem*, p. 38.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 46.

No contexto dos acirramentos políticos dos anos 1960, contudo, tais distinções foram nuançadas, a fim de permitirem o alargamento das fileiras “cívicas”, “cristãs”, “democráticas”, “legalistas”, as quais fizeram do anticomunismo “a fagulha principal a detonar o golpe”¹⁰⁴ que depôs João Goulart do posto de presidente da República do Brasil.

1.3. – A sociedade sobralense e as redes de consentimento

Com o ato “bravio” dos brasileiros em armas, a Nação “voltava à ordem”. A vida na “Princesinha do Norte” parecia retornar à normalidade. O Brasil fora “salvo” das mãos dos comunistas “corruptos” e “corruptores” dos valores morais cristãos. Os “baderneiros vermelhos” foram empurrados em direção ao abismo, assim representava a imprensa católica.

No dia 04 de abril, em primeira edição após o golpe forjado por grupos civis e militares, o jornal *Correio da Semana* estampou em matéria de capa: “Brasil volta à ordem”. O artigo noticiou ao povo sobralense, e das cidades vizinhas, a “perfeita ordem” que “reinava” em todo o território nacional. As “forças democráticas” haviam vencido os “inimigos” da Pátria, e,

Depois do impacto emocional das primeiras horas da última revolução das forças armadas, o povo brasileiro demonstrando mais uma vez seu espírito pacífico e paterno, retorna à vida normal. Não houve derramamento de sangue e a revolução foi feita. (...). Reina perfeita ordem em todo o território nacional (...). Miguel Arraes, Governador deposto em Pernambuco, continua preso sob vigilância do Exército. O agitador Leonel Brizola fugiu, encontrando-se desaparecido. Esperamos que agora, quando a ordem retorna, o Brasil possa continuar a crescer e progredir e que as forças democráticas vitoriosas saibam ser fiéis às esperanças de paz e prosperidade que o povo nela deposita. Que todos os brasileiros unidos, procurem trabalhar para a consecução do bem-estar social e das liberdades democráticas, por que somente assim haverá paz verdadeira, justiça e respeito à dignidade humana.¹⁰⁵

De forma paradoxal, a interrupção do processo democrático parecia “necessária” para a defesa dos valores de democracia, para a manutenção das

¹⁰⁴ Ibidem, p. 231.

¹⁰⁵ *Correio da Semana*, Sobral, CE, 04 de abril de 1964, p. 01.

liberdades, e o “retorno à ordem”. A “paz armada”, a partir de então, era “o começo da paz íntima que estava faltando”¹⁰⁶, assim anunciava dom José de Medeiros Delgado¹⁰⁷ por meio das páginas impressas.

A nova direção do *Correio da Semana*¹⁰⁸, tendo à frente o padre Francisco Sadoc de Araújo, aproveitava a situação para prolongar as festas de 46 anos do periódico, consagrados em 31 de março de 1964. Os motivos pareciam ser dos mais nobres. Comemorar estava na ordem do dia. Em primeira página, o impresso destacava: “Vencemos todas [as batalhas] e hoje é dia de cantar a vitória. Continuamos a existir. Continuamos a batalha. Continuamos a orientar a opinião pública”.¹⁰⁹

Dom João Mota, bispo diocesano em exercício, por outro lado, enviava “Mensagem de Paz” ao povo, destacando que “a revolução vitoriosa que o Brasil está festejando hoje, é o resultado do grande desejo de Paz, anseio profundo de cada brasileiro”. Sublinhando a paz como elemento estruturante da doutrina cristã, e a democracia como signo identitário do ser brasileiro, dom Mota enfatizava: “nas noites escuras das ameaças e da destruição, vê-se com maior clareza o sinal da vitória, deixada pelo Criador, no céu da Pátria”.

As redes de consenso com o novo regime, articuladas por meio das páginas impressas do periódico católico *Correio da Semana*, começavam a ser alinhavadas sob o signo da paz e da expectativa de um futuro promissor para a “Princesa do Norte”. Os discursos anticomunistas, “legalistas” e “democráticos” eram operados como elementos unificadores dos sentimentos religiosos, das relações de identidade e consentimento a oferecer estabilidade para a ordem política que se desenhava.

Noberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, em *Dicionário de Política*, destacam que

O termo consenso denota a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas,

¹⁰⁶ Dom José Delgado. Hora de vigilância (Transcrito de *O Nordeste*). *Correio da Semana*, Sobral, CE, 04 de abril de 1964, p. 01.

¹⁰⁷ Sobre a figura religiosa do personagem citado, ver: PORTO, Márcio de Souza. *Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963-1969)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, 2007.

¹⁰⁸ O periódico de 29 de março de 1964, já noticiava em primeira página a mudança de direção. Até então, tal posto havia sido ocupado por monsenhor Sabino Loyola. Naquela data o referenciava-se duas marcantes de Sabino Loyola: “amor à verdade à qual sempre procurou ser fiel e defesa da doutrina social da Igreja”. Tais valores conduziram o homem religioso para o “setor de Ordem Social do Secretariado da CNBB”. Para tal caso, ver: *Correio da Semana*, Sobral, CE, 29 de março de 1964, p. 01.

¹⁰⁹ *Correio da Semana*, Sobral, CE, 04 de abril de 1964, p. 01.

bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para os alcançar. O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade.¹¹⁰

Compreendendo a pertinência de tal definição para a análise das experiências aqui indicadas, é possível perceber que as crenças partilhadas por membros da sociedade sobralense demarcavam seus modos de ser, sua tradição católica, os valores perseguidos, e uma orientação política anticomunista projetada ao longo de todo o século XX e liderada por não poucos atores sociais e instituições. Imagens e representações de “vitória” contra o “inimigo vermelho” amalgamavam as forças políticas, as crenças, e orientavam expectativas.

Desta forma, na edição de 11 de abril do mesmo ano, a antipropaganda comunista mantinha-se como argumento estruturante do discurso jornalístico. Em primeira página ajuizava-se os conflitos políticos entre a Rússia e a China, ambas marcadas por orientações comunistas antagônicas. O editorial estruturava-se, fundamentalmente, com o propósito de apresentar a doutrina comunista como algo deletério, totalitário, destacando-se, ainda, a fragilidade e os limites da “seita” na união dos comuns. Lia-se: “Hoje, depois de vários anos de triste experiência comunista na Rússia e na China, aparecem as desavenças”.¹¹¹ Os desacordos entre aqueles países eram manobrados para justificar o princípio desagregador que orientava as bases doutrinárias comunistas, “a experiência perversa”, a qual, por muito pouco, não se legitimou no Brasil.

Imagens e representações anticomunistas, veiculadas nas páginas impressas do semanário católico *Correio da Semana*, não se restringiam tão somente aos textos escritos. Recursos iconográficos eram também mobilizados de modo a reafirmar o suposto “oportunismo” dos “inimigos vermelhos”. Desta forma é que, ainda em abril de 1964, o periódico fez circular imagens enunciativas de um comunista obeso, em trajes de banho, meio abrutalhado e que parecia deslocar-se pelo sertão. Em seu calção de banho destacava-se “foice e martelo”. Desautorizadamente, o mesmo pula numa piscina fazendo dela retirar-se seu suposto proprietário.

¹¹⁰ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Consenso. In: *Dicionário de política*. Vol. 01: A-K. 13ª Ed. Brasília: Ed. UNB, 2007, p. 240.

¹¹¹ Rússia x China. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 11 de abril de 1964, p. 01.

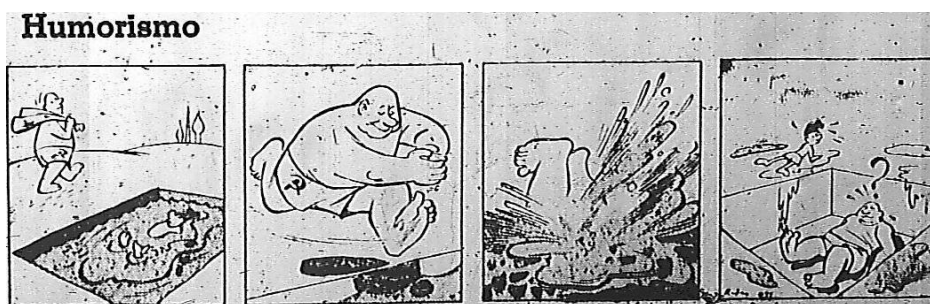


Figura 01: *Correio da Semana*, Sobral, Ceará, 30 de abril de 1964, p. 06. Acervo de microfilmes da Biblioteca Governador Menezes Pimentel (Fortaleza).

Em tempos de debates acirrados em torno do modelo de reforma agrária pretendido pelas esquerdas e capitaneado por João Goulart, a charge parecia servir como instrumento a tornar a antipropaganda comunista acessível a grupos de sertanejos não alfabetizados, e a jovens não tão afeitos às leituras dos pormenores da política nacional.¹¹² Contra os desmandos, e as ameaças ao direito de propriedade, grupos civis e militares reagiram...

A união conquistada pela “revolução” brasileira justificava o clima de harmonia, a comunhão entre os brasileiros “fiéis”. Porém, era preciso ainda manter-se em guarda contra os comunistas que, aos poucos, eram extirpados do poder, mas que, teimosamente, poderiam erguer-se novamente. Neste sentido, dom José de Medeiros Delgado afirmava a necessidade de uma “dupla vigilância”: “a vigilância dos homens em armas nas mãos e a vigilância dos homens sem armas na mão, mas armados de serenidade, de prudência, de esperança e de amor”¹¹³. A ação higienizadora logo poria fim à ação dos “germes patogênicos”¹¹⁴ e alargaria o sentimento de paz e conforto social, assim anunciava editorial do semanário católico.

A indicação do general Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da República funcionava como elemento aglutinador, como um motivo a mais para se acreditar no futuro promissor do Brasil, e do Ceará em específico. Para aquele posto ascendia o “cearense ilustre” e um “militar de fibra”¹¹⁵ que não deixaria de fazer pela terra natal, assim previa o discurso jornalístico.

¹¹² Acerca do jornal católico *Correio da Semana*, é importante destacar a dificuldade de acesso a números do início dos anos 1960, a fim de que fosse possível observar a incidência de recursos iconográficos como parte dos investimentos discursivos e de poder contra o comunismo e contra a atuação política de João Goulart. Diversos investimentos foram tentados em Sobral – na sede do próprio jornal, e no Núcleo de Documentação Histórica (NEDHIS) –, em Fortaleza – na Biblioteca Governador Menezes Pimentel –, e no Rio de Janeiro – na Biblioteca Nacional.

¹¹³ Dom José Delgado. Hora de Vigilância (Transcrito de *O Nordeste*). *Op. Cit.*

¹¹⁴ A Revolução continua. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 25 de abril de 1964, p. 01.

¹¹⁵ Agripino Sousa. Para longe abutres. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 02 de maio de 1964, p. 04.

Ao longo de todo o mês de abril daquele ano, se sucederam artigos dedicados a festejar, homenagear, e convocar a sociedade sobralense para o conagraçamento. Tais discursos incidiram diretamente na conformação de um imaginário político alicerçado, agora, em novas bases. A “democracia” conquistada opunha-se ao “totalitarismo” comunista que “planejava um golpe final” contra as instituições democráticas e a família brasileira; a liberdade situava-se como contraponto ao “servilismo” e à “opressão”, “comuns” em países comunistas, anunciava o semanário. Esse repertório de signos conformava sensibilidades e potencializava novos ritmos de sociabilidades, os quais se faziam orientados pelos rituais festivos instigados pela “vitória”.

Por meio da *Rádio Educadora do Nordeste*, músicas eram irradiadas em “regozijo pela vitória das Forças Armadas sobre o comunismo ateu”.¹¹⁶ O clima de festa disseminava-se. Os sentimentos de “conquista da liberdade”, de “vitória”, de destemor embalavam os dias da sociedade sobralense. Monsenhor Sabino Loyola era quem conduzia os atos comemoracionistas por meio das ondas de rádio, festejava o fim do “nefasto Governo de Jango”.¹¹⁷

Em trabalho dedicado ao estudo das múltiplas relações entre religião e Estado, e atentando para os ritos fundadores de identidades e relações consensuais entre sociedade e instituições, o historiador Fernando Catroga contribui para o entendimento dos atos comemoracionistas que irromperam no Brasil no pós 31 de março de 1964, e que, como se poderá constatar, foram mantidos por prolongados anos.

De acordo com o historiador “as festas cívicas [têm] por objectivo a produção do consenso (...), numa prática aglutinada à volta de símbolos consensualizadores, porque de pretensão universal”.¹¹⁸ Sobre este aspecto, o mesmo ressalta ainda que “na simultaneidade colectiva, os ritos cívicos incitam o indivíduo a reconhecer-se como sujeito social e a mobilizar-se como membro de uma *sociedade* vivida como *comunidade*”.¹¹⁹

Nesta perspectiva, os sujeitos envolvidos nos ritos comemoracionistas, e por vezes, no processo fundador de uma rede de consensos com o Estado que se constituía sob o argumento da “legalidade”, ainda que golpista e de face autoritária, mobilizavam-se autonomamente, compartilhavam dos valores simbólicos que orientavam e

¹¹⁶ Padre Lemos. Radionda. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 11 de abril de 1964, p. 04.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005, p. 94.

¹¹⁹ Ibidem, p. 95. (Grifos no original).

justificavam a intervenção armada. Estes mesmos atores sociais operavam a ressignificação do discurso, a adequação de imagens e representações à gramática da vida cotidiana. Atuavam como tradutores, reinventavam os textos, redimensionavam os seus significados, e teciam, por vezes, as estruturas dos sentimentos de pertença. Agiam, enfim, à revelia de uma suposta máquina de imprensa com poder supremo de manipulação, e de coerção para a adoração. Atuavam como protagonistas.

Por meio das páginas impressas, o padre Gerardo Gomes fazia circular “Salve, Brasil!”:

Assistimos à vitória das instituições históricas do Brasil contra os que se entregavam a uma obra da subversão, à sombra da bandeira vermelha. Todos os brasileiros, que amam organicamente a sua terra e não a querem ver na degradante corrente de satélites da Rússia e da China Vermelha, sentiam que se aproximavam o momento crucial da definição: ou vencia o dístico << Deus, Pátria, Família e Liberdade >>, ou havia de tremular o trapo infame <<foice e martelo >>, no seu cortejo de materialismo e servidão. É fato histórico que muitos brasileiros erguiam a sua voz, alertando o povo contra a terrível realidade. Mas como poderiam fazer-se ouvir pelo povo, se era o próprio Presidente João Goulart que, com sua autoridade, encarregado de zelar pelas instituições e pela pureza do regime, queria entregar o <<GIGANTE >>, amarrado pelos pulsos, aos ferrenhos inimigos da liberdade e do cristianismo?¹²⁰

Tais textos divulgados no semanário católico *Correio da Semana*, permitem observar indícios do medo que rondavam a sociedade brasileira de forma geral, e o sertão cearense de forma específica. É interessante percebermos o peso simbólico de tais argumentos, as palavras e os sentidos a elas atribuídos.

De acordo com o discurso promovido pela imprensa local, com a intervenção armada, a “desordem” fora cessada, os “inimigos” banidos ou empurrados em direção ao abismo, os valores morais cristãos defendidos, as “forças democráticas” salvaram as liberdades democráticas. As “missões” que “corrompiam consciências, preparando o assassinio, o incêndio e a ocupação do território nacional”,¹²¹ foram desmontadas, e, por isso, justificavam-se os ritos comemoracionistas.

Ainda em “Salve, Brasil!”, padre Gerardo Gomes dedicava atenção ao papel da mulher brasileira, “com sua formação eminentemente cristã”, para a concretização daquela conquista de 31 de março. Congratulava-as, pois, “nas marchas triunfais (...)”

¹²⁰ Padre Gerardo Gomes. Salve, Brasil! *Correio da Semana*, Sobral, CE, 11 de abril de 1964, p. 02.

¹²¹ Idem.

empolgaram a nação” para a expulsão dos “vendilhões de nossas riquezas morais, dos que se puseram a serviço dos soviéticos”.¹²²

À medida que o imaginário anticomunista orientava práticas as mais variadas em Sobral, faixas eram fixadas no frontispício da Catedral Metropolitana de Fortaleza com frases de louvor à intervenção militar. Nas faixas constavam as seguintes frases: “Deus abençoe as Forças Armadas do Brasil”, “A mulher cearense com Deus pela Pátria”, “A gratidão do Ceará às Forças Armadas e ao Governo do Estado pela renovação da Democracia”.¹²³ “Por iniciativa do Movimento Cívico da Mulher Cearense, tendo à frente a primeira dama do Estado, D. Luiza Távora”, era celebrada missa em ação de graças para homenagear a “ação redentora” das Forças Armadas.¹²⁴ Dom José de Medeiros Delgado, Arcebispo de Fortaleza, era quem presidia o ato litúrgico.¹²⁵

O “espetáculo de rara beleza”, anunciado pelo jornal *O Povo* de 06 de abril daquele ano, acontecia com considerável presença popular, sendo possível perceber o envolvimento de “homens, mulheres e crianças, velhos e moços, pobres e ricos, autoridades e homens do povo, civis, militares e eclesiásticos”. Ao longo do ato, em lugar de destaque, era possível perceber o governador do estado, Virgílio Távora,

o cel. Cmt. Interino da 10^o Região Militar e seu Estado Maior, todos acompanhados das exmas. famílias, autoridades, representações das Bandeirantes, confrarias e associações religiosas, algumas empunhando seus estandartes, elementos expressivos do comércio e da indústria e das classes liberais, uma massa popular entusiasta e convicta, todos concorreram para dar ao grande espetáculo de fé e civismo um toque emocionante da espontaneidade e grandeza.¹²⁶

O indicativo de “espontaneidade” proposto pelo discurso jornalístico contribui para firmarmos a reflexão sobre as relações de *consenso* que aqui sustentamos, a qual faz alusão às vontades políticas dos atores sociais na participação dos ritos comemoracionistas e na legitimação do estado de exceção. Ou seja, interessa-nos mais as relações imaginárias e de identidades compartilhadas, e menos a suposta supremacia

¹²² Idem.

¹²³ Referimos-nos a fotografia divulgada em primeira página no jornal *Unitário*, Fortaleza, CE, 06 de abril de 1964.

¹²⁴ Milhares de pessoas na missa em ação de graça pela vitória da democracia. *Unitário*, Fortaleza-CE, 06 de abril de 1964, s/p.

¹²⁵ Missa em ação de graças pela vitória democrática. *O Povo*, Fortaleza, CE, 04 e 05 de abril de 1964, p. 01. *Acervo de Microfilmes da Biblioteca Nacional (BN)*, Rio de Janeiro, RJ.

¹²⁶ Espectáculo de rara beleza a missa pela vitória das forças democráticas. *O Povo*, Fortaleza, CE, 06 de abril de 1964, p. 01. *Acervo de Microfilmes da Biblioteca Nacional (BN)*, Rio de Janeiro, RJ.

manipuladora da propaganda do Estado para fazer adorar, para fazer crer, festejar e pactuar. Sobre estas questões, teremos oportunidade de retornar no capítulo terceiro.

Por ora, na esteira de Norberto Bobbio, cabe evidenciar que “o consenso pode ser considerado como fator de cooperação e como elemento fortalecedor do sistema político”.¹²⁷ Estes termos balizadores contribuem para o entendimento do Estado autoritário como regime político não apartado da sociedade com a qual ele se relaciona, não podendo, por vezes, ser refletido como algo estranho a ela, ou mesmo imposto de cima para baixo, de fora para dentro por meio do uso exclusivo da força.

Neste sentido, os atores sociais envolvidos nas festas cívicas, nos atos comemorativos da “revolução vitoriosa” – para utilizar o termo recorrente na grande imprensa – atuavam como bases fortalecedoras e legitimadoras daquele regime político. As relações identitárias tecidas pelos grupos envolvidos nos atos de conagração, e suas participações diretas nos ritos cívicos, tornava-os agentes produtores de significados e manipuladores de “instrumentos de unificação”.¹²⁸

Enquanto produtor de significados, o Movimento Guardião da Pátria (MGP) manifestou-se em apoio às “gloriosas” Forças Armadas. Fundado em 07 de setembro de 1963, liderado por um “chefe Eclesiástico”, o grupo congregava jovens estudantes em torno de uma formação pedagógica marcadamente anticomunista. Com a “revolução”, o “Comando Geral do Movimento” manifestou-se com a publicação de uma nota nas páginas impressas do jornal *O Povo*. Em matéria de capa destacaram:

este grupo não poderia deixar de esclarecer a sua posição firme e inabalável ao lado das nossas Gloriosas Forças Armadas e ao lado dos Democratas cristãos que venceram aqueles que queriam implantar na terra de Nossa Senhora Aparecida um regime de ódio e de privação dos nossos direitos de orar a Deus. Sempre tivemos uma posição de repúdio ao comunismo, para isto, nunca demos ouvido aos chamados de homens da esquerda. Graças a Deus este movimento de jovens cristãos já é bastante conhecido pelo Senhor Governador do Estado, pelo Prefeito e por outras autoridades que sempre nos deram o apoio para poder levar nossa posição é esta: 1) apoio total às autoridades democráticas e cristãs que venceram a Baderna Vermelha; 2) colocar-nos à disposição de todos vós os nossos esforços e trabalhos. 3) levar à frente a Doutrina Social da Igreja e o Evangelho de Deus.¹²⁹

¹²⁷ BOBBIO, Norberto; [et. al.], *Op. Cit.*, 2007, p. 242.

¹²⁸ DÉBORD, Guy. *Apud*. CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA/ França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005.

¹²⁹ Movimento Guardião da Pátria. *O Povo*, Fortaleza, CE, 11 e 12 de abril de 1964.

Posicionaram-se no mesmo espectro Jorge Gentil Barreira, Luis Queiroz Campos ¹³⁰ e Raimundo Aristides Ribeiro ¹³¹, presidente, e primeiro e segundo vice-presidentes do Movimento Cívico Democrático (MCD), respectivamente. Em proclamação ao povo cearense, “os amantes da liberdade e propugnadores da moralização dos costumes político-administrativo do país” ¹³² destacaram a importância do apoio popular à “revolução” que teria posto fim ao “clima de subversão, desordem e indisciplina, o qual, por pouco, não nos lançou na escravidão do comunismo”. ¹³³

No MGP, jovens estudantes “liderados” por um “chefe” religioso. No MCD, intelectuais, profissionais liberais e atores sociais envolvidos na vida político-partidária cearense. A participação de um e outro sugere a heterogeneidade dos grupos que se posicionaram em apoio ao golpe, e à legitimação do Estado autoritário que se desenhava.

No tocante aos atos cívicos e religiosos de conagração da “revolução redentora”, ainda em 04 de abril de 1964, em Sobral, “realizou-se concentração para

¹³⁰ À época, Luiz Queiroz Campos era vice-prefeito de Fortaleza, eleito por forças da *União pelo Ceará*. Em 30 de abril de 2012, então com 87, em entrevista concedida ao jornal *O Povo* o mesmo falou sobre a sua trajetória política e profissional. Na entrevista, destaca o seu envolvimento com as principais lideranças políticas cearenses durante o Estado Novo, a exemplo do Interventor Menezes Pimentel, e sua postura moralizadora e autoritária mantida ao longo do exercício profissional como jornalista e, num segundo momento, como político profissional. Ao tempo em que atuou como vice-prefeito do general Murilo Borges (1963-1967), Luiz Campos destaca o seu empenho para a criação de um “Serviço Municipal de Informações”, e sua indisposição para dialogar com as esquerdas. Embora extensa, a entrevista não trata a respeito de sua participação no *Movimento Cívico Democrático*, bem como, da atuação das elites políticas conservadoras cearenses na construção do golpe contra Goulart, e mesmo no apoio à ditadura. Um destaque especial, contudo, é dado às vultosas quantias em dinheiro, provindos da *Aliança para o Progresso*, recebidas por grupos locais, dos quais o mesmo participava. Para este caso ver: Um homem de memórias. *O Povo*, Fortaleza, CE, 30 de abril de 2012. *Acervo de Microfilmes da Biblioteca Nacional (BN)*. Rio de Janeiro, RJ.

¹³¹ Natural de Reriutaba, zona Norte cearense, nasceu em 12 de março 1912. Em fevereiro de 1927, ingressou no Seminário Menor de Sobral. Entre 1931 e 1932, estudou Filosofia, e entre 1933 e 1934, cursou Teologia, ambos no Seminário Maior de Fortaleza. Em 1936, retornou a Sobral a convite do monsenhor Aloísio Pinto, para dirigir o Colégio Sobralense (diocesano). Nesta cidade, lecionou Geografia, Química e História Natural no Colégio Sant’Ana (também diocesano). Em 1941, foi admitido como sócio fundador da Academia Sobralense de Estudos e Letras (ASEL). Pouco depois ingressou na Faculdade de Direito, na capital cearense. Foi eleito deputado estadual em 1947 pelo Partido de Representação Popular (PRP). Nos anos 1950, lecionou na Faculdade Católica de Filosofia e, nos anos 1960, durante a administração de Murilo Borges à frente da Prefeitura de Fortaleza, Raimundo Aristides Ribeiro atuou como Secretário Municipal de Educação. Nos anos 1970, ingressou no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) na qualidade de sócio efetivo, bem como, após curso na Escola Superior de Guerra (ESG), filiou-se à Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra (ADESG). Para este caso ver: *Revista do Instituto do Ceará* (IC), Fortaleza, CE, vol. 117, 2003.

¹³² Para este caso ver: Movimento Cívico Democrático faz proclamação ao povo. *O Povo*, Fortaleza, CE, 13 de abril de 1964, p. 02. *Acervo de Microfilmes da Biblioteca Nacional (BN)*. Rio de Janeiro, RJ.

¹³³ *Idem*.

comemorar a vitória das forças democráticas do País. Ouviram-se vários oradores e regular massa popular compareceu à Praça Mons. Linhares”.¹³⁴

Naqueles momentos, fortes chuvas caíam sobre a região. A terra semiárida parecia não ser porosa o suficiente para embeber-se com a abundância das águas. Se em tempos outros a terra estava ressequida, naqueles primeiros meses do ano de 1964 as chuvas faziam transbordar, faziam correr as águas, faziam lavar os leitos dos rios, e estes aproveitavam para reconquistar os seus terrenos primeiros.

A cidade de Sobral, que surgiu às margens do rio Acaraú, e dele tomou de empréstimo alguns pedaços de chão, fez-se tomada pelas águas. Os estragos logo se fizeram ouvir, tornando-se público, muito rapidamente, o decreto de “estado de calamidade”.¹³⁵

O periódico *Correio do Ceará*, com circulação diária na capital do estado, informava sobre a situação de calamidade em que se encontrava a “Princesinha do Norte”. A sangria do Açude Araras deixava “inúmeras famílias ao mais completo desabrigo”. Em tom de alerta, pelas páginas impressas era enfatizado:

a população da cidade de Sobral está em pânico e clama por socorro. Há um sério perigo de epidemia e nos postos de saúde não existe estocagem de vacinas. Calcula-se que mais de cinquenta famílias se encontram ao desabrigo, enquanto as águas do Acaraú avançam para o centro da cidade.¹³⁶

Em meio ao contexto de desagravos, provocados pela cheia do rio Acaraú, o prefeito Cesário Barreto Lima não deixava de fazer as honras à “revolução vitoriosa”. Ainda em 15 de abril daquele ano, o mesmo dirigia “mensagem aos sobralenses enaltecendo a figura do presidente Humberto Castelo Branco”. Publicado no *Correio do Ceará* de 17 de abril de 1964, a mensagem exaltava a figura do “cearense ilustre”, bem como, louvava o feito “nobre” das Forças Armadas. O ato “bravio” dos brasileiros em armas, de acordo com o líder do executivo municipal, passava a representar

o fim de uma era de corrupção, de desmandos, de negação dos direitos, de inversão de valores que caracterizavam o último governo de João Goulart, no afã de desmoralizar o regime e suas instituições para, através de uma pregação subversiva, conduzir o País à mais cruel e desumana das ditaduras,

¹³⁴ Política em retalhos. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 11 de abril de 1964, p. 06.

¹³⁵ Estado de calamidade no Vale do Acaraú. *Correio do Ceará*, Fortaleza, CE, 15 de abril de 1964, p. 05.

¹³⁶ Águas do Acaraú avançam para o centro de Sobral. *Correio do Ceará*, Fortaleza, CE, 16 de abril de 1964, p. 05.

à implantação do totalitarismo comunista – o que significa a negação dos direitos da pessoa humana, vergando a vontade soberana do povo e violentando a consciência nacional, tradicionalmente democrática e cristã que, por isso mesmo, repudiou a trama que a cúpula da última administração forjava para a subordinação do Brasil. Mas, as valorosas Forças Armada cumpriram o seu dever para com o Brasil.¹³⁷

Sempre fazendo comentários elogiosos à figura de Castelo Branco, e destacando a importância das Forças Armadas no cessar dos “desmandos” *janguistas*, a mensagem aos sobralenses ressaltava ainda:

Agora, a atitude que será tomada fora de quaisquer dúvidas, atitude que o Brasil inteiro aguarda ansioso, é a continuidade dessa salutar obra de profilaxia nacional, com o expurgo dos desonestos e dos ladrões (...). Porém, verificadas as extensões do perigo, as Forças Armadas e o Povo do Brasil, de pé, reagiram em fúria indômitas, blindados pela coragem e pelo civismo das consciências democráticas, expulsaram os vendilhões da Pátria, convencidos de ‘que nada supera a ventura e a dignidade de ser livre’”. Pois bem, é no instante mesmo em que os horizontes nacionais se abrem diante de novas esperanças, e no instante mesmo em que as suas instituições receberão o amplo oxigênio de sua renovação – que o Prefeito Municipal e o povo de Sobral expressam através desta mensagem a irrestrita solidariedade, seu apreço e sua confiança na ação do bravo e ilustre Presidente – Marechal Castelo Branco (...).¹³⁸

A mensagem de Cesário Barreto Lima, muito bem simboliza a complexidade da rede de consentimentos que se constituiu na cidade de Sobral com o Estado autoritário. O anticomunista, defendido aqui como traço da “sobralidade”, fazia operar signos comemoracionistas mesmo em momentos difíceis. O presente se constitua somente como um lugar de passagem. As expectativas de futuro eram marcadas pelo otimismo “democrático”, os horizontes fendidos sinalizavam condições “reais” para a concretização da “Princesinha do Norte” como espaço distinto no sertão cearense.

“A Revolução continua”... O afastamento do “perigo vermelho” e dos agentes a seu serviço configura-se, nos primeiros dias do Estado instituído com o golpe contra João Goulart, como ação ainda limitada. Para muitos grupos, fazia-se necessário proceder com a “operação limpeza”¹³⁹ a fim de higienizar minuciosamente o território

¹³⁷ Cesário Barreto dirige mensagem aos sobralenses enaltecendo a figura do Presidente Humberto Castelo Branco. *Correio do Ceará*, Fortaleza, CE, 17 de abril de 1964, p. 05.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Compartilhamos das proposições sustentadas pelo historiador Carlos Fico, quando o mesmo propõe a superação da estrutura binária/simplista dedicada a situar os grupos militares entre “duros” e “moderados”. Em diálogo com o pesquisador, interessa-nos a reflexão que indica que uma “operação limpeza”, repressiva e longa, esteve presente desde os momentos iniciais do estado autoritário, encontrando, por vezes, ponto de culminância com o AI-5, em dezembro de 1968. Para este caso ver do

nacional e “eliminar o mal”. O editorial de 25 de abril de 1964 do semanário católico *Correio da Semana* oferece pistas de um desejo político fundado neste princípio. Em primeira página, temos:

Não basta aprisionar e expatriar os agentes de potências externas que montavam, em nosso país as peças da máquina fratricida e comunizante. O trabalho de médico, quando pretende restituir a saúde ao enfermo, assume dupla direção. Enquanto elimina os germes patogênicos determinantes da infecção, não negligencia, um só instante, o trabalho de robustecer e fortificar o organismo, tornando-o infenso aos micróbios ou capaz de reagir sobre eles. No Brasil, urge-se a adoção de terapêutica equivalente. Não é bastante afastar os bacilos da sovietação. É preciso, paralelamente robustecer o Brasil, através de medidas objetivas que o propulsionem para melhores dias. O campo está aberto para receber as reformas indispensáveis ao nosso desenvolvimento.¹⁴⁰

O Brasil, de acordo com a imprensa católica sobralense, parecia ganhar robustez com os atos do “Comando Supremo da Revolução”. A suspensão dos direitos políticos, a cassação de mandatos, a transferência de oficiais das Forças Armadas para a reserva, as prisões, entre outras práticas, simbolizavam o caminho “acertado”. Em referência ao Ato Institucional nº. 1, de 09 de abril de 1964, Humberto R. de Andrade destacava: “surgiu o Ato Institucional, que estremeceu, pela expressividade e justeza dos termos – belo, empolgante, patriótico, a desbaratar qualquer pretensão de manutenção da máquina subversiva”.¹⁴¹

“Nada de compaixão”, era o que exigia o articulista Murilo Gaspar de Aquino no primeiro caderno do periódico “associado” *Correio do Ceará*. Destacando a índole “bondosa” e “sentimental” do povo brasileiro, Murilo Gaspar enfatizava que aqueles tempos exigiam uma postura mais firme para a realização dos propósitos “revolucionários”, e ressaltava:

Queremos aproveitar a oportunidade e chamar a atenção das autoridades dominadoras do presente movimento revolucionário para não “esfriarem” nem ter “pena” dos elementos merecedores de punição. Nada de compaixão! Aqui e acolá, devagarzinho, irá surgindo um padrinho sentimental condoído da situação dos “pobrezinhos” presos ou respondendo a processos. “Coitadinhos”, já sofreram tanto; tão perseguidos; até que nem fizeram tanta

autor: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

¹⁴⁰ A Revolução continua. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 25 de abril de 1964, p. 01.

¹⁴¹ Humberto R. de Andrade. Ato Institucional. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 02 de maio de 1964, p. 04.

coisa ruim contra a Pátria, já está na hora de soltá-los. (...). Torna-se necessário não arrefecer (...).¹⁴²

A nota introdutória do AI-1, e os trechos dos artigos referenciados parecem muito bem documentar a identidade do regime autoritário que se constituía. Principalmente quando enfatiza ser “indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva de futuro”¹⁴³, o Ato Institucional situa parcelas da sociedade brasileira como agentes atuantes na construção do regime autoritário.

De acordo com aquela imprensa sobralense um futuro saudável somente seria possível se os “agentes patológicos” que agiam a serviço do “inimigo vermelho” fossem identificados e imediatamente extirpados do território nacional. “Medidas objetivas”, conforme sugere o periódico católico, capazes de proporcionar dias melhores, eram então reclamadas.

Nos bastidores da Casa Legislativa Municipal sobralense, vereadores manipulavam o AI-1 na tentativa de desferir um golpe certo contra possíveis agentes comunistas presentes em instituições públicas da “Princesinha do Norte”. Suas ações não tardariam.

Também o “movimento estudantil” sobralense, muito embora seja considerado por alguns historiadores como resistente ao Estado autoritário¹⁴⁴, logo tornou público suas opções.

Em 11 de abril de 1964, grupos de estudantes secundaristas festejaram a “vitória no âmbito nacional das Forças Armadas”.¹⁴⁵ Os “novos tempos” inspiravam a configuração de uma “linha nova” para o Centro Estudantil Sobralense (CES), entidade representativa dos secundaristas. Também de orientação anticomunista, o CES mobilizou o instrumental “democrático” para justificar suas opções políticas e orientar seu ofício junto à “classe”.

¹⁴² Murilo Gaspar de Aquino. Nada de compaixão. *Correio do Ceará*, Fortaleza, CE, 23 de abril de 1964, p. 04.

¹⁴³ Ato Institucional n.º. 01, Rio de Janeiro, GB, 09 de abril de 1964. *Apud.* FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 339.

¹⁴⁴ Para uma análise do movimento estudantil sobralense como grupo resistente ao Estado autoritário, ver: BRITO, Tancredo Augusto Almeida. *Da cruz à foice e o martelo: a participação dos estudantes sobralenses no combate a ditadura militar (1964 - 1970)*. Monografia de Graduação. Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, CE, 2012. Para tal caso ver, ainda: SILVEIRA, Edvanir Maia. *Op. Cit.*, 2013. Desta tese, ver principalmente o capítulo segundo: “Cidade pulsante: a oposição à ditadura em Sobral”, p. 65-108.

¹⁴⁵ Movimento Estudantil. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 11 de abril de 1964, p. 06.

A entidade estudantil, dispunha de espaço no semanário diocesano, e, no dia 18 de abril, Vera Cristina Mont'Alverne Lopes, representante do CES fez circular o posicionamento da entidade frente aos acontecimentos: “O Brasil está vivendo atualmente um dos mais emocionantes momentos de sua história cívica e política. A luta pela democratização, pela liberdade”.¹⁴⁶ Em tom combativo, e com afinada orientação anticomunista, a articulista afirmava ainda: “parecia mesmo que nós, brasileiros, havíamos contraído o germe da inatividade e da demência e que um destino sombrio nos estava definitivamente reservado, nada mais havendo a fazer, senão, esperar a hora fatal”.¹⁴⁷

Contra o “desfecho do mal”, de acordo com a articulista, às Forças Armadas coube a tarefa redentora, desempenhando o papel de “repúdio [do] comunismo ateu”, e, por vezes, a “luta pelos princípios da justiça e moral cristã, atributos natos de todos os brasileiros”.¹⁴⁸

Ainda em abril, parecendo cumprir com a agenda comemoracionista, marcada por ritos cívicos os mais diversos, os estudantes sobralenses envolvidos no CES organizaram festa em homenagem a Tiradentes pretendendo situar “toda a classe em sintonia com o civismo inato do brasileiro”.¹⁴⁹ Ao noticiar o evento cívico e indicar a presença do “Dr. Ramos, presidente da Associação de Comércio, padre Sadoc Araújo (...) e centenas de estudantes”¹⁵⁰, o periódico católico *Correio da Semana* destacou: “Homenageando Tiradentes, o CES mostrou ao povo que os estudantes lutarão pela posição que devem desfrutar no cenário sociopolítico”¹⁵¹ brasileiro.

Sintonizando-se a frequência de rádio ZYH-32 – 970 Klcs, entre onze horas da manhã e quinze horas da tarde, era possível acompanhar o “Plano RE 64 para o seu almoço”.¹⁵² Monsenhor Sabino Loyola era quem conduzia sessão de almoço na *Rádio Educadora do Nordeste*.

¹⁴⁶ Coluna Estudantil: O movimento democrático de 1º de abril. Vera Cristina Mont'Alverne Lopes. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 18 de abril de 1964, p. 03.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ É interessante notar que em 09 de dezembro de 1965, por meio do Decreto Federal nº. 4.897, Tiradentes, ou Joaquim José da Silva Xavier, seria proclamado Patrono Cívico da Nação Brasileira. Para tais questões, ver: Glorificação a Tiradentes. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 28 de abril de 1973, p. 05.

¹⁵⁰ Estudantes sobralenses promovem festa cívica em homenagem a Tiradentes. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 25 de abril de 1964, p. 06. Pelo menos até dezembro do ano em pauta, é possível encontrar registros da execução do “Plano RE 64” pela Rádio.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² A cidade em revista. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 18 de abril de 1964, p. 05.

Na “Princesinha do Norte”, o cortejo comemoracionista alargava-se, e aqueles tempos difíceis, de “calamidade”, provocados pela cheia do rio Acaraú, eram relegados ao segundo plano da pauta jornalística. Os ritos cívicos pareciam determinar os ânimos da entidade estudantil e de outras instituições da sociedade civil organizada. Ao “paladino intrépido”, cabia a função de propagandear os feitos e convocar a sociedade para os ritos comemoracionistas, para as festas demarcadoras de um novo tempo.

Cultuado como herói nacional, a figura de Tiradentes servia como instrumento simbólico a amalgamar as expectativas sobralenses, a equalizar os preceitos de liberdade, civismo e religiosidade cristã ¹⁵³ com os valores estruturantes da “sobralidade”.

Ainda na *Rádio Educadora do Nordeste*, o Centro Estudantil Sobralense mantinha o programa “A hora do estudante”. Fazendo uso deste espaço para divulgar a agenda “democrática” da “linha nova centrista”, a entidade estudantil pluralizava o seu discurso e, em 02 de maio, lançava manifesto aos operários, “incentivando-os com o calor de nosso ideal, concitando-os a levarem avante a nobre tarefa da construção da pátria brasileira”. ¹⁵⁴

É válido frisar que o Centro Estudantil Sobralense configurava-se como uma derivação local do Centro Estudantil Cearense (CEC), este fundado em agosto de 1931. De acordo com o historiador Braulio Eduardo Pessoa Ramalho, dois anos após a fundação do CEC, foi criada a Polícia Estudantil (PE), entidade também atuante em Sobral ao longo dos anos 1960.

Instituição reconhecida e “respaldada” pela Polícia Civil do estado do Ceará, constituindo-se como um departamento do CEC, Polícia Estudantil tinha como fins:

- a)Funcionar como órgão preventivo junto à classe estudantal;
- b)Evitar o mais possível que os estudantes frequentem casas de jogos, bars-fond, cabarets etc;
- c)Manter um serviço de fiscalização permanente em todas as casas de diversões;
- d)Trabalhar de acordo com a Polícia Civil do Estado, a fim de, com maior eficiência manter a ordem junto à classe estudantal;

¹⁵³ Para uma reflexão sobre a simbologia mitológica em torno de Tiradentes, ver: CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um herói nacional. In: *Op. Cit.*, 1990, p. 55-73.

¹⁵⁴ Movimento Estudantil. Gomes de Moura. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 02 de maio de 1964, p. 06.

e)Levar ao conhecimento da Diretoria do Centro Estudantal Cearense todas as ocorrências havidas entre e com estudantes, para que possa a mesma tomar as providências que julgue necessárias.¹⁵⁵

Ainda que se atribuísse como missão garantir descontos para os estudantes filiados em espaços de diversão, a Polícia Estudantal, ao longo do Estado autoritário atuou como uma verdadeira censora dos costumes juvenis.¹⁵⁶ Aos policiais “estudantais”, ao longo do regime de exceção, coube o ofício de monitoramento e de cerceamento de práticas incompatíveis com os valores democráticos da “classe”, e, nesta medida, o trabalho de acompanhamento dos jovens para a moralização dos costumes.

Quando flagrados em ações indisciplinadas, ou, principalmente, quando surpreendidos nas zonas de meretrício de Sobral, os jovens eram recolhidos pelos agentes da PE, e estes, por sua vez, se encarregavam de produzir relatório a ser destinado à diretoria do CES, aos pais dos moços “infratores”, bem como, à direção da Escola na qual o centrista estivesse matriculado.

Naqueles tempos, disciplina era a palavra de ordem, e, conforme sugere o ex-policiaI estudantal Edvar Pereira Moura¹⁵⁷, em entrevista marcada pelo saudosismo aos tempos da “revolução”, a Secretaria de Polícia do estado do Ceará credenciava os agentes da PE, e os autorizava a portar “arma de fogo quando em serviço”.¹⁵⁸ Com uma comissão de sindicância, afirma ainda o entrevistado, a entidade policial promovia trabalhos investigativos rotineiros, principalmente quando estudantes “centristas” “entravam com propostas para tornar-se policiaI estudantal”.¹⁵⁹

À “juventude patrícia” vinculada ao CES, anunciava o articulista Aurélio Martins, cabia “tarefa de mais alta importância: mudar a mentalidade criada por anos de sistemática doutrinação, [e] erradicar ideologias extemporâneas e exóticas”. Para que esta agenda fosse cumprida, deveriam “as elites estudantis reorganizarem o sistema de

¹⁵⁵ Regulamento da Polícia Estudantal. Departamento do Centro Estudantal Cearense, Fortaleza, CE, 1940. *Apud*, RAMALHO, Braulio Eduardo Pessoa. *Foi Assim! O movimento estudantil no Ceará (1928-1968)*. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002. p. 320-330.

¹⁵⁶ Ainda em 1971, encontramos informes em periódicos que documentam a atuação da Polícia Estudantal (PE) sobralense. Para tal caso ver: Polícia Estudantal tem novo Diretor. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 03 de abril de 1971, p. 02.

¹⁵⁷ Edvar Pereira Moura. Sobral, CE, janeiro de 2013. Entrevista realizada por José Valdenir Rabelo Filho. Edvar P. Moura nasceu em 1940, em Ubajara, pequena cidade localizada na Serra da Ibiapaba – distante 85 km de Sobral. Filho de comerciantes, ainda criança foi morar em Sobral, onde, posteriormente ingressou na Faculdade de Filosofia Dom José. Defensor fervoroso dos preceitos católicos, e da figura religiosa de dom José Tupinambá da Frota, Edvar Moura dedica-se a trabalhos voluntários no Museu Diocesano que carrega o nome do “bispo-conde”.

¹⁵⁸ *Idem*.

¹⁵⁹ *Idem*.

vida do estudante brasileiro” promovendo os ajustes necessários para a manutenção da disciplina e da ordem. Para o articulista, o cumprimento de tal intento ficaria a cargo do CES e dos “centristas”, estes considerados a “vanguarda” da “classe” estudantil sobralense.

Ainda a respeito dos ritos cívicos e da participação da sociedade sobralense na legitimação do Estado que se constituía, é válido frisar a participação do Lions Clube na organização da “Campanha do Ouro para o bem do Brasil”. Lançada sob “intensos aplausos de leões e domadoras presentes”, e coordenada pelo “leão Pedro de Melo Assunção, digno gerente da Agência local do Banco do Brasil”, a campanha organizada na “Princesinha do Norte” pretendia “recolher todos os donativos em ouro que o generoso povo de Sobral” tivesse a ofertar para “o Bem do Brasil”.¹⁶⁰

A abertura da campanha, na manhã de sábado, dia 06 de maio, marcada pela colocação de “uma urna na Casa O Samuel”, centro da cidade, contou “com a presença das autoridades civis, eclesiásticas e militares”. “Tratando-se de uma campanha de alto valor patriótico e de âmbito nacional”, destacava o semanário local, “é de crer-se que nenhum sobralense digno deixará de contribuir para o êxito da mesma”.¹⁶¹

O ato simbólico presidido pelo Lions Clube e assessorado por outras instituições e grupos sociais, torna ainda mais complexa a rede de consentimentos da sociedade sobralense com o Estado autoritário. Ao longo dos ritos cívicos, grupos diversos lançavam mão de símbolos e projetos políticos comuns, e, nesta mesma medida atuavam na legitimação de um Estado golpista.

¹⁶⁰ Campanha do ouro para o bem do Brasil. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 06 de maio de 1964, p. 06.

¹⁶¹ Idem. Vale destacar que na capital cearense a Campanha somente foi lançada no dia 10 de maio de 1964. A solenidade de abertura ocorreu na *Casa Parente*, e contou com a participação de civis, militares, e representantes de classes diferenciadas. Na ocasião, discursou brevemente o governador Virgílio Távora, o comandante da 10º RM, o deputado Mauro Benevides, presidente da Assembleia Legislativa estadual, o vereador José Barros de Alencar, presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, dentre outras personalidades. O evento contou com a participação especial de dom José de Medeiros Delgado, Arcebispo metropolitano, o qual abençoou a campanha e recomendou ao povo contribuir “para o bem do Brasil”, para a “consolidação do regime democrático e das aspirações do nosso povo”. Para este caso ver: Começa campanha “Ouro para o bem do Brasil”. *Unitário*, Fortaleza, CE, 09 de maio de 1964, s/p. O evento simbólico, dentre outros aspectos, formalizava o empenho iniciado ainda em abril pelo MCMC para destinar apoio material e simbólico à “revolução”. Quando a imprensa fortalezense divulgou a indicação do cearense Castelo Branco para a presidência da República, a senhora Albanisa Rocha Sarasate viajou ao Rio de Janeiro, acompanhada do esposo, Paulo Sarasate, e do governador Virgílio Távora, com o propósito de presentear o marechal com uma “caneta de ouro e uma placa de platina oferecida pelo Movimento Cívico da Mulher Cearense”. Na caneta o destaque: “Homenagem do MCMC – 15/04/64”. Para este caso ver: A entrega da caneta de ouro ao Presidente Castelo Branco. Para este caso ver: *O Povo*, Fortaleza, CE, 20 e 21 de abril de 1964, p. 06. *Acervo de Microfilmes da Biblioteca Nacional (BN)*, Rio de Janeiro, RJ.

De acordo com a historiadora Janaína Martins Cordeiro, a “Campanha do Ouro” surgiu “logo após a posse de Castelo Branco” como uma resultante das articulações entre “as entidades femininas paulistas” e os Diários Associados. Este ritual simbólico resgatava no imaginário político brasileiro campanha de mesmo nome, “organizada em São Paulo em 1932, quando da Revolução Constitucionalista contra o governo de Getúlio Vargas”.¹⁶²

Se em 1932 a “campanha do ouro” ambicionava contribuir com recursos para a “Revolução Constitucionalista”, que pretendia fazer frente ao exercício político de Vargas, em 1964 diversos grupos da sociedade civil cooperavam com a “revolução vitoriosa” que teria imposto o fim do governo de João Goulart, o herdeiro político getulista com “tendências golpistas”.

A posse do general Humberto de Alencar Castelo Branco inspirava uma verdadeira onda de otimismo no Ceará. Em Fortaleza, nas vésperas do ato de posse, organizava-se a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, a qual, enquanto cortejo da vitória, se destinava a “expressar, de público, o repúdio da família cearense ao comunismo ateu e materialista”¹⁶³. Naquele momento, o ato cívico que se organizava contava com “o patrocínio do Movimento Cívico da Mulher Cearense”¹⁶⁴, e era previsto para 16 de abril, dia seguinte à posse do “cearense ilustre”.

A partir do dia 13 de abril, a Marcha ganhou notoriedade em matérias de capa nos jornais da capital cearense. Por meio das páginas impressas o MCMC convidou as “autoridades, as associações de classe, estudantes, operários, o povo em geral para abrilhantarem”¹⁶⁵ o rito comemoracionista. Deixou-se claro que o objetivo era seguir os moldes das marchas “promovidas com o melhor êxito em São Paulo, Rio e Belo Horizonte”.¹⁶⁶

Para a realização do ato, o MCMC, presidido por Luiza Távora, primeira dama cearense, contava com o apoio do governo do Estado, com a colaboração de industriais e comerciários que liberavam seus empregados para que pudessem participar das manifestações, e com o apoio da Prefeitura municipal de Fortaleza, que estabelecia a gratuidade do transporte público, e ponto facultativo nas repartições municipais. O

¹⁶² MARTINS, Janaína Cordeiro. *Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 76.

¹⁶³ Quinta-feira, em Fortaleza, a Marcha pela Liberdade. *O Povo*, Fortaleza, CE, 13 de abril de 1964, p. 01 e 05. *Acervo de Microfilmes da Biblioteca Nacional (BN)*, Rio de Janeiro, RJ.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Milhares de pessoas na Marcha da Família. *O Povo*, Fortaleza, CE, 14 de abril de 1964, p. 01 e 02. *Acervo de Microfilmes da Biblioteca Nacional (BN)*, Rio de Janeiro, RJ.

¹⁶⁶ Idem.

objetivo com tais medidas era atrair as famílias para a Praça Coração de Jesus, centro da cidade. Dali o grupo seguiria para a Catedral Metropolitana, onde seria celebrada missa em ação de graças, e, logo em seguida, marchariam em direção ao Quartel General da 10ª Região Militar, onde fariam homenagem às Forças Armadas do Brasil.

No dia 14 de abril o jornal *O Povo* propagandeou os preparativos da festa:

Entidades públicas e privadas já iniciaram os preparativos para a Marcha. As faixas e cartazes exaltando a Revolução Democrática já estão sendo confeccionadas, em vários “ateliers” da cidade e os fogos de artifícios foram encomendados, para dar maior brilhantismo a essa enorme manifestação de fé no Cristianismo e nos destinos desta grande Pátria.

Transcorrida a Marcha, diversos jornais da capital noticiaram as características “virtuosas” do evento em matérias de capa. *O Povo* informou: “Marcha foi manifestação sem precedentes em Fortaleza”¹⁶⁷. O *Correio do Ceará* exaltou: “Povo repudiou nas ruas o credo comunista. A ‘Marcha’ foi um espetáculo soberbo de Fé Democrática”¹⁶⁸. Em *Gazeta de Notícias*, foi possível ler: “Marcha foi afirmação de fé democrática do nosso povo”.¹⁶⁹

O rito comemoracionista, organizado pelo Movimento Cívico da Mulher Cearense com o apoio de diversas instituições públicas e privadas, foi marcado pela presença de “milhares de pessoas, numa demonstração pública sem precedentes”, anunciaram os periódicos. Portando “cartazes e faixas alusivos à defesa das instituições democráticas e de exaltação às Forças Armadas e ao novo presidente da República”, os diversos grupos envolvidos na manifestação serpentearam as ruas do centro da cidade, acompanhados de “três bandas de música” que “executavam hinos e dobrados patrióticos, que eram entoados entusiasmamente pelo povo”.

Celebrado o ofício religioso na Catedral Metropolitana, manifestantes seguiram para o Quartel General da 10ª RM, a fim de prosseguirem com as homenagens “às tropas aquarteladas em Fortaleza (do Exército, Marinha e Aeronáutica)”. Ali, o estudante Joaquim de Alencar Bezerra, “em nome da União Estadual dos Estudantes, e José Guedes dos Campos Barros, em nome dos alunos da Faculdade de Direito”,

¹⁶⁷ Marcha foi manifestação sem precedentes em Fortaleza. *O Povo*, Fortaleza, Ceará, 17 de abril de 1964, p. 01.

¹⁶⁸ Povo repudiou nas ruas o credo comunista. A ‘Marcha’ foi um espetáculo soberbo de Fé Democrática. *Correio do Ceará*, Fortaleza, Ceará, 17 de abril de 1964, p. 01.

¹⁶⁹ Marcha foi afirmação de fé democrática do nosso povo. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ceará, 17 de abril de 1964, p. 01.

pronunciaram-se favoráveis à ação “redentora” das forças militares em 31 de março. Luiza Távora, primeira dama cearense e líder do movimento, fez uso da palavra para expressar “os sentimentos de alegria e íntima satisfação que invadem a alma da coletividade do Ceará, por sentirmos todos que já está afastada do horizonte da Pátria a terrível ameaça que assombrava os nossos corações”.¹⁷⁰ Em discurso marcado por forte carga emocional, em lágrimas Luiza Távora destacou ainda que

agora o Exército, Marinha e Aeronáutica unidas num só pensamento e uma mesma ação, afastaram para bem longe, enérgica e lealmente os [ilegível] e solertes inimigos do Brasil, da família e dos mais sagrados sentimentos de patriotismo de nosso povo (...).

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade Restaurada” foi finalizada com grande emoção quando do “ribombar dos 21 tiros de canhão”, seguido de momento “memorável” em que o povo “entou vibrante o hino nacional”.¹⁷¹

O ato simbólico parecia pressagiar a longa vida que o Estado autoritário alcançaria no Brasil. Construído socialmente, o mesmo se perpetuaria acompanhando as oscilações dos “graus de consenso”¹⁷², das relações identitárias ziguezagueantes mantidas por parcelas significativas da sociedade brasileira com as propostas políticas projetadas e executadas ao longo do regime de exceção.

Em reflexão sobre o apoio da sociedade civil brasileira à ditadura, expresso nas “marchas da vitória”, a historiadora Aline Presot enfatiza que grupos os mais diversos manobraram um arsenal simbólico e um imaginário político presente nos discursos, imagens e representações construídas sobre o “inimigo vermelho”, sobre as relações ditas subversivas alimentadas pelo governo reformista de João Goulart.¹⁷³ As relações identitárias que a partir daí foram tecidas contribuíram para a constituição da base social do projeto político autoritário.

Ao longo dos atos cívicos comemoracionistas, os grupos que saudavam a “revolução vitoriosa” atuavam como tradutores de signos e adequavam a lógica do

¹⁷⁰ Ibidem, p. 02.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Para tal questão ver: BOBBIO, Norberto; [et. al.], *Op. Cit.*, 2007, p. 240.

¹⁷³ Sobre as “marchas da vitória” e os jogos simbólicos articulados no processo de legitimação do golpe ver: PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2004. Da mesma autora, ver ainda: Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. II: Brasil e América Latina).

discurso à gramática da vida cotidiana. Atuavam como protagonistas daquela história sem que supostos roteiros manipuladores fossem seguidos. Faziam da cena política um emaranhado de práticas. O amor à Pátria, o respeito à democracia, a defesa da família, da propriedade privada e das liberdades democráticas amalgamavam os grupos para os cortejos da vitória.

Enquanto as “passeatas-monstro” se proliferavam, o Comando da 10ª Região Militar continuava a “receber telegramas e ofícios de numerosas entidades de classe, externando suas congratulações e hipotecando solidariedade pela atuação daquele contingente (...) no processo de redemocratização do País”.¹⁷⁴ Dentre as várias entidades, destacava-se:

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria na Extração de Sal de Caucaia; Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Fortaleza; Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Ceará; Circulo Operário Rural de Itapajé; Câmara Municipal de Quixadá; União das Classes Produtoras de Camocim; Povo Camosinense Reunido; Prefeitura Municipal de Trairi; Associação dos ex-combatentes do Brasil (Seção Ceará); Quixeramobim Clube.¹⁷⁵

Na capital e no interior do estado o apoio à “revolução” expressava-se de diferenciadas formas. Missas e marchas da “vitória”, pronunciamentos públicos, destinação de missivas às repartições e personalidades militares.

Em Camocim, a “cidade vermelha”, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade parecia muito bem representar a “vitória” da cruzada diocesana sobralense contra o “comunismo ateu”. O lugar escolhido para a concentração das famílias, não à toa, foi exatamente o entorno da estação ferroviária, lugar de onde partiria o cortejo em direção à Praça da Matriz, onde seria celebrada missa campal “em ação de graças pela vitória concebida pelas gloriosas forças armadas”. Nas páginas do *Correio da Semana* destacava-se o “brilhantismo” da marcha da “vitória da democracia”, ganhando destaque, ainda, a

perfeita organização da comissão encarregada dos festejos, notando-se magnífica apresentação das escolas locais, com fardamento de gala, ostentando estandartes e o entusiasmo (...) que saudavam os grandes lutadores por essa vitória em nossa Pátria. Da Praça 07 de setembro rumou a

¹⁷⁴ Novas congratulações às Forças Armadas. *O Povo*, Fortaleza, CE, 27 de abril de 1964, p. 02. *Acervo de Microfilmes da Biblioteca Nacional (BN)*, Rio de Janeiro, RJ.

¹⁷⁵ *Idem*.

grande multidão para a Praça Pinto Martins, onde se encontrava palanque oficial, local escolhido para os discursos das autoridades, sendo encerrada a parte oratória com o vibrante improvisado do Sr. Prefeito Municipal.¹⁷⁶

Principalmente em fins dos anos 1950 e início da década de 1960, trabalhadores ferroviários vinculados à Rede de Viação Cearense (RVC) assumiram postura combativa nos enfrentamentos políticos, seja exigindo melhores condições de trabalho, e, neste sentido, protagonizando greves, seja mesmo filiando-se à política reformista encetada ao longo do governo de João Goulart.

Com o golpe de Estado e a suposta “democratização” das instituições brasileiras, processada por meio de “operações limpeza”, logo os ferroviários tornaram-se alvo fácil, principalmente por suas vinculações com o comunismo. Nos instantes que se sucederiam ao golpe, a força coercitiva do Estado autoritário concentraria suas forças de modo a desfazer as “teias do mal”, de forma a desmontar supostos planos que atentassem contra a ordem democrática e cristã.

1.4. Desafeição e disputas de/pelo poder

Em Sobral, civis da Casa Legislativa Municipal mobilizavam-se a fim de higienizar as instituições da “Princesinha do Norte”. Qualquer indício de infiltração comunista precisava ser averiguado, e os possíveis agentes da doutrina “moscovita” deveriam ser “extirpados”.

Desta forma, em 22 de maio de 1964, vereadores sobralenses encaminharam dossiê endereçado ao general André Fernandes, comandante da 10ª Região Militar, em Fortaleza. O conjunto documental, composto de “Abaixo Assinado”, fotografias, cartazes de campanha, dentre outros registros, denunciavam o envolvimento do prefeito Cesário Barreto Lima, e dos vereadores Raimundo Nilo Donizete Coelho e Francisco Rodrigues Magalhães com líderes ferroviários e comunistas.

O dossiê, produzido por civis da Casa Legislativa Municipal, demandava a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) contra Cesário Barreto Lima. De acordo com os vereadores, o prefeito de Sobral, eleito no pleito de 1962 pelo Partido

¹⁷⁶ Edmundo Fontenele. Camocim festejou com brilhantismo a vitória da democracia. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 02 de maio de 1964, p. 06 e 05.

Trabalhista Nacional (PTN), teria envolvimento com “movimentos de subversão e atividades de inspiração comunista”.¹⁷⁷ Destacavam os vereadores:

imbuídos dos mais nobres sentimentos de brasilidade e confiança nos dignos chefes militares de nossas bravas Forças Armadas, nessa fase árdua de recuperação nacional, vimos com a devida venia, levar ao conhecimento de V. Excia., para que sejam adotadas as devidas providências de acordo com o que estabelece o Ato Institucional baixado pelo Comando Supremo da Revolução, fatos que reputamos graves e lesivos aos interesses nacionais e atividades subversivas, em que estão implicados o atual prefeito do Município de Sobral, Sr. Cesário Barreto Lima, bem como dois vereadores da comuna.¹⁷⁸

Os cartazes de campanha eleitoral endereçados ao comandante da 10º RM situavam o “prefeito Cesário Barreto Lima com destacados elementos do Partido Comunista”. O homem público, de acordo com os documentos expedidos pelos civis da Casa Legislativa sobralense, teria feito “campanha eleitoral ombro a ombro” com os comunistas, destacando-se, entre os tais, Adahil Barreto, Moisés Pimentel, Anibal Bonavides e o “comunista conhecido por Azevedo, presidente do Núcleo dos Ferroviários” em Sobral.

Aníbal Bonavides, deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), vale lembrar, exerceu participação ativa na formação da Frente de Mobilização Popular (FMP), no Ceará, bem como, liderou atos públicos conclamando trabalhadores para o engajamento no movimento nacional-reformista em *terras alencarinas*. Já em 10 de abril de 1964, Bonavides “teve seu mandato cassado, por exercer atividades subversivas tendo sido preso e recambiado para a 10º Região Militar”. Nessa mesma data, foi “fichado criminalmente pelo Serviço de Identificação, por atividades subversivas”.¹⁷⁹ Destinos semelhantes tiveram os deputados federais Adahil Barreto e Moisés Pimentel, ambos também petebistas.

¹⁷⁷ Sobral, CE, 22 de maio de 1964. Dossiê Cesário Barreto Lima. *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Prontuário. Anibal Fernandes Bonavides. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Estado do Ceará. *Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.



Figura 2 - “Cartaz de propaganda do Prefeito Cesário Barreto ao lado dos Comunistas MOISÉS PIMENTEL – ADAHIL BARRETO – ANNIBAL BONAVIDES e do Sr. AZEVEDO um dos conhecidos agitadores da RVC”. *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE.

Civis da casa legislativa sobralense, fazendo uso de fotografias, destacaram “a participação ativa do prefeito Cesário Barreto nos movimentos de subversão e atividades de inspiração comunista”. De acordo com os vereadores o mesmo teria sido flagrado “entre os agitadores da RVC na promoção de greves e regozijo pela vitória dos grevistas”.¹⁸⁰ Como instrumento de prova, os vereadores apresentaram ao comando da 10º RM a fotografia destacada a seguir (ver figura 3).

A “juntada” documental¹⁸¹ oferecia fortes indícios contra o prefeito municipal da “Princesinha do Norte”. Em 16 de junho ainda daquele ano, Cesário Barreto recebeu radiograma do Ministério da Guerra – IV Exército, 10º Região Militar – exigindo

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ É válido destacar que a cópia do processo movido contra Cesário Barreto Lima, hoje disponível no acervo da *Associação Anistia 64/68*, permite o acesso a doze registros iconográficos, os quais acompanham a primeira página do abaixo assinado produzido por vereadores sobralenses. No que se refere ainda este documento, não dispomos dos nomes dos vereadores que o subscrevem. A “juntada documental” permite o acesso à Portaria nº. 14, que institui Inquérito Policial Militar Contra Cesário Barreto Lima, bem como, a Termos de Inquirição de Testemunhas, e a série documental apresentada por Cesário a fim produzir argumentos em sua defesa, dentre outros.

“comparecimento ao quartel 23° BC, dia 19 corrente mês às oito horas fins depoimento Inquérito Policial Militar”.¹⁸²



Figura 3 – Documento apresentado pelos vereadores da Câmara Municipal de Sobral ao Comandante da 10ª Região Militar. [s/d]. *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE.

Como contraprova, no dia 19 de junho daquele ano, Cesário Barreto Lima apresentou documentos diversificados: resultado final das eleições de 1962 em Sobral; cópia de ofício encaminhado ao presidente João Goulart; cópia de ofício expedido ao jornalista David Nasser, da revista *O Cruzeiro*, e ao governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda; carta recebida da Sociedade S. Vicente de Paulo de Sobral; recortes do jornal católico *Correio da Semana*; dentre tantos outros documentos. Seu propósito era justificar a sua “integridade política”, e, principalmente, apresentar que tal acusação tratava-se de desafeição, oposição política.

Em depoimento, o mesmo negou qualquer tipo de relacionamento com os deputados Adahil Barreto, Aníbal Bonavides, e Moisés Pimentel, bem como, com o ferroviário sobralense Azevedo. Em contrapartida, destacou suas relações com o coronel

¹⁸² Radiograma. Ministério da Guerra, IV Exército, 10ª Região Militar, Ten. Cel. Hugo Hortencio de Aguiar (Encarregado IPM). *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE.

Virgílio Távora, governador do estado do Ceará, udenista e homem político reconhecidamente conservador.

A respeito das relações de Cesário Barreto com o coronel Virgílio Távora, e as peculiaridades do PTN no estado do Ceará, é válido o diálogo com o historiador Francisco Moreira Ribeiro.¹⁸³ De acordo com o mesmo, o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 foram marcados por ativas mobilizações de setores da sociedade civil, as quais se traduziram em manifestações sociais de matizes os mais variados. No Nordeste brasileiro, em específico, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais ganharam destaque na protagonização de conflitos com grupos de civis, os quais rotineiramente agiam armados a mando de latifundiários. Contra os “agitadores”, ainda, a força policial militar intervinha sob a alegação de manutenção da ordem social, e sistematicamente agia com violência.

De modo a conter a disseminação dos propósitos reformistas em *terras alencarinas*, em 1962, com o apoio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ao qual se filiava o empresário cearense Aécio de Borba Vasconcelos¹⁸⁴, foi constituída a *União pelo Ceará*. De caráter conservador, o pacto político formalizado entre lideranças partidárias da UDN, PSD e PTN, com participação de elites econômicas e religiosas, foi configurado como instrumento de poder para a manutenção de oligarquias políticas à frente do comando do estado.¹⁸⁵ De modo a arregimentar a adesão popular, as principais lideranças da *União* argumentavam a necessidade de se “estancar o avanço comunista, cuja institucionalização e legitimação” estavam em curso na *terra da luz*. De modo a disseminar o medo-pânico, a *União* contava com o apoio dedicado do deputado federal Armando Falcão (PSD), e com os espaços midiáticos dos *Diários Associados*.

¹⁸³ RIBEIRO, Francisco Moreira. *A reação político-conservadora: o caso da União pelo Ceará*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2000. Agradeço ao amigo e historiador Carlos Augusto dos Santos pela indicação.

¹⁸⁴ Vale destacar a atuação de Aécio de Borba como secretário de governo nos instantes que antecederam o golpe de estado contra João Goulart, e em diferenciados momentos ao longo da ditadura. Pessoa de confiança do coronel Virgílio Távora, Aécio de Borba esteve à frente do Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), o qual visava dotar o estado do Ceará de infraestrutura necessária para a implantação de parques industriais, e modernização das estruturas políticas locais. Os recursos para a execução destes propósitos advieram de negociações mantidas com grupos norte-americanos, resultando em vultosas cifras repassadas pela *Aliança para o Progresso*, por intermédio do IBAD. Vinculado ao IBAD, destaca-se ainda o papel desempenhado por Hélio Beltrão, coordenador de campanha também filiado ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Cf. ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. (UFC), Fortaleza-CE, 2006.

¹⁸⁵ Para este caso ver: MOTA, Aroldo. *União pelo Ceará: força política ideológica de natureza conservadora*. In: *História política do Ceará (1945-1985)*. Fortaleza, Ed. Stylyus, 1985.

Para o historiador Francisco Moreira Ribeiro, a *União pelo Ceará* “tinha como meta se contrapor, usando a ameaça comunista como justificativa, aos segmentos comprometidos com o nacionalismo reformista, cujo discurso ganhava, a cada dia, mais adeptos na região Nordeste”.¹⁸⁶ O acordo político, então, formalizado em 1962, fechava o ciclo de negociações de cúpula iniciado ainda em 1958, o qual previa relações amistosas entre partidos políticos de corte trabalhista e lideranças pessedistas e udenistas do estado.

Na região Norte do estado cearense, Cesário Barreto Lima destacava-se como personalidade política aliada à *União pelo Ceará*. O mesmo fez-se prefeito municipal pelo PTN, no pleito de 1962. Nesse mesmo processo eleitoral, uma das principais lideranças udenistas cearenses, e figura de proa no pacto político-partidário conservador, foi eleito governador do estado do Ceará. Iniciava-se, ali, a prolongada vida política do coronel Virgílio Távora, com quem o prefeito sobralense manteria afinadas relações.

Quando de seu interrogatório no 23º Batalhão de Caçadores (BC), em Fortaleza, Cesário Barreto Lima fez questão de ressaltar suas amistosas relações com o governador cearense em exercício. Ao tempo em que respondia às questões, Cesário Barreto apresentava uma série de documentos a fim de comprovar o que expunha. Seu objetivo era demonstrar que a denúncia da qual se fazia objeto, tratava-se de desafeição, de intrigas políticas arquitetadas por correligionários de um padre sobralense. Com o golpe de 31 de março, os mesmos apoderavam-se das prerrogativas “revolucionárias” para “desfazerem-se” de adversários políticos.

O prefeito sobralense, então, apresentava à junta militar documento que comprovava os resultados das eleições de 1962. No mesmo *corpus*, destacava-se a sua atuação na consecução da vitória do coronel Virgílio Távora ao governo do estado, bem como, na eleição de Wilson Gonçalves e Carlos Jereissati (PTB) para o Senado.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Para melhor compreender as relações político-partidárias mantidas entre os anos 1950 e 1960, bem como, os jogos políticos que impulsionaram a criação da *União pelo Ceará*, ver: RIBEIRO, *Op. Cit.*, 2000.

¹⁸⁷ Destaca-se a vitória do coronel Virgílio Távora, em Sobral, ao governo do estado do Ceará, com 12.366 (doze mil trezentos e sessenta e seis) votos, contra 2.365 (dois mil trezentos e sessenta e cinco) de seu adversário, Adahil Barreto. Este, muito embora provindo dos quadros udenistas, se fez alvo da virulência do deputado federal Armando Falcão, o qual o acusou de “esquerdista ligado aos comunistas”. De modo que seja possível verificar como o eleitorado sobralense votou em 1962, ver: *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE. Sobre as acusações das quais se fizeram alvo Adahil Barreto, Cf. RIBEIRO, *Op. Cit.*, 2000.

Para o historiador Francisco Moreira Ribeiro, “o PTB, no Ceará, é conservador”. “Sua estrutura ocupacional não difere da dos partidos conservadores. O seu crescimento é fruto do ingresso de lideranças que, por falta de espaço nos grandes partidos, ingressaram no PTB [levando] consigo seus colégios eleitorais”.¹⁸⁸

De modo a justificar o perfil conservador do PTB cearense, o pesquisador faz referências à guinada do pessedista e ultraconservador sobralense – formado à sombra da ditadura Vargas – Francisco de Almeida Monte ao partido trabalhista ainda nos anos 1950. Chico Monte, como é popularmente conhecido, guinou para as hostes trabalhistas quando não se viu contemplado por candidato que conseguira eleger ao governo do estado no início dos anos 1950. Sentindo-se “injustiçado” na consecução de privilégios, o mesmo deslocou seu colégio eleitoral para o PTB, constituindo-se, a partir daí, numa das principais lideranças do partido na zona norte cearense.

Ainda no que se refere ao perfil do PTB cearense, o historiador Francisco Moreira Ribeiro destaca que a agremiação “estava distante do PTB nacionalista radical, defensor das reformas de base”.¹⁸⁹ No que se refere às peculiaridades deste partido no território cearense, contudo, consideramos pertinente avançar no debate e problematizar as propostas sugeridas pelo historiador Francisco Ribeiro.

O diálogo com Serge Berstein¹⁹⁰ interessa para compreendermos os partidos políticos como lugar de mediação onde discursos e práticas de poder se intercambiam de forma nem sempre sincrônica. Enquanto aspecto de tradução, a mediação política engendra relações de forças complexas e descontínuas, resultantes de jogos políticos protagonizados por agentes que, a depender das contingências históricas, reorientam seus planos e exercícios de poder, se (re)adaptam e reformulam *hábitus*.

Nessa medida é que consideramos que as propostas do historiador Francisco Moreira Ribeiro sobre o perfil do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Ceará, são um tanto quanto redutoras, haja vista tenderem a desconsiderar as complexidades intrapartidárias. As relações de forças mantidas no interior do partido atuam na configuração de zonas diferenciadas, e, muito embora Chico Monte tenha migrado para a agremiação política, tornando-se uma das principais referências trabalhistas no estado, é redutor supor que o partido tenha interiorizado valores conservadores numa perspectiva *stricto sensu*.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 126.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 150.

¹⁹⁰ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

O conservadorismo do Partido Trabalhista Brasileiro no território cearense, apontado pelo historiador Francisco Moreira Ribeiro, então, diz respeito a apenas uma das faces do perfil político da agremiação. É relevante enfatizar que ao PTB estiveram também filiados atores políticos que protagonizaram a organização de sindicatos rurais e urbanos, que lideraram a fundação da Frente de Mobilização Popular (FMP), e a Frente Nacionalista do Crato (FNC), dentre outras ações. Nessa medida, vale destacar a atuação do deputado estadual Aníbal Bonavides na execução de uma agenda nacional-reformista afinada com os pressupostos progressistas manobrados por setores da esquerda brasileira que então pavimentavam caminhos ao radicalismo.

Da ala radical dos partidos políticos de corte trabalhista, Cesário Barreto Lima, acusado de comunista por civis da Casa Legislativa sobralense, fazia questão de declarar seu distanciamento. Quando do seu interrogatório no 23º BC, perguntado sobre suas relações com os ferroviários da RVC, afirmou ter participado sim de algumas reuniões de sindicalistas, porém, que seu real interesse nessas ocasiões era estritamente eleitoral. O mesmo era ainda candidato à prefeitura municipal pelo PTN quando, a convite do general Humberto Moura ¹⁹¹, Superintendente da Rede de Viação Cearense, aceitou participar de algumas reuniões de ferroviários.

Quando perguntado sobre “o tipo ideológico dos vereadores Nilo Donizetti e Francisco Rodrigues Magalhães, [Cesário Barreto] respondeu que os considera autênticos democratas, anticomunistas, sem nenhuma ligação com os elementos do PCB” ¹⁹² e mesmo com o “grupo de 11”. Ao longo do depoimento prestado ao tenente coronel Hugo Hortencio de Aguiar, o prefeito sobralense enfatizou não ter qualquer envolvimento com comunistas, destacando a similaridade de seu “tipo ideológico” com os dos vereadores citados, bem como, sua formação cristã.

Enquanto se justificava argumentando que tais acusações eram fruto de desafeição dos correligionários políticos do deputado federal petebista José Palhano de Sabóia, ex-prefeito de Sobral e filho adotivo do bispo dom José Tupinambá da Frota, Cesário Barreto Lima aproveitava para desferir novas denúncias contra o “queridinho” do “santo bispo”.

¹⁹¹ Para um debate sobre movimentos grevistas promovidos por ferroviários no Ceará, bem como, sobre as ações de que os mesmos são alvo após o golpe de 31 de março de 1964, ver: ALMEIDA, Nilton Melo. *Rebeldes pelos caminhos de ferro: os ferroviários na cartografia de Fortaleza*. Fortaleza: SECULT/CE, 2012. Sobre o general Humberto Moura, o pesquisador destaca seu perfil autoritário, e as lutas dos ferroviários para destituí-lo da Superintendência da RVC.

¹⁹² Depoimento. Cesário Barreto Lima. Inquérito Policial Militar (IPM). Fortaleza, CE, 19 de junho de 1964. *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE.

Cesário Barreto e José Palhano havia tempos disputavam ferozmente o jogo político municipal, e, com os tais, carregavam seus correligionários. O primeiro, comerciante destacado na região Norte cearense, apoiou o queridinho de dom José na corrida eleitoral de 1958. Uma vez tornado prefeito da “Princesa do Norte” pela UDN¹⁹³, Palhano não cumpriu com os acordos firmados com o comerciante. Resultado: tornaram-se inimigos ferrenhos.

O conjunto documental apresentado por Cesário Barreto ao tenente coronel que presidia o IPM, muito bem sinalizava a batalha que o mesmo travava contra Palhano de Sabóia pelo menos desde o início dos anos 1960. Ao longo do interrogatório, Cesário defendia-se e ao mesmo tempo atacava o adversário político.

Contra Palhano de Sabóia, que era também padre, Cesário Barreto Lima apresentava acusações de “malversação de dinheiro público”, e de apropriação ilegal de veículos doados pelo Ministério da Saúde emplacados no estado do Piauí, e usados para fins particulares.¹⁹⁴

Francisco Palhano de Sabóia e Luiz Marcelo Palhano de Sabóia, irmãos daquele ex-prefeito, de acordo com Cesário, teriam ocupado funções de tesoureiros da prefeitura municipal de Sobral entre os anos de 1958 e 1962. Contra os mesmos, em abril 1964, o juiz José Albuquerque Rocha, da 2º Vara da cidade de Sobral, expediu mandato de prisão preventiva, “acusando-os de crime de peculato configurado no art. 312 do Código Penal”. No “despacho” da ordem de prisão, o juiz destacava ser de quase “3 milhões de cruzeiros o desvio de verbas municipais de responsabilidade dos irmãos do deputado Palhano de Sabóia”.¹⁹⁵ Destacava ainda o Juiz que o delito decorria do desvio de “impostos pagos por grandes firmas da cidade lançados em talões não oficiais e utilizados para fins particulares pelos tesoureiros da administração”¹⁹⁶ do padre-prefeito. “Desaparecidos, com a polícia ao seu encalço”, os irmãos do deputado petebista varavam o sertão.

¹⁹³ José Palhano de Sabóia concorreu ao pleito municipal de 1958 pela União Democrática Nacional (UDN). Vice-presidente local do partido, já no fim do mandato, José Palhano de Sabóia pretendeu a indicação de um seu sucessor para o executivo municipal. O nome por ele indicado para o jogo sucessório era o comerciante Jerônimo Medeiros Prado. Contido pela direção estadual, com quem travou intensos conflitos, o padre-prefeito rompeu com a UDN em 1961, filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por meio do qual se consagraria deputado federal no pleito de 1962.

¹⁹⁴ Para um melhor debate acerca as disputas políticas entre Cesário Barreto Lima e padre José Palhano de Sabóia, ver de nossa autoria especialmente do capítulo segundo e terceiro do trabalho *Uma Sobral, muitas cidades*: apresentando tensões e decifrando silêncios (1958-1966). Monografia de Graduação. Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, CE, 2009.

¹⁹⁵ Decretada a prisão preventiva contra 2 irmãos de Palhano. *Correio do Ceará*, Fortaleza, CE, 20 e 21 de abril de 1964, p. 03.

¹⁹⁶ Idem.

Em meio à documentação, usada para fundamentar sua autodefesa, Cesário Barreto Lima apresentava o ofício n.º. 114/63, de 09 de agosto de 1963, endereçado a Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara. Nele, o prefeito sobralense em exercício informava sobre investigações encaminhadas para “verificação de irregularidades praticadas na gestão passada do Sr. José Palhano de Sabóia”.¹⁹⁷ A investigação, dizia Barreto, “veio a atestar que a administração passada tivera como tônica principal a malversação dos dinheiros do povo”.¹⁹⁸

O prefeito sobralense, por meio do ofício, reclamava a Carlos Lacerda a falta de posicionamento do presidente João Goulart, o qual, ainda em 27 de junho daquele ano, também havia sido convocado a intervir pelo povo da “Princesinha do Norte”, e, neste sentido, contra os irmãos Palhano. Confidenciando-se com Lacerda, Cesário Barreto Lima destacava que “o Exmo. Sr. presidente da República fez ouvidos de mercador às nossas denúncias”¹⁹⁹, dando sinais, neste sentido, de “cumplicidade” com o deputado petebista. Dizendo-se solitário na luta contra a corrupção, o prefeito da “Princesinha do Norte” requisitava apoio ao governador da Guanabara, e afirmava que: “nossas esperanças são necessariamente depositadas em V. Excia., autêntico paladino da Democracia e vigoroso combatente da linha de frente em defesa da moralidade administrativa”.²⁰⁰

À época, já se conhecia a personalidade política de Carlos Lacerda. Sua virulência anticomunista, antitrabalhista e antigetulista marcavam a sua identidade. Seu poder discursivo de extrema-direita, suas opções políticas golpistas e antidemocráticas, e suas afinadas relações com os militares eram de conhecimento do chefe do executivo da “Princesinha do Norte”. Este, claro, não entendia Carlos Lacerda, governador Estado da Guanabara, a partir desses últimos registros, pois, antidemocráticos eram os outros, e não o próprio.

O chefe do executivo da “Princesinha do Norte”, assim, afiançava a Carlos Lacerda poderes para manobrar as informações por ele compartilhadas. Estas, ao

¹⁹⁷ Ofício n.º. 144/ 63. Cesário Barreto Lima, prefeito Municipal de Sobral. Sobral, CE, 09 de agosto de 1963, 3p. *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE. Destaca-se no ofício, ainda, o “desaparecimento” dos seguintes recursos: Cr\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzeiros), destinados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, para a construção de um Hotel Municipal; Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros), destinados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas – Departamento Nacional de Obras e Saneamento, para investimentos na infraestrutura de saneamento da cidade de Sobral.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 01.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 03.

²⁰⁰ *Idem*.

mesmo instante em que faziam recair graves acusações contra o padre e deputado federal petebista José Palhano de Sabóia, se configuravam como mais um instrumento de combate ao governo de João Goulart. Lacerda não descansava, tramas golpistas contra Goulart manobrava nos bastidores.

Cesário Barreto Lima, ainda, para escapar à acusação de comunista, apresentou carta que lhe havia sido destinada pela Sociedade de S. Vicente de Paulo, em 30 de dezembro de 1963. No documento, Raimundo Frota, presidente da Associação, fazia agradecimentos ao prefeito pelo contributo prestado pelo mesmo para o trabalho de assistência social desenvolvido pela entidade. Seu “tipo ideológico” poderia ser percebido também por meio de recorte de jornal, com mensagem publicada no *Correio da Semana* pela Irmã Ana Dalva Gomes de Matos, superiora da Santa Casa de Misericórdia. Na mensagem, se verificavam votos de agradecimento ao homem público pela destinação de recursos “em benefícios dos pobres doentes”.²⁰¹

Com o conjunto documental, o prefeito Cesário Barreto Lima justificou sua “missão” política e seu “tipo ideológico”. Justificou que a acusação de comunista tratava-se de desafeição.

Também por ter dois irmãos militares, o prefeito da “Princesinha do Norte” não sofreu sanções políticas. Luis Flamarion Barreto Lima, general e professor da Escola Superior de Guerra (ESG), e Luciano Tebano Barreto Lima, coronel do Exército²⁰², intervieram em favor do irmão. Suas afinadas relações com Humberto de Alencar Castelo Branco, certamente contribuíram para a interrupção do Inquérito Policial Militar. As íntimas relações com lideranças da *União pelo Ceará*, se somaram para que Cesário pudesse exercer o seu mandato legalmente, sem sobressaltos. O golpe de estado de 31 de março de 1964, antes de tornar-lhe um agente político débil, fortificou-lhe, deu-lhe vida longa na política sobralense e no cenário nacional.

Destino diferente encontrou o padre José Palhano de Sabóia, o “queridinho” do bispo dom José Tupinambá da Frota. As acusações de malversação de dinheiro público foram levadas a cabo pela onda moralizadora e autoritária promovida pelo novo regime.

²⁰¹ Agradecimentos. Sobral, CE, 17 de janeiro de 1964. *Correio da Semana*, Sobral, CE, [s/d.]. *Acervo da Associação Anistia 64/68*, Fortaleza, CE.

²⁰² Para tal caso ver: LIMA, César Barreto. *Estórias e histórias de Sobral*. 2ª ed. Sobral: Imprensa Oficial do Município, 2004. Ao longo do estado autoritário, Luciano Tebano Barreto se tornaria diretor do Instituto de Engenharia Militar e membro do Conselho de Segurança Nacional. Para este caso ver: José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 03 de agosto de 1968, p. 06. Já nos anos 1970, o mesmo desempenhou papel destacado como Membro do Conselho Nacional de Pesquisa na Amazônia. Para este caso ver: José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 01 de janeiro de 1972, p. 06.

Por suas supostas vinculações com Jango e com o PTB ²⁰³, pelas acusações sustentadas por Cesário Barreto Lima, e pela anuência da Igreja sobralense, padre Palhano – como era popularmente conhecido –, teve o mandato de deputado federal cassado em 13 de junho de 1964.

Tal fato incitaria o grupo político *palhanista* a travar intensos embates com a família Barreto ao longo do Estado autoritário. Como será possível observar, tais grupos tramaram pontuais enfretamentos, sempre à sombra da ditadura, ou, em outros termos, alinhados com ela.

²⁰³ É importante frisar que José Palhano de Sabóia foi formado politicamente nas hostes *udenistas*, partido preferencial do “bispo conde” dom José Tupinambá da Frota, seu “pai adotivo”.

CAPÍTULO II

A ditadura que mudou a “Princesinha do Norte”

O interior pobre/miserável do Nordeste. O Sertão num de seus trechos mais áridos. O cinza domina a paisagem, e o sol quase perdido do entardecer azuleja o perfil de montanhas no horizonte. Lembra lugares míticos que nunca visitei às portas do Saara – Tibesti ou Hoggar em miniatura. No solo, cabras e vacas muito magras, e casas onde o silêncio parece não habitar ninguém.

(...). Precisamos conviver com o inusitado, com a aparente surpresa que, por ser tão comum, acaba não surpreendendo mais ninguém. Sobral ainda me surpreende porque sou daqueles poucos que gostariam de ver alguma coerência nas atitudes políticas dos que primam mais pela sutileza nada ostensiva da igualdade do que pelos impactos esquizofrênicos da exceção.

Rogério Haesbaert. *Sobral: esquizofrenia da exceção*. 2010.

O tempo era ainda de regozijo no Ceará. Em fins de junho de 1964, o cearense Humberto de Alencar Castelo Branco, agora presidente da República, fazia sua primeira visita ao estado natal.

Aclamado, desembarcou no aeroporto Pinto Martins e logo seguiu para o Palácio da Luz, a fim de tratar com o governador cearense, Virgílio Távora, e outras lideranças políticas. Percorreu as ruas de Fortaleza sempre atento aos grupos que aqui e ali acenavam para a sua comitiva demonstrando sinais de acolhimento e apoio. O filho da terra voltava para casa.

Na sede do governo estadual, o encontro com o marechal-presidente teve de ser abreviado, dados os compromissos assumidos pelo próprio com o povo da região do Cariri, Sul do estado. Na cidade do Crato, Castelo Branco era aguardado em clima de festa, pois convidado de honra das comemorações do bicentenário da cidade.

Ali, no domingo, participou do encerramento da “Exposição Centro-Nordeste de Animais e Produtos Derivados”, além do que, recebeu as homenagens devidas a um chefe de Estado.

Na segunda-feira, de volta a Fortaleza, o marechal retornou ao Palácio da Luz, sendo agraciado com novas homenagens de civis e militares. Em reunião com as lideranças políticas cearenses que apoiaram o “movimento revolucionário” de 31 de março, Castelo Branco tratou demoradamente. Na ocasião, deixou claro que governaria com os “pés no Nordeste” brasileiro.

Da sede do governo estadual, seguiu para a residência do governador Virgílio Távora. O mesmo mandara preparar um banquete para “almoço íntimo” com o presidente e sua comitiva. À tarde, ao lado do chefe do executivo cearense e secretários de governo, Castelo visitou o Porto do Mucuripe, e, ao fim do dia, foi recebido com um novo banquete, desta vez, no Náutico Atlético Cearense, na praia de Iracema. Na ocasião, o marechal teve a oportunidade de ser ovacionado por intelectuais e membros de famílias ricas da cidade, as quais, entusiasticamente, fizeram questão de cumprimentar o “ilustre filho da terra”.

Na terça-feira, o “filho de Messejana” participou da inauguração do Banco do Estado do Ceará S.A. (BEC), visitou o Quartel-General da 10ª Região Militar, e seguiu para almoço que lhe foi oferecido pela União das Classes Produtoras do estado.

Disputado, ovacionado, em clima de festa, e com honras de chefe de Estado, Castelo Branco cumpria agenda política na *terra da luz*.²⁰⁴

A respeito de sua passagem pela terra natal, Ribeiro Ramos, intelectual vinculado à Academia Sobralense de Estudos e Letras (ASEL), por meio das páginas impressas do *Correio da Semana*, fez circular texto onde decantou sua estima pela figura “polida” e “heroica” do marechal-presidente Castelo Branco. Anunciando as boas vindas, ao longo do artigo, destacou:

Aqui, há três meses apenas, V. Excia., como general do glorioso Exército Brasileiro e como seu chefe, diante de uma Pátria vilipendiada prestes a ser entregue aos mais ferrenhos inimigos da Justiça, do Direito, da Democracia e da Liberdade, desembainhava a velha espada – companheira inseparável de tantas lutas e glórias passadas – para vir em socorro da Nação aflita, salvando-a do opróbrio, da ruína, do desespero e da morte. (...) nesta manhã luminosa (...) seja, pois, V. Excia., Sr. Presidente bem vindo à terra amada do Ceará, a sua terra natal.²⁰⁵

Como o intelectual sobralense, diferenciados grupos da sociedade civil cearense posicionavam-se favoráveis à “revolução”, como adeptos do novo regime, partidários de Castelo Branco. Ofereciam, assim, o apoio popular necessário para a legitimação do Estado autoritário que se engendrava sob o argumento de defesa dos valores democráticos. Assim o faziam, dentre outros aspectos, creditando ao marechal Castelo plenos poderes para, além de solucionar um suposto problema de democracia, equacionar o quadro de pobreza do Nordeste brasileiro.

Em julho daquele ano²⁰⁶, na cidade do Recife, Castelo Branco assinou convênio entre a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a *United States Agency International Development* (USAID). Fez isso com o propósito de equilibrar as diferenças entre “dois Brasis: um subdesenvolvido e outro em plena fase de enriquecimento”.²⁰⁷

Naqueles instantes, a preocupação com o desenvolvimento econômico do Nordeste em relação a outras regiões do país apresentava-se, dentre outros aspectos, como fundamental para a segurança nacional. A região pobre, marcada por

²⁰⁴ Para este caso ver: No Ceará em sua primeira visita depois de eleito: Pres. Castelo Branco. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 20 de junho de 1964, p. 01.

²⁰⁵ Ribeiro Ramos. Homens, Coisas e Fatos. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 27 de junho de 1964, p. 03.

²⁰⁶ No dia 22 do mês e ano referidos, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional n°. 9, prorrogando os mandatos do presidente e vice-presidente da República até março de 1967.

²⁰⁷ Humberto R. de Andrade. O Governo e o Nordeste. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 18 de julho de 1964, p. 04.

desigualdades, constituía-se como lugar potencial para a gestação de células revoltosas, para a promoção de instabilidades. Tal questão estava presente nos debates promovidos na Escola Superior de Guerra (ESG) pelo menos desde os anos 1950, e, por isso, Castelo Branco entendia a modernização da região como uma questão estratégica e como instrumento para a manutenção da segurança nacional.²⁰⁸

A possibilidade de modernização da região forjava novos horizontes de expectativas para diferenciados grupos, e isso inspirava verdadeiras ondas de otimismo. O expurgo dos “comunistas” e a consequente “democratização” das instituições, pareciam orientar as gentes à adesão.

Em meio a esse contexto, as principais lideranças políticas conservadoras aproveitavam para expandirem os jogos de poder, para se legitimarem como porta-vozes da “revolução” e assim barganhar prestígio. As encenações se expressavam de diferenciadas formas, e, claro, com feitiço rotineiramente renhido, com ataques mútuos aqui e ali.

Em agosto de 1964, Virgílio Távora visitou a “Princesinha do Norte”. Na ocasião, participou da VIII Exposição Agropecuária e Industrial, inaugurou Parque Infantil²⁰⁹, promoveu o bom diálogo que tivera com Castelo Branco a respeito dos planos de modernização e industrialização para o estado. Reuniu-se com o prefeito Cesário Barreto, o presidente da Câmara Municipal, lideranças religiosas e intelectuais. Destacou a disposição de novos recursos para a eletrificação, para a montagem de um parque industrial na “Princesinha”, e a realização de obras infraestruturais que contemplassem toda a região.

Como líder da *União pelo Ceará*, Virgílio mirava o futuro. Habitado aos pormenores da doutrina militar norte-americana acreditava na importância do desenvolvimento econômico como estratégia de segurança. Com a “revolução” o acesso ao futuro seria facilitado, idealizava.

²⁰⁸ De acordo com Lira Neto, no pós-guerra, coube a Castelo Branco a tarefa de adequação dos currículos da Escola do Estado-Maior do Exército à doutrina militar norte-americana. A defesa da matriz norte-americana tornava o combate ao comunismo uma prerrogativa basilar da estrutura formativa da Escola, além do que, determinava como política estratégica o binômio “desenvolvimento e segurança”. A respeito da trajetória militar de Humberto de Alencar Castelo Branco, ver: NETO, Lira. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

²⁰⁹ Virgílio chega amanhã. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 22 de agosto de 1964, p. 01.

2.1. “Porta-vozes” da “revolução” na mira de tramas golpistas

As tentativas de acomodação no novo quadro político fizeram grupos e atores sociais manifestarem-se de forma renhida contra adversários e desafetos. Desta forma, tal qual Cesário Barreto Lima – prefeito da “Princesinha do Norte” –, Virgílio Távora foi alvo de acusações por parte de adversários políticos.

Na Assembleia Legislativa do Ceará, o deputado Francisco Diógenes Nogueira (PSD) tramou com vistas a pedir a cassação de seu mandato. Para tanto, contou com a colaboração do major Egmont Bastos Gonçalves que então comandava o 10º Grupo de Obuses (GO), na capital cearense. Filho do ex-deputado estadual Joaquim Bastos, Egmont herdara o desafeto pela família Távora, e, naquela ocasião, visualizava favoráveis condições para destituir Virgílio do executivo cearense.

A respeito de Virgílio, alegou-se que o mesmo mantinha relações com grupos esquerdistas no estado, que era amigo íntimo de João Goulart ²¹⁰ e que, por isso, mantivera-se desde sempre contrário à sua deposição. Da mesma investida, se fez alvo de *ibadiano* e deputado estadual Aécio de Borba Vasconcelos ²¹¹ – braço direito do governador –, acusado de enriquecimento ilícito e acobertamento de comunistas. Erro *crasso*.

As acomodações de trabalhistas e o diálogo com algumas lideranças da esquerda menos radical cearense, promovidas ao longo do primeiro ano de governo, deviam-se aos acordos traçados quando da formalização da *União pelo Ceará*. ²¹²

²¹⁰ Atribuía-se a Virgílio Távora boas relações com João Goulart pelo fato do mesmo ter assumido o Ministério de Viação e Obras Públicas, ao longo do primeiro gabinete parlamentarista presidido por Tancredo Neves, entre 07 de setembro de 1961 e maio de 1962. Tal assertiva é hoje facilmente identificada na literatura que trata a história política cearense. Para este caso ver: PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945-1986). In: SOUSA, Simone de. (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. Faz uso do mesmo argumento a socióloga Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho. Da autora, ver: *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999. Encarado como modernizador, como gestor político tecnicista e primaz do jogo democrático, Virgílio Távora não é visto como agente legitimador da ditadura, mas sim, como possível alvo desta. Na contramão deste lugar-comum, a partir da documentação compulsada, consideramos necessário destacar o seu papel como importante articulador do golpe, e, posteriormente, promotor do estado autoritário no Ceará.

²¹¹ Agropecuarista, industrial, jornalista, radialista, professor e empresário. Entre 1959 e 1962 foi vice-prefeito de Fortaleza, e entre 1963 e 1967, foi deputado estadual no Ceará. Desde 1979, Aécio de Borba ocupa o posto de Presidente da Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS). O mesmo é filho de José de Borba Vasconcelos, professor da Faculdade de Direito do Ceará, e amigo de Fernandes Távora, pai de Virgílio.

²¹² Cf. Critérios adotados pelos partidos integrantes da *União pelo Ceará* para a distribuição das disposições estaduais nos municípios. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE. O documento apresenta os planos gerais do acordo da coligação para a

Ademais, no campo das esquerdas se encontravam alguns intelectuais que por suas habilidades técnicas, a exemplo de Luiza Teodoro Vieira, interessaram à composição do secretariado do governo, e, por isso, foram nomeadas.

Por influências de Luiza Teodoro à frente da Secretaria de Educação, ainda no primeiro ano de gestão de Virgílio, o governo cearense formalizou parceria com vistas ao uso do método Paulo Freire na capital e no interior cearense.²¹³ Os termos do acordo, protocolado com a Universidade de Pernambuco previa, dentre outros aspectos, a produção de materiais didáticos e a alfabetização de jovens e adultos. O método, por ser fundamentalmente voltado para a educação popular, era rotineiramente categorizado como “perigoso”, de orientação “comunista”, ainda que, na prática, fosse gerido por setores conservadores da Igreja católica cearense como vetor formador nos Movimentos de Educação de Base (MEB’s).

Virgílio Távora nomeara e se conveniava com grupos tidos como de esquerda, mas, por outro lado, arregimentara capital financeiro para a execução de projetos e parcerias por meio de acordos formalizados com a USAID. Os recursos providos da agência norte-americana permitiam a execução dos projetos de formação de jovens e adultos, e, principalmente, a formação de quadros técnicos a fim de impulsionar a industrialização do Ceará. De forma complementar, pretendendo estimular outros setores, Virgílio captava vultosas quantias em dinheiro com a *Aliança para o Progresso*, e com o IPES e o IBAD.

Conhecendo a doutrina militar norte-americana, Virgílio Távora compreendia que modernizar era a melhor estratégia para conter os ímpetus revolucionários e o avanço do comunismo no Nordeste brasileiro. Por isso, acreditava que a modernização deveria ir além do progresso econômico e tecnológico. Entendia, nesta medida, que era preciso formar, inculcar valores e promover efeitos multiplicadores, por isso sua dedicação na promoção de novos projetos para o Ceará.

De acordo com o economista e sociólogo José Sydrião de Alencar Júnior,

Virgílio, ao assumir o governo, viajou aos Estados Unidos para negociar recursos junto à *Aliança para o Progresso*, tendo sido um dos primeiros

distribuição de cargos e postos de comando em todo o estado do Ceará, seja na capital ou mesmo no interior do estado.

²¹³ Para um debate mais aprofundado sobre as relações políticas mantidas entre Virgílio Távora e as esquerdas cearenses, ver: ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, 2006.

governadores do Brasil a fazer convênios com esse programa de ajuda para os países da América Latina, criado pelos Estados Unidos para contrapor a influência esquerdista depois da vitória da Revolução Cubana. (...). Virgílio era um desses governadores amigos para os Estados Unidos.²¹⁴

Vale destacar ainda que o governador promotor do diálogo com grupos tidos como de esquerda, e que se propunha a promover a formação de jovens e adultos a partir do método Paulo Freire, era o mesmo que requisitava a intelectuais reconhecidamente conservadores e com dedicada atuação anticomunista, a exemplo de Eduardo Campos, que revisassem os materiais produzidos pela Secretaria de Educação do estado. Como revisor e conselheiro político-educacional, Eduardo Campos – que então dirigia os Diários Associados e presidia a Academia Cearense de Letras (ACL) – cumpria o papel de censor, a reclamar a Virgílio Távora os “problemas” de teor político em tais e tais páginas dos instrumentos didáticos. Em parecer encaminhado ao governador em 15 de maio de 1964, destacou:

À pag. 9 está dito que o “cristão não é um conformado. O cristão é primeiro a lutar pelas reformas”, – o grifo é do subscritor desta – “quando elas vêm trazer algo melhor para os outros”. Quem diz “pelas reformas”, e não por reformas, dá a impressão de aludir às chamadas reformas de base. (...) o que me parece mesmo imperdoável no livro [“O livro da Professora”] em apreço é a falta de uma mensagem democrática.²¹⁵

Não atentos às dobras identitárias do governador Virgílio Távora, e mesmo ao perfil da grade de acordos formalizados pela *União*, o deputado estadual Diógenes Nogueira e o comandante Egmont Bastos acionaram o general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, sediado no Recife. Por telefone, conversaram a respeito do quadro de servidores que ocupavam pastas importantes no governo estadual, os quais, asseveravam, eram identificados com as esquerdas.

A trama local contra o seu governo, Virgílio já conhecia, e isso em nada o preocupava. Em 20 de junho, contudo, pouco antes de recepcionar o marechal Castelo Branco em sua primeira visita oficial à terra natal, um telegrama com o carimbo “urgente” chamou-lhe a atenção. O documento vinha de Recife, assinado pelo comandante do IV Exército. Em papel simples, porém ainda assim com o destaque para o “MINISTÉRIO DA GUERRA”, Justino Bastos solicitava ao governador cearense o

²¹⁴ Ibidem, p. 124.

²¹⁵ *Carta*. (De: Eduardo Campos. Para: Exmo. Sr. Cel. Virgílio Távora). Fortaleza, CE, 15 de maio de 1964. Vale destacar que o documento foi produzido em papel timbrado dos Diários Associados. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

afastamento imediato de tais e tais servidores. De acordo com o comandante, tratava-se de pessoas “cujos antecedentes [pareciam] incompatíveis com as funções em que se encontra[vam]”.²¹⁶ Insistindo na importância da execução de tal medida para a legitimação do “processo revolucionário” em terras cearenses, o comandante encerrava o breve texto afirmando que, pela “solidariedade” concedida pelo governador à “gloriosa Revolução”, acreditava poder contar com o atendimento imediato do pedido.

Fiel à “revolução” e à disciplina militar²¹⁷, Virgílio Távora era fiel também à *União*, aos correligionários que lhe acompanhavam desde o início dos anos 1960 e que se propuseram a negociar com as esquerdas com vistas a conter, do alto, a “esquerdização” radical no estado. Visualizando certa esquizofrenia em tudo aquilo, deixou o documento de lado e saiu para acompanhar os últimos detalhes da visita do chefe de Estado, afinal, dentro em breve ofereceria um banquete com “almoço íntimo” para o marechal e sua comitiva.

Passados alguns dias, como não recebeu retorno do governador, e, por telefone, soube que tudo permanecia como antes, o comandante Justino começou a pôr em curso ações com vistas à abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) contra Virgílio. Para tanto, contou com setores minoritários da Assembleia Legislativa do Estado, liderados por Diógenes Nogueira, e o consentimento do major Egmont Bastos do GO.

Dali a pouco, o comandante do IV Exército entrou em contato com o vice-governador de Virgílio, e lhe participou o plano. Fez isso com o propósito de poder contar com a sua colaboração para o desfecho da trama. Novo erro. Joaquim Figueiredo Correa, *pessedista*, amigo de Virgílio e cordial às relações mantidas com a coligação que lhe fizera vice-governador, logo compartilhou a proposta que recebera.

²¹⁶ Para este caso ver: Ministério da Guerra/ IV Exército/ Comando. Gal. Joaquim Justino Alves Bastos. Recife, PE, 20 de junho de 1964. Série: Câmara Federal; Subsérie: Correspondência expedida e recebida; Data: 1961-1969. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

²¹⁷ Em 1930, Virgílio Távora ingressou, em regime de internato, no Colégio Militar de Fortaleza. Em 1936, já no Rio de Janeiro, ingressou na Escola Militar de Realengo. Dado o seu destaque como melhor aluno da turma, em 1938, recebeu espada das mãos do presidente Getúlio Vargas, e foi declarado segundo-tenente da Arma de Engenharia. Em 1942, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) sendo promovido a capitão. Em 1944, ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército, tornando-se, posteriormente, professor da EsAO. Em 1953, deu início a uma nova fase de formação, agora, na Escola Superior de Guerra (ESG). Em 1954, foi promovido a tenente-coronel. Em 1959, com o propósito de dar prosseguimento à carreira política no Ceará, requisitou a passagem para a reserva. Ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, Virgílio Távora participou ativamente das reuniões promovidas pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Tal entidade teve fundamental importância para a formação de acordos entre civis e militares para a deflagração do golpe de 1964 contra João Goulart. Para tais questões ver: ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. *Op. Cit.*, 2006.

A partir daí, percebendo a gravidade dos planos golpistas articulados por seus opositores, também nos bastidores, Távora começou a se mobilizar. Frente ao quadro que lhe foi descrito por Figueiredo Correa, não considerou prudente desfazer os nós da conspiração por telefone.

Acompanhado de Luiza Távora, sua esposa, viajou ao Rio de Janeiro a fim de tratar pessoalmente com Juarez Távora, seu tio, e então Ministro da Viação e Obras Públicas do governo castelista.

Ao longo do encontro, o governador cearense disse não compreender ao certo o que estava se passando, haja vista ter mantido entendimentos com o próprio comandante do IV Exército quando dos momentos que dispararam a “intervenção” militar contra Goulart.²¹⁸ Ainda, disse ter sido um dos principais articuladores no Nordeste a convocar governadores da região a proclamarem apoio às ações “revolucionárias”, posicionando-se, nesta medida, favorável à legitimação do Estado inaugurado com a “intervenção” de fins de março, e à nomeação de Castelo Branco para a presidência.²¹⁹ Disse que quando solicitado pelo Secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Ernesto Geisel, tomou providências para: aposentar compulsoriamente servidor estadual que tivera “suspensão os direitos políticos por ato do Comando Revolucionário”; que solicitara o “afastamento compulsório de servidores que estavam respondendo a processos sumários”; e que tinha, da mesma forma, determinado o

²¹⁸ Após ter acesso ao “Inventário do Acervo Virgílio Távora”, produzido pela Secretaria de Cultura de Fortaleza, fui instigado a pesquisar algumas séries do acervo, dentre elas destaca-se: “Correspondências Gerais (COG)” e “Organização Político-Partidária (OPP)”. Muito embora os documentos estejam ordenados por séries, as organizações não estão muito bem definidas, o que, por vezes, dificulta a pesquisa. Ademais, existe uma divergência entre o catálogo do acervo disposto no Inventário produzido em 2003, e aquele de uso cotidiano dos profissionais do APEC. Ao compulsar massa documental diversificada, ainda assim, foi possível encontrar alguns “Radiotelegramas” registrados em papéis timbrados documentando amistosas interlocuções entre o governador Virgílio Távora e comandante do IV Exército Justino Alves Bastos, seja antes do golpe de fins de março de 1964, ou mesmo nos momentos imediatos que lhe sucederam. Para um conhecimento prévio daquilo que compõe o acervo citado, sugerimos: Secretaria da Cultura; Arquivo Público do Estado do Ceará. *Inventário do Acervo Virgílio Távora*. Fortaleza: SECULT, 2003.

²¹⁹ Para este caso ver carta em apoio ao exercício de autoridade atribuído a Humberto de Alencar Castelo Branco como “chefe revolucionário”, e ao Ato Institucional nº 1. Ainda, registra-se o indicativo de colaboração dos governos estaduais para a plena realização dos propósitos “revolucionários”, e a clara indicação das disposições dos representantes estaduais em intervir nos sindicatos e organizações classistas. O documento registra consenso firmado entre os governadores Newton Melo (Maranhão), Petrônio Portela (Piauí), Virgílio Távora (Ceará), Aluizio Alves (Rio Grande do Norte), Pedro Gondim (Paraíba), Luiz Cavalcante (Alagoas), Celso Carvalho (Sergipe), Lomanto Júnior (Bahia) e Paulo Guerra (Pernambuco). Recife, 09 de abril de 1964. Série: Câmara Federal; Subsérie: Correspondência expedida e recebida; Data: 1961-1969. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

“fechamento, em face de decisão da mesma Comissão Central [de Execução do Ato Institucional], do Centro dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Ceará”.²²⁰

Em conversa demorada, Virgílio Távora relatou ao seu tio, ainda, que Nertan Macedo de Alcântara, chefe de imprensa do seu governo, havia tratado pessoalmente com Golbery do Couto e Silva, e que o general havia confessado ao chefe de imprensa saber “da posição de lealdade dele ao movimento revolucionário”.²²¹ O governador cearense ordenava o discurso de modo a se posicionar categoricamente ao lado “Comando Revolucionário”, fato já de conhecimento de Juarez Távora e de outras lideranças civis e militares que protagonizaram o golpe contra João Goulart.

Como articulador do golpe contra João Goulart, e um dos homens de confiança do marechal Castelo Branco, Juarez Távora imediatamente interveio em favor do sobrinho. A respeito da trama oposicionista contra Virgílio, tratou pessoalmente com o presidente a fim de desfazer os maus entendidos. Nesta medida, apresentou ao marechal-presidente os propósitos escusos do deputado cearense e dos comandantes do 10º GO e do IV Exército. Entre outras questões, Juarez Távora justificou desafeição, ressaltou os desentendimentos entre sua família e os Bastos, e reafirmou o apoio e a importância incontestes de Virgílio para o equilíbrio das forças políticas cearenses em apoio à “revolução vitoriosa”.

Como resultado, a trama golpista articulada contra Virgílio, não deu em nada.²²² Em igual estágio ficaram as denúncias que pesavam contra Aécio de Borba, homem de confiança do governador cearense, e líder local do Instituto Brasileiro de

²²⁰ Para este caso ver: *Carta*. (De: Virgílio Távora – Governador do Estado do Ceará. Para: General Ernesto Geisel – Secretário do Conselho de Segurança Nacional). Fortaleza, CE, 09 de junho de 1964. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

²²¹ *Carta*. (De: Nertan. Para: Meu caro governador Virgílio Távora). Rio de Janeiro, RJ, 05 de junho de 1964. *Acervo Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

²²² Em 1967, quando então exercia o mandato de deputado federal *arenista* pelo Ceará, Virgílio Távora revidou a afronta praticada pelo então major Egmont Bastos Gonçalves. Em abril daquele ano, Egmont foi cotado pelo governo do estado para assumir a Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Ceará. Ao saber dos diálogos que corriam nos bastidores do poder local, do Rio de Janeiro, imediatamente, o deputado ligou para Plácido Castelo, então chefe do executivo cearense. Já em carta encaminhada no dia 11 de maio daquele ano, Virgílio Távora reforçou a posição apresentada por telefone. Ao longo do texto datilografado, e endereçado a Plácido Castelo, destacou que a suposta imposição do Ministro do Interior, general Affonso de Albuquerque Lima, para que Egmont assumisse a pasta de segurança não se confirmava. Ainda, fez questão de destacar: “O Ten. Cel. Egmont Bastos Gonçalves, por seu passado distante e próximo, pelas manifestações inequívocas da imprensa a ele simpática, é hostil, gratuitamente, a minha pessoa. Não posso, pois embora muito me mereça o atual governador, concordar com sua escolha máxime para o um posto cuja consecução no momento se transformou em questão política”. O aspirante à pasta de polícia e segurança pública do Ceará, enfim, não foi nomeado. Para este caso ver: *Carta*. (De: Virgílio Távora. Para: Plácido Aderaldo Castelo). *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

Ação Democrática. Assim, toda a trama golpista que se desenrolou nos bastidores do poder, foi alinhavada e dissolvida nas cúpulas.

Enquanto as conspirações ocorriam nos gabinetes, nas ruas, diversos grupos continuavam a declarar adesão à “revolução”, crenes de que o novo contexto político, com um Estado forte e “higienizado”, abria novos campos de possibilidades para a região nordestina e para o povo cearense, em especial. Afinal, de uma só vez, dois filhos da terra ascenderam a postos importantes do alto comando “revolucionário”: Humberto de Alencar Castelo Branco e Juarez do Nascimento Fernandes Távora. O primeiro natural de Fortaleza, capital cearense. O segundo de Jaguaribe, região Sul do estado. Acreditava-se, um e outro fariam pela terra natal.

2.2. Modernização conservadora e autoritária

Na “Princesinha do Norte”, a “revolução” começava a dar bons sinais. Em abril de 1965, Ribeiro Ramos decantava as novas concessões do governo do Estado para a cidade, e a execução de novos projetos por parte da prefeitura municipal. Destacava a assinatura de acordos para construção de uma praça esportiva, a edificação, enfim, do estádio de futebol. Por isso, o homem das letras, dirigindo-se ao prefeito municipal, ressaltava: “que V. Excia. faça o estádio municipal, para a alegria geral da nossa gente, e eu desde já garanto a V. Excia. que irei à inauguração, e assistirei – pela primeira vez na minha pobre vida – a uma partida de futebol”.²²³

A possibilidade de construção de um estádio entusiasmava o homem das letras, habituado a viagens pelo Brasil, e, certamente, às gentes comuns, afeitas às peladas de fins de tarde em campos empoeirados, e cativas nos campeonatos de outras paragens – neste caso, acompanhando apenas com o ouvido colado ao rádio.

Ainda em abril daquele ano, em trânsito pela região Norte cearense, Virgílio Távora inaugurou a rede de distribuição de energia elétrica da cidade de Alcântaras²²⁴ e participou, juntamente com secretários de governo, da inauguração de novo galpão do

²²³ Homens, coisas e fatos. Ribeiro Ramos. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 18 de abril de 1965, p. 03.

²²⁴ Alcântaras é uma pequena cidade cearense, situada na serra da Meruoca. A mesma está a uma distancia aproximada de trinta quilômetros de Sobral.

Mercado Público sobralense – “todo de armação metálica, sólida e moderna”.²²⁵ Na mesma ocasião, inaugurou a “nova Avenida Eurípedes Ferreira Gomes”, e a central da Companhia de Eletrificação do Norte Cearense (CENORTE), evento este que contou com a participação de João Gonçalves, Superintendente da SUDENE. Com os atos inaugurais, e a presença de “figurões ilustres”, a “Princesinha” esteve em festa.

Ainda no mesmo mês, em tom efusivo, o homem das letras anunciou a presença de Juarez Távora, Ministro da Viação e Obras Públicas, na região. Acompanhado de grande comitiva militar, e ladeado por diversos civis, Juarez Távora participou da inauguração da “Usina Hidrelétrica do Araras” e da “Usina Governador Virgílio Távora”, com capacidade produtiva de 4.555 Kwa e 1.200 Kwa, respectivamente.²²⁶

Civis e militares, ocupando os mesmos palanques, fizeram uso de tais acontecimentos para se firmarem no jogo político, para expandirem o horizonte de apoio popular à “revolução”. Naqueles tempos diferenciados personagens transitavam pela paisagem cinza do sertão posicionando-se como porta-vozes de um governo forte, “democrático”, e que mirava o futuro.

O “fator de riqueza e progresso” era celebrado como símbolo de “civilidade”, a promover destaque para Sobral, seu povo e para as gentes da região Norte cearense.²²⁷

Os eventos consagradores de grandes obras aconteciam ao mesmo instante em que a “operação limpeza” – iniciada após o golpe, e mantida de forma sistemática –, ganhava ossatura. Na capital cearense, prisões e IPM’s se sucediam principalmente devido às ondas de delações promovidas por civis, que, a serviço da polícia,

²²⁵ Sobral por dentro. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 18 de abril de 1965, p. 01 e 06.

²²⁶ As obras das hidrelétricas, é válido destacar, não se iniciaram após o golpe contra João Goulart. As mesmas já vinham em curso pelo menos desde os anos 1950, e suas finalizações se fizeram possível por força dos planos de modernização conservadora encetados pelo governo *virgilista*, com o apoio de agências norte-americanas, da SUDENE, e mesmo com a ajuda de ministérios *janguistas*. Nos atos inaugurais, ainda assim, tudo pareceu ser obra da “revolução”.

²²⁷ Vale destacar que a onda desenvolvimentista acontecia à despeito dos índices inflacionários que se mantinham em níveis elevados (86% em 1964 e 45% em 1965). Estes repercutiam de forma pontual nos preços dos produtos de primeira necessidade e, rotineiramente, provocavam manifestações de insatisfações com as estratégias adotadas pelos ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia Bulhões, Planejamento e Fazenda, respectivamente. Em Sobral, Humberto R. de Andrade reclamava do alto custo de vida, e pedia a substituição dos ministros citados. Por meio das páginas impressas do semanário católico, o articulista tecia críticas à política-econômica “revolucionária”, mas, ainda assim, orquestrava um discurso favorável à mesma, haja vista os “expurgos bolchevistas e a moralidade da coisa pública” que continuava na agenda do dia. A respeito do marechal-Presidente destacava: “reconhecem-se no marechal Castelo qualidades morais e sinceros propósitos de bem servir à Pátria comum repondo o País no caminho da paz e prosperidade”. De forma ambígua, contraditória, a crítica que recaía sobre a “revolução” mirava tão somente a política-econômica e o papel “ineficiente” desempenhado pelos ministros no controle dos custos de vida. Para tal caso ver: Desilusões. Humberto R. de Andrade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 15 de maio de 1965, p. 02 e 05.

monitoravam entidades de classe e determinados sujeitos alvos de suspeição. Muitos, assim o faziam com o propósito de contribuir com a “democratização” das instituições locais e para a legitimação do processo “revolucionário”.

A respeito das prisões e atos de violência que aqui e ali circulavam no falatório popular, Ribeiro Ramos novamente se posicionava, agora reclamando do traço “sentimental do povo brasileiro”. Para ele, muitos se condoíam com as prisões e acertos de contas que continuavam sendo feitos contra os “comunistas – inimigos do regimen [sic], de Deus e da família” –, e “vendilhões da Pátria” que tramaram, em tempos outros, um “atentado inominável à liberdade” e contra o povo brasileiro. Os condoídos e “sentimentais”, de acordo com Ramos, ao se posicionarem nesta medida, faziam injustiça com a “revolução salvadora” e com o “digno, incorruptível, magnânimo, honesto e honrado Presidente da República, marechal Castelo Branco”.²²⁸ Afirmava ainda que “os jangos, os arraes, os juscélinos, os brizolas” não poderiam ser tornados “anjos, com asas, auréolas e tudo”, e, em detrimento disso, o marechal-presidente ser transformado em “belzebu-mor”.²²⁹

Contra o “sentimentalismo” com os “comunistas”, e as “injustiças” praticadas contra Castelo, Ramos sugeria ao povo olhar as benfeitorias promovidas pela “revolução” comandada pelo cearense “ilustre”, e que se percebesse, assim, a verdadeira onda desenvolvimentista que embalava a economia sobralense, e os ares “democráticos” que arejavam aquelas paragens do sertão.

A postura assumida pelo farmacêutico e membro da ASEL, Ribeiro Ramos, permitem verificar, primeiro, que, à época, ainda que superficialmente, se conhecia as ações persecutórias e atentatórias, os atos discricionários perpetrados contra as liberdades daqueles que, ditos “comunistas” e “subversivos”, conheceram os bastidores do poder autoritário.²³⁰ Segundo, suas declarações permitem supor que *coerção* e

²²⁸ Homens, Coisas e Fatos. Ribeiro Ramos. *Correio da Semana*, 12 de junho de 1965, p. 02.

²²⁹ Idem.

²³⁰ O jornalista Elio Gaspari afirma que, após a deposição de João Goulart, “prenderam-se pouco mais de 5 mil pessoas”; que entre 1964 e 1966, “cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos”; que “nas forças armadas 421 oficiais foram punidos com a passagem compulsória para a reserva”; que “no dia 2 de abril [de 1964], no Recife, o dirigente comunista Gregório Bezerra foi amarrado seminu à traseira de um jipe e puxado pelos bairros populares da cidade”; dentre outros. Para este caso ver do autor: *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 129-151. Para o caso cearense, tomando como referência relação nominal e síntese de atividades político-ideológicas produzido pela DOPS, estima-se: a) Prisões: 87 pessoas em 1964; 9 em 1965; 2 em 1966; 4 em 1968; e 2 em 1969; b) Presos com mandatos políticos cassados: 4 pessoas em 1964; c) Fichados porém não presos: 18 pessoas. Muitos dos tais, principalmente ferroviários, bancários e professores, foram privados do exercício da profissão, e, por sinal, se fizeram os principais alvos da

*consentimento*²³¹ estiveram inextricavelmente entrelaçados desde os primeiros anos de ditadura.

Os reclamos contra os excessos eram considerados pelo próprio não pelo que denunciavam, mas pela “injustiça” que causavam contra quem supostamente promovia a “democratização” das instituições brasileiras. Os “injustiçados”, de acordo com o farmacêutico, não eram os civis vítimas de outros civis e de militares. Os vitimados, não eram os cassados, os detidos, os interrogados sob torturas, os mortos. Os agredidos eram aqueles que, como Castelo Branco, “desembainharam as espadas” e “lutaram” pela defesa de “Deus, Pátria e Família”, e pela manutenção da “ordem cristã” e “democrática” que se encontrava “ameaçada” no Brasil. Contra estes as críticas eram “injustas”. Contra os “nefandos comunas traidores”, as ações eram acertadas.

A preocupação com os atos coercitivos mantidos pelo “Comando Revolucionário” parecia pouco interessar. À “Princesinha” interessava o desenvolvimentismo. Desta forma, em 25 de junho daquele ano, por telefone, o bispo diocesano dom Walfrido Teixeira Vieira tratou amistosamente com o marechal Castelo Branco. Na ocasião, inaugurava-se o “sistema de micro-ondas”, o qual ligava a cidade do sertão cearense a outras do Brasil por moderno sistema de telefonia.

Dentre outras questões, o bispo sobralense e o marechal-presidente conversaram brevemente acerca do apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) à “revolução”. O bispo diocesano, nesses instantes, falou sobre a importância de uma visita de Castelo à cidade, e o abençoou.

Àquela época diversos recursos financeiros eram carreados para a “Princesinha no Norte”. Tanto a *União pelo Ceará* quanto a “revolução” pareciam nutrir as gentes da

“operação limpeza” imediatamente iniciada após o golpe. Com as novas pesquisas, e mesmo com as comissões de verdade estadual e o acesso a novos conjuntos documentais, pressupomos que os números da relação nominal citada possam estar defasados. Ainda assim, acreditamos que os mesmos nos servem para dimensionar os atos da ditadura civil-militar no Ceará, e mesmo pensarmos a sua inserção nos diversos setores da sociedade civil. No que se refere aos números aqui descritos, ver: “Relação nominal e síntese das atividades político-ideológicas dos implicados no período revolucionário de 1964, contidas nos dossiês da DOPS”. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

²³¹ O diálogo com Robert Gellately ajuda a iluminar esse debate. Ao analisar a Alemanha nazista, o historiador demonstra como e porque o consenso em torno de Hitler e do nazismo surgiu e se manteve ao longo dos anos. O mesmo afirma que a violência foi mantida como política de estado e consentida por parcelas consideráveis da sociedade alemã. As opiniões em torno do chanceler e do nazismo, no entanto, se mantiveram de forma fluida, descontínua, oscilaram ao longo do tempo. Observadas as especificidades entre as experiências autoritárias brasileira e alemã, o debate sugerido por Gellately interessa para pensarmos até que ponto *coerção* e *consentimento* se aplicam para o estudo de caso que por ora tratamos. Do autor em destaque ver: *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Trad. Vitor Paolozzi. Rio de Janeiro: Record, 2011.

cidade de sentimentos de orgulho, a lapidar a “sobralidade triunfante”.²³² Por meio de recursos da USAID, e de outros acordos firmados, vários empresários e homens de negócios de Sobral deslocavam-se para os Estados Unidos, a fim de participarem de especialização em projetos industriais na Universidade da Califórnia.

As parcerias com o Departamento de Engenharia da Universidade californiana visavam promover a formação de quadro técnico para a instalação de empreendimentos industriais de médio e grande porte em Sobral. Os diagnósticos socioeconômicos e de potencial industrial, ficavam a cargo de engenheiros norte-americanos filiados ao Projeto ASIMOW²³³, que, por meio de acordo firmado com a Universidade do Ceará, realizavam trabalhos em território cearense pelo menos desde 1962.

Em julho de 1965, previa-se a instalação da Indústria de Laticínios Sobralenses S/A (LASSA)²³⁴, da Indústria Sobralense de Calçados S/A (ISOPASA), da Companhia Sobralense de Materiais de Construção (COSMAC), uma indústria de pescados e subprodutos, outra de cal e tintas, e, por fim, uma de artefatos de couro.²³⁵ A construção da fábrica de cimentos do grupo Votorantin, de propriedade do empresário José Ermírio de Moraes, já estava em curso havia mais de um ano, e, de forma complementar, também comporia o parque industrial sobralense.

A execução de tais projetos, como será possível observar, somente se daria numa perspectiva alongada, paulatinamente, a nutrir, de forma dosada, as aspirações de uma “Princesa” sedenta por modernizar-se, acomodada e com os olhos a mirar o futuro, os caminhos abertos pela “revolução”.

Também por isso, as possibilidades de modernização inspiravam setores os mais diversos a se engajarem na onda de otimismo forjada pelo governo *virgilista* e

²³² Para o sociólogo Nilson Almino de Freitas, “o álibi da ‘sobralidade triunfante’ apresenta-se com uma ideia ufânista, marcada pela supervalorização do lugar e do sentido de pertença”, e, muito embora seja constituída no campo das memórias, se serve da história para forjar um discurso de exemplaridade e perpetuar-se no tempo. Do autor citado, ver: O mito da “sobralidade triunfante”: discussão conceitual. In: *Sobral: opulência e tradição*. *Op. Cit.* 2000, p. 71-108.

²³³ O projeto “nasceu da idéia do prof. Morris Asimow, do Departamento de Engenharia da Universidade da Califórnia (UCLA) e visava promover a integração entre universitários da Califórnia e o conhecimento dos problemas ligados à industrialização menos desenvolvida do mundo”. Para a execução do projeto, contava-se com recursos do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), SUDENE e USAID. Para este caso ver: DE HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante. *Modernizações e espaços seletivos no Nordeste Brasileiro*. Sobral: conexão lugar/mundo. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo-SP, 2007, p. 105.

²³⁴ É interessante destacar que quando do processo de instalação da indústria de laticínios a diocese sobralense se fez uma de suas principais sócias fundadoras. Beneficiando-se do lastro civilizatório que embalava aqueles tempos, a cúpula diocesana chegou a receber, por diversas vezes, vultosos recursos para promover ações sociais no município e no território mantido sob a sua área de influência. Para este caso, ver: *Correio da Semana*, Sobral, CE, 03 de julho de 1965, p. 06.

²³⁵ Plano Asimow: seis indústrias em Sobral. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 10 de julho de 1965, p. 01.

pavimentada pela “revolução”. A série de investimentos e a suposta “democratização” das instituições, com a conseguinte industrialização e defesa dos valores cristãos, embalavam as gentes na “Princesinha do Norte”.

“Sobral marcha[va] para o progresso”.²³⁶ O parque industrial que se anunciava era motivo de orgulho do sobralense. Com ele, se sucederiam oportunidades de emprego e condições para o melhoramento da *renda per capita* do município. Além do que, a modernização contribuía para que a “Princesinha” se reafirmasse “portentosa”, “distinta e real” naquelas paragens do sertão.

A modernização promovia mudanças significativas no cenário citadino, mas, por outro lado, conservava tradições, mantinha fortificados os valores cristãos. Desta forma, passado e presente eram paradoxalmente unidos, tradições e modernidades eram contraditoriamente aproximadas.

Os sentimentos de sobralidade, naqueles tempos, orientavam setores de elite da sociedade sobralense a promoverem novos atos simbólicos, a realizarem eventos marcados por homenagens aos tidos “responsáveis” pela onda de progresso que redimensionava a força e a importância da cidade na região e no Estado.

Por isso, no começo de agosto de 1965, em grande festa – com louça fina e “banquete de 200 talheres”²³⁷ –, Virgílio Távora foi agraciado com o “título de cidadão sobralense”²³⁸. Ladeado pelo general Murilo Borges, prefeito de Fortaleza, e pelo general André Fernandes, comandante da 10ª Região Militar, dentre outros, o governador foi aclamado pelas famílias ricas da cidade, as quais fizeram questão de lhe agradecer a onda de “democracia e progresso” que recaía sobre a “Princesinha”.

Tempos depois, também o general-prefeito Murilo Borges, seria contemplado com a mesma honraria. Considerado por vereadores municipais e por outros grupos da sociedade sobralense como um dos responsáveis pela instalação do serviço de “micro-ondas” na “Princesinha do Norte” – e por alçar, nesta medida, a “cidade ao nível das

²³⁶ Sobral marcha para o progresso. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 24 de julho de 1965, p. 06.

²³⁷ Virgílio Távora receberá o título de cidadão sobralense. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 07 de agosto de 1965, p. 01.

²³⁸ Vale registrar a existência de um *Projeto de Lei n.º. 1/65*, de abril de 1965, assinado pelo vereador Francisco Candido do Nascimento. A partir da documentação colhida na casa legislativa sobralense, não é possível afirmar se o projeto foi aprovado ainda no mês de abril. A respeito da pesquisa, vale destacar que a digitalização do acervo documental do legislativo sobralense ocorreu entre os anos de 2007 e 2008. À época, parte considerável do acervo estava “abandonado” no sótão do antigo prédio da Câmara Municipal, e, após muita insistência, fui autorizado a pesquisar. “Monitorado” por um antigo funcionário da casa, rotineiramente deslocava-me entre o prédio antigo (onde colhia a documentação), e o prédio anexo, onde realizava a pesquisa, aos olhos da pessoal encarregada pelo Presidente da Câmara. Parte da documentação, principalmente dos anos 1950 e 1960, de acordo com o antigo funcionário, foi queimada em incêndio “acidental”.

mais evoluídas e civilizadas do Brasil”²³⁹ –, o general Murilo Borges – um dos protagonistas cearenses das articulações golpistas contra Goulart, e apoiador fervoroso da “revolução” – foi condecorado com o título de “cidadania sobralense”, em 28 de outubro de 1965.²⁴⁰

Naqueles tempos, enquanto as distinções honrosas eram formalizadas, notícias de um novo Ato Institucional do “Comando Supremo da Revolução” circulavam pela “Princesinha do Norte”. Aqui e ali, falava-se na importância do AI-2 para o encaminhamento dos propósitos “revolucionários”, e para o prolongamento da “operação limpeza”²⁴¹ contra inimigos que, “silenciosamente”, ainda tramavam contra a ordem democrática. Com tal Ato, o regime passou a ganhar contornos ditatoriais mais evidentes, frustrando, nesta medida, as expectativas de alguns poucos²⁴², mas, por outro lado, saciando as aspirações políticas e “democráticas” de muitos.

Ainda que um tema importante para a agenda política local, dadas, principalmente, a extinção dos partidos políticos e outras sanções que recaíam sobre a sociedade civil, o tema ganhou importância menor, encontrando pouquíssimo espaço nas páginas impressas do periódico católico local. As ondas desenvolvimentista e “democrática” pareciam embalar os sentimentos de parte considerável dos civis daquela média cidade do sertão cearense. A série de investimentos e o clima progressista pareciam ser mais importantes, e o AI-2 se colocava como via alternativa para a contemplação de tais propósitos.

No dia 26 de outubro, juntamente com os registros que documentaram e dispuseram à votação a concessão do título honorífico a Murilo Borges, foi colocada à

²³⁹ Para este caso ver: *Projeto de Lei n.º. 29/65*. Sobral, CE, 26 de outubro de 1965. Câmara Municipal de Sobral. *Acervo digital do autor*.

²⁴⁰ *Lei n.º. 29/65*. Sobral, CE, 28 de outubro de 1965. Câmara Municipal de Sobral. *Acervo digital do autor*.

²⁴¹ O Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, “reestabeleceu a suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos parlamentares; impôs a eleição indireta do presidente da República; deu permissão para que ele decretasse o recesso do Congresso Nacional e demais casas legislativas, extinguisse os partidos políticos e legislasse por decretos-lei; estabeleceu foro especial para civis acusados de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares; suspendeu garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade e ampliou de 11 para 16 o número de ministros do Supremo Tribunal Federal. O último artigo estabelecia seu prazo de vigência: 15 de março de 1967, nova data de posse do sucessor de Castelo Branco”. Para este caso ver: FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 74 (e anexos).

²⁴² Para este caso, vale lembrar o papel desempenhado por Carlos Lacerda. Apoiador fervoroso do golpe contra João Goulart, o mesmo, supostamente, previu uma ação militar provisória e o consequente reestabelecimento do jogo democrático, afinal, postulava sua candidatura às eleições presidenciais, previstas para 1966. Com os rumos tomados pelo regime, Carlos Lacerda assumiu postura contrária ao prolongamento da ação “higienizadora” e, também por isso, anos depois articulou a *Frente Ampla*, ladeado por Juscelino Kubitschek, e, tempos depois pelo próprio João Goulart. Cf. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

apreciação da plenária da Câmara Municipal de Sobral o Projeto de Lei n.º. 28/65, o qual requisitava e justificava a concessão de igual honra ao marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Na casa legislativa, os vereadores, Raimundo Nilo Donizete Coelho, Francisco Rodrigues Magalhães Pinto, Humberto Mendes Lopes, Bernardo Félix da Silva e Venâncio Cavalcante Lima, como justificativa para a oferta do título, destacaram:

O relevante serviço público prestado ao Brasil pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, à frente de uma Revolução que modificou os destinos e a história brasileiras, conquistou-lhe a admiração e o respeito de todos os seus patrícios e de todos os brasileiros de boa vontade, voltados para o futuro da Pátria e de seus filhos. Presidente da República numa conjuntura das mais difíceis e pontilhada de incertezas para a vida nacional e a sobrevivência da civilização na face da Terra, o ilustre e bravo cearense tem-se mostrado o timoneiro indormido e vigilante, indiferente aos gritos fanáticos e às armadilhas dos subversivos e corruptos, dedicado única e exclusivamente para os interesses do Brasil e dos brasileiros. Toda a Nação, embora suportando um fardo pesado de sacrifícios para a reabilitação de suas finanças e a retomada de seu ritmo de desenvolvimento e de progresso, reconhece o esforço hercúleo e o trabalho heroico e gigantesco do inolvidável conterrâneo, e lhe é grata, profundamente grata, pelo seu sacrifício em prol da salvação nacional. Fazendo coro com todos os brasileiros de visão e possuídos do espírito verdadeiramente patriótico, nós também somos agradecidos ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. E, nada podendo lhe dar de mais significativo que a nossa cidadania honorária, como penhor desse nosso reconhecimento e admiração, apresentamos a essa Augusta Casa o projeto de lei em apreço, que, temos a certeza, merecerá a unanimidade e entusiástica aprovação da casa.²⁴³

Ainda no dia 28 daquele mês, um dia após a edição do AI-2 pelo “Comando Supremo da Revolução”, vereadores da Câmara Municipal sobralense aprovaram a *Lei n.º. 28/65*, concedendo, assim, o título de cidadania sobralense ao marechal-presidente Castelo Branco.

A entrega do título honorífico ao “cearense ilustre”, dentro em breve, seria feita pessoalmente, em grande festa. Ao longo do mês de novembro, Cesário Barreto Lima e outras lideranças políticas, intelectuais e religiosas sobralenses, iniciaram contatos com assessores do presidente da República. Contaram, para tanto, com a contribuição do governador Virgílio e do ministro Juarez Távora, bem como, do empenho de Paulo Sarasate – uma das principais lideranças udenistas no Ceará, amigo de Castelo Branco, e, após golpe, um dos principais interlocutores políticos do marechal-presidente.

²⁴³ *Projeto de Lei n.º. 28/65*. Sobral, CE, 26 de outubro de 1965. Câmara Municipal de Sobral. *Acervo digital do autor*.

Por meio de missivas, o grupo sobralense destacou a importância da presença do marechal-presidente para a inauguração de grandes obras e para as festas e homenagens que lhe seriam oferecidas. Após certa insistência, já em dezembro, o prefeito sobralense conseguiu confirmar a presença do marechal. Quem transmitia as “boas novas” era Paulo Sarasate, que, por meio de extenso telegrama anunciou que o “Chefe da Nação” iria à cidade no dia 28 de dezembro.

Pretendendo a participação popular em massa, de imediato, Cesário Barreto Lima encaminhou à Câmara Municipal pedido de decretação de feriado municipal para aquele dia. Em contato com o comandante da 10ª Região Militar, conseguiu confirmar a presença de “uma companhia de fuzileiros, uma bateria de artilharia e a banda de música do Exército, num total de 250 militares”.²⁴⁴ O propósito era que o grupo castrense se incorporasse “à nossa população [para] tomar parte da grande recepção ao chefe da Nação”.²⁴⁵

Cesário Barreto, assessorado por seus colaboradores, “conclam[ou] o povo residente em todo o município sobralense a se deslocar até Sobral para conhecer e ovacionar o homem que havia restituído a segurança e a moralização do Brasil”.²⁴⁶ “Toda Sobral”, anunciava Almino Filho – repórter destacado pela diocese sobralense para cobrir o evento –, se reunia “em verdadeira colmeia humana, encetando todos os esforços possíveis a fim de receber condignamente o Presidente Moralizador”.²⁴⁷

A hospedagem do marechal-presidente seria na residência do comerciante Francisco das Chagas Barreto, pai de Cesário. A agenda do “cearense ilustre” na cidade previa: “visita ao bairro Sinhá Sabóia, onde participará da inauguração do novo Centro Social Dr. Argentina Castelo Branco, e ainda da entrega de casas populares. (...) inauguração da Exposição de Artes Domésticas no Palace Clube, e [visita] às obras do Hotel Municipal”.²⁴⁸ A programação destacava, também, almoço com louça fina e prataria importada na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), momento em que o marechal-presidente receberia o título de “cidadão sobralense”.

Na “manhã luminosa” do dia 28 de dezembro, enfim, um primeiro avião aterrissou no aeroporto da Betânia, o mesmo transportava “jornalistas guanabarinós,

²⁴⁴ Coluna da Cidade. José Maria Soares. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 25 de dezembro de 1965, p. 06.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ O Marechal da Revolução em Sobral. Reportagem especial de Almino Filho, especialmente para o *Correio da Semana*. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 01 de janeiro de 1966, p. 01.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Confirmada a presença de Castelo Branco a Sobral. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 25 de dezembro de 1965, p. 01.

alencarinos e da Agência Nacional”. As gentes começavam a se reunir no aeroporto local, ansiosas, alegres. O comitê de organização das festas ao chefe de Estado promoviam os últimos ajustes, não queriam fazer feio. A sobralidade triunfava com o acontecimento.

Às 10h da manhã, um bimotor da Força Aérea Brasileira (FAB) tocou a pista de pouso, e, imediatamente, uma primeira onda de efusivos aplausos foi entoada. Bandeiras verde-amarelas foram agitadas entusiasticamente. A banda de música do Exército logo começou a tocar. A aeronave chegava “conduzindo o chefe da Nação, o governador, a primeira dama do estado e o comandante da 10ª Região Militar”.²⁴⁹

Enquanto o piloto manobrava para o desembarque, o prefeito municipal Cesário Barreto Lima e o bispo diocesano dom Walfrido Teixeira Vieira, se posicionaram para recepcionar os convidados “ilustres”. Ladeando o tapete vermelho, prefeito e bispo aguardavam o abrir de portas. Enquanto isso, vereadores, representantes de entidades de classe, de clubes e serviços, membros do clero e da imprensa falada, escrita e televisionada disputavam um melhor lugar para acompanhar, do saguão de passageiros, o desembarque do marechal-presidente.

Ao saltar em terra, a comitiva logo foi cumprimentada. O bispo concedeu as bênçãos a todos e o prefeito declarou as boas vindas à “Princesinha do Norte”. Enquanto os cumprimentos se sucediam, a banda de música iniciou a execução do Hino Nacional, e, como que de imediato, o marechal logo se posicionou, sendo acompanhado por todos que ali estavam, e assim reverenciou a entoada.

Dali a pouco, já no saguão de desembarque, o marechal-presidente foi cumprimentado pelo comerciante Francisco das Chagas Barreto, intelectuais, lideranças políticas locais, dentre outras pessoas presentes. Quando dos cumprimentos, vez ou outra o “comandante da revolução” era surpreendido com beijos na parte externa da mão seguido de um “Deus te abençoe”.

Aclamado, Castelo Branco “e sua corte se dirigiram em carros fechados ao centro da cidade, a fim de cumprir o programa visitativo [sic]”.²⁵⁰ Ao longo do

²⁴⁹ O Marechal da Revolução em Sobral. Reportagem especial de Almino Filho, especialmente para o *Correio da Semana. Op. Cit.* É válido destacar que o comandante da 10ª Região Militar, general Itibere Gouveia do Amaral, a convite de Cesário Barreto, estivera em Sobral no começo do mês de dezembro. Na ocasião, acompanhado de sua esposa e filha, presidiu a solenidade de formatura de alunos de escolas municipais. Ao convidado, homenagens e banquete foram oferecidos na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). Para este caso ver: General Itibere Gouveia esteve em Sobral. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 11 de dezembro de 1965, p. 01.

²⁵⁰ O Marechal da Revolução em Sobral. Reportagem especial de Almino Filho, especialmente para o *Correio da Semana. Op. Cit.*

percurso “entre aplausos de populares que formava ala [para a] passagem do ilustre cortejo”, ouviu-se efusivos brados de “vivas”, de palavras de apoio e admiração.

Ao longo das andanças pelo centro da cidade, aqui e ali, populares furavam o cerco montado pelos seguranças. “O povaréu anônimo aclamava entre vivas”, entusiasticamente, a passagem do presidente, e, nesta medida, buscava aproximar-se o mais possível, cumprimentar pessoalmente o chefe de Estado.

A programação estabelecida previamente pela comissão de recepção de Castelo Branco à “Princesinha do Norte” teve de ser reordenada e ampliada. Diferenciados grupos daquela sociedade manifestaram-se de modo a requisitar a passagem do marechal por outros lugares que não somente por aqueles estabelecidos num primeiro momento. Por isso, a comitiva visitou o Hotel Municipal – destacado como um dos mais modernos da região e símbolo da nova fase desenvolvimentista da cidade –, o Centro Social Trajano de Medeiros, o bairro Sinhá Sabóia, onde foi inaugurado o Centro Social Dra. Argentina Castelo Branco, em homenagem póstuma à sua esposa ²⁵¹, e a sede da CENORTE.

Castelo Branco visitou, ainda, a sede social do Grêmio Recreativo Sobralense, no Palace Clube, onde inaugurou exposição de trabalhos de alunos das escolas municipais, e, após cordial insistência do bispo dom Walfrido, deslocou-se ao Abrigo Coração de Jesus, instituição filantrópica mantida pela diocese.

Disputado, aclamado ²⁵², após extenuante jornada de visitas e acenos à população, o marechal foi agraciado com um banquete na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). Em traje de gala, os convidados festejaram o privilégio de poder sentar à mesa com o “chefe da revolução”. Dali a pouco, antes de ser iniciada a entrega do título honorífico que lhe havia sido preparado, o prefeito local pediu atenção a todos e destacou, solenemente, “o papel da restauração nacional empreendido pelo movimento de 31 de março sob a égide do marechal Castelo Branco, cuja autoridade e espírito patriótico têm imprimido confiança tranquila para o seu progresso”. ²⁵³ Pronunciadas tais palavras, aclamadas entre vivas, o homenageado foi convocado a receber a honraria concedida em nome do povo da “Princesinha do Norte”.

²⁵¹ Argentina Viana Castelo Branco faleceu em Recife, no dia 23 de abril de 1963.

²⁵² A Agência Nacional registrou a passagem da comitiva presidencial pela “Princesinha do Norte”. O recurso fílmico permite identificar algumas autoridades religiosas e políticas locais ao lado de Castelo Branco, além do que, oportuniza perceber as relações de apoio e afeto manifestadas por populares que acompanharam a marechal-presidente ao longo da jornada de visitas em Sobral. Para este caso ver: Agência Nacional (EH/ FIL. 283/ 2 min e 45 seg.). *Acervo do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, RJ.

²⁵³ O Marechal da Revolução em Sobral. Reportagem especial de Almino Filho, especialmente para o Correio da Semana. *Op. Cit.*

Efusivamente aplaudido, Humberto de Alencar Castelo Branco – comandante em chefe de um Estado autoritário que se iniciara em fins de março de 1964, e que editara sucessivas peças jurídicas autolegitimadoras e atentatórios às liberdades democráticas –, recebeu o “nobre” título, e discursou:

O título de Cidadão Sobralense, que agora recebo enobrecido me identifica com a tradição deste município e com a permanente aspiração de Sobral, que é a de todo o Brasil, de viver a Democracia. Uma democracia na base da realidade brasileira, em cuja prática as lideranças atuais proporcionam o surgimento nas gerações que seguem de líderes autênticos e renovadores. Aos Srs. Vereadores, ao Sr. Prefeito o meu reconhecimento de Presidente da Republica, de brasileiro e de cearense e, acreditei, que eu já vos falo como Cidadão Sobralense.²⁵⁴

O pronunciamento foi aclamado pelas gentes que ali estavam. Emocionados, orgulhosos, confortados, os sobralenses se cumprimentaram. O discurso do marechal-presidente pareceu muito bem se adequar aos sentimentos de “sobralidade triunfante” que naqueles tempos eram então marcantes: uma “Princesinha do Norte” portentosa, moderna, embalada pelo signo do progresso e mantida sob a ordem religiosa cristã. O empenho da “Princesa” no combate ao comunismo e o apoio à intervenção militar de fins de março de 1964, parecia ser ali reconhecido.

Ao longo dos cumprimentos, entre os tilintares de taças de cristal e goles de *champagne*, para a surpresa de muitos, o *grand finale*. Cuidadosamente, empurrando um móvel, o *garçom de honra* penetrou o salão trazendo um grande bolo em forma de *castelo*. Novas congratulações, outros abraços, fortes emoções. A festa continuava, *majestosamente*.

Eufóricas, as elites econômicas, religiosas, políticas e intelectuais da cidade celebravam, em tom solene, a “revolução” e o “herói revolucionário”. O *civismo* era exultado, os valores cristãos reafirmados, a figura do “menino de Messejana” aclamada. O sagrado – encarnado na tradição católica –, e o profano – identificado pelas forças da modernização conservadora e autoritária –, eram, assim, amalgamados e o novo regime encontrava apoio social para legitimar-se.

²⁵⁴ O discurso do presidente Castelo Branco foi transcrito nas páginas impressas do periódico católico sobralense. Para este caso ver: José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 01 de janeiro de 1966, p. 06.

A formação do acordo de aceitação era explícita, ativa, evidente.²⁵⁵ Entre vivas, entusiasticamente, tais grupos celebravam uma união simbolicamente “perfeita”. A “Princesinha do Norte”, enfim, parecia encontrar em Castelo o seu refúgio mais acolhedor e promissor.

Desta forma, longe de consentir de forma submissa à personalidade política do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, estratos diferenciados da sociedade sobralense davam sinais de uma adesão deliberada, consciente, não forçada, não resultante de forças midiáticas manipuladoras para a adoração do homem público e dos projetos políticos por ele anunciados. Tais grupos, ao consentirem o representante do Estado autoritário instituído, exerciam suas vontades políticas, afirmavam suas relações autônomas e coletivas de identidade e, por vezes, legitimavam o regime vigente.

2.3. Extinção dos partidos políticos e novas formas de apoio ao Estado autoritário

O resultado das eleições de outubro de 1965 para governo de alguns estados deu forma a uma nova onda autoritária. Em alguns casos, a exemplo de Minas Gerais e Guanabara, os candidatos apoiados pelos grupos que depuseram João Goulart e instituíram novo regime político não foram alçados aos postos de poder executivo estadual. A partir daí, a reação dos grupos golpistas não se fez esperar. A extinção dos partidos políticos em exercício desde 1945 se colocou como determinante para a defesa dos propósitos “revolucionários”, os quais, supostamente, se viram ameaçados pela candidatura de atores políticos afinados com a agenda nacional-reformista.²⁵⁶

Muito embora já se falasse em reforma partidária e tenha iniciado os rumores sobre a extinção dos partidos ainda em agosto de 1964, a decretação do AI-2, em 27 de outubro de 1965, inaugurou nova fase do Estado autoritário. A verticalização da agenda autoritária, gerada com a extinção das agremiações partidárias, assustou alguns atores com atuação política profissional, mas, por outro lado, abriu novos horizontes de expectativas “revolucionárias” para outros tantos.

²⁵⁵ A este respeito interessa-nos explorar as categorias *consenso* e *consentimento*, trabalho este que será desenvolvido no capítulo 3 desta dissertação.

²⁵⁶ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O regime militar e o bipartidarismo. In: *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2º Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Na capital cearense, também dois dias após a decretação do novo Ato pelo “Comando Supremo da Revolução”, deputados estaduais se colocaram. Frente à extinção das entidades partidárias, os parlamentares definiram alternativa para se relacionarem com a onda de mudanças que estava em curso no país e que, naquele momento, orientava o reposicionamento das relações de força reordenando o campo de protagonização político-partidária.

Assim, em 29 de outubro, parlamentares provindos de diversos espectros partidários, com trajetórias políticas e formações profissionais diferenciadas, representantes de colégios eleitorais situados em diversas regiões do estado do Ceará, e com enraizamentos em partidos políticos diversos, reuniram-se a fim de se posicionarem a respeito da determinação prevista no art. 18 do AI-2, o qual tratava, de forma categórica, da extinção dos partidos.

Ao longo do encontro ouviu-se prolongados discursos proferidos por lideranças *trabalhistas, pessedistas, udenistas* e outros. Na ocasião, pretendeu-se a demarcação de lugares frente ao novo Ato “revolucionário”. Aécio de Borba Vasconcelos, deputado estadual pelo Partido Social Trabalhista (PST) e líder *ibadiano* no Ceará, discursou e se posicionou como porta-voz do governo *virgilista*.

Após os pronunciamentos os homens públicos deliberaram a redação de documento esclarecendo os propósitos e a tomada de posição da maioria dos parlamentares em exercício ali reunidos. O registro, além de definir o posicionamento daqueles grupos no novo cenário nacional, serviu como ato fundador das diretrizes que, a partir de então, passariam a orientar suas ações com a extinção das agremiações partidárias às quais estavam atrelados.

Nesta medida, “atendendo à necessidade de natureza parlamentar de se aglutinarem no exercício da ação legislativa visando à efetividade da ordem jurídico-revolucionária”, os parlamentares reunidos naquela data resolveram “constituir-se em bloco parlamentar sob a denominação de União Parlamentar Revolucionária do Ceará” (UPRC). A partir de então, como bloco parlamentar, os homens públicos perseguiriam os seguintes objetivos:

- a) apoiar a ordem jurídico-revolucionária; b) apoiar o Governo Federal, representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco; c) apoiar o Governo Estadual, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, Coronel Virgílio do Nascimento Fernandes Távora; d) tornar público este instrumento ao povo do Ceará, dando-se conhecimento de seu teor às autoridades acima indicadas,

bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.²⁵⁷

As propostas apresentadas em plenária explicitando tais objetivos e justificando a fundação da UPRC, foram votadas e o documento fundador foi então subscrito pelos votantes.

Ao todo, sessenta e três deputados, entre os quais, cinquenta e um titulares e doze suplentes em exercício ou convocados, aprovaram e por isso assinaram o documento. Representando a quase a totalidade dos parlamentares atuantes na casa legislativa cearense, os homens públicos agiram a despeito de qualquer força manipuladora, para o bem ou para o mal.²⁵⁸

Quadro 1 – União Parlamentar Revolucionária do Ceará – UPRC

Partido	Nome	Trajatória política
UDN	Adauto Bezerra (<i>Titular</i>)	Militar; Dep. Estadual (1959, 63)
	Alfredo Veras Coelho (<i>Suplente</i>)	Agrônomo
	Antonio Afonso Diniz (<i>Titular</i>)	Empresário
	Antonio Barros dos Santos (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59)
	Antonio Fernando Melo (<i>Suplente</i>)	Odontologista; Prefeito de Ibiapina (1959)
	Aquiles Peres Mota (<i>Suplente</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1955)
	Brasilino de Freitas (<i>Titular</i>)	Aviador; Dep. Estadual (1955, 59, 63)
	Cincinato Furtado Leite (<i>Titular</i>)	Militar; Dep. Estadual (1955, 59, 63)
	Edson da Mota Corrêa (<i>Titular</i>)	Militar; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Ernani Viana (<i>Titular</i>)	Comerciante
	Filemon Teles (<i>Titular</i>)	Agropecuário; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Gilberto Soares Sampaio (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1959, 63)
	Guilherme Teles Gouveia (<i>Titular</i>)	Contador; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Jeová Costa Lima (<i>Titular</i>)	Contador; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	João F. Ferreira Gomes (<i>Titular</i>)	Téc. Agrícola; Dep. Estadual (1955, 59, 63)
	José Mário Barbosa (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1963)
	José Napoleão de Araújo (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	José Peregrino Frota (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1959, 63)
	Manoel Castro Filho (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Manoel Rodrigues dos Santos (<i>Titular</i>)	Dep. Estadual (1963)
Quintílio Teixeira (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1951, 59, 63)	
Racine Távora (<i>Suplente</i>)	Advogado	
PSD	Almir Santos Pinto (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1947, 51, 55, 59, 63)
	Antonio Custódio de Azevedo (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1955, 59)
	Antonio Danúsio Barroso (<i>Suplente</i>)	Agrônomo; Dep. Estadual (1951, 55, 59)
	Edisio Meira Tejo (<i>Suplente</i>)	Empresário
	Ésio Pinheiro (<i>Titular</i>)	Agrônomo; Dep. Estadual (1955, 59, 63)

²⁵⁷ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. União Parlamentar Revolucionária do Ceará. Fortaleza, CE, 29 de outubro de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

²⁵⁸ Contabilizamos 64 deputados eleitos para a legislatura de 1963 a 1966. Entre os suplentes, conta-se 39. Para este caso ver: *Deputados estaduais: 16ª Legislatura (1963-1966)*. Fortaleza, CE: INESP, 1998.

	Francisco Castelo de Castro (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
	Franklin Gondim Chaves (<i>Titular</i>)	Educador; Dep. Estadual (1947, 51, 55, 59, 63)
	Gomes de Freitas (<i>Titular</i>)	Contador; Dep. Estadual (1955, 59, 63)
	Gustavo Augusto Lima (<i>Suplente</i>)	Agrônomo
	Januário Alves Feitosa (<i>Suplente</i>)	Agropecuarista
	Joel Marques (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	José Correia Pinto (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1959, 63)
	Murilo Aguiar (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1959, 63)
	Raimundo Elísio F. Aguiar (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1951, 55)
	Raimundo Gomes da Silva (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Samuel Lins Cavalcante (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1955)
	Stênio Dantas (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
PTN	Abelardo Costa Lima (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Austregésilo Rodrigues (<i>Suplente</i>)	Advogado; Militar
	Esmerino Ferreira Gomes (<i>Suplente</i>)	Agropecuarista; Dep. Estadual (1963)
	Francisco C. Albuquerque (<i>Suplente</i>)	Advogado; Prefeito de Massapê (1959)
	Francisco Jorge de Abreu (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
	Haroldo Martins (<i>Titular</i>)	Agropecuarista; Dep. Estadual (1963)
	Haroldo Sanford (<i>Titular</i>)	Militar; Dep. Estadual (1963)
	Jerônimo Alves de Araújo (<i>Suplente</i>)	Agropecuarista
PTB	Obi Viana Diniz (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1963)
	Alceu Vieira Coutinho (<i>Titular</i>)	Agropecuarista; Dep. Estadual (1963)
	Erasmio R. de Alencar (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
	Francisco Augusto Sales (<i>Titular</i>)	Agropecuarista; Dep. Estadual (1963)
	José Firmo de Aguiar (<i>Titular</i>)	Dep. Estadual (1951, 55, 63)
	José Simões dos Santos (<i>Titular</i>)	Médico; Dep. Estadual (1963)
	Oriel Mota (<i>Titular</i>)	Comerciante; Dep. Estadual (1959, 63)
PRP	Sabino Cavalcante (<i>Titular</i>)	Dep. Estadual (1963)
	Epitácio Quezado Cruz (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
	Irapuan Pinheiro (<i>Titular</i>)	Funcionário Público; Dep. Estadual (1963)
PSP	Lourival Amaral Banhos (<i>Titular</i>)	Advogado
	Mozart Gomes de Lima (<i>Titular</i>)	Farmacêutico; Dep. Estadual (1963)
PST	Plácido Aderaldo Castelo (<i>Titular</i>)	Advogado; Jornalista; Constituinte (1935); Prefeito de Fortaleza (1945); Dep. Estadual (1963)
	Aécio de Borba Vasconcelos (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
PDC	Raimundo Ximenes Neto (<i>Titular</i>)	Advogado; Dep. Estadual (1963)
	Francisco Alves Sobrinho (<i>Titular</i>)	Industrial; Dep. Estadual (1963)

* PRP – Partido de Representação Popular; **PSP – Partido Social Progressista; ***PST – Partido Social Trabalhista; ****PDC – Partido Democrata Cristão.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, CE, 29 de outubro de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE; *Deputados estaduais: 16ª Legislatura (1963-1966)*. Fortaleza, CE: INESP, 1998.

Com o ato fundador, os parlamentares instituíram, em bases legais, a arregimentação de novas forças de apoio à “revolução” e ao projeto de modernização conservadora previsto nos planos da *União pelo Ceará*, esta, considerada pelos próprios, “precursora do processo revolucionário”²⁵⁹ no território cearense.

²⁵⁹ Carta encaminhada ao marechal-Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, CE, 08 de novembro de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo:

Conscientes das restrições determinadas pelo AI-2, principalmente no que concerne ao exercício da vida político-partidária e à possibilidade de execução de agendas e compromissos assumidos, ainda assim, os deputados consentiram o esfacelamento de suas agremiações. Agiram, nesta medida, afirmando possuírem “a preocupação de proporcionar ao Estado, além da desejada tranquilidade, a implantação dos fundamentos imprescindíveis à grande arrancada para o seu desenvolvimento econômico, para o aperfeiçoamento sociopolítico”.²⁶⁰ A leniência com AI-2 representava uma provação de “renúncia e patriotismo”²⁶¹, necessária, naqueles instantes, para a “consolidação do regime democrático”.²⁶²

Fazendo uso das prerrogativas políticas que lhes cabiam naquele instante, os parlamentares destacaram, ainda, que “o Bloco Parlamentar Revolucionário do Ceará [ilegível], não surgiu por qualquer imposição de ordem estranha às [ilegível] regimentais desta Casa, e pois, sem a menor implicação de natureza político-partidária do passado”.²⁶³ Ao ressaltarem tais questões, aqueles homens públicos deixaram claro que ali exerceram suas vontades políticas, que ali agiram orientados pela força de suas convicções.

O passado, para os próprios, passava, envelhecia. O futuro, em contrapartida, nutria expectativas para a constituição de um novo presente, para a definição de projetos que “revolucionassem” as estruturas econômicas e políticas na *terra da luz*. Novas bases de apoio ao Estado autoritário estavam estabelecidas.

Ao demarcarem o lugar de fala, os parlamentares afirmaram a amplitude do horizonte partidário que compunha a UPRC, e declararam os seus desprendimentos com as entidades extintas, haja vista o interesse “revolucionário” orientar não somente as suas escolhas, mas, de acordo com os próprios, os “interesses do povo”. A “revolução”, diziam, lhes exigia uma tomada de atitude, e, a tanto, os mesmos estavam dispostos. Como “representantes do povo”, os parlamentares diziam-se porta-vozes de interesses coletivos.

Após o ato fundador da UPRC, os deputados estaduais promoveram um novo encontro, desta vez para formalizar extensa carta a ser encaminhada ao marechal-Presidente informando seus posicionamentos. Em 08 de novembro daquele ano, os

Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

²⁶⁰ Ibidem, p. 02.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem.

sessenta e três parlamentares destacaram que a posição adotada pelos próprios espelhava-se no homem das armas, no “ilustre cearense”, “incorrupível”, “exemplar”, “democrata”, líder político do bem, à sombra do qual todos se diziam querer ficar.

Ao agirem nesta medida, os parlamentares erguiam imagem mítica de Castelo Branco, o qual tinha o nome exaltado efusivamente. Sua trajetória militar e política serviam aos deputados como exemplo a ser seguido, mirado, idolatrado.

Os coligados em torno da *União pelo Ceará* transmudavam-se, agora, em União Parlamentar Revolucionária do Ceará, e, assim, reafirmavam os seus compromissos com o Estado que, inegavelmente, sinalizava a sua face autoritária.

O reestabelecimento da suspensão dos direitos políticos e a abertura de nova fase da “operação limpeza”, a determinação de eleição indireta para a presidência da República, o prolongamento do mandato de Castelo Branco, a permissão para que se decretasse o recesso do Congresso Nacional, a extinção dos partidos, dentre outras tantas prerrogativas previstas no AI-2, muito bem demarcavam a identidade do novo regime com o qual os parlamentares cearenses traçavam relações de pertencimento.

Irmanados em torno da UPRC, os homens políticos tiveram de se relacionar, de forma nada amistosa, contudo, com certa dissidência. O grupo de oposição era liderado pelo também deputado estadual Diógenes Nogueira, aquele mesmo que tentara promover a cassação de Virgílio Távora com o apoio dos comandantes do IV Exército e do 10º GO, ainda em 1964.

Da formação da UPRC Diógenes Nogueira não participou, e, desde aquela investida continuou a fazer frente a Virgílio Távora. Principalmente agora, o mesmo concentrou suas forças para combater a ampla e plural base governista na Assembleia Legislativa. Para tanto, contou com o apoio dos deputados *pessedistas* Antonio de Melo Arruda, Carlos Mauro Benevides, Dorian Sampaio, João Batista de Aguiar, José Figueiredo Correia, dos *petenistas* Francisco das Chagas Vasconcelos e Themístocles de Castro e Silva, e do *udenista*, Luciano Campos Magalhães, que então atuava como suplente na casa legislativa.

Como em 1964, as ações do grupo opositor liderado por Diógenes Nogueira continuaram sendo estruturadas nos bastidores do poder. Com o alargamento do campo punitivo promovido pelo Estado autoritário, contudo, as investidas contra Virgílio Távora assumiram, ao longo dos tempos, outros padrões.

O arquirrival do governador cearense aprendeu a fazer melhor uso da imprensa falada e escrita. Sabia ele que interferir na opinião pública poderia gerar a

desestabilização do governo e impor certa impopularidade a Virgílio Távora. Para tanto, o mesmo contou com o contributo do polêmico jornalista e deputado estadual Themístocles de Castro e Silva.²⁶⁴

Após o episódio envolvendo os comandantes do IV Exército e do 10º GO, acionados por Diógenes Nogueira, no entanto, o coronel Virgílio Távora passou a operar também de forma diferenciada. Desde então, Sherlock – não o Holmes da literatura de ficção – passou a agir sob seu comando, silenciosamente.

Em 20 de abril de 1965, Sherlock informou a Virgílio Távora o “ataque sórdido do deputado Themístocles de Castro e Silva, subordinado ao título ‘Acabemos com a farsa’, publicado no jornal *Correio do Ceará*”.²⁶⁵ O mesmo disse a Virgílio não se surpreender com o texto-denúncia, “porque já o sabia, desde uma semana”, e destacou: “não tenho dúvidas, outras insídias virão, sob diversos disfarces. Trata-se, tão somente, de uma trama conspiratória organizada visando a desgastá-lo perante a opinião pública e às forças armadas”.²⁶⁶

Para o informante que agia silenciosamente monitorando os passos dos adversários políticos do governador cearense, a tentativa de desestabilização pretendia promover o general Murilo Borges à “governança” do estado do Ceará. Promover instabilidades, era esse o propósito tido em mira pelo grupo opositor, asseverava Sherlock.

Em carta encaminhada a Virgílio Távora, Sherlock destacou que os “membros do conluio impatriótico” eram acompanhados de perto, e que, por isso, o governador não precisava preocupar-se. A respeito das informações, dizia consegui-las com políticos do próprio grupo conspirador liderado pelo deputado Diógenes Nogueira.

Por meio de Sherlock, que agia com dupla identidade, enfim, Virgílio Távora monitorou os passos do grupo de oposição, antecipou-se a ele. No dia 08 de novembro, enquanto sua base aliada finalizava o documento fundador da UPRC para logo em seguida encaminhá-lo ao marechal-Presidente Castelo Branco, Diógenes Nogueira,

²⁶⁴ Advogado, jornalista, radialista, técnico de administração. Exerceu o cargo de redator do jornal *gazeta de Notícias*, em 1945, e tradutor de telegramas dos periódicos *Unitário* e *Correio do Ceará*, em 1950. Ainda nos anos 1950, foi subsecretário de *O Jornal*, no Rio de Janeiro. Em 1961, já de volta ao Ceará, foi diretor de *O Estado*. Foi eleito deputado estadual para os pelitos iniciados em 1963 e 1967. Já em 1973, fez-se deputado federal. Para este caso, ver: *Deputados estaduais*: 16ª Legislatura (1963-1966). Fortaleza, CE: INESP, 1998.

²⁶⁵ Carta. (De: Sherlock. Para: Virgílio Távora). Fortaleza, CE, 20 de abril de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Correspondência Geral. Subsérie: Cartas expedidas e recebidas. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

²⁶⁶ Idem.

Themístocles de Castro e os demais opositores, articularam a formação de outro bloco parlamentar.

Considerando a extinção dos partidos por força do AI-2, e observando a força política do grupo *virgilista* perante a “revolução”, tais parlamentares se posicionaram. Por telefone Virgílio recebeu informações a respeito da nova trama.

Muito embora fosse pretendido como dissidência, o grupo comandado por Diógenes Nogueira de imediato mostrou a que veio. Diferentemente do que se supunha, os “dissidentes” orientaram suas ações de modo a promover o alinhamento com a agenda “revolucionária”. Oposição ao governador cearense e enfileiramento nos quadros do Estado autoritário, era essa a dupla identidade assumida pelo grupo liderado por Diógenes.

Ao longo de encontro realizado nas dependências da Assembleia Legislativa, o suposto grupo dissidente instituiu o *Bloco Democrático Renovador* (BDR), e então se propôs a propugnar a seguinte agenda:

a) Consolidação dos ideais revolucionários, dos quais se tornou decidido executor o Exmo. Sr. Presidente da República; b) maior dignificação do Poder Legislativo do Ceará, através de vigilante atuação na defesa dos legítimos interesses da coletividade cearense; c) cooperação patriótica na manutenção do clima de paz e tranquilidade, indispensável ao progresso do Brasil e bem estar de seu povo; d) esforço permanente no sentido de que prevaleça ambiente de rigorosa moralização administrativa em todos os setores da vida pública do Estado.²⁶⁷

As propostas estruturantes do novo bloco²⁶⁸, em alguns aspectos, assemelhavam-se àquelas sinalizadas no documento fundador da UPRC. Um e outro se aproximavam, essencialmente, quando destacavam os propósitos de legitimação do “projeto revolucionário” iniciado em fins de março de 1964 com a deposição de João Goulart. Ainda, o apoio ao marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como “Chefe revolucionário” destacava-se como referencial aglutinador, a alinhá-los à política do Estado autoritário vigente.

²⁶⁷ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Bloco Democrático Renovador. Fortaleza, CE, 08 de novembro de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

²⁶⁸ Subscrevem o documento os seguintes deputados: *pessedistas*: Antonio de Melo Arruda, Carlos Mauro Benevides, Diógenes Nogueira, Dorian Sampaio, João Batista de Aguiar, José Figueiredo Correia; *petenistas*: Francisco das Chagas Vasconcelos e Themístocles de Castro e Silva; *udenista*: Luciano Campos Magalhães. Para este caso ver: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Bloco Democrático Renovador. Fortaleza, CE, 08 de novembro de 1965, *Op. Cit.*

Ao tratar acerca dos propósitos de “dignificação do Poder Legislativo”, contudo, o BDR distanciava-se, de forma categórica, da UPRC. Para os parlamentares “democrático-renovadores”, os poderes executivo e legislativo cearense contavam com a presença de “agentes vermelhos”, “maus brasileiros” mantidos sob o manto “farsante” do governo *virgilista*. Para os “renovadores”, nesta medida, era preciso promover a “limpeza” dos espaços políticos cearenses a fim de que fosse possível identificar “farsantes” travestidos de líderes “revolucionários”. Destacavam, ainda, que a moralização política devia ser promovida de forma incisiva, a fim de que fosse possível acabar com um governo fundado e mantido a partir do diálogo com as esquerdas.

As posturas vacilantes do governador Virgílio Távora, diziam os parlamentares do BDR, deviam ser perscrutadas, seus aliados investigados, seus projetos de governo revistos. A “farsa” deveria acabar!

Ao tempo em que Diógenes Nogueira articulou o processo fundador o BDR com grupo minoritário de parlamentares em exercício e um suplente convocado, a documentação de apresentação da UPRC foi despachada. Autenticada no cartório Morais Corrêa, a longa carta de apresentação da nova *União*, dentro em breve, chegaria às mãos do marechal-Presidente Castelo Branco. A mesma seguiu subscrita pela grande maioria dos deputados estaduais, contando, por vezes, com a assinatura do *ibadiano* Aécio de Borba Vasconcelos – líder do governo *virgilista* na Assembleia Legislativa –, e com as de outras tantas lideranças políticas, representantes de diversas regiões cearenses.

O suposto grupo dissidente, enfim, mais se preocupou em conquistar a preferência no campo “revolucionário”, a demarcar lugar, a dizer sobre os seus propósitos “democráticos” para a legitimação da “revolução”.

Democracia, por sinal, era, ali, manobrada como figura de retórica por um e outro grupo, e, nesta medida, servia como disfarce de orientações políticas que legitimavam o regime autoritário que dissolvia direitos e liberdades, e, exatamente por isso, continuava a cassar, prender, torturar, matar.

Na gramática do Estado autoritário inaugurado com a deposição de João Goulart, e definido sob a liderança do “cearense ilustre”, é importante enfatizar, o substantivo (democracia) amalgamou expectativas, e, de forma paradoxal, pavimentou o caminho para a consolidação da ditadura.

Diferentemente do Estado que apoiaram e contribuíram para sua legitimação, tanto a *União Parlamentar Revolucionária do Ceará* quanto o *Bloco Democrático*

Renovador tiveram vida curta. “Porta-vozes” de uma “democracia” fictícia, os parlamentares cearenses atuaram ali, no interregno entre o apagar e o ascender de luzes, entre a extinção dos partidos políticos em exercício desde 1945 e a criação de novas legendas partidárias. Estas perpetuariam no longo tempo dos anos autoritários.

Vale frisar, os blocos criados pelos parlamentares cearenses não foram pretendidos como partidos políticos, ainda que os mesmos aspirassem ao exercício do poder, previssem o apoio popular ²⁶⁹, e estes se configurassem como primeiro passo para a canalização de forças e a conseguinte criação partidária. Como blocos parlamentares dedicados a apoiar – de formas diferenciadas e com agendas divergentes – o chefe “revolucionário” e a “revolução”, atuaram como força legitimadora da onda autoritária que orientava os rumos do país naqueles instantes.

UPRC e BDR, por suas características, dissolveram as personalidades de lideranças políticas das antigas entidades partidárias e estabeleceram novos postos de comando. Os poderes de mando foram esmaecidos, os domínios personalistas foram dissolvidos, as autoridades compartilhadas. Também este aspecto do esfacelamento partidário, da recomposição dos campos de poder e da dissolução de antigos privilégios, pareceu pouco afetar aos políticos profissionais cearenses. Apoiar a “revolução”! Parecia ser essa a primeira pauta da agenda política.

Com a extinção dos partidos, a alternativa, então, foi ocupar as arestas do campo restritivo, situar-se à sombra do Estado vigente. Tal postura garantiria a continuidade de carreiras e/ou fortaleceria posições. No plano “revolucionário”, a adequação significou, para muitos, o melhor caminho. A tradição conciliadora, comum às classes políticas conservadoras ao longo da história do Brasil republicano, foi, ali, reafirmada. Conciliar as diversas agendas e os diferenciados matizes ideológicos foi esse um dos desafios. A flexibilidade para a acomodação nos campos de poder, de modo a facilitar a configuração do novo cenário, então, se fez habitual.

Conforme sugere o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, em livro recentemente publicado,

²⁶⁹ O historiador francês Serge Berstein, destaca pelo menos quatro “critérios que permitem definir os partidos em relação às outras forças políticas (clubes, clientelas, grupos parlamentares, facções...)”. São eles: a) “*a duração no tempo*, que garante ao partido uma existência mais longa que a vida de seus fundadores”; b) “*a extensão no espaço*, que supõe uma organização hierarquizada e uma rede permanente de relações entre uma estrutura nacional e estruturas locais”; c) “*a aspiração ao exercício de poder*, que necessita de um projeto global que possa convir à nação em seu conjunto”; d) “*enfim, a vontade de buscar apoio da população*, seja recrutando militantes, seja atraindo o voto dos eleitores, condição indispensável para a realização do objetivo anterior”. Para este caso, ver, do autor: Os partidos. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 62-63.

A conciliação e a acomodação fazem parte do repertório de estratégias à disposição dos que disputam os jogos de poder no Brasil – ou seja, elas integram a cultura política do país –, e, como há larga tradição e vários exemplos bem-sucedidos, muitos líderes são incentivados a escolher tal caminho, na esperança de construir projetos políticos estáveis.²⁷⁰

As questões apresentadas pelo autor parecem muito bem contemplar as peculiaridades das escolhas dos atores políticos cearenses anteriormente destacados. Esperançosos com o futuro e abertos ao porvir, os mesmos conciliaram-se com o Estado político vigente.

Em 20 de novembro, Castelo Branco assinou o Ato Complementar n.º. 4 (AC-4) dispondo sobre a criação de organizações provisórias com atribuições partidárias.²⁷¹ Com tal fato, novos espaços foram fendidos, enquanto novos horizontes de expectativas passaram a ser mirados.

De acordo com a historiadora Lucia Grinberg,

a AC-4 trouxe a definição do perfil do novo sistema partidário. O objetivo do governo era impedir a reestruturação dos partidos extintos. Os novos partidos tinham que ser organizados a partir da iniciativa de membros do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores. Isso significava um número de partidos bastante restritos, não se desejando nem um sistema partidário único, nem um multipartidarismo amplo. Ou seja, o Executivo pretendia, de fato, um sistema de apenas dois partidos, um de apoio ao governo e outro de oposição.²⁷²

²⁷⁰ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Editora Zahar, 2014, p. 19 (e-book).

²⁷¹ Como uma resultante do jogo de acomodações políticas no quadro do estado vigente, foram criados dois partidos: ARENA e MDB. A respeito da primeira agremiação, teremos a oportunidade de explorar alguns aspectos na sessão que segue. No que tange ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), é importante destacar que para o mesmo ocorreram variados personagens políticos, liberais e mesmo comunistas (neste caso, os não cassados e presos com a “operação limpeza” imediatamente iniciada após o golpe). De base bastante heterogênea, ao longo dos tempos, tal entidade orientaria sua ação política em oposição ao ordenamento de poder encetado pela ARENA, e, por vezes, pela própria ditadura. A respeito do MDB, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, sugere que “o governo desejava um partido oposicionista manso, ‘bem comportado’, mais propenso a colaborar que a trabalhar como oposição efetiva”. A existência do “partido de oposição consentida”, nesta medida, contribuiu para manter as aparências democráticas sistematicamente pretendidas pelo estado autoritário, o qual, por sinal, nunca se assumiu enquanto tal, ainda que esta face fosse evidente. A trajetória do partido, ao longo dos anos de ditadura, permitiu a constituição de uma roupagem menos pacífica do que a pretendida, e os personagens políticos agrupados em torno de tal agremiação assumiram importância fundamental no processo de abertura política, por exemplo. Para este caso, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2.º Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

²⁷² GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena/ 1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 62-63.

De acordo ainda com a autora, muito embora já existisse uma ordem consensual entre classes políticas e o Estado instituído com a deposição de Goulart, “a nova legislação causou uma certa perplexidade”.²⁷³ Tal fato parece não ter sido sentido no Ceará, haja vista a situação e a oposição existentes serem marcadamente devotadas ao sistema “revolucionário”, como já destacado. Como ressaltamos os parlamentares coligados em torno da UPRC e do BDR divergiam entre si, mas, no plano “revolucionário”, irmanavam-se e pavimentavam caminhos comuns, nutriam expectativas positivas em relação à onda de mudanças que afetava o Brasil.

As redes de consentimento com o regime político que dava sinais de sua face ditatorial eram tecidas de formas diferenciadas, pois protagonizadas por atores com distintas trajetórias políticas e partidárias. Apoiar a “revolução” e se situar à sombra dos propósitos “revolucionários” pareciam interessar a muitos. Os comportamentos e atitudes cambiantes dos grupos políticos muito bem sinalizavam tais finalidades.

2.4. Jogos de poder e o processo fundador do “partido da revolução”

No cenário nacional, dez dias após a edição do AC-4, “parlamentares subscreviam o Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional com o objetivo de ‘apoiar o Governo da Revolução’”.²⁷⁴ A consolidação dos ideais “saneadores e progressistas” que orientavam o Estado autoritário passavam a ser pretendidos pelo novo partido e por não poucos atores políticos.

No Ceará, logo após o ato fundador da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e da formação de sua executiva nacional, o governador Virgílio Távora se reuniu com o marechal-Presidente Castelo Branco e com o deputado federal Paulo Sarasate. Com o propósito de alinhar acordos com vistas à formação de novas bases de apoio à “revolução” no território cearense, o marechal convocou o encontro.

A criação do novo partido, reconfigurava o jogo de relações de poder e impunha novos traçados para a consolidação do Estado autoritário. Também por isso, o encontro interessava ao governador cearense.

²⁷³ Ibidem, p. 63.

²⁷⁴ Ibidem, p. 67.

Ao longo da reunião, marcada por diálogo franco e amigável, Castelo Branco compartilhou a sua preferência para a composição da comissão cearense da ARENA. Na executiva nacional do “partido do governo” Paulo Sarasate já se encontrava, e, também por isso, o marechal-Presidente considerava ser ele um forte nome para comandar a agremiação na *terra da luz*.

De forma “tímida, amarela, canhestra”²⁷⁵, Virgílio Távora logo reagiu demonstrando certa decepção. De imediato, demonstrando a “franqueza rude de militar”, disse a Castelo Branco que iria “procurar vender a sua ideia aos aliados, pois na ex-UDN não [haveria] restrições a ela”.²⁷⁶

Sentindo-se preterido, o Távora esboçou insatisfação. Pela trajetória política e militar, bem como pelo apoio dedicado à “revolução” e à nomeação do cearense à Presidência, Virgílio acreditava ser merecedor do posto de liderança da ARENA local.

Após o encontro, Castelo Branco, sem compreender muito bem a reação *vacilante* do governador cearense, compartilhou suas más impressões com Paulo Sarasate e com a romancista cearense Rachel de Queiroz.²⁷⁷ Esta havia tempos circulava nos salões palacianos, além do que, figurava como personalidade intelectual de confiança do marechal-Presidente.²⁷⁸

Decepcionado, confuso, e ao mesmo instante preocupado com a formação das bases *arenistas* no território cearense, passados alguns dias, Paulo Sarasate escreveu longa carta a Virgílio Távora. Em papel timbrado, datilografado e com rasuras marcadas a caneta, destacou, em caráter “confidencial”, o seu compromisso com a “revolução” e

²⁷⁵ Para este caso ver: Carta. (De: Paulo Sarasate. Para: Virgílio Távora). Rio de Janeiro, RJ, 15 de dezembro de 1965. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

²⁷⁶ Idem. Aqui, Paulo Sarasate reproduz a fala do governador Virgílio Távora.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Autora de *O quinze*, publicado em 1930, a escritora cearense se consagrou no campo literário, sendo saudada pelos críticos Alceu Amoroso Lima, Augusto Frederico Schmidt e Artur Mota. Ainda nos anos 30, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e, durante o Estado Novo, atuou como militante trotskista. Com livre trânsito entre São Paulo e o Rio de Janeiro, Rachel de Queiroz atuou como cronista e jornalista. Por prolongados anos, manteve relações com Mario Pedrosa e Aristides Lobo, ambos, com trajetórias políticas e intelectuais evidenciadas no campo das esquerdas. A trajetória de Rachel de Queiroz, contudo, marcada pela descontinuidade e pelo contraditório, a fez apoiar o golpe contra João Goulart, o qual considerava herdeiro do “peleguismo” varguista, e, por vezes a assumir papel de destaque na interlocução com Castelo Branco. “Em 1966, Rachel é empossada como membro do Conselho Federal de Cultura ao lado de Afonso Arinos, Adonias Filho, Otavio de Faria, Gilberto Freyre e outros. Convidada pelo Presidente Castello Branco, aceita ainda integrar o Diretório Nacional da ARENA”. Para este caso ver: HOLLANDA, Heloisa Buarque. O ethos Rachel. In: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/o-ethos-rachel/> Ainda, vale a pena conferir entrevista concedida pela romancista cearense ao programa *Roda Viva*, em 17 de julho de 1991. Para este caso conferir: [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/407/entrevistados/rachel de queiroz 1991.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/407/entrevistados/rachel%20de%20queiroz%201991.htm) Acesso em 21 de fevereiro de 2014.

os seus propósitos políticos, os quais, afirmava, não pretendia posicioná-los como obstáculos para a trajetória do governador cearense. Ademais, asseverava, tinha como real propósito “manter o clima de paz e de progresso” que arejava o cenário político e econômico nacional, e o cearense, em específico.

Ressentido com o clima criado na reunião, o deputado desautorizou Virgílio Távora a submeter o seu nome à apreciação da base aliada do governo. Achava aquilo um constrangimento e uma falta de tato, um posicionamento desnecessário da parte governador cearense.

Agindo com cautela, Paulo Sarasate se posicionou como um bom estrategista político. Muito embora a dissolução das entidades partidárias em atividade desde 1945 fosse uma evidência, considerou oportuno manter boas relações a fim de capitalizar novos acordos e, nesta medida, manter o Ceará como uma “ilha de paz e segurança no Nordeste”. Assim operou, pois conhecedor da importância dos atores políticos coligados em torno da *União pelo Ceará* para a promoção do Estado inaugurado com o golpe contra João Goulart e, naqueles instantes, para a sua segura legitimação. Ainda, Paulo Sarasate era conhecedor do ato “patriótico” da base aliada *virgilista* na formação da UPRC e nos encaminhamentos políticos promovidos pelos parlamentares no interregno entre a extinção e a criação de novas entidades partidárias.

Mantendo discurso dúbio, ora marcado pela aspereza ora nuançado com palavras amigáveis, Paulo Sarasate deixou claro que seus “ressentimentos (...) eram como as rosas de Malherbe e se transforma[vam], como já se transformou (...), em novos propósitos de cooperação e ajuda aos companheiros”.²⁷⁹ Ao final do longo texto datilografado, destacando a relação de amizade pretendida, o deputado solicitou que tão logo o governador fizesse a leitura do documento o rasgasse, e, a título de *post-scriptum*, destacou:

não terei quaisquer restrições, senão as de ordem moral e intelectual, a qualquer nome que venha a ser apontado para a Presidência da ARENA no Ceará, inclusive se, a um ex-udenista, você oferecer um aliado ou, mesmo, um ex-antagonista.²⁸⁰

Após ler a mensagem, Virgílio Távora matutou demoradamente. Havia tempos ele nutria o propósito de ascender ao Senado. A preferência de Castelo Branco por

²⁷⁹ Carta. (De: Paulo Sarasate. Para: Virgílio Távora). Rio de Janeiro, RJ, 15 de dezembro de 1965. *Op. Cit.* p. 03.

²⁸⁰ Idem.

Paulo Sarasate, contudo, se configurava como um possível obstáculo para a realização de tal feito. Para ele, isso ficava evidente também pela indicação do marechal-Presidente para que o deputado presidisse o diretório local do “partido do governo”.

Também se posicionando como um bom estrategista, o governador resolveu agir. De modo a fazer uso dos campos abertos pelo discurso enunciado em carta, convocou a base coligada a fim de montar a comissão executiva local do “partido revolucionário”. Ainda que “autorizado” pelo deputado, sua atitude negligenciava a preferência do marechal-Presidente. Tal posicionamento lhe traria implicações futuras, principalmente no jogo sucessório de outubro de 1966.²⁸¹

Em reunião com as principais lideranças políticas do Estado, Virgílio Távora articulou a base do novo partido. A composição da seção local da Aliança Renovadora Nacional, tão logo formalizada, deixaria ver a força da *União pelo Ceará*, e os propósitos políticos do governador no plano “revolucionário”.

Ao longo do encontro, realizado no Palácio do Governo, Virgílio Távora discursou de modo a arrolar os objetivos do novo partido. Destacou que “o desenvolvimento planejado e autossustentado”, bem como o “incentivo à iniciativa privada, como elemento básico do desenvolvimento econômico”, previstos no plano nacional da nova agremiação, equalizavam-se aos propósitos das elites políticas *unidas*. Após breve diálogo, onde se ouviram falas entusiasmadas, formalizou-se novo acordo de cúpula, e, enfim, a executiva local da ARENA foi definida.

Virgílio Távora ocupou assento imediato, também por força de certo consenso entre os aliados. O mesmo foi ladeado pelos *udenistas* Jorge Gentil Barreira²⁸² e Aduino Bezerra, pelos *pessedistas* José Waldemar de Alcântara e Franklin Gondim

²⁸¹ Muito embora tenha produzido lista com nomes de possíveis candidatos para o jogo sucessório do executivo estadual previsto para outubro de 1966, Virgílio Távora não conseguiu eleger seu candidato. A palavra do deputado Paulo Sarasate pesou na indicação do jornalista e ex-deputado estadual Plácido Aderaldo Castelo, este amigo do marechal-Presidente. Para o posto de vice-governador, foi escolhido o general Francisco Humberto Ellery, por indicação do IV Exército. De acordo com o historiador Francisco Moreira Ribeiro (*Op. Cit.* 2000), o general Humberto Ellery, no início dos anos 1960, atuou a serviço do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), no Ceará. O militar, ladeado pelo deputado estadual Aécio de Borba Vasconcelos, dentre outros, articulou as bases de apoio político e militar para os preparativos do golpe contra João Goulart em março de 1964 e, posteriormente, para a legitimação do estado autoritário no Ceará.

²⁸² Vale frisar que nos anos que antecederam o golpe contra João Goulart, bem como, nos momentos posteriores à instauração do estado autoritário, Jorge Gentil Barreira presidiu o Movimento Cívico Democrático (MCD) na capital cearense. O movimento, formado por profissionais liberais, intelectuais, e atores políticos envolvidos na vida político-partidária cearense contribuiu para a propagação do “medo-pânico” anticomunista, para o apoio ao golpe, e, por vezes, para a legitimação da ditadura. Para este caso ver: Capítulo 1 desta dissertação.

Chaves ²⁸³, e pelo *petebista* Flávio Marcílio. ²⁸⁴ Ao grupo executivo, se somaram outros nomes, os quais podem ser identificados no quadro a seguir.

Quadro 2 – Comissão Executiva Regional – ARENA/ Seção Ceará

Partido	Nome	Trajatória política
UDN	Antonio Fernando Melo	Odontologista; Prefeito de Ibiapina (1959)
	Aquiles Peres Mota	Advogado
	Filemon Fernandes Teles	Agropecuarista; Pref. do Crato (1948); Dep. Estadual (1951)
	Francisco Armando Aguiar	—
	Jorge Furtado Leite	Economista; Dep. Federal (1959, 63)
	João Frederico Ferreira Gomes	Téc. Agrícola; Dep. Estadual (1955, 59, 63)
	João Viana de Araújo	Advogado
	Manoel Castro Filho	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
PSD	Manoel Rodrigues dos Santos	Dep. Estadual (1963)
	Almir Santos Pinto	Médico; Dep. Estadual (1947, 51, 55, 59, 63)
	Francisco Menezes Pimentel	Interventor (1937)
	Julio Gonçalves Rego	Médico; Prefeito de Tauá (1963)
	Raimundo Gomes da Silva	Advogado; Dep. Estadual (1951, 55, 59, 63)
	Vicente Ferrer Augusto Lima	Advogado; Dep. Estadual (1947)
	Wilson Gonçalves	Advogado; Senador (1963)
PTB	Wilson Roriz	Advogado; Dep. Estadual (1955, 59); Dep. Federal (1963)
	Alceu Vieira Coutinho	Agropecuarista; Dep. Estadual (1963)
PSP	Plácido Aderaldo Castelo	Advogado; Jornalista; Dep. Constituinte (1935); Prefeito de Fortaleza (1945); Dep. Estadual (1963)
* —	Acilon Gonçalves Pinto	Médico
	Francisco Régis do Monte Barroso	—
	Gal. Francisco Humberto F. Ellery	Militar
	Gervasio Queiroz Marinho	Advogado; Militar
	Gonçalo Claudino Sales	Advogado
	Joaquim Barreto Lima	Téc. em Contabilidade; Comerciante

*A partir dos conjuntos documentais compulsados, não foi possível verificar atuação política profissional dos respectivos personagens antes de seus ingressos na ARENA.

Fontes: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Diretório Regional/ Seção Ceará. *Acervo Virgílio Távora*. Fundo: Governador Virgílio Távora, Série: Organização Política Partidária. Subsérie: ARENA. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE. ²⁸⁵

²⁸³ Educador e comerciante. Nos anos 1930, atuou como uma das principais lideranças da Ação Integralista Brasileira (AIB) no interior do estado do Ceará. Após o Estado Novo, foi eleito deputado estadual pelo PSD para cinco legislaturas consecutivas, as quais se iniciaram em 1947, 1951, 1955, 1959, 1963. Ao longo do estado autoritário, se projetou na vida pública assumindo diversos postos de comando, inclusive o governo do estado do Ceará. Tal fato ocorreu quando então era presidente da Assembleia Legislativa, e dado o afastamento do governador Virgílio Távora e do vice Joaquim de Figueiredo Correia, que então pleitearam candidatura para a Câmara Federal. Pela ARENA foi eleito deputado estadual para as legislaturas iniciadas em 1967 e 1971.

²⁸⁴ Advogado e professor. Em 1958, passou a atuar como vice-governador do estado do Ceará, cuja governança esteve presidida por Paulo Sarasate – que então se desincompatibilizou para candidatar-se a deputado federal. Em 1962, Flávio Marcílio foi alçado ao posto de deputado federal, reelegendo-se, a partir daí, sucessivamente para Câmara Federal. Ao longo do estado autoritário se posicionou como porta-voz do plano de modernização conservadora cearense prevista já em 1962, com a fundação da *União pelo Ceará*.

Longe de se pretender uma composição partidária restrita aos quadros políticos com atuação preferencialmente na capital cearense, deliberou-se por uma formação de base heterogênea. A nova organização, nesta medida, foi arranjada de forma a agregar forças políticas enraizadas nas diversas regiões do estado do Ceará, e com marcante reconhecimento popular. Tal feito garantiria ampla base de apoio ao partido e, por vezes, numa perspectiva de curto e médio prazo, afiançaria a ocupação de cargos eletivos nas diversas esferas do poder. No curso do Estado autoritário, o sufrágio popular aos atores políticos que se candidatariam pela ARENA atestaria o relativo sucesso de tal estratégia.

A composição do quadro executivo regional do “partido do governo” uniu, pelo menos, três *gerações*²⁸⁶ de atores políticos. A este respeito, vale ressaltar as participações do interventor Menezes Pimentel e Plácido Aderaldo Castelo, os quais iniciaram suas trajetórias políticas ainda nos anos 1930, e se mantiveram à sombra da ditadura Vargas; os diversos atores que ingressaram no campo político profissional no pós-Estado Novo, respaldados pelos valores democráticos então ensejados na longa e nem sempre segura redemocratização; e, por fim, a formação de novos quadros com a inauguração do Estado autoritário de fins de março de 1964.

De formas diferenciadas, tais grupos concentrariam em torno de si velhos e novos modos de operar e fazer política, oferecendo, assim, ossatura para a legitimação social da nova agremiação e do Estado vigente. Os mesmos promoveriam tal feito também reorientando a força de seus colégios eleitorais para respaldar o novo partido e seus membros coligados.

A socialização política, enfim, permitiria o encontro entre a tradição e a modernidade, entre antigos modos de fazer e contemporâneas estratégias de melhor dispor as peças no tabuleiro político e arquitetar as relações de forças a serem potencializadas.

²⁸⁵ Os dados dispostos no documento citado foram cotejados com os respectivos registros: *Deputados Estaduais*: 15ª legislatura (1959-1962). Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. 2º. Ed. Fortaleza, CE: INESP, 2006; *Deputados Estaduais*: 16ª Legislatura (1963-1966). Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, CE: INESP, 1998.

²⁸⁶ Tomamos de empréstimo a definição dada pelo historiador Serge Berstein, quando considera “que uma geração é formada pelos homens que, vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinantes, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum”. Cf. BERSTEIN, Serge. *Op. Cit.*, 2003, p. 72

2.5. Redefinindo trajetórias: profissionalização política em tempos de autoritarismo

O diálogo com a historiografia italiana parece útil para melhor compreendermos o quadro nominal que faz referência à composição do “partido do governo” no território cearense.

Dedicados à experimentação e à abertura interdisciplinar, historiadores italianos, pelo menos desde os anos 1970, têm dedicado esforços para redefinir estratégias e possibilidades para a produção do conhecimento histórico. Caracterizando-se pela análise de fenômenos circunscritos, e problematizando perspectivas de abordagem macroestruturais, a produção agrupada em torno dos *Quaderni Storici* tem prezado por abordagens dedicadas às especificidades do vivido, às peculiaridades e ambiguidades de experiências históricas localizadas.

Nesta medida, abordando “questões de fronteira” entre o campo historiográfico italiano e o “mercado” de produção do conhecimento histórico francês, em 1979 os *Quaderni* promoveram um balanço a respeito das novas formas e possibilidades de se conceber o conhecimento histórico.²⁸⁷ Na ocasião, a interdisciplinaridade foi destacada como ponto de pauta principal a dar forma aos debates que alinhavavam as propostas de uma *micro-história* que, havia tempos, era reivindicada. A esse respeito, o texto *Il nome e Il come: scambio ineguale e mercato storiografico*, de Carlo Ginzburg, Carlo Poni e Enrico Castelnuovo, trouxe um debate estruturante e contribuiu para uma nova história do vivido.

Ao combaterem modelos quantitativos e seriais, os historiadores dos *Quaderni* propuseram a reformulação de certas exigências e procedimentos. Redefinindo paradigmas, os mesmos sinalizaram a importância de estudos densos sobre comunidades, grupos familiares ou mesmo indivíduos. A redução da escala de análise foi destacada como possibilidade para a percepção dos modos de vida, e, por conseguinte, para a análise de experiências múltiplas e contraditórias.

Ainda em *Il nome e Il come*²⁸⁸, os autores sugeriam a exploração das “jazidas preciosas de matérias-primas não exploradas”²⁸⁹ que a Itália dispunha, e, nesta medida,

²⁸⁷ Cf. LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. *Micro-história: escalas, indícios e singularidades*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, SP, 1999.

²⁸⁸ O texto ganhou tradução para o português somente dez anos depois de ser apresentado, primeiramente em comunicação na *École Française de Rome*, depois em edição nos *Quaderni de Storici*. Para este caso

o confronto de conjuntos documentais diferenciados. Seus propósitos previam minucioso trabalho de cotejamento a fim de que fosse possível recompor o concreto das relações sociais, e acessar, a partir de novas perspectivas, as complexidades e ambivalências das experiências históricas.

Considerando as especificidades das fontes oficiais – a respeito das quais propunham o uso combinado –, e pretendendo alinhar estudos originais a respeito da dinâmica de grupos sociais tomados em escala reduzida, os historiadores sugeriam o “método nominativo”. A partir do mesmo, afirmavam, seria possível reconstituir “uma espécie de teia de malha fina”, a oferecer ao “observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”.²⁹⁰

O *nome*, nesta medida, revelava-se “bússola preciosa” à análise *micro-histórica*, permitindo, por vezes, reconstituir *como* determinadas experiências históricas foram forjadas ao longo dos tempos, e *como* trajetórias individuais se inscreviam em complexas redes de relações coletivas.

Em diálogo com tais propostas, então, para além dos dados nominais *per se*, interessa-nos compreender algumas especificidades das trajetórias dos atores políticos que compuseram a executiva da seção cearense *arenista*. Acessar algumas peculiaridades das experiências de tais personagens permitirá compreender a lógica de poder que orientou a formação das bases sociopolíticas de apoio ao Estado autoritário. Ainda, oportunizará compreender o partido como unidade fragmentada, pois palco de conflitos internos rotineiros e disputas de interesses divergentes.

Muito embora estivessem unidos em torno dos ideais “revolucionários”, e se mirasse o futuro como possibilidade de presente, os atores políticos abrigados na ARENA mantiveram tradições fundadas no passado e, também devido a isso, protagonizaram desencontros recorrentes, ainda que marcados por certa sutileza.

Ora, a grande maioria da base *arenista*, como é possível observar no quadro anteriormente disposto, adveio das hostes *udenistas* e *pessedistas*. O grupo minoritário originário do escopo partidário de corte trabalhista havia tempos compunha a base de apoio da *União pelo Ceará*. A estes, se somou ator político filiado ao Partido Social Progressista (PSP), bem como, outros tantos personagens que, até então, não tinham atuação política profissional.

ver: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. CATELNUOVO, Enrico. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

²⁸⁹ Ibidem, p. 170.

²⁹⁰ Ibidem, p. 175.

É interessante ainda destacar que dos trinta personagens inscritos na base executiva da seção cearense do “partido da revolução”, pelo menos doze subscreveram o documento fundador da *União Parlamentar Revolucionária do Ceará*, em outubro de 1965. Outros seis atuavam no plano federal, como deputados ou senador. Oito profissionais liberais, já filiados a agremiações partidárias ou, simplesmente, pertencentes a alguma família política com atuação, preferencialmente, no sertão cearense, compuseram o quadro.

A inserção de determinados atores políticos no “partido do governo” não representou mero adesismo, oportunismo surgido somente após o esfacelamento do quadro partidário. Muito pelo contrário, a adesão foi deliberada, calculada e medida durante o longo processo que culminou com a deposição de João Goulart, e que pavimentou o caminho para o Estado autoritário. Significou, neste sentido, participação efetiva, ainda que zigzagueante, no processo gerador do golpe e na legitimação da ditadura.

Indicadas tais questões, interessa-nos, então, três nomes: João Frederico Ferreira Gomes, Joaquim Barreto Lima e Francisco Régis do Monte Barroso. Explorar especificidades da trajetória de tais personagens nos permitirá recompor algumas experiências e práticas políticas forjadas na “Princesinha do Norte”, bem como, pensar de que forma, o alinhamento com o Estado autoritário permitiu a execução de planos e o atendimento de interesses políticos e econômicos reclamados pela sociedade da média cidade do sertão Norte cearense.

João Frederico Ferreira Gomes nasceu em Sobral, em 1922. De família tradicional, foi formado em escolas diocesanas e orientado pelos hábitos religiosos católicos, comuns naquelas paragens. Em fins dos anos 1930, graduou-se Técnico Agrícola, e, desde então, passou a atuar como professor de matemática e história. Com breve passagem pelo estado do Acre, entre os anos 1945 e 1946, regressou à cidade natal em 1947. Neste mesmo ano, retornou ao magistério e passou a lecionar na Escola Comercial dom José Tupinambá da Frota e no Colégio Sobralense.

Ao tempo em que lecionou nas instituições diocesanas, João Frederico teve destacado envolvimento nos debates que concorreram para a formação da Associação Rural dos Criadores, e, posteriormente, do Sindicato Patronal Rural de Sobral.²⁹¹ A

²⁹¹ O Sindicato Patronal Rural de Sobral foi criado em 1968. Neste ano João Frederico Ferreira Gomes já atuava como deputado estadual. A solenidade de inauguração do Sindicato ocorreu no dia 03 de agosto, no Clube Artístico Sobralense. Lideranças políticas e religiosas, civis e militares, além de personalidades

partir daí, fortificou relações com os círculos diocesanos e com as principais lideranças políticas locais.

Em fins dos anos 1940, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) – na “Princesinha do Norte” liderada pelo juiz de direito e industrial José Sabóia de Albuquerque. Pela legenda, fez-se deputado estadual, sucessivamente, para os exercícios parlamentares iniciados em 1955, 1959 e 1963.²⁹²

Quando do acordo de cúpula que culminou com a formação da *União pelo Ceará*, João Frederico Ferreira Gomes se posicionou como um dos “porta-vozes” da “Princesinha do Norte” nos debates políticos. O combate ao “perigo vermelho” que supostamente ameaçava a “tranquilidade e a paz”, no início dos anos 1960, contou com a atuação pontual do deputado *udenista* sobralense.

Com o golpe de fins de março de 1964, as afinadas relações mantidas com os círculos diocesanos sobralenses, com as elites políticas e econômicas locais, bem como, com os militares, permitiram a João Frederico projeção na vida pública. O apoio popular ao seu nome, bem como, à legenda partidária que então representava, concorreram para a concretização de tal feito.

Ao longo da ditadura, o mesmo ocupou o parlamento cearense como membro do partido do governo sucessivamente, e desempenhou papel destacado na elaboração de projetos lei com vistas a equipar a “Princesinha do Norte” com “modernos” espaços de ensino, a exemplo dos colégios estaduais D. José Tupinambá da Frota, Jarbas Passarinho, e outros.²⁹³ A esse tempo, propugnou as aspirações desenvolvimentistas sobralense. Esta sociedade encontraria novos estímulos modernizadores no alvorecer dos anos 1970, e, por isso, melhores condições para legitimar o seu destaque na paisagem cinza do sertão.

Homem de confiança do coronel Virgílio Távora, João Frederico renunciou ao mandato de deputado estadual em 1978 para assumir, como conselheiro, o Tribunal de

do meio intelectual sobralense e populares, participaram do evento. A comissão diretora da entidade ficou assim definida: Antônio Albuquerque Lopes – Presidência; Luiz Santos de Aquino – Tesouraria; Manoel Elísio Feijão – Secretaria; João Pompeu Silva Magalhães – Suplência; *monsenhor José Aloísio Pinto e Ataliba Daltro Barreto* – Conselho Fiscal; Suplência: Eurico Guimarães Machado e Clotário Aguiar; Delegados junto ao Conselho da Federação da Agricultura: Moacir Lima Feijão, *José Ferreira Gomes* e Antônio Albuquerque Lopes. Para este caso ver: José Maria Soares. Coluna da cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 10 de agosto de 1968, p. 06.

²⁹² Para este caso, ver: *Deputados Estaduais: 16ª Legislatura (1963-1966)*. *Op. Cit.*, 1998, p. 121-122.

²⁹³ *Idem*.

Contas dos Municípios (TCM).²⁹⁴ Sua trajetória política se prolongou, ainda, por vários anos.

Joaquim Barreto Lima, por outro lado, diferentemente de João Frederico Ferreira Gomes, não era um político profissional quando foi inserido na executiva cearense *arenista*. Comerciante e professor, o mesmo foi indicado ao posto por Cesário Barreto Lima, seu primo e prefeito da “Princesinha do Norte”.

Nascido em Solonópole, sertão central cearense, Joaquim Barreto cresceu em Sobral. Formado em escolas diocesanas, aos domingos frequentou missas e recebeu ordens de respeito e devoção ao “santo bispo”. Nesta cidade, graduou-se pela Escola Comercial dom José Tupinambá da Frota, onde concluiu curso técnico de contabilidade.

Dedicado à vida comercial desde a adolescência, Joaquim Barreto se profissionalizou ao lado de Francisco das Chagas Barreto Lima²⁹⁵, seu tio e pai de Cesário, de quem recebeu os ensinamentos práticos para tocar os negócios de família. Ao longo dos anos de atuação como comerciante, teve participação na formação de entidades comerciais e recreativas na “Princesinha do Norte”, além do que, atuou como professor e, posteriormente, diretor da Escola Comercial, a mesma onde se graduou.²⁹⁶

Inserido na vida política por intermédio do primo, Joaquim Barreto representou, ao longo do Estado autoritário, certo protagonismo no plano partidário “revolucionário”, tornando-se, por vezes, deputado estadual no pleito realizado em outubro de 1966. Já nos anos 1970, foi alçado ao posto de prefeito da “Princesinha do Norte”, aperfeiçoando, aí, os diálogos, com grupos civis e militares, iniciados quando do início de sua carreira no plano político-partidário.

Com a indicação do primo, as amistosas relações mantidas com as elites sobralenses e os diálogos afinados com as classes políticas e militares no plano ditatorial, Joaquim Barreto Lima encontrou espaço para se profissionalizar, para representar os “nobres” anseios da “Princesinha do Norte”. Fez isso como um grande

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ De acordo com a historiadora Chrislene Carvalho dos Santos, Francisco das Chagas Barreto “torna-se importante comerciante no final da década de dez; começa com a Sapataria Ideal, em 1918, a qual possibilitará a ascensão financeira da família. Posteriormente, atua no setor de cereais e, na década de trinta, amplia seus negócios com representações, como a do Moinho de Luz, do Rio de Janeiro; a da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco; e a da Companhia Cervejaria BRAHMA”. Para este caso ver: *A construção social do corpo feminino* (Sobral/ 1920-1925). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, PE, 2000, p. 25-26.

²⁹⁶ Para este caso ver: *Deputados Estaduais: 17ª Legislatura (1967-1970)*. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, CE: INESP, 1999, p. 137-138.

comerciante, a vender a chave para o desenvolvimento e o progresso, estágios almeçados por não poucos sobralenses ao longo dos tempos.

Francisco Régis do Monte Barroso, tal qual Joaquim Barreto Lima, passou a compor a base *arenista* por indicação familiar. O mesmo era filho do ex-deputado estadual e federal, ex-senador, ex-ministro e ex-governador cearense José Parsifal Barroso, e da sobralense Raimunda Olga Monte Barroso. Pelos pais, era pretendido como nova geração política da família. Aliás, foi esta a sua principal credencial para ingressar nos quadros do “partido do governo” e, assim, iniciar a sua vida pública. Da família emanava o seu poder.

Seu pai, Parsifal Barroso, bacharel em ciências jurídicas, deu início à vida política-profissional em 1936, quando foi eleito deputado classista para a Assembleia Legislativa do Ceará. Em 1939, ingressou na Ação Católica Brasileira, aí fortificando suas convicções religiosas. Com o advento do Estado Novo, trocou a carreira política pelo magistério. Após a ditadura Vargas, retornou à vida política sendo eleito deputado constituinte pelo PSD. Nos anos 1950, ingressou no PTB, sendo por ele eleito Senador, em 1954. Com a eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência da República, foi nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Ao longo desse tempo, exerceu forte domínio sobre entidades de classe, pregando incisivo combate a grupos de esquerda que tinham inserção nos mundos do trabalho. Por formação religiosa e por tradição familiar, sua orientação anticomunista era evidente.

Em 1958, Parsifal Barroso foi eleito governador do estado do Ceará pela coligação formada pelo PSD, PTB e pelo Partido de Representação Popular (PRP). Já nos anos 1960, após deixar o executivo estadual e filiar-se ao PTN, participou das reuniões de cúpula que culminaram com a formação da *União pelo Ceará*, vindo a argumentar, anos depois, ser o “autor intelectual” da mesma.²⁹⁷

O jovem Francisco Régis do Monte Barroso era, ainda, neto de Francisco de Almeida Monte, ou Chico Monte como era popularmente conhecido. Este desempenhara, pelo menos desde os anos 1930, certo protagonismo político na região Norte cearense. Sobral, além de ser sua terra natal, era o seu principal reduto eleitoral.

Entre 1935 e 1937, Chico Monte atuou como deputado estadual. Ao longo do Estado Novo, como parte da elite sobralense, teve afinadas relações com o Estado

²⁹⁷ Para este caso ver: José Parsifal Barroso. Fortaleza, CE, 22 de fevereiro de 1984. Entrevista realizada pela historiadora Tereza Haguette. Acervo do *Núcleo de Documentação Cultural* (NUDOC), da Universidade Federal do Ceará (UFC).

autoritário. Já em 1946, foi eleito deputado federal pelo PSD, reelegendo-se para o mesmo posto no pleito seguinte. Já nos anos 1950, por desentendimentos políticos, rompeu com o PSD e filiou-se ao PTB – agremiação partidária presidida pelo comerciante Carlos Jereissati, no Ceará. Pela legenda, fez-se novamente deputado federal para o exercício iniciado em 1955.

Como um típico coronel nordestino, Chico Monte, que se convertera às hostes *petebistas* – mas não abandonara sua identidade conservadora e autoritária –, era conhecido por resolver intrigas políticas e desavenças familiares em disputas armadas, à base da violência. O crime de sangue fazia parte de sua trajetória mandonista, de sua vida política na “Princesinha do Norte”.²⁹⁸ O mesmo, ainda hoje, habita o imaginário popular como responsável direto pelo assassinato do jornalista Deolindo Barreto Lima²⁹⁹, no prédio da Câmara Municipal sobralense, bem como, pela morte de um policial militar que então ousou dar-lhe voz de prisão.

Era esse o capital simbólico de Francisco Régis do Monte Barroso quando então ingressou no campo político partidário de base *arenista*. Para a família, o moço apresentava-se como aposta para a perpetuação do poder de mando na região Norte cearense, seu principal reduto eleitoral.

Uma vez inserido nas bases *arenistas*, sua primeira agremiação partidária, Francisco Régis do Monte Barroso foi eleito deputado federal em 1966, e, a partir daí, iniciou sua carreira política à sombra do Estado autoritário e respaldado pela tradição familiar. Jovem, pouco conhecido pelo eleitorado, Francisco Régis tomou de empréstimo o prestígio político e o reconhecimento popular do pai e do avô. Foi esse capital simbólico que lhe permitiu ingressar no campo político-profissional.

²⁹⁸ Para este caso ver: COSTA, Lustosa da. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2004. Neste livro de memórias, o jornalista Lustosa da Costa faz menção ao incidente envolvendo Chico Monte e o chefe do destacamento policial sobralense, tenente Antonio Castelo Branco, em 1922. Após atingir com arma branca um adversário político, Chico Monte recebe voz de prisão do tenente. Do “destemido coronel” o agente policial recebe como resposta: “um homem não se prende, se mata”, tenente. Após luta corporal, Chico Monte é atingido por projétil de arma de fogo. O tenente, em contrapartida, alvo de perfurações a faca, é socorrido por populares que o levam ao hospital local. Não resistindo aos ferimentos, de acordo com o jornalista, Antônio Castelo Branco veio a óbito três dias após o incidente.

²⁹⁹ Deolindo Barreto iniciou a sua vida profissional como jornalista no periódico *A Província do Pará*, em Belém, na virada do século XIX para o XX. Em 1911, retornou a Sobral, sua cidade natal. Nesta, fundou o jornal *A Lucta*, em 1914, sendo seu redator e proprietário. Líder do Partido Democrata passou a defender ideais contrários às elites políticas oligárquicas sobralenses, tornando-se, por isso, *persona non grata* na cidade. A partir daí, passou a sofrer rotineiras ameaças de morte, tornando-se, enfim, vítima de vários tiros no prédio da Câmara Municipal sobralense, em 1924. Cf. DOS SANTOS, Christlene Carvalho. *Op. Cit.*, 2000.

Projetado na vida pública, Francisco Régis também representou os anseios desenvolvimentistas da “Princesinha do Norte”, também projetou a terra de “dom José” em lugares de destaque no cenário político e econômico regional, estadual, e mesmo nacional, para deleite da sociedade sobralense.

A escolha por tentar compreender a inserção política de Francisco Régis na ARENA a partir das trajetórias do pai e do avô, ainda que arriscada, justifica-se, em primeira instância, pela carência de registros que documentem sua história de vida. Por outro lado, tal perspectiva de abordagem contribui para compreendermos os jogos de poder que orientaram o reposicionamento de antigas lideranças e a projeção de novos nomes no quadro político cearense em tempos de autoritarismo.

Filho de Parsifal Barroso e neto de Chico Monte, Francisco Régis, ladeado por outras tantas personalidades políticas, agiu como braço conservador da sociedade sobralense no plano federal ao longo da ditadura. De formas diferenciadas e de lugares distintos, ele e outros diversos atores que buscaram abrigo no “partido do governo” pavimentaram os caminhos para a modernização e o desenvolvimentismo e, neste sentido, para “distinguir” a “Princesinha do Norte” na paisagem cinza do sertão.

2.6. Disputas pela ARENA: o caso *bicameral*

Certo discurso ufanista, que bradava o desenvolvimento econômico e industrial, e, por isso, a “nobreza” da “Princesinha do Norte” no cenário estadual, se prolongou por anos a fio. Os círculos intelectuais e religiosos, principalmente, fizeram circular imagens edulcoradas do passado tradicional e do presente moderno.

A onda desenvolvimentista e o suposto clima de paz social, no entanto, eram rotineiramente atravessados por notícias de conflitos, de disputas. Grupos opositores digladiavam-se na Câmara Municipal. A casa legislativa dividia-se, e, por isso, comprometia as aspirações de “distinção” da “Princesinha”.

Era outubro 1967. Grupos oponentes travavam incisivo combate na arena do poder. Entre cassações de mandatos e ameaças verbais, a edilidade atravessava o cotidiano político da cidade e “envergonhava” grupos os mais diversos.

De acordo com a historiadora Edvanir Maia da Silveira ³⁰⁰, as rusgas eram tramadas entre duas facções: uma comandada pelo ex-prefeito municipal Cesário Barreto Lima (*cesaristas*); outra liderada pelo atual chefe do executivo sobralense em exercício Jerônimo Medeiros Prado (*pradistas*) – este herdeiro político do padre José Palhano de Sabóia, aquele mesmo que teve o mandato de deputado federal cassado em 13 de junho de 1964.³⁰¹ No plano local, é importante frisar, *cesaristas* e *pradistas* pertenciam à Aliança Renovadora Nacional, e, de certa forma, disputavam uma melhor colocação frente à ditadura.

As alterações entre os grupos opositores foram agravadas em 10 de outubro de 1967, quando vereadores *cesaristas*, supostamente de posse de “certidões [colhidas na] Delegacia de Ordem Política e Social” ³⁰², solicitaram a cassação do mandato do vereador José da Matta e Silva, então presidente da casa legislativa. As intrigas já se arrastavam havia certo tempo, mas, naquela ocasião, os *opositores* alegavam incompatibilidade de conduta entre o presidente em exercício e os valores “democráticos” supostamente aspirados pela casa.

Da sessão realizada naquele dia, José da Matta, alvo das acusações, não participou. Por isso, foi substituído por João Abdelmoumen Melo, seu vice. Este, após os pronunciamentos do vereador Manoel Elísio Feijão (*cesarista*), que ferinamente pediu a cassação do mandato daquele personagem, considerou inconstitucional a solicitação e, por isso, impediu o curso do debate. Alegou, para tanto, possuir conjunto documental produzido pela mesma delegacia atestando a “integridade” e o tipo ideológico “democrático” do vereador José da Matta e Silva.³⁰³

³⁰⁰ Para este caso ver: SILVEIRA, Edvanir Maia. A cidade e o golpe: história e historiografia. In: *Três décadas de Prado e Barreto: a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, 2013.

³⁰¹ Para este caso ver: OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *Atos Institucionais: sanções políticas: aposentadoria, banimento, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade, cassação de mandato, confisco de bens, demissão, destituição de função, dispensa de função, disponibilidade, exclusão, exoneração, reforma, rescisão de contrato, suspensão de direitos políticos, transferência para a Reserva*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000. (Série Documentos de História Política; n.º. 04).

³⁰² Ata da 62ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal. Sobral, CE, 10 de outubro de 1967. *Acervo digital do autor*.

³⁰³ Em meio aos documentos do poder legislativo municipal, foi possível localizar *Certidão* emitida por Francisco Valdo Roque de Carvalho, escrivão da Delegacia de Ordem Política e Social, em 27 de setembro de 1967. Lê-se: “(...) das buscas procedidas ficou constatado que, José da Matta e Silva, não registra, neste Departamento Policial, antecedentes contrários aos bons costumes, à ordem pública, à segurança nacional, ou à estrutura das instituições políticas e sociais do País, bem como antecedentes criminais. O referido é verdade. Dou fê”. É válido frisar, que quando consultado, o acervo do legislativo sobralense estava desorganizado e jogado no sótão do antigo prédio da Câmara. Tal a *Certidão* referida foi encontrada na pasta: Projetos de Lei, 1967.

Ainda assim, os *cesaristas* reclamaram e solicitaram que se dispusesse à apreciação da plenária a proposta de criação de “Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a conduta do vereador” citado. Abdelmoumen Melo, insistindo na inconstitucionalidade de qualquer ação deliberada neste sentido, respondeu que na primeira oportunidade seria promovida a criação de tal comissão. Com a negativa, o presidente em exercício naquela sessão deixou claro o seu propósito em conter a ira do bloco *oposicionista*. Era preciso ganhar tempo.

Dali a pouco, o grupo *cesarista* que então se pretendia dissidência, deliberou a execução de novas ações. A alternativa encontrada pelos próprios foi criar um poder paralelo, uma “Câmara autêntica”, como então nomearam. Frente aos alegados “gestos deselegantes” e “arbitrários” do presidente e vice-presidente da casa legislativa, o grupo resolveu “se reunir no mesmo prédio da Câmara (...), para evitar perturbações da ordem pública, em outro salão”.³⁰⁴

A ala partidária de Cesário Barreto Lima, então deputado federal pela ARENA, enfim, após rápida reunião, resolveu fundar nova estrutura de poder no mesmo prédio. A partir de então, passariam a “agir democrática e constitucionalmente, em obediência às leis após a revolução”, assim destacaram. Reuniram-se em torno deste propósito os seguintes vereadores: Francisco Wilson de Oliveira, Bernardo Felix da Silva, Francisco Lourival Fonteles, Anacleto Figueiredo de Paula Pessoa, Raimundo Sousa Sales, Francisco Candido do Nascimento e José Augusto Linhares, todos *arenistas*. Agregou-se, ainda, o *emedebista* Antonio Lisboa.³⁰⁵

Abrigados em nova sala, os mesmos deliberaram pela criação de mesa diretora, nomeando, entre os próprios, presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, e, neste sentido, instituíram bases autolegitimadoras, ainda que não fortalecida o suficiente.

A partir daí, a casa legislativa da “Princesinha do Norte” passou a atuar em duas frentes: *Câmara 1 (pradistas) x Câmara 2 (cesaristas)*.³⁰⁶ Encontros secretos, atas

³⁰⁴ Para este caso ver: Atas de Sessões da Câmara Municipal de Sobral, 1967, Sobral, CE. *Arquivo digital do autor*. Neste caso em específico, trata-se de uma página solta, sem cabeçalho, porém datilografada e com brasão oficial, disposta entre as sessões 66 e 67 do ano indicado. Suspeitamos que se trate de ata produzida extraoficialmente pelo grupo *cesarista*, que então passou a atuar como poder paralelo, conforme indicado.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ De formas complementares, vários autores exploraram a divisão da Câmara Municipal de Sobral. A este respeito ver: BEZERRA, Viviane Prado. *Memória Política de Sobral: ditadura militar em foco*. Monografia de Graduação. Licenciatura em História. Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, CE, 2004; OLIVEIRA FILHO, Geraldo Oliveira. A cidade e as mulheres de Sobral no jornal Correio da Semana. Monografia de Graduação. Licenciatura em História. Universidade Estadual Vale do Acaraú

exclusivas, deliberações que se confrontaram. Esta passou a ser a rotina legislativa a partir de então.

Na ala *cesarista*, logo foi votado o mérito das denúncias de incompatibilidade entre José da Matta e Silva e os valores “democráticos” supostamente aspirados pela casa. O presidente da *Câmara 2*, recentemente nomeado, Antonio Lisboa, imediatamente “consultou a plenária” a respeito do acolhimento das acusações. Como era de se esperar, as mesmas foram aceitas “pela maioria de voto dos presentes”.³⁰⁷ “Na mesma ocasião, o Sr. Presidente constituiu a comissão processante, com 3 (três) vereadores sorteados”.³⁰⁸

18 de outubro. A “comissão processante”, presidida pelos vereadores Bernardo Felix da Silva, Anacleto Figueiredo de Paula Pessoa e Raimundo Sousa Sales, deliberou, com o consentimento dos demais edis que compunham a *Câmara 2*, pelo afastamento do vereador José da Matta e Silva.³⁰⁹ Seu perfil “antidemocrático” não se compatibilizava com os valores identitários pretendidos, afirmavam os *cesaristas*.

Frente à documentação compulsada não é possível identificar a atuação política de José da Matta e Silva nos momentos anteriores ao golpe de fins de março de 1964, e mesmo depois deste. No entanto, a partir de várias cartas produzidas por diversas personalidades locais, é possível perceber que o mesmo era um homem comum, devotado à moralidade cristã, e, exatamente por isso, bem quisto nos círculos intelectuais, religiosos e empresariais da cidade.

Com as ameaças de cassação, José da Matta recorreu a diversas pessoas a fim de que estas afiançassem sua integridade moral e política para o exercício do posto de presidente da Câmara Legislativa municipal. Deste modo, ainda em 18 de outubro, enquanto os *cesaristas* tramavam a interdição do seu exercício político, o mesmo despachou uma série de cartas, destinando-as a Antonio Albuquerque Lopes, Presidente da Associação Comercial, Plínio Pompeu de Sabóia Magalhães, ex-senador *udenista*, José Aloísio Pinto, homem religioso vinculado à diocese local, Ribeiro Ramos, intelectual ligado à ASEL, dentre tantos outros. Em sua totalidade, os interlocutores do

(UVA), Sobral, CE, 2005. O debate foi retomado pela historiadora Edvanir Maia da Silveira (2013) em tese já citada.

³⁰⁷ Ata da 69ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal. Sobral, CE, 23 de outubro de 1967. *Acervo digital do autor*.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ Para este caso ver: Resolução 09/67. Câmara Municipal. Sobral, CE, 21 de novembro de 1967. *Acervo digital do autor*. É válido esclarecer que o documento destaca a aprovação do pedido de afastamento do vereador José da Matta e Silva no dia 18 de outubro. Porém, a resolução só foi assinada no dia 21 de novembro.

presidente do poder legislativo municipal declararam que o homem político era um “cidadão honrado e, por isso, merecedor de estima”, “homem do bem” contra quem não se conhecia “nada que desabonasse sua imagem”.³¹⁰

À revelia das pressões e provas que eram rotineiramente apresentadas, os oito vereadores *cesaristas* insistiam na cassação do mandato do presidente da Câmara, e, exatamente por isso, mantiveram em ritmo acelerado os planos golpistas.

Por outro lado, claro, a ala *pradista* à qual pertencia José da Matta, não se fez esperar. Sabedores dos encontros mantidos pelo grupo presidido por Antonio Lisboa, bem como, das tramas que estavam em curso, acercaram-se do regimento interno da casa legislativa e, principalmente, do Decreto Lei nº. 201, de 27 de fevereiro de 1967. Este previa em seu Art. 8º, inciso III, que aquele que deixasse de comparecer a cinco sessões ordinárias consecutivas sem que, para tanto, tivesse sido licenciado, ficaria sujeito à perda do mandato.³¹¹

Para todos os efeitos, é válido destacar, a *Câmara 1* era a oficial, afinal, fora constituída em regime legal, conforme legislação vigente. Respaldados pelo instrumento regimental da casa e pelo decreto presidencial, então, a ala *pradista* manteve a agenda das reuniões ordinárias em curso e passou a computar as faltas dos *oposicionistas*. Dali a pouco veio a onda de cassações.

Em plenária, os edis *pradistas* que então exerciam suas legislaturas legalmente, abrigados na *Câmara 1*, resolveram extinguir os mandatos dos oposicionistas ausentes, os quais insistiam na manutenção de reuniões secretas. Cassaram!

Entre ataques e defesas, *cesaristas* e *pradistas* tramaram *cenar fortes na cidade*. Tempos depois, o confronto terminaria em disputa armada, com direito a troca de tiros, intervenção policial... A heterogeneidade das bases *arenistas* no território cearense pareceu, com o ato que culminou com a cassação dos mandatos, se expressar de forma muito clara, evidente. A política conciliatória esmaeceu e o conflito se fez inevitável.

Ao saberem da decisão proclamada pelos edis da *Câmara 1*, os *cesaristas* ensaiaram a defesa. Cassados, recorreram à Justiça Eleitoral, e, claro, passaram a contar

³¹⁰ Para este caso, consultamos diversas cartas trocadas entre José da Matta e Silva e outras tantas personalidades sobralenses. Ao todo, conta-se 10 missivas, com datas entre 18 e 24 de outubro. As mesmas foram encontradas na pasta *Projetos de Lei 1967*, no arquivo da Câmara Municipal de Sobral. *Arquivo digital do autor*.

³¹¹ Cf. Decreto Lei nº. 201 de 27 de fevereiro de 1967. (Dispõe sobre a responsabilidade de Prefeitos e Vereadores e dá outras providências). Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0201.htm Acesso em 15 de março de 2014.

com o apoio do deputado federal *arenista* Cesário Barreto Lima, o qual mobilizou a força política conquistada junto à ditadura em favor dos correligionários. Suas afinadas relações com os militares contribuíram para certa celeridade no desfecho do caso.

12 de Fevereiro de 1968. Às 16h o juiz José de Carvalho Rocha

compareceu ao segundo cartório e assinou o despacho concedendo oficialmente a reintegração dos vereadores Francisco Cândido do Nascimento, Lourival Fonteles, José Augusto Linhares, Anacleto Figueiredo P. Pessoa, Raimundo Sousa Sales, Wilson Oliveira, Antonio Lisboa e Bernardo Félix da Silva, cujos mandatos haviam sido extintos por ocasião do caso do funcionamento das “Duas Câmaras”.³¹²

Reincorporados à casa legislativa, o *grupo dos oito* revidou. Uma vez cassados, resolveram cassar. Não tardaram para retomar os planos golpistas. Ocuparam a casa legislativa e reiniciaram as reuniões secretas. A partir de agora, contudo, os *oito* não se contentaram com sala menor, e, exatamente por isso, ocuparam o salão nobre com o propósito de pronunciar os seus discursos, e, daquele espaço, encontrar autoridade de fala. Na Câmara Municipal agravava-se o quadro de disputas.

O cenário de discórdia política na cidade, aos olhos da imprensa católica, reativava certo arcaísmo, certo tradicionalismo político comum à Primeira República. Esse passado antiquado, claro, não interessava às aspirações presentes daquela “Princesinha do Norte” que se pretendia moderna, desenvolvida, “distinta”. Também por isso, pelas páginas impressas do periódico católico *Correio da Semana*, o colunista José Maria Soares bradou:

Episódio deplorável para a história política de Sobral está sendo registrado nos anais da Câmara Municipal com o rumoroso caso ligado aos lamentáveis desentendimentos entre vereadores situacionistas [*pradistas*] e oposicionistas [*cesaristas*], na luta pela conquista da composição da mesa diretora do Legislativo. Choques violentos de paixões, descomposturas e um sem número de ocorrências degradantes, que não se justificam nos tempos civilizados em que vivemos, marcam com tintas negras um capítulo que as gerações futuras haverão de repugnar, possuídas de intenso sentimento de repulsa, de decepção e vergonha.³¹³ [Grifos nossos]

Apesar dos reclamos propalados pela imprensa católica, os enfrentamentos continuaram. Dali a pouco, a bancada *cesarista* desfecharia a nova tentativa de golpe.

³¹² José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 17 de fevereiro de 1968, p. 02.

³¹³ José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 30 de março de 1968, p. 06.

Quando situamos a inclinação golpista como traço identitário da ala *cesarista*, pretendemos definir uma grade de interpretação distinta de outra sustentada por memorialista³¹⁴ e mesmo por historiadores.³¹⁵ Para estes, o conflito entre *pradistas* e *cesaristas* foi potencializado pela mera disputa eleitoral pela presidência da Câmara.

Ora, a mesa diretora da casa legislativa municipal já estava constituída pelo menos desde março ou abril de 1967, quando aqueles atores políticos eleitos foram então empossados. Isso fica bastante claro, principalmente, com a leitura das atas das sessões ordinárias realizadas ao longo do primeiro ano de legislatura daqueles vereadores. José da Matta e Silva era o presidente legal e Abdelmoumen Melo seu vice-presidente legítimo, é fato.

Desta forma, ao levantarmos tais questões, pretendemos sustentar que houve uma segura manobra golpista para destituir a bancada *pradista* da Câmara Municipal sobralense. Como será possível observar, a orientação arquitetada pelo *grupo dos oito* com vistas a golpear a bancada *pradista* foi bem sucedida. O prestígio político de Cesário Barreto Lima, e suas boas relações com os militares contribuíram para tanto.

Vale lembrar, ainda, que o grupo que então ocupava a *Câmara 1* afirmava-se como herdeiro político do padre José Palhano de Sabóia. Este, ainda que formado nas bases *udenistas* e tenha iniciado sua carreira política por forças diocesanas, já em 1962, por desentendimentos políticos, rompeu com a base do partido e, então, ingressou no PTB, agremiação que o consagrou deputado federal. Quando cassado em 13 de junho de 1964, para todos os efeitos, o padre era *petebista*. Ainda, alegava-se, o mesmo mantivera relativa aproximação com o governo Jango, sendo, por sinal, acobertado pelo próprio, como então sustentou Cesário Barreto Lima por prolongados anos.³¹⁶

Com a reintegração do *grupo dos oito*, então, nova presidência foi definida e, assim, Francisco Lourival Fonteles passou a presidir a bancada. Ao *emedebista* Antônio Lisboa, coube o posto de primeiro secretário. Com a nova composição, os *cesaristas* voltaram a se reunir imediatamente. Dali a pouco viria a público o resultado de nova trama golpista.

³¹⁴ Para este caso ver: LIMA, César Barreto Lima. *Estórias e histórias de Sobral*. Sobral, CE: Imprensa Oficial do Município, 2004.

³¹⁵ Cf. SILVEIRA, Edvanir Maia. *Op. Cit.*, 2013; OLIVEIRA FILHO, Geraldo Oliveira. *Op. Cit.*, 2005; BEZERRA, Viviane Prado. *Op. Cit.*, 2004.

³¹⁶ Referimo-nos, aqui, às denúncias reafirmadas por Cesário Barreto Lima quando então foi convocado à 10 Região Militar, em Fortaleza, para responder Inquérito Policial Militar por supostas acusações de envolvimento com grupos comunistas. Para este caso ver a sessão 1.4. *Desafeição e disputas de/pelo poder* desta dissertação.

02 de abril de 1968. Após a realização de várias sessões ordinárias, ao longo das quais o *grupo dos oito* computou a ausência dos vereadores *pradistas*, veio a público o resultado de novas maquinações. Pelas páginas impressas do semanário católico *Correio da Semana*, os *cesaristas* reintegrados propugnaram suas ações “higienizadoras”. Logo, fizeram circular a *Resolução 03/68*, cujos termos foram assim dispostos:

O presidente da Câmara Municipal de Sobral, usando das atribuições que lhe outorga o parágrafo 1º do artigo 8º do Decreto-Lei nº. 201, de 27 de fevereiro de 1967 e,

CONSIDERANDO o inciso III, do artigo 8º do Decreto-Lei 201 citado comina a pena de extinção de mandato de vereador, que deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a cinco (5) sessões ordinárias consecutivas;

CONSIDERANDO que é da competência exclusiva do Presidente da Câmara o decreto de extinção do mandato de vereador incurso na sanção em espécie, uma vez ocorrendo o fato extintivo;

CONSIDERANDO, enfim, que os vereadores Antonio Atibones Bastos Aguiar, Hugo Alfredo Cavalcante, João Abdelmoumen Melo, Manuel Elísio Feijão, José Edmilson Frota Carneiro e José Linhares, deixaram de comparecer a 5 (cinco) sessões ordinárias consecutivas da Câmara Municipal de Sobral, sem que estivessem licenciados;

RESOLVE:

Artigo 1º – Declarar extinto os mandatos dos vereadores [citados], e determinar a convocação dos suplentes respectivos, na forma da Lei.

Artigo 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Francisco Lourival Fonteles
Presidente³¹⁷

Com a tal resolução, o *grupo dos oito* deixou claro o seu propósito. Uma vez marcados pelo ressentimento da cassação de que se fizeram alvos, resolveram cassar. Manobraram, para tanto, o mesmo recurso jurídico utilizado anteriormente por seus adversários. Cassaram e assim deram início à fase mais aguda do conflito.

Conforme sugere o memorialista César Barreto, à época, prédio antigo com traços coloniais, localizado na Praça da Sé, centro da cidade, abrigava os poderes executivo e legislativo da “Princesinha do Norte”. No térreo a Prefeitura, no pavimento superior a Câmara Municipal.

Com a cassação dos desafetos, os *cesaristas* instalaram-se em definitivo. Com as sanções submetidas aos *pradistas*, acreditaram, enfim, dissolver o quadro *bicameral* reinante. A partir de então, prevaleceria a “Câmara autêntica”, “democrática”,

³¹⁷ Resolução 03/68. Câmara Municipal de Sobral. In: *Correio da Semana*, Sobral, CE, 06 de abril de 1968, p. 06.

confiaram. Ledo engano. Os edis cassados logo começaram a se mobilizar. Em breve promoveriam ações com vistas a reaver os seus mandatos.

Informados pelo falatório popular o *grupo dos oito* cedo ficou sabendo do que estava por vir. Por isso, resolveram se recolher. O refúgio escolhido foi exatamente o salão nobre da casa legislativa. Com mantimentos para vários dias e armados de revolveres, os mesmos cerraram as portas. Com móveis, fizeram barricadas. A plenária da casa constituía-se, naqueles instantes, a autêntica arena do poder. Quem dela proclamasse a ordem do discurso, encontraria respaldo político, assim se previa. Por isso, os *oito* buscaram restringir o acesso à tribuna.

Da Câmara, por vários dias, não se viu sair ou entrar ninguém. Conforme sugere o memorialista César Barreto, através das janelas do antigo prédio foram “alçados alimentos, garrafas de café e até balas para os revolveres, camuflados dentro de garrafas térmicas”.³¹⁸ Ao longo de vários dias, com os anúncios de que os cassados tramavam violenta reação, os *cesaristas* recebiam “mais revolveres e munição, cuidadosamente, sempre muito bem escondidos, agora, em caixas de sapatos, embrulhados em papel madeira”.³¹⁹

Impossibilitados de acessar a plenária, e inconformados com as restrições políticas, os vereadores *pradistas* reagiram. Como por outros meios não se fez possível reaver os mandatos, marcaram encontro na Praça da Sé, para o qual compareceram armados com marretas, espingardas, carabinas. Dali a pouco, após breve e exaltado diálogo, dirigiram-se para a porta de entrada do antigo prédio. Adentraram o pavimento térreo, mas não conseguiram acessar a plenária da Câmara, que então ficava no andar superior. Com o impedimento, logo se ouviram as primeiras marretadas. Raivoso, o grupo pretendeu incursionar o pavimento superior abrindo buraco no teto de madeira, o que “provocou, imediatamente, intenso tiroteio”.³²⁰

Ainda de acordo com o memorialista citado,

A notícia do tiroteio circulou rapidamente na cidade. As três emissoras de rádio do Município mandaram seus repórteres para cobrir, ao vivo, o acontecimento na Praça da Sé. Os correligionários de ambas as correntes políticas, trocavam xingamentos e agressões verbais nas proximidades da Prefeitura e do prédio da Câmara. Aqui e ali, um “arranca rabo” entre dois eleitores provocava a correria entre os curiosos.³²¹

³¹⁸ LIMA, César Barreto Lima. *Op. Cit.*, p. 182.

³¹⁹ *Ibidem*, p. 183.

³²⁰ *Idem*.

³²¹ *Ibidem*, p. 183-184.

No interior do prédio, como não foram exitosos com a abertura de passagem pelo teto, dado o tiroteio, os *pradistas* anunciaram que ateariam fogo em tudo. Com as primeiras chamas, os *cesaristas* saltaram pelas janelas. Conforme sugere ainda César Barreto, os vereadores

Bernardo Félix da Silva (o dr. Biná) e Raimundo Sousa Sales (o Dico), apavorados com a fumaça, amarraram uma corda na janela do prédio (...) e começaram a descer. Quando já estavam no meio do trajeto, um popular gritou: “olha o tiro dr. Biná... Cuidado Dico, vão atirar”. Os dois cesaristas soltaram as cordas e despencaram em queda livre para o chão (...).³²²

Com o tom grave da situação, a polícia interveio. O corpo de bombeiros foi acionado para conter as chamas. As gentes ganharam as ruas. Um verdadeiro *zumzumzum* correu a cidade. No Beco do Cotovelo, não se falou em outra coisa.

Alguns dias depois do episódio, o colunista José Maria Soares, por meio das páginas impressas do semanário católico local destacou:

O espetáculo deprimente (...) na Câmara Municipal, com os dois grupos de vereadores, em pleno século XX, lutando de marretas, picaretas e tiros de revolveres, em busca de poder, aí está, para registro da história do município, como forte depoimento do baixo nível de civilidade daqueles que foram eleitos para defensores dos direitos do povo.³²³

Por praticarem atos incompatíveis com as aspirações modernas da “Princesinha”, os vereadores foram severamente combatidos. Seus comportamentos, marcados por certo arcaísmo, não se equalizavam com os valores “distintos” almejados pelas gentes daquela cidade. As disputas, no entanto, estavam longe de acabar.

O caso da divisão da Câmara nos parece exemplar para verificarmos que os vereadores sobralenses deram curso às suas trajetórias políticas de formas ziguezagueantes. A grande maioria dos tais, filiados à ARENA, divergiram, tornaram presentes tradições, e evidenciaram lugares de enraizamentos políticos distintos. Em tempos de autoritarismo disputaram o poder e reclamaram identidade e autoridade junto à ditadura.

³²² Ibidem, p. 184.

³²³ José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 25 de maio de 1968, p. 06.

Os conflitos, aos nossos olhos, resultaram das divergências surgidas de base tão heterogênea como aquela que compôs a agremiação arenista no território cearense. Muito embora tenha prevalecido certa ordem consensual, acordos de aceitação deliberados quando da formação do partido, é possível verificar que a política conciliatória não perdurou de forma linear, não se estendeu equilibradamente.

Sobre este aspecto, é importante frisar que, diferentemente da historiadora Viviane Prado Bezerra, não pensamos tais disputas como “uma resistência ao bipartidarismo ditatorial”.³²⁴ Frente aos argumentos que apresentamos, não tem como pensar tais experiências nesta medida. O que defendemos isto sim, é que tais grupos disputaram o poder e, nesta mesma medida, a preferência do Estado autoritário. Coligados ao “partido do governo” propugnaram os valores “revolucionários”, consentiram a perpetuação da ditadura, ainda que de forma não linear.

A documentação compulsada, não nos deixa ver os vereadores municipais sobralenses assumindo posição contrária à ditadura, ao regime político vigente. Mesmo quando os tais, *pradistas* ou mesmo *cesaristas*, reivindicaram posturas “democráticas”, fica bastante claro que assim o fizeram em oposição a suposto ranço de uma tradição comunista. Como vimos, orientados por estes princípios, o *grupo dos oito* iniciou a onda golpista contra José da Matta e Silva, então Presidente da Câmara.

Ainda, consideramos um equívoco pensar a chamada *política dos coronéis* como “uma materialização das práticas culturais sobreviventes ao fim do sistema oligárquico brasileiro”.³²⁵ Não cremos que ao longo do Estado autoritário tenha prevalecido certa tradição, ou, ainda, que a mesma tenha se tornado rotina.

A este respeito vale o esclarecimento. A *política dos coronéis*, da forma como é tratada pelo sociólogo Francisco Josênio Parente³²⁶, com quem aquela historiadora dialoga, não representa, em sua essência, a permanência de certo arcaísmo comum às relações políticas mantidas na Primeira República. Tal chave conceitual pretende representar a estrutura das relações de forças mantidas entre Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals³²⁷ com a ditadura. Enquanto militares, os mesmos legitimaram

³²⁴ Cf. BEZERRA, Viviane Prado. A cidade de Sobral no contexto da ditadura militar no Ceará (1963-1970). In: *Revista Homem, Espaço e Tempo*. Ano II, n.º. 1. Sobral, CE, março de 2008, p. 88.

³²⁵ *Ibidem*, p. 87.

³²⁶ Para este caso ver: PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945-1986). In: SOUZA, Simone de. [et. al.]. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

³²⁷ O coronel Virgílio Távora assumiu o governo do estado do Ceará, pela primeira vez, em 1963. No pleito de 1966, o mesmo foi sucedido pelo civil Plácido Aderaldo Castelo. Este governou ladeado pelo general Humberto Ellery, *ibadiano* e um dos principais responsáveis militares pela arregimentação do apoio das armas do estado no processo que culminou com a deposição de João Goulart. O general, ainda,

suas trajetórias profissionais à sombra do Estado autoritário e, exatamente por isso, assumiram o executivo estadual em momentos diferenciados, ainda que de forma nem sempre harmoniosa. A modernização das relações políticas, bem como, das estruturas econômicas e industriais do Estado, deram a tônica de tais governos. O futuro era mirado como possibilidade de realização do presente. O passado, lugar da tradição e de supostas práticas *populistas*, era negado como possibilidade de consumação do projeto de um estado/país moderno.

Retornando ao caso *bicameral*, enfim, é importante destacar que mesmo com a definição de sublegendas partidárias, prevista pela Lei n°. 5.453, de 14 de junho de 1968, não foi possível a amenização das diferenças. Somente uma força, ao longo dos anos, conseguiu unir *pradistas* e *cesaristas*: a relação consensual e de apoio à ditadura.

Em meio ao tom grave dos conflitos, daquele ano de 1968, ainda assim, fez-se *ordem do dia* o pedido de “votos de louvores aos Exmos. Srs. Presidente da República, Ministro de Minas e Energia, Governador Plácido Castelo, [dentre outras personalidades], pelo melhoramento que fizeram por Sobral e toda a zona Norte, através das instalações da Energia de Paulo Afonso”.³²⁸

Em tempos de festas as disputas eram simbolicamente suspensas, as divergências esmaecidas, e, em termos relativos, a cidade voltava à sua normalidade política. A vida cotidiana seguia. Em tempos de celebração, a *mise-en-scène* política assumia outros tons.

O conflito *bicameral*, por fim, se prolongou, ainda, por certo tempo. De acordo com a historiadora Edvanir Maia da Silveira, o mesmo se estendeu, pelo menos, até 1969, momento quando, por meio do Ato Complementar n°. 68, de 29 de setembro, foi decretado o fechamento da Câmara. Ainda de acordo com a autora, a casa legislativa

exerceu papel destacado na legitimação do golpe e na manutenção do alinhamento militar ao longo da ditadura. Em 1971, o coronel César Cals, por forças do IV Exército sediado em Recife, e com o apoio irrestrito do general Emílio Garrastazu Médici, foi alçado ao posto de governador cearense. O mesmo foi sucedido pelo também coronel Aduino Bezerra, que então governou o Ceará entre 1975 e 1978. Entre 1979 e 1982, Virgílio Távora comandou o executivo estadual. Em tempos de transição, o mesmo participou do *Acordo de Brasília*, ladeado pelos coronéis e ex-governadores cearenses, bem como, pelo ministro Leitão de Abreu. Fruto do acordo, o civil, técnico do Banco do Nordeste e professor de Economia da Universidade Federal do Ceará, Luiz Gonzaga Mota foi alçado ao executivo estadual, já pelo voto direto. Para os coronéis era preciso conter, do alto, o “gradual” processo de transição política, evitar radicalizações. Gonzaga Mota, no entanto, apoiado por empresários reunidos em torno do Centro Industrial Cearense (CIC) rompeu com os coronéis ainda no primeiro ano de governo, e, neste sentido, passou a combater o passado ditatorial e a pregar um “governo de mudanças”. Para este caso ver: PARENTE, Francisco Josênio C. *Op. Cit.* 2000.

³²⁸ Para este caso ver: *Ata da 2ª Sessão ordinária da Câmara Municipal de Sobral*. Sobral, CE, 03 de setembro de 1968. Vale destacar que das sessões realizadas entre 29 de abril e 23 de outubro de 1968, encontra-se à frente da presidência da casa legislativa municipal o vereador *cesarista* Francisco Lourival Fonteles.

sobralense somente retornaria às suas atividades após 23 de abril de 1970, frente à determinação prevista pelo Ato Complementar n°. 82.³²⁹

2.7. Unidos para modernizar, alinhados para governar: tempos de luzes na “Princesinha do Norte”

No plano autoritário, a “Princesinha do Norte” esteve, ao longo dos tempos, muito bem representada. Em diversas esferas do Estado vigente, a “nobre” cidade – que então abrigava uma sociedade que se pretendia “distinta”, e, de forma impetuosa, impunha certo *bairrismo* ao bradar suas peculiaridades – permaneceu muito bem posicionada perante a ditadura.

Na região Norte cearense, a cidade se constituiu como polo atrativo. Isso por abrigar a sede diocesana regional, por acolher as principais e melhores escolas e centros de formação, por possuir modernas salas de cinema e teatro, por ser detentora de cenário industrial e de comércio atrativo, por sediar as principais agremiações de classe de trabalhadores e intelectuais, dentre tantos outros fatores. Na mesma medida em que se fez palco de grandes investimentos, a cidade se constituiu como vetor irradiador de um suposto lastro civilizatório fomentado pelo Estado autoritário vigente. Fez isso orientando a opinião pública por meio do principal periódico em circulação na região e pelas ondas de rádio, que, além de propagarem os preceitos do catolicismo, realizaram verdadeira propaganda das “benfeitorias” da ditadura. Fizeram isso a despeito do quadro de violências e agitações sociais forjadas no estado e mesmo no cenário nacional.

Da “Princesinha do Norte”, enfim, partiram imagens edulcoradas dos tempos e do regime político inaugurado em março de 1964, o qual foi rotineiramente dito como “revolucionário” e “democrático”. Afinal, asseverava-se, o mesmo se posicionou em defesa dos valores morais cristãos, e, por isso, se colocou corajosamente contra os “inimigos vermelhos”, comunistas e inimigos da Pátria. Esse discurso se fez recorrente por anos a fio.

Era março de 1968. Pelas páginas impressas do periódico católico *Correio da Semana* anunciava-se novos empreendimentos a serem inaugurados na “Princesinha do

³²⁹ Cf. SILVEIRA, Edvanir Maia da. *Op. Cit.*, 2013, p. 56.

Norte”. O plano de eletrificação conduzido pela CENORTE em parceria com o governo do Estado e financiado pela ditadura permitiria, dentro em breve, a ampliação das linhas de transmissão, e, enfim, o abastecimento de Sobral e região Norte pela hidrelétrica de Paulo Afonso.³³⁰ “É a nossa luz do futuro. É o máximo”³³¹, anunciava o colunista Lima Aguiar.

“Novos influxos de progresso”³³² eram carreados para a cidade, e isso nutria as expectativas do sobralense. “Privilegiada como polo de desenvolvimento – como centro convergente – e de ótima localização geográfica, a Princesa do Norte toma[va] ares de grande líder”³³³ e “modernizava-se” a passos largos, reverberava a imprensa católica. Nova “indústria de Fios Finos, talvez a única do Nordeste”, “ampliação do serviço telefônico (...) com mais 300 aparelhos (...), novo projeto agropecuário financiado pela SUDENE”, dentre tantos outros feitos eram propalados.

Era ainda maio de 1968 quando a imprensa católica fez circular notícias sobre a instalação de novo “marco de progresso”³³⁴ na “Princesinha do Norte”. Em breve seria inaugurado novo empreendimento na cidade, o qual, financiado pelo BNB, superava a “ordem de Ncr\$ 5 milhões”. Tratava-se, ali, do sistema de transmissão que permitiria, enfim, o abastecimento da cidade e região com energia produzida pela hidrelétrica de Paulo Afonso, um dos grandes empreendimentos do regime. Para o ato inaugural, esperava-se a presença do marechal Arthur da Costa e Silva, e a comitiva presidencial.

Ribeiro Ramos, intelectual vinculado à ASEL, decantou a realização do novo empreendimento como “um sonho realizado”. Considerou “um milagre” a “força motriz da grande cachoeira domada pelo homem”. Para o próprio, o “milagre de Paulo Afonso [era] genuinamente brasileiro”, e, por isso, era preciso reconhecer a importância da “revolução” e dos homens de bem que lutavam por um Brasil moderno. Entusiasticamente, o mesmo fez circular, ainda, que “a energia (...) est[ava] aí, para o progresso de Sobral. Para a grandeza maior de Sobral. Para o milagre da Sobral pujante de amanhã”. A cidade “vitoriosa”, “pontilhada de chaminés fumegantes acenando para

³³⁰ Teste da linha de Paulo Afonso na primeira quinzena de abril. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 09 de março de 1968, p. 01.

³³¹ Lima Aguiar. Administração, Economia e Finanças. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 30 de março de 1968, p. 02.

³³² Sobral receberá novos influxos de progresso. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 30 de março de 1968, p. 01.

³³³ Idem.

³³⁴ Lima Aguiar. Administração, Economia e Finanças. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 11 de maio de 1968, p. 02.

o céu”, de acordo com Ribeiro Ramos, orientava os sobralenses a fitarem os olhos na “grandeza futura” da cidade.³³⁵ Sobral “arranca[va] para o desenvolvimento”.³³⁶

Com tal realização os sobralenses se preparavam para a “festa do século”.³³⁷ A ampliação do sistema de eletrificação era um sonho presente. Sua consumação permitiria o acesso ao futuro. Isso era algo tido como dado pela imprensa católica e por muitos intelectuais que, por meio da palavra escrita, davam forma às aspirações de diferenciados grupos. “A notícia, como não poderia deixar de ser, [teve] a mais simpática e alegre repercussão em todos os círculos da cidade”, assim propalou o colunista José Maria Soares.³³⁸

A cidade movimentava-se... O prefeito municipal, Jerônimo Medeiros Prado, assessorado por lideranças vinculadas aos “clubes de serviços e sociais, comerciantes, industriais, imprensa e povo em geral”, promoveu a “elaboração de um grande programa de festividades para comemorar o auspicioso acontecimento”.³³⁹ Ainda que por alguns instantes, as disputas políticas locais foram suspensas. A ditadura mudava a “Princesinha do Norte”, e esta se fazia “luminosa”, “portentosa”, “heráldica”.

Em outubro de 1968, diversos sobralenses que então atuavam nos planos estadual e federal alinhados ao Estado autoritário, se reuniram na terra natal. A usina hidrelétrica de Paulo Afonso, enfim, passaria a abastecer a cidade de Sobral e outras regiões mantidas sob a sua área de influência.

O ato inaugural foi marcado por grandes comemorações. A este repeito se organizou a “Festa da Luz”. Com o ato simbólico esperava-se unir, permitir reencontros, e, ao mesmo instante, alardear a “onda de otimismo” que impulsionava as gentes daquela média cidade do sertão cearense.

De modo a recepcionar as “autoridades” políticas com “distinção”, e celebrar com “ufania” o ato fundador, grande palanque foi montado na Praça Duque de Caxias, a maior da cidade. Ao longo das celebrações do ato inaugural, elites políticas, econômicas, intelectuais e religiosas locais se posicionaram ao lado de outras personalidades. Vereadores *pradistas* e *cesaristas*, claro, ocuparam o mesmo palco.

³³⁵ Cf. Ribeiro Ramos. Homens, Coisas e Fatos. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 10 de agosto de 1968, p. 03. *Grifos nossos*.

³³⁶ Para este caso ver: Sobral arranca para o desenvolvimento. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 23 de novembro de 1968, p. 01. Ainda nesta data comemorava-se o impulso da economia sobralense gerado pela eletrificação e, por consequência, da ampliação do parque industrial da cidade.

³³⁷ José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 24 de agosto de 1968, p. 06.

³³⁸ Para este caso ver: José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 03 de agosto de 1968, p. 06.

³³⁹ José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 24 de agosto de 1968, p. 06.

O presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, muito embora convidado de honra, não compareceu. Em contrapartida, delegou poderes ao coronel Costa Cavalcante para representá-lo. O mesmo foi ladeado pelo comandante da 10^o RM, Jansen Barroso, “e todos os comandantes das diversas guarnições militares de Fortaleza”.³⁴⁰ Deputados estaduais e federais, senadores, o presidente do BNB, Rubens Costa, e diversos representantes de entidades da sociedade civil organizada participaram do ato celebrativo. No alto do palanque, era possível ver o jovem Francisco Régis do Monte Barroso, o experiente Parsifal Barroso, o agora deputado federal Virgílio Távora³⁴¹, o general de brigada e deputado federal Josias Ferreira Gomes, o deputado estadual Joaquim Barreto Lima, o ex-prefeito municipal e agora deputado federal Cesário Barreto Lima, dentre tantos outros.

A “Festa do Século” ou das “Luzes”, como foi então batizada, foi acompanhada por pessoas provindas de diversos lugares. “A TV-Ceará e todos os jornais e estações de rádio da capital enviaram repórteres e cinegrafistas com a finalidade de fazerem a cobertura tele-rádio-jornalística do significativo evento”.³⁴² Decantar o clima festivo, e alardear o clima desenvolvimentista promovido pela “revolução”, era este o propósito.

De acordo com o colunista José Maria Soares,

uma imensa multidão aplaudiu vibrantemente os seguintes oradores: deputado João Frederico Ferreira Gomes, representante do prefeito Jerônimo Prado, dr. Adalberto Tavares da Silva, diretor superintendente da CENORTE, deputados Josias Ferreira Gomes, Virgílio Távora, Manoel Rodrigues dos Santos e Régis Monte Barroso, dr. Rubens Costa, presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A., (...), ministro Costa Cavalcante e o governador Plácido Castelo.³⁴³

A alegria do povo sobralense, afirmou o colunista Agripino Sousa em artigo publicado na imprensa local, “transbordou para além das fronteiras”³⁴⁴ do município. A

³⁴⁰ Agripino Sousa. Reflexos da festa da luz em Sobral. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 28 de outubro de 1968, p. 5.

³⁴¹ Virgílio Távora, ao longo do ano de 1968 esteve por diversas vezes em Sobral anunciando os preparativos para a energização da cidade pela hidrelétrica de Paulo Afonso. Em muitos momentos, acompanhado por autoridades militares – é válido lembrar, era também ele um homem das Armas –, e pelas classes políticas, religiosas e intelectuais local, foi recepcionado e discursou de modo a divulgar o empenho do estado brasileiro para o cumprimento de tal meta. A este respeito, ver, por exemplo: José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 13 de janeiro de 1968, p. 02.

³⁴² José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 06 de setembro de 1968, p. 06.

³⁴³ José Maria Soares. Coluna da Cidade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 06 de setembro de 1968, p. 06.

³⁴⁴ Agripino Sousa. Reflexos da festa da luz em Sobral. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 28 de outubro de 1968, p. 5.

grande festa envolveu o “homem de pé no chão até o intelectual que tem a cabeça nas nuvens”, ³⁴⁵ destacou Ribeiro Ramos. Celebrou-se entusiasticamente, afinal, a inauguração do novo empreendimento permitiria a reafirmação dos traços de “distinção” da “Princesinha do Norte” naquelas paragens do sertão. Ademais, a partir de tal empreendimento, a cidade legitimar-se-ia “portentosa”, “luminosa”, “progressista”, “moderna”.

Luzes e não trevas permitiam facilitada caminhada rumo ao desenvolvimento. Naqueles tempos o futuro era desejado presente. O processo de modernização conservadora e autoritária, apesar de pretender o rompimento com o passado rural e com os valores sertanejos, marcado por certo arcaísmo, mantinha a tradição católica ativa, resguardada, identificada com os valores erguidos pelo “santo bispo” dom José Tupinambá da Frota, ainda que, claro, com alguns refinamentos.

A ditadura mudava os traços da “Princesinha do Norte” e, por isso, se festejava. Nesses instantes, reativavam-se imagens e representações de um passado mítico, as quais se somavam com os novos signos criados para a identificação de um futuro presente. Os anúncios de inauguração da rodovia BR-222, que já circulava no falatório popular, dentro em breve orientaria novas expectativas, afinal, a média cidade sertaneja seria interligada à capital cearense por extensa estrada que rasgava a paisagem cinza do sertão. A ditadura “domava” a natureza, e, por consequência, abria novos caminhos rumo ao futuro.

Após o ato simbólico realizado na Praça Duque de Caxias, o qual foi acompanhado por expressiva presença popular, um “banquete foi oferecido pelo prefeito Jerônimo Prado [e entidades classistas] na Associação Atlética do Banco do Brasil”. ³⁴⁶ De modo a prolongar e abrilhantar o clima de festa, baile dançante foi realizado no Sobral Country Clube. ³⁴⁷ Entre talheres finos, louça importada, e clima refinado, as elites da cidade ali hierarquizavam o sentido da festa. No baile, somente autoridades e a fina flor da cidade. Civis e militares congratularam-se, festejaram e prolongaram a festa por toda a madrugada.

A energia elétrica de Paulo Afonso era a garantia para a legitimação e o alargamento do parque industrial sobralense, e, exatamente por isso, para a fortificação de sua economia, a geração de novos empregos, e, por consequência, o pleno

³⁴⁵ Ribeiro Ramos. Homens, Coisas e Fatos. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 06 de setembro de 1968, p. 03.

³⁴⁶ Energia de Paulo Afonso. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 31 de agosto de 1968, p. 01.

³⁴⁷ Idem.

desenvolvimento da região, o qual encontraria o seu *boom* no alvorecer dos anos 1970. *Luzes*, e não *trevas* permitiriam a longa jornada da “Princesinha do Norte” rumo ao futuro, mesmo em tempos em que a economia nacional, e, por vezes, as relações entre a ditadura e a sociedade, não fossem das mais harmônicas.

O reluzir do *ouro* se posicionaria como um chamariz no seu horizonte de expectativas, como um projeto a ser realizado para a reafirmação de sua “nobreza”. Tal feito seria realizado a despeito das ondas discricionárias e de violações de direitos perpetradas pelo Estado vigente.

CAPÍTULO III

História, memória e historiografia: o mito da resistência e os desafios para o estudo da ditadura civil militar

O que se [quer] dizer, em síntese, [é] o seguinte: não há como se libertar da ditadura sem pensar nela. Nos medos dos quais ela foi produto, nas marcas, visíveis a olho nu, que ela gravou – com ferro em brasa – no lombo da sociedade. O pensamento crítico pode constituir a melhor defesa da democracia, à maneira de um antídoto às tentações autoritárias, sempre à espreita, prontas a ressuscitar tão logo reapareçam no horizonte novas crises e outras ameaças à ordem.

Daniel Aarão Reis Filho, *Ditadura e Democracia*, 2014.

31 de março de 2004, data sugestiva, intrigante. Ali, o sentido comemorativo certamente ganhou outros significados. Ao ato comemorativo, foram adicionadas outras significações, outras representações que não somente aquelas do lembrar com, do festejar com, do exaltar de forma coletiva. O (co)memorável passou a operar como antídoto do esquecimento, como remédio para as práticas desviantes da memória, como medicamento para a cura da história. É certo que, a depender da dosagem de tal substância, o poder de cura poderia certamente ser invertido, agravando ainda mais o quadro de esquecimentos.

Naquela data, então, 40 anos fazia desde o golpe civil militar de 31 de março de 1964, e muitos grupos se reuniam para memorar, para lembrar junto, e faziam isso de formas diversas, conflitantes. A memória estava dividida, estilhaçada, e seus usos passavam a confrontar “espaços de experiências e horizontes de expectativas”³⁴⁸ para a construção de um futuro passado, de uma temporalidade não mais erguida sob o signo da exemplaridade.

Por um lado, conforme sugere Daniel Aarão Reis Filho³⁴⁹, “o cerco do esquecimento” enfraquecia-se, pois se desejava lembrar, “ouvir, ler, saber, participar das *batalhas da memória*, reapropriar-se criticamente do passado”. Porém, esse desejo de lembrar, de saber e poder saber, somente fazia o esquecimento operar numa outra frequência, sintonizando outros registros de memória das tramas históricas.

Desta forma, lembrava-se e esquecia-se, e as batalhas da memória não determinavam vencedores e vencidos, e as experiências geradas a partir do ato de lembrar e narrar empurravam para o presente um passado ainda não encerrado, mantendo ativas as *batalhas da memória*.

A depender dos usos do passado, muitos mitos passavam por algumas atualizações, sendo mantidos em sua essência. Exemplo disto foi o soerguimento de

³⁴⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. A partir deste referencial, por “espaço de experiência” passamos a compreender um passado circunscrito no presente, dado a ver a partir de imagens e representações, das memórias de um tempo que foi, de um “passado presente”. Por “horizonte de expectativas”, passamos a considerar o “futuro presente”, a antecipação de um tempo que ainda não é, o desejo e o medo do por vir.

³⁴⁹ Para este caso, ver: “Apresentação” de REIS FILHO, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Edusc, 2004. (Coleção História).

uma *arquitetura simplificada*, dedicada a representar o regime autoritário a partir de usos alargados de imagens e representações de uma “resistência democrática”.

Tal constructo, fundamentado na resistência, precipita leituras limitadas, muito pouco explicativas das complexidades das experiências sociais tramadas em tempos de ditadura. A partir do uso alargado deste conceito, uma falsa ideia é facilmente projetada: o regime autoritário, mantido por prolongados 21 anos no Brasil, foi essencialmente militar. A sociedade civil, que apoiou o golpe e esteve presente nos momentos iniciais, logo isolou a ditadura e passou a ocupar a luta para o reestabelecimento da democracia. Os enfiamentos forjados, as resistências praticadas e a luta pela defesa da índole democrática e pacifista do povo brasileiro, foram mantidos incessantemente. Mesmo as esquerdas, ao longo de todo o tempo, fizeram-se guardiãs da democracia como chave fundamental para o jogo político e a realização de suas utopias revolucionárias. Limites do lugar-comum... Traições da memória...

3.1. – Memória, história e historiografia: o mito da resistência

Naquele ano de 2004, com uma agenda marcada pelo signo da lembrança, pretendia-se acessar zonas de esquecimentos. Principalmente nas capitais do Brasil, mas, também, em algumas cidades interioranas, os eventos memorativos mantinham e acirravam as *batalhas da memória*. Em Fortaleza, por exemplo, de um lado os militares falavam sobre março de 1964 como um ato vitorioso, e mencionavam as realizações modernizadoras do Brasil, os “anos de ouro”, o “milagre econômico”. Na outra extremidade do campo das disputas memoriais, civis falavam de suas lutas contra o autoritarismo, dos “porões” da ditadura militar, dos “anos de chumbo”, e dos males por ela deixados como herança para a formação política brasileira. A vocação democrática da sociedade civil, nesses instantes, era evidenciada como instrumento de orgulho, como signo da vitória de uma sociedade que não teve nada a ver com aqueles “tempos sombrios”. Ademais, o afamado “milagre econômico” era dado a ver como um corpo estranho como se diversos setores da sociedade civil dele não tivessem participado.

Desses momentos marcados por *excessos de memórias* é bem verdade, os historiadores não estiveram ausentes, e deles participaram apresentando um discurso de prova, de validação dos argumentos de uns ou de outros. Contudo, ao invés de tomarem

a memória como objeto da história, alguns historiadores tomaram aquela como sinônimo desta. Sem dimensionarem a necessidade da crítica às estratégias circunscritas ao ato de lembrar e narrar o passado no presente, sem evidenciarem as metamorfoses e deformações da memória produzidas como resultante de forças temporais, políticas e históricas, alguns historiadores se deixaram seduzir. Vidrados na imagem da “resistência democrática” cegaram. Apropriando-se dos relatos de memória como imagens refletidas do passado, turvaram as peculiaridades do tempo.

Sobre a relação entre memória e história, consideramos pertinente o diálogo com Pierre Nora ³⁵⁰, quando, categoricamente, o mesmo assevera que

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível [sic] de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (...). A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. (...). A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Principalmente a partir daquele ano, muitas pesquisas surgiram abordando diversos aspectos dos acontecimentos de 1964 a 1985. Muitos pesquisadores, tentando acessar o não dito de experiências protagonizadas por personagens anônimos, e ensaiando uma “*história vista de baixo para cima*” ³⁵¹, com forte influência do neomarxismo britânico, dedicavam ouvidos às histórias e memórias de ex-militantes de esquerda, de estudantes e trabalhadores que foram perseguidos pelo Estado autoritário, de grupos engajados em culturas políticas e modernidades alternativas ³⁵² ao regime de exceção. Tais trabalhos, é bem verdade, atuaram na conformação de uma memória de

³⁵⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos e Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP-Brasil, 1981. p. 09. Balanço historiográfico sobre a recepção da categoria “lugar de memória”, bem como, da obra de Pierre Nora e distorções produzidas ao longo do tempo, ver: ENDERS, Armelle. *Les lieux de mémoire*, dez anos depois. In: *Estudos Históricos*. Vol. 06, n°. 11. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993.

³⁵¹ Sobre tais questões ver: HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁵² Por “modernidades alternativas”, passamos a considerar as concepções que transcendem os limites dos projetos das elitistas conservadoras, mantenedoras do *status quo*, pois ampliam as condições de transformação social, estabelecem campos aonde se realizam revoluções que forjam o desconhecido, pois alargam as possibilidades de realização de novas experiências. Sobre tais questões ver: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

lutas pelas liberdades democráticas, de uma sociedade cearense resistente ao Estado autoritário. A ditadura, enfim, se fez um corpo estranho.

Tais propostas, no entanto, envolvidas pelo desejo de lembrar, esqueciam de referenciar as ambivalências dos comportamentos, as ações colaboracionistas forjadas pela sociedade civil, e, nesta mesma medida, de apontar as relações de consenso estabelecidas com o Estado autoritário socialmente construído. Talvez por isso, cristalizaram a história a partir de usos do passado orientados pela memória, deixando de lado, assim, as lições sobre história e memória compartilhadas por Pierre Nora.

Em Sobral, ainda em 2004, Viviane Prado Bezerra defendia, na Universidade Estadual Vale do Acaraú, o trabalho monográfico intitulado “*Memória política de Sobral: ditadura militar em foco (1963-1970)*”. Sua pretensão, à época, era contemplar um período ainda pouco visitado por uma historiografia local. De acordo com a mesma, até então, poucos historiadores haviam dedicado atenção à história política da cidade em tempos de ditadura, fazendo-se urgente, então, tomá-la como objeto de análise. Nesta medida, pretendendo preencher uma lacuna historiográfica sobre a história política da cidade, a autora ali intentava forjar relações de proximidades entre as experiências sociais forjadas em Sobral e as diversas ações praticadas em outras cidades e centros urbanos contra a ditadura.

Assim, a historiadora fazia referências ao Movimento de Educação de Base (MEB) e ao Movimento do Dia do Senhor como experiências sociais de resistência à ditadura militar, ainda que, a respeito do MEB, por exemplo, haja registros que indiquem que o mesmo era financiado pelo Estado ditatorial vigente, através do Ministério de Educação e Cultura.

Uma das principais atribuições do MEB era atuar no processo de alfabetização do homem do campo, sem, contudo, encetar um processo de formação que carresse reflexões políticas que contribuíssem para a superação do regime instituído em fins de março de 1964. É válido frisar que desde a sua fundação, em março de 1961, fruto de acordo firmado entre Governo Federal e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a atuação do MEB, principalmente no Nordeste brasileiro, pretendeu reagir à disseminação de ideais esquerdistas, promotores dos pressupostos comunistas e, nesta mesma medida, fazer frente aos avanços e conquistas das Ligas Camponesas.³⁵³

³⁵³ Consideramos pertinentes as questões suscitadas pelo historiador Antonio Torres Montenegro sobre as peculiaridades e divergências de propósitos políticos entre as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais em tempos de ditadura. Do autor referido, ver, principalmente os seguintes artigos: Rachar as palavras:

A essência conservadora do Movimento de Educação de Base estava já dada no processo histórico que demarcou a sua fundação, e, por vezes, o seu fazer-se junto aos trabalhadores rurais. Sua atuação em Sobral, principalmente quando consideramos a cultura política religiosa conservadora como base identitária do ser sobralense, permite considerar a morada no campo da resistência como um lugar limitado, principalmente por tratar-se de um movimento financiado pelo Estado vigente e mantido sob a tutela da diocese local. Ainda, é delicado pensar tal movimento como de resistência principalmente quando observamos a figura dúbia daquele que efetivamente comandou o movimento na “Princesinha do Norte”, o bispo dom Walfrido Teixeira Vieira. O mesmo, ao longo dos tempos, foi figura muito bem quista pelos líderes do Estado autoritário, mantendo-se personalidade conceituada mesmo quando a cúpula da Igreja católica deu uma guinada em sua trajetória e isolou o Estado vigente, isso já nos anos 1970, passando, por vezes, a fazer frente a ele.³⁵⁴

A historiadora Viviane Prado Bezerra, ainda, não atentando para o traço anticomunista evidente da “sobralidade”, destaca que por “iniciativa de monsenhor Sabino Loyola”³⁵⁵ “o sistema MEB/ Sobral teve início como escolas radiofônicas, em rádio cativo, com a programação da Rádio Educadora do Nordeste”.³⁵⁶ Vale lembrar que monsenhor Sabino é aquele mesmo que atuou na organização dos “Comitês Anticomunistas” em Camocim e em Sobral, que dirigiu o periódico católico *Correio da*

uma história a contrapelo; Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em tempo de revolução. In: *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

³⁵⁴ Em 15 de fevereiro de 1974, agentes do Sistema Nacional de Informação/ Agência de Fortaleza (SNI/AFZ) produziram Mapa Demonstrativo contendo a classificação dos bispos e arcebispos dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão que participariam da diretoria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O documento traz informações sobre as “correntes [ideológicas] e linhas [políticas] do clero”, destacando seus perfis. A este respeito interessa-nos ressaltar o que a comunidade de informação considerou dos bispos cearenses. Destaca-se: arcebispo Aloísio Lorscheider (Arquidiocese de Fortaleza: *reformista-progressista*); bispo Antonio Batista Fragoço (Diocese de Crateús: *reformista-progressista*); bispo José Mauro Ramalho (D. de Iguatu: *reformista-pastoral*); bispo Vicente de Araújo Matos (D. de Crato: *reformista-pastoral*); bispo Joaquim Rufino Rego (D. de Quixadá: *conservador*); bispo Walfrido Teixeira Vieira (D. de Sobral: *conservador*); bispo Paulo Eduardo Andrade Pontes (D. de Itapipoca: *conservador*). Para este caso ver: Fundo: SNI; Id: 0896858-1974. Atividades do Clero. *Arquivo Nacional (AN)*, Rio de Janeiro, RJ. No que concerne à atuação da Igreja católica ao longo da ditadura, observando a seus diferenciados matizes e sua postura opositora ao estado autoritário nos anos 1970, principalmente, nos apoiamos no seguinte trabalho: BEZERRA, Paulo César Gomes. *A visão da comunidade de informação sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2010.

³⁵⁵ BEZERRA, Viviane Prado. “Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, 2008, p. 10.

³⁵⁶ *Ibidem*, p. 30.

Semana, e que, a partir de abril de 1964, assumiu a responsabilidade do setor de Ordem Social do Secretariado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A trajetória político-religiosa do monsenhor no combate ao comunismo nos anos anteriores ao golpe de 1964, somada à sua atuação como informante da polícia política ao longo do Estado autoritário, exige uma reflexão mais criteriosa sobre as relações entre o “homem religioso” e o Movimento de Educação de Base, por exemplo, bem como sobre a atuação deste movimento na cidade de Sobral.

Já durante a vigência da ditadura, é válido destacar o papel desempenhado por monsenhor Sabino Loyola no compartilhamento de informações com agentes de polícia que em dezembro de 1967 executavam trabalhos investigativos na “Princesa do Norte”. Provindos da capital do Estado, Adalberto Batista Menescal, José Moreira do Nascimento, Valdetário Raimundo de Alencar e Francisco José de Oliveira chegavam a Sobral com a missão de averiguar os preparativos da festa de formatura que estava sendo organizada por estudantes secundaristas do Colégio Sobralense, entidade de ensino pertencente à Diocese.

O falatório popular dava conta de que um ato desmedido era planejado pelos moços. As notícias faziam reativar as tradições cristã e anticomunista da “sobralidade”. Se nos momentos anteriores a 31 de março de 1964, cabia o terço na mão e a prática oratória para afastar os males que rondavam a “Princesinha”, em 1967 interessava acionar o aparelho policial do Estado. Os agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), provindos de Fortaleza, estavam ali para agir.

No convite de formatura os estudantes secundaristas faziam homenagem especial ao padre Oswaldo Carneiro Chaves, padre Pedro Van Ool, padre José Linhares Ponte, e ao monsenhor Aloísio Pinto. Homenagem póstuma era feita ao papa João XXIII, ao “santo” bispo dom José Tupinambá da Frota, e ao “Chefe revolucionário – guerrilheiro comunista – Che Guevara”.³⁵⁷ A menção a este último, claro, não se coadunava com a tradição cristã sobralense, por isso o acionamento do aparelho policial.

O “Sr. Raimundo Linhares (comerciante local), que reuniu pais de alunos para formularem um protesto”, “disse que quebraria tudo e que acabaria com a festa, caso não retirassem o nome de Che Guevara da lista dos homenageados”.³⁵⁸ Monsenhor

³⁵⁷ Relatório de Viagem a Sobral, CE, 14 de Dezembro de 1967. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). *Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

³⁵⁸ *Idem*.

Sabino Loyola, dentre outras ações, declarou “publicamente sua revolta [com] a atitude tomada pelos alunos”.³⁵⁹ A escolha juvenil por homenagear, ainda que postumamente, “o comunista”, era inconcebível, intolerável.

Em represália à homenagem, o homem religioso “planejou um abaixo assinado” e, “em entrevista” ao “Agente Menescal e ao Cel. Campos [Delegado Especial de Sobral]”, disse que “tudo começou a quatro anos passados, quando então pe. Josafá, ainda Seminarista foi à França e lá manteve longos contatos com os pe. franceses de linha doutrinária muito avançada”³⁶⁰. Sabino Loyola afirmava ainda que ao retornar ao Brasil o padre Josafá teria sido recebido pelo também padre José Linhares Ponte, que, à época, era reitor do Seminário Diocesano e diretor do Colégio Sobralense. Enfatizava: “tudo começou a quatro anos passados”.³⁶¹

Os propósitos dos estudantes secundaristas eram tomados como desrespeitosos, como uma afronta. A reação do comerciante Raimundo Linhares, e as ações praticadas por monsenhor Sabino, muito bem sinalizavam que a recepção daquela proposta não era nada positiva. “Absurdo” ainda maior, certamente, era tudo aquilo ser acatado pelo diretor do Colégio, e, principalmente, produzido como uma resultante de trabalhos escolares. Sobre tal aspecto, monsenhor Sabino informava aos investigadores:

A origem do citado movimento teve início com o trabalho a ser executado em casa, ordenado pelo Pe. Oswaldo, trabalho este sobre o Chefe Revolucionário – Guerrilheiro Comunista – “Che Guevara”. Os debates entre professores e alunos relativos a este Guerrilheiro duraram uma (1) semana.³⁶²

Como desdobramento do trabalho investigativo dos agentes de polícia, bem como da pressão de setores da sociedade sobralense, a homenagem a Ernesto Guevara não ocorreu. Contra o padre Oswaldo Chaves, o suposto “doutrinador”³⁶³ dos jovens, que também possuía “uma grande quantidade de livros subversivos”, assim asseverava monsenhor Sabino Loyola, logo seria organizada ação policial.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ Idem.

³⁶² Idem.

³⁶³ Padre Oswaldo Carneiro Chaves, que à época era professor de língua portuguesa, a partir das informações prestadas por monsenhor Sabino Loyola aos investigadores, foi categorizado como o professor “doutrinador”. Para tal caso ver: Relatório de Viagem a Sobral, CE, 14 de Dezembro de 1967. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). *Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, CE.

Não tardou, e logo os agentes da Delegacia Especial de Sobral, acompanhados de policiais da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), “invadiram” a residência de Oswaldo Chaves revirando tudo. Na operação, onde a força autoritária foi evidente, confiscaram, principalmente, livros e cartas.³⁶⁴

O Movimento de Educação de Base sobralense, então, surgindo no contexto do “segundo grande surto anticomunista”³⁶⁵ e com participação marcante de monsenhor Sabino Loyola, tinha a sua essência conservadora já dada no processo histórico que demarcou a sua fundação. Principalmente ao longo do Estado autoritário, sua atuação junto aos trabalhadores rurais não se distanciaria deste traço, principalmente quando se observa os comportamentos *ambivalentes* do bispo dom Walfrido Teixeira Vieira, o qual manteve o movimento sob sua tutela ao longo dos tempos.

Se tomarmos o anticomunismo como marca identitária da “sobralidade”, e refleti-lo numa perspectiva de longa duração, é possível supor que uma mudança não se processaria abruptamente nas relações culturais do ser sobralense. Como vimos nos capítulos anteriores, o Estado autoritário que se processou após o golpe de 31 de março, antes de promover fraturas no imaginário político daquela sociedade, amalgamou expectativas. Além do que, foi equalizado à ordem de valores pretendidos para a “Princesa do Norte”, a qual havia tempos se pretendia “distinta” na paisagem cinza do sertão. Paz social, catolicismo, anticomunismo, e modernização conservadora foram

³⁶⁴ Com 90 anos de idade, padre Oswaldo Chaves ainda hoje reside em Sobral. Filho de lavradores, natural da Granja, cidade próxima a Camocim, e formado no Seminário Diocesano sobralense, atualmente o padre não se dispõe a conceder entrevistas sobre sua história de vida. Em janeiro de 2013, contudo, após certa insistência, o mesmo me recebeu em sua residência. Não permitindo a gravação do diálogo, ainda assim tive a oportunidade de levantar questões sobre a cidade de Sobral em tempos de ditadura, bem como sobre a atuação do mesmo ao longo desse contexto. Desta forma interroguei-o sobre o evento que pretendia homenagear “Che Guevara”, bem como, sobre as acusações de comunista de que se fez alvo. Negando ser comunista, o padre refere-se à homenagem a Guevara como uma resultante do entusiasmo juvenil. Como professor, atendeu às curiosidades da turma e com esta fez algumas atividades de leitura a respeito da Revolução Cubana, e daquele “revolucionário”. Os jovens ficaram entusiasmados e então deliberaram a homenagem póstuma. Ao longo do diálogo, foi possível perceber marcas de ressentimentos guardadas pelo padre em referência ao estado autoritário. O mesmo teve sua casa “invadida” pelos “milicos” – termo comumente utilizado pelo mesmo para referir-se aos agentes de polícia da época – que confiscaram livros e cartas, principalmente. Quando questionado sobre monsenhor Sabino Loyola, o mesmo dedicou poucas palavras para descrevê-lo, referenciando, contudo, sua “disciplina religiosa” e seu ímpeto intolerante com os desafetos. A fim de melhor refletir sobre a atuação deste padre em tempos de ditadura, tomamos como suporte duas entrevistas: a primeira, produzida pela historiadora Viviane Prado Bezerra, em julho de 2004; a segunda, realizada por pesquisadores do Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas (LABOME), do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em março de 2008. Para as duas entrevistas, contudo, não se dispõe de carta de sessão o que, claro, limita os usos possíveis, meus e de outros pesquisadores.

³⁶⁵ Para tal questão ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

forças que orientaram as ondas de adesão, as relações amistosas entre sociedade e ditadura.

Postas tais questões, somos levados a considerar que pensar o MEB como resistente à ditadura nos parece arriscado, principalmente por tratar-se de um movimento mantido após o golpe de 31 de março de 1964, bem como, alinhado aos pressupostos da ala conservadora católica ³⁶⁶, ademais, financiado pelo Estado instituído.

Negligenciando tais aspectos, em agosto de 2008, Viviane Prado Bezerra defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Em *“Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”*: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980), a mesma aprofunda a reflexão sobre experiências sociais forjadas em tempos de ditadura em Sobral. Destaca, fazendo alargado uso de relatos orais de memória, a existência de uma “ímpetuosa repressão” política às pessoas que atuavam no MEB e no Movimento do Dia do Senhor, asseverando que tal coação devia-se à atuação desses grupos na “resistência à ditadura”.

Atuavam no processo de alfabetização do homem do campo, e, neste sentido, eram monitorados pelo Estado autoritário, logo, eram resistentes. A equação montada pela pesquisadora, muito facilmente desvendada, é reveladora dos limites de análise e crítica das fontes orais e escritas, e, principalmente, da inclinação ao culto e reafirmação do mito da resistência. ³⁶⁷

Durante a vigência do regime ditatorial, muitos sujeitos foram convocados a prestar depoimentos em delegacias, tiveram suas residências violadas e correspondências e livros confiscados, passaram dias detidos, sem terem plenos conhecimentos dos atos “subversivos” de que eram acusados. Denunciados por desafetos, a exemplo de Cesário Barreto Lima, muitos foram os que visitaram os bastidores do Estado autoritário constituído, ainda que não tivessem qualquer

³⁶⁶ GONZALEZ, Jeferson Anibal. *Cultura, educação popular e transformação social nas formulações do MEB e do CPC (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, 2011. O autor propõe uma análise comparada entre o Movimento de Educação de Base (ligado à Igreja Católica/ conservador) e o Centro Popular de Cultura (ligado à União Nacional dos Estudantes e ao Partido Comunista Brasileiro/ progressista). Sobre este aspecto é categórico quando afirma as distinções entre uma e outra entidade, principalmente no trato que ambas estabeleciam com a cultura e educação popular.

³⁶⁷ Sobre o mito da resistência, e um profícuo diálogo com a historiografia francesa que trata sobre regimes autoritários, ver: ROLLEMBERG, Denise. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília MacDowell [et. al.]. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. 02. São Paulo: Hucitec, 2009.

envolvimento com grupos de esquerda, muito menos ainda, plena compreensão sobre uma suposta participação em movimentos de resistência à ditadura.

Ainda assim, quase que naturalmente, aqueles que foram monitorados por agentes do Estado vigente, que perceberam pessoas estranhas frequentando lugares comuns aos seus, que atuaram no processo de formação de trabalhadores rurais, que organizaram passeata em prol da construção de uma avenida que melhorasse o acesso de estudantes e professores à escola ³⁶⁸, que organizaram a homenagem a Che Guevara, são categorizados como pertencentes a uma resistência, e, por vezes, tornados resistentes.

A historiadora Edvanir Maia da Silveira, para justificar uma “resistência” à ditadura na “Princesa do Norte” incorpora o discurso produzido pelos agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), e sinaliza quatro grupos “subversivos” que tiveram atuação ao longo do Estado autoritário: “a Igreja, os estudantes, os comunistas e os artistas”. ³⁶⁹ Tais grupos, para a autora, de formas distintas e complementares forjaram uma “cultura de resistência” em Sobral.

Por mais que tendam a categorizar atores sociais como “subversivos” e “comunistas”, por exemplo, os discursos produzidos por agentes de polícia precisam ser testados, não podem ser operacionalizados para se reafirmar uma identidade atribuída. As identidades são resultantes dos sentimentos de pertença ³⁷⁰, são elaboradas ativamente e não impostas de fora para dentro. Os relatos orais de memória, da mesma forma, precisam ser cotejados, principalmente quando aquele que narra, a exemplo de Francisco Edilson Aragão, citado por Edvanir Maia, representa, por meio da narrativa, uma “ação de resistência” da qual teria participado quando tinha apenas onze anos de idade.

³⁶⁸ Sobre o episódio da passeata de estudantes para o melhoramento de avenida, que em tempos de chuva ficava em péssimas condições, dificultando o trânsito de alunos e professores, além do texto monográfico de Viviane Prado, ver ainda: SILVEIRA, Edvanir Maia. *Três décadas de Prado e Barreto: a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, 2013. Esta autora considera os alunos promotores da passeata como jovens envolvidos numa “cultura de resistência” ao regime ditatorial. Sobre tais questões ver da tese principalmente o capítulo II – A cidade pulsante: a oposição à ditadura militar em Sobral.

³⁶⁹ SILVEIRA, Edvanir Maia. *Três décadas de Prado e Barreto: a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, 2013.

³⁷⁰ Para um debate sobre identidade e “descentramento” identitário, ver: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11^o Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Francisco Edilson Aragão, sobralense, narra sua participação na “passeata pela avenida do estudante”, evento considerado por Edvanir Maia uma expressão da “cultura de resistência” ao Estado autoritário. Diz o narrador à historiadora:

E eu saí do Colégio Sobralense pendurado na rural do Pe. Luizito. Do [Teatro] São João descemos ali para a Prefeitura que é o prédio da Câmara hoje (...). O Chico Lopes foi preso naquele momento, e eu vi o sofrimento da mãe o tempo todo, e aquilo foi brotando em mim o sentimento de participação. **Eu tinha 11 anos de idade** e até hoje as imagens não me saem da memória.³⁷¹ [Grifos nossos]

François Marcot, em *Résistance et autres comportements des Français sous l'Occupation*, enfatiza que em tempos de autoritarismo os comportamentos são múltiplos, complexos, contraditórios, e que aqueles que se dedicam ao estudo de experiências sociais forjadas neste contexto, devem estar sempre atentos para não simplificar as condutas sociais ali constituídas. Desta forma, em diálogo com Max Weber, Marcot enfatiza a necessidade do retorno à investigação empírica das práticas e comportamentos de homens e mulheres para que se possa superar os determinismos superpostos pelo uso indiscriminado da categoria resistência. Ainda, ao propor questões que contribuam para a definição daquele conceito, sugere, como questão basilar, a reflexão sobre a consciência do agente que resiste, a atuação consciente e voluntária daquele que atua no campo coletivo da resistência.³⁷² Ou seja, não existe resistência sem consciência dos significados e riscos da luta, sem o pleno entendimento contra quem se luta.

Desta forma, ao analisar a bibliografia citada, a identidade do resistente, as relações de pertencimento com um projeto de ação coletiva de luta contra o autoritarismo, ao invés de partir daquele que é interrogado sobre o passado, parte do pesquisador como elemento de análise já dado. Tudo parece ser resistência, logo, a resistência é esvaziada de sentido político ontem e hoje.

³⁷¹ Francisco Edilson Ponte Aragão. Sobral, CE, 30 de novembro de 2012. Entrevista realizada por Edvanir Maia da Silveira. *Apud*. SILVEIRA, Edvanir Maia. *Op. Cit.*, 2013, p. 89.

³⁷² Sobre tais questões ver: MARCOT, François. *Résistance et autres comportements des Français sous l'Occupation*. In: François Marcot e Didier Musiedlak (Orgs.). *Les Résistances, miroir des régimes d'oppression*. Allemagne, France, Italie. Actes du Colloque International de Besançon, 24 a 26 set. 2003, Musée de la Résistance et de la Déportation de Besançon, Université de Franche-Comté e Université de Paris X. Besançon, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2006, pp.47-59.

3.2. O Sesquicentenário da Independência e o culto ao “herói revolucionário”

Dezembro de 1971. Na “Princesinha do Norte”, o prefeito Joaquim Barreto Lima assinou o *Decreto n.º. 69* fundando os distintivos oficiais do município: “o escudo de armas, a bandeira e hino (...), tendo a seguinte descrição heráldica”:

§1º - O escudo tem a forma do escudo português, cortados de dois traços horizontais. No primeiro de blau [sic] (azul), uma coroa de príncipe, de ouro no segundo de golea [sic] (vermelho), um sol heráldica (sombra), de ouro; no terceiro (campanha) de ouro uma serrania de sinopla [sic] (verde), carregado com uma faixa onçada [sic], de prata, com uma pequena pala, também de prata, partindo do centro. Um listão de gole (vermelho) ostenta os seguintes dizeres: 1773 – Sobral – 1841. O conjunto é encimado pela coroa mural e cinco torres de prata, tendo ao centro uma elipse de blau [sic] (azul), destacando uma flor-de-lis de ouro.

§ 2º - A Bandeira é constituída de campo com três pelas – vermelha, branco e amarelo, na seguinte proporção: 1/4, 2/4, e 1/4, tendo ao centro, nas suas cores, o respectivo brasão de armas.

§ 3º - O Hino de Sobral, música e letra de autoria do Professor José Esmeraldino de Vasconcelos é composto por três estrofes e um estribilho onde retrata a cidade de Sobral desde os seus primórdios.³⁷³

Àquele tempo, já se conhecia a prévia da agenda comemorativa traçada pela Comissão Nacional do Sesquicentenário da Independência para o ano de 1972.³⁷⁴ A correspondência encaminhada pelo presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, ao presidente de Portugal “solicitando os restos mortais do Imperador dom Pedro I”³⁷⁵,

³⁷³ Prefeitura Municipal de Sobral. Decreto n.º. 69. 13 de dezembro de 1971. In: *Correio da Semana*, Sobral, CE, 01 de janeiro de 1972, p. 05.

³⁷⁴ A Comissão Nacional do Sesquicentenário da Independência foi criada em outubro de 1971. No dia 31 de dezembro do mesmo ano, por meio do *Decreto n.º. 9.682*, o governador cearense Cesar Cals, observando a “data marcante para a nacionalidade brasileira e a reafirmação do ideal pátrio de uma nação livre e soberana”, instituiu a Comissão Executiva Estadual (CEE). Encarregada de programar e coordenar as comemorações cívicas e patrióticas na “terra da luz”, a comissão foi assim composta: Ernando Uchoa Lima (Secretário de Cultura, Desporto e Promoção Social); coronel Francisco Batista Torres de Melo (10.º. RM); ten. cel. Jair do Amaral Vasconcelos (Base Aérea); ten. cel. Pompeu Costa Lima (Escola de Aprendizes de Marinheiros); Newton Teófilo Gonçalves (Universidade Federal do Ceará); José Adauto Bezerra (deputado estadual; Assembleia Legislativa); Agenor Studart Monte Gurgel (desembargador; Tribunal de Justiça); Amaury de Castro e Silva (Prefeitura de Fortaleza); Antonio Costa Filho (vereador; Câmara Municipal de Fortaleza); Francisco Assis Fernandes Bastos (Secretaria de Educação do Estado); Manoel Albano Amora (Instituto do Ceará); Artur Eduardo Benevides (Academia Cearense de Letras); Joaquim Braga Monteiro (Conselho Estadual de Cultura); Stênio Azevedo (Associação Cearense de Imprensa); Gerardo Aguiar (Lions Club Internacional); Cláudio Martins (Rotary Clube). Cf. Decreto n.º. 9.682, de 31 de dezembro de 1971. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo especial: Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Fortaleza, CE: 1972. *Acervo digital do autor*.

³⁷⁵ Correspondência Brasil-Portugal. Agosto de 1971. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo especial: Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Fortaleza, CE: 1972. *Acervo digital do autor*.

logo passou a ser manobrada como instrumento simbólico na arregimentação de forças populares para a grande festa da Independência. Repatriar o “grande herói”, e prestar “as homenagens devidas ao excelso defensor perpétuo do Brasil”. Era esta a tarefa a ser cumprida a partir do mês de abril daquele ano.

Na “Princesinha do Norte”, diferenciados grupos se preparavam para o grande momento. O traslado dos despojos do Imperador para o Brasil, e, principalmente, sua passagem pelo Ceará, permitiria “majestoso” reencontro. Afinal, aquela cidade que se pretendia herdeira de tradição lusa e promotora do *ethos* português no sertão Norte cearense, encontraria condições para brindar nova aproximação ³⁷⁶, para celebrar, enfim, seus tempos de luzes.

A bandeira municipal foi apresentada no início de 1972 (*ver figura 04*). Sua simbologia exultou os valores “nobres” e “distintos” da “Princesinha” garantidos, naqueles tempos, pelo Estado vigente. A insígnia oficial muito bem pareceu unir o passado mítico, fundado na tradição, e o presente desenvolvimentista, aspirado pelas gentes da cidade.

Ao tratar o “mito da sobralidade triunfante”, o sociólogo Nilson Almino de Freitas contribui para compreendermos a flâmula como signo representativo dos valores ufanistas que imperaram naqueles tempos na “Princesinha do Norte”. Além do que, nos auxilia a refletir a recuperação do *passado glorioso* e a celebração da *chegada do futuro* que se evidenciou ao longo daquele ano.

³⁷⁶ É válido frisar a existência de certo senso comum a respeito das origens de Sobral, o qual é também ensejado por certa tradição historiográfica. De acordo com a historiadora Glória Giovana S. Mont’Alverne Girão, existe “controvérsias sobre a denominação de Sobral”. Pela primeira “hipótese”, de acordo com a autora, “o nome Sobral teria sido uma homenagem ao Ouvidor-Mor Dr. João da Costa Carneiro e Sá, que chegou à localidade por volta de 1770, para providenciar a instalação da vila. Referido Ouvidor-Mor nascera em Sobral, Distrito Viseu, ao Norte de Portugal. O nome de Villa Distinta e Real de Sobral teria sido, pois, uma forma de agradecimento ao encarregado de promovê-la à elevada condição de Vila (...)”. Para a historiadora, ainda, existe a segunda “hipótese”, e a mais aceita, sugere que o nome “deriva de Sobral da Lagoa, localidade ao Norte de Portugal, terra natal de Antonio Marques Leitão, pai de Quitéria Marques de Jesus, herdeira da Fazenda Caiçara, casada com Antonio Rodrigues Magalhães. A filha mais nova do casal (...) teve por padrinho o português José Rodrigues Leitão, primo de sua mãe, natural de Sobral da Lagoa de Óbidos, Portugal”. Para este caso ver, da autora: *Sobral: história e vida*. Sobral: Edições UVA, 1997, p. 22-23.



Figura 4 – Bandeira Municipal de Sobral, 1972. *Álbum do Bicentenário da fundação da Vila Distinta e Real de Sobral.*

De acordo com o sociólogo,

na ordem presente da bandeira, da esquerda para a direita, temos, simbolicamente falando, a paixão fervorosa, fecundidade e poder vinculados ao vermelho, a pureza e o absoluto ligados ao branco, e a eternidade, imutabilidade e perfeição de consórcio com o amarelo. No meio da pureza e do absoluto (branco) está o *brasão* da cidade que, de cima para baixo, começa com a torre do *castelo* com cinco pontas, símbolo de poder e de ascensão (...). O castelo é um espaço fortificado e separado do mundo, simbolizando a vigilância. No meio, há uma elipse azul, donde se destaca uma *flor de lis*. (...) o azul dentro da elipse lembra a serenidade, característica própria das representações associadas ao comportamento nobre. (...). Logo abaixo do castelo vem a *coroa*, (...) expressão de poder, dignidade e consagração. O *sol* (...) a inteligência cósmica suprema e justiça. (...) abaixo o desenho de uma *serrania* que tende a lembrar o acidente geográfico que “emoldura a cidade”. Em seguida, *duas faixas onduladas*, representando dois rios, [símbolo] da fluidez do tempo, da transitoriedade.³⁷⁷ [O *laço vermelho*, enfim, guarda duas datas importantes para a “Princesinha”: 1773 demarca a fundação da Vila Distinta e Real Sobral; e 1841, situa a elevação à condição de cidade, com o nome de Fidelíssima Cidade Januária do Acaraú].³⁷⁸

³⁷⁷ As questões sinalizadas são tomadas de empréstimo do sociólogo Nilson Almino de Freitas. Seu texto é reordenado, de modo que possamos fazer uso de suas propostas, as quais nos parecem lúcidas e ajustadas às propostas de nosso debate. Do autor, ver: *Op. Cit.*, 2000, p. 76-77.

³⁷⁸ A nomeação da cidade pretendia homenagear a família imperial com a indicação do nome da princesa Januária, a qual ficou popularmente conhecida como condessa d’Áquila. Tempos depois, a cidade ficou nomeada, enfim, Sobral, ou, em tom carinhoso “Princesinha do Norte”. Para este caso ver: ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Raízes portuguesas do Vale do Acaraú*. 2º ed. Sobral: Edições UVA, 2000.

A composição dos distintivos oficiais deixaram evidentes as relações de pertencimento pretendidas para a “Princesinha do Norte”. Sua identidade “nobre” foi reivindicada. O *passado* “portentoso” foi aproximado do *presente* “triumfante”. As duas temporalidades foram, então, equalizadas, pacificadas. *Luzes* e não *trevas* recaiam sobre aquelas paragens naqueles tempos.

Com pompa e forte sentimento patriótico ainda em janeiro de 1972 se comemorou os 131 anos da “heráldica” cidade. O tom de *vitória* orientou os ânimos. A modernização conservadora encetada pela ditadura oportunizava à média cidade do sertão cearense passar por constantes refinamentos, e isso entusiasmava as gentes. Os valores de tradição da “heráldica” cidade, no entanto, eram preservados. Seu passado mítico convivia lado a lado com o presente moderno. Enredada pelos “sentimentos de brasilidade” e pela euforia desenvolvimentista, a “princesinha” “pulsa[va] em ritmo de Brasil grande”³⁷⁹, afinal, era “Sobral uma das glórias” nacionais, destacava certa estrofe do hino oficial.

Com o Sesquicentenário, a ditadura entrava em festa. Em 21 de abril, dia de Tiradentes, as comemorações da Independência foram iniciadas oficialmente. A partir dali, encontros cívicos se fizeram recorrentes por todo o Brasil. Na “Princesinha” o tom solene e ufanista atravessaria todo o ano e encontraria o seu ponto forte com as festas de fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral”, em 1973. Principalmente neste momento a *sobralidade* “triumfaria”, realizaria a sua grande festa cívica, patriótica. Teremos a oportunidade de retornar a tais questões em outro momento do texto.

Por ora, é importante destacar que o calendário do Sesquicentenário da Independência foi marcado pela peregrinação dos despojos de dom Pedro I por diversas cidades brasileiras. Ao longo da rotina fúnebre em que se velava o *herói morto*, lembra a historiadora Janaina Cordeiro, também se festejava o *progresso*, o *milagre brasileiro*.³⁸⁰

Em Fortaleza, capital cearense, grande espetáculo cívico era preparado para receber, com as honras devidas, o Imperador.

Em junho daquele ano o governador César Cals decidiu que a recepção e a exposição da urna mortuária de Pedro I dar-se-ia no salão nobre do Instituto do Ceará

³⁷⁹ Parabéns Sobral. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 12 de janeiro de 1972, p. 01.

³⁸⁰ Cf. CORDEIRO, Janaina Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente*: comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, 2012.

(IC).³⁸¹ Os despojos do “Libertador da Pátria”, para regozijo de muitos dos sócios, repousariam nas instalações do Instituto entre os dias 09 e 11 de julho. Com tal ato, o chefe do executivo estadual pretendeu “promover o IC junto ao povo cearense”³⁸², e, com isso, elevar a imagem da instituição parceira.

Constituída por civis e militares, a Comissão Executiva Estadual (CEE) encarregada pela agenda comemorativa preparava os últimos detalhes com vistas a celebrar os 150 anos de Independência. Com o evento visava-se contemplar os seguintes objetivos:

a) *Despertar na população o sentimento de civismo*; b) Ressaltar os principais feitos de nossa história ligados à Independência; c) Cultuar a memória dos principais vultos da Independência; d) Lembrar os fatos e homens da história cearense envolvidos na Independência; e) *Despertar no povo o amor ao passado, ligando-o ao presente, e preparando-o para a consolidação de uma fé nos destinos do país.*³⁸³ [Grifos nossos]

Em dia luminoso, “o festejo cívico iniciou no Aeroporto Pinto Martins, quando [então] o esquife foi desembarcado de um avião ‘Bufalo’, o C-130 da FAB, às 10h e 30m [de] 9 de julho”.³⁸⁴ Naquela ocasião, autoridades civis, militares e eclesiásticas acompanharam o momento, solenemente. Enquanto a banda de música do 23º Batalhão de Caçadores entoava os hinos Nacional e da Independência, Ernando Uchoa Lima, Presidente da Comissão Executiva cearense, aproximava-se da comitiva oficial provinda do Rio Grande do Norte e dela recebia oficialmente os despojos do Imperador. Neste momento, o presidente da comissão local foi ladeado pelo cel. Jair Vasconcelos, subcomandante da Base Aérea, e pelo cel. José Marques Teve, comandante da Polícia Militar. Dali a pouco os governadores do Ceará e do Rio Grande do Norte, César Cals e Cortez Pereira, respectivamente, assinaram o “Termo de Transmissão dos Despojos de Dom Pedro I” e, enfim, o cortejo pode seguir pelas ruas da capital cearense.

Conduzido no carro ASSP-2 do Corpo de Bombeiros e guardado por batedores da Polícia Rodoviária, os despojos do Imperador foram levados para a sede do IC –

³⁸¹ Cf. Circular. Fortaleza, 23 de junho de 1972. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo especial: Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Fortaleza, CE: 1972. *Acervo digital do autor*.

³⁸² Idem.

³⁸³ Programação Geral. Programa Oficial das Comemorações do 150º Aniversário da Independência do Brasil. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo especial: Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Fortaleza, CE: 1972. *Acervo digital do autor*.

³⁸⁴ Dom Pedro I e o Instituto do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo especial: Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Fortaleza, CE: 1972. *Acervo digital do autor*.

“pedra angular da alta cultura cearense”.³⁸⁵ O cortejo percorreu as avenidas Luciano Carneiro e 13 de maio até chegar à Rua Barão do Rio Branco. Ao longo do cortejo, populares contemplaram a passagem da oficialidade e reverenciaram o “Libertador”.

Na sede do IC o governador César Cals, o cel. Humberto Bezerra, seu vice, e Alexandre Vidal, vice-cônsul português, hastearam as bandeiras do Ceará e da Nação Portuguesa, respectivamente. Dom Pedro I – resguardado com o “lábaro do Império” – foi alojado no Auditório Barão de Studart. Ali, de modo a consagrar o ato simbólico reverencial, o chefe do executivo cearense discursou:

A honra que nesta data cívica é concebida ao povo do Ceará, com a visita dos despojos do Fundador da Pátria Brasileira recaí sobre o nosso governo como um dos momentos mais felizes e mais historicamente significativos de todos os que assinalam a nossa investidura na suprema direção de nosso Estado. É necessário realçar a magnitude dessa ocorrência, e a proclamamos desvanecidos. Não só porque tudo isso acontece na oportunidade de minha administração, mas ainda porque essa glória impar foi possibilitada pela ação patriótica da Revolução de 1964, de cujos ideais comungamos desde a hora anterior. Esta invocação dos ideais revolucionários de 64 vem muito de propósito, não só para aludir as providências a que devemos a honra da visita dos despojos do nosso primeiro Imperador, mas ainda para definir as tendências do governo atual da República Federativa do Brasil, que atua em consonância perfeita com as inclinações políticas que nortearam os destinos da nacionalidade por ocasião da proclamação da Independência. Os fenômenos sociais não ocorrem à revelia das aspirações populares.³⁸⁶

Enquanto verbalizou o texto produzido previamente, César Cals foi ovacionado pelas gentes que ali estavam: autoridades políticas, militares, religiosas, e diversos intelectuais e empresários. A união das duas pátrias, Brasil e Portugal, ademais, o “sentimento de fraternidade, de concórdia e de paz”³⁸⁷ foi ali celebrado.

No dia 10, deu-se início à visita pública, momento em que foi possível observar “extensas filas” e, aqui e ali, beijos dados por populares na urna mortuária do Imperador.³⁸⁸ A “magnífica afluência de povo na Praça e no recinto do Instituto, em

³⁸⁵ Idem.

³⁸⁶ Honra aos despojos imperiais. Governador César Cals. (Discurso proferido em 09 de julho de 1972, ao receber a urna contendo os despojos mortais do Imperador Dom Pedro I). In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo especial: Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Fortaleza, CE: 1972. *Acervo digital do autor*.

³⁸⁷ Idem.

³⁸⁸ Cf. CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. Cit.*, 2012, p. 79. Ao longo do capítulo II da tese a historiadora dedica atenção ao cortejo fúnebre e à inumação dos despojos de Dom Pedro I. A mesma dedica esforços para compreender como o Imperador foi tornado herói pela ditadura e, de que forma, as relações consensuais entre a sociedade civil e o estado autoritário foram fortalecidas ao longo do ano de 1972, quando também se comemorou o *milagre econômico* brasileiro. No item 2.1.c. do capítulo, a autora explora, entre outras questões, “o duplo velório cearense”, quais sejam, o do Imperador e o do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que, também em 1972 foi trasladado para o Ceará.

protesto espontâneo de veneração à figura imorredoura do Proclamador da Independência do Brasil”³⁸⁹ foi registrada, tempos depois, em documento produzido pelo IC. No fim do mesmo dia, foi celebrada missa de “*réquiem*”, a qual foi conduzida pelo capelão da Base Aérea de Fortaleza, frei Ambrósio Maria.³⁹⁰

Na manhã do dia 11, foram promovidas as últimas honras ao Imperador. Já às 9h, o avião da FAB partiu com destino ao estado do Piauí levando os seus despojos. Diversos setores da sociedade cearense, no entanto, continuaram em clima de festa, afinal, dentro em breve, uma nova celebração “patriótica” seria ali realizada.

Enquanto os despojos do Imperador partiram do Ceará no dia 11, nova caixa mortuária era então preparada e, dentro em breve, deixaria o Rio de Janeiro em direção à *terra da luz*. Ia o “Libertador” e, dali a pouco, chegaria o “herói revolucionário”.³⁹¹

No Palácio da Abolição, sede do governo estadual, promovia-se os últimos reparos na obra monumental a ser inaugurada. Ali, um “nobre” cearense ascenderia ao *panthéon* como “herói” nacional. De acordo com Janaina Cordeiro, “Fortaleza preparava-se para receber, exatamente cinco anos após a sua trágica morte, (...) os despojos mortais do presidente marechal Humberto de Alencar Castelo Branco”.³⁹² O menino de Messejana, dali a pouco, retornaria à *sua terra amada*, descansaria, enfim, em Mausoléu, ao lado de Argentina Viana Castelo Branco, sua esposa.

Durante os preparativos da cerimônia em homenagem ao “filho da terra”, e a fim de melhor receber o presidente Emílio Garrastazu Médici e sua comitiva, o governador cearense, César Cals, “determinou que se cuidasse rigorosamente de todos os lugares por onde o presidente” iria passar, definindo, principalmente, a “reforma geral das casas”.³⁹³ Enquanto isso o “carro mais luxuoso da cidade – um *Galaxie preto, modelo 73*, de propriedade de um revendedor de automóveis” passava por “minuciosa revisão para servir ao Chefe do governo”. Além do *Galaxie preto*, um modelo 67, de propriedade do governador cearense passava por reformas. Outros 46 carros de luxo de particulares, também foram cedidos e ficaram à disposição da comitiva presidencial.³⁹⁴

³⁸⁹ Para este caso ver: Dom Pedro I e o Instituto do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo especial: Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Fortaleza, CE: 1972. *Acervo digital do autor*.

³⁹⁰ Idem.

³⁹¹ Ceará espera Castelo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 11 de julho de 1972, p. 05.

³⁹² Cf. CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. Cit.*, 2012, p. 79.

³⁹³ Cearenses preparam imponente recepção. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 15 de julho de 1972, p. 04.

³⁹⁴ Idem.

Organizava-se, ali, “a mais extraordinária acolhida já dispensada pelo Ceará a uma caravana oficial”.³⁹⁵ A *terra da luz* “se preparava para receber, de uma só vez, Médici – o presidente do *Milagre* – e Castelo Branco – o *herói da revolução*”.³⁹⁶

O monumento-Mausoléu, com orçamento de mais de “dois milhões e meio de cruzeiros”,³⁹⁷ fora custeado pelo governo do estado do Ceará. A execução do projeto, assinado pelo arquiteto carioca Sérgio Bernardes, teve início ainda em maio de 1970.

O *panthéon* fora idealizado pelo *civil* Plácido Aderaldo Castelo ao tempo em que exerceu o comando do executivo cearense entre os anos de 1966 e 1971. Durante o seu governo foram iniciadas as obras do Palácio da Abolição, o qual fora pretendido como nova e moderna sede para o executivo estadual e, claro, como símbolo do *desenvolvimentismo* vivido na capital. Com a construção do mesmo se pretendeu reverenciar o pioneirismo cearense na libertação dos escravos e, por vezes, o suposto sentimento libertário comum ao povo da *terra da luz*.³⁹⁸ O Mausoléu, nesta medida, foi idealizado como parte integrante do complexo quadro arquitetônico³⁹⁹ assinado por Sérgio Bernardes, e, por vezes, foi construído. O marechal se consagraria, ali, como “herói revolucionário” e “libertador”.

Sérgio Bernardes destaca que o Mausoléu Castelo Branco fora idealizado como “um marco que simbolizaria aos futuros governos a retidão do comportamento do estadista”.⁴⁰⁰ De acordo ainda com o arquiteto, em suas galerias, a peça monumental revelaria “o Brasil de hoje e o Brasil do futuro”.⁴⁰¹ Ademais, o monumento reverenciaria a imagem do ditador como uma figura familiar, cristã, como o militar afeiçoado ao exercício democrático, disciplinado, legalista.

³⁹⁵ Idem.

³⁹⁶ Cf. CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. Cit.*, 2012, p. 79.

³⁹⁷ Política ficou à margem. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 19 de julho de 1972, p. 5. Com os gastos com a transladação dos despojos do ex-presidente e de sua esposa, bem como, com as hospedagens e demais gastos garantidos pelo governo do estado do Ceará, aos custos iniciais foram acrescidos, segundo informações que circularam na imprensa, mais um milhão de cruzeiros.

³⁹⁸ O epíteto busca representar o pioneirismo cearense na libertação dos escravos, ocorrida em 25 de março de 1884. Atribui-se a José do Patrocínio a elaboração do termo. Para um debate mais elaborado sobre tais questões ver: FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na Província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei. (UFSJ), São João del-Rei, 2010.

³⁹⁹ O conjunto arquitetônico é composto dos seguintes equipamentos: a) Palácio da Abolição; b) Gabinete de Despacho do executivo estadual; c) capela; e d) Monumento-Mausoléu Castelo Branco (disposto em balanço sobre uma praça escavada que ocupa quase um quarto do terreno).

⁴⁰⁰ O monumento-Mausoléu. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 19 de julho de 1972, p. 05.

⁴⁰¹ Idem.

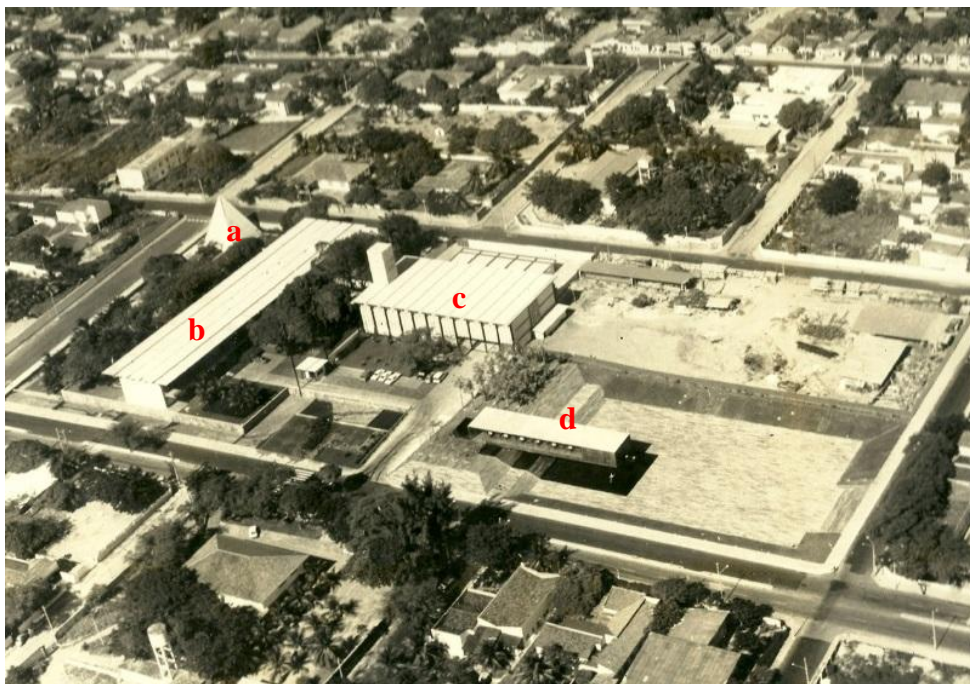


Figura 5 – Imagem aérea do Palácio da Abolição. a) Capela; b) Palácio da Abolição; c) Palácio dos despachos (ou Prédio anexo); d) Mausoléu Castelo Branco.

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-148709/classicos-da-arquitetura-palacio-da-abolicao-slash-sergio-bernardes>. Acesso em 03 de fevereiro de 2014.

A exumação dos despojos do “herói revolucionário” e de sua esposa ocorreu na manhã do dia 10, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Compareceram ao ato somente o *capitão de mar e guerra* Paulo Viana Castelo Branco, filho do “herói”, o marechal Cordeiro de Farias e o coronel Anibal Uzeda de Oliveira, este último secretário especial da comissão incumbida pelo traslado dos despojos do ex-presidente e sua esposa do Rio de Janeiro para a *terra da luz*.

No dia 12, as urnas mortuárias foram conduzidas do cemitério para a Igreja da Candelária. O deslocamento foi feito em cortejo fúnebre, do qual participaram, essencialmente, o comandante Paulo Castelo Branco, acompanhado dos filhos e esposa, Antonieta Castelo Branco, filha do ex-presidente, o coronel Uzeda de Oliveira, o brigadeiro Eduardo Gomes, e os marechais Ademar de Queiroz, Juarez Távora e Osvaldo Cordeiro de Farias.⁴⁰²

Na Candelária, doze soldados da Polícia Militar, em uniforme de gala, juntamente com veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), receberam as urnas e conduziram-na para o interior da Igreja. Ali, a *guarda de honra* constituída por

⁴⁰² Ceará espera Castelo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 11 de julho de 1972, p. 05.

oficias das três Armas manteve-se ao lado dos esquifes e acompanharam as visitas públicas.⁴⁰³

Na manhã do dia 13, os despojos do ex-presidente Castelo Branco e de sua esposa foram conduzidos, em cortejo, da Igreja da Candelária para o píer da Praça Mauá. Ao longo do trajeto aeronaves da *esquadilha da fumaça* riscaram os céus enquanto populares acenaram em reverência ao ex-chefe de Estado.

Já na Praça Mauá, o hino Nacional foi executado pela banda do Corpo de Fuzileiros Navais, e, em seguida, Luiz Gonzaga do Nascimento Silva – ex-ministro do Trabalho e Previdência Social do governo Castelo –, e Otavio Gouveia de Bulhões⁴⁰⁴ – ex-ministro da Fazenda do mesmo governo –, discursaram. Em seguida, os ataúdes foram transferidos para “uma câmara ardente armada a bordo do contratorpedeiro ‘Santa Catarina’”. Castelo Branco, enfim, partiu com destino à terra natal.

Com o regresso do “filho da terra”, e a “monumental” festa que era então programada, diversos setores da sociedade civil cearense movimentavam-se, agregavam-se em torno do grande evento.

O *Savanah Hotel*, um dos mais modernos da capital cearense foi reservado para hospedar a comitiva do presidente Médici. O chefe de Estado, por outro lado, era esperado no hotel *San Pedro*, “o melhor da cidade”. Além da comitiva presidencial, numerosas personalidades civis e militares eram aguardadas na *terra da luz* para o funeral, o qual seria marcadamente destacado pelo tom cívico-patriótico.

Frente às dificuldades encontradas para hospedar a todos com as devidas honrarias, “o governo do Estado, por intermédio de sua Casa Civil e assessores especiais”⁴⁰⁵ apelou aos “membros do Secretariado e famílias abastadas para que” oferecessem “hospedagem aos seus convidados”. As solicitações foram logo atendidas. “O proprietário do Balneário Pirapora, em Maranguape, a cerca de 20 quilômetros de Fortaleza” anunciou pôr à “disposição do governo todos os 72 apartamentos” de que dispunha. Dali a pouco, “como tudo lá se [achava] desguarnecido”, começaram os

⁴⁰³ Idem. Com base nas fontes compulsadas não é possível precisar a quantidade de pessoas passaram pela Igreja da Candelária e acompanharam o velamento dos despojos do ex-presidente e de sua esposa.

⁴⁰⁴ Ladeado por Roberto Campo – ministro extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica – Otavio Gouveia Bulhões contribuiu para a elaboração do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), linha-mestra da política econômica do governo Castelo. Em março de 1967, com a posse do general Artur da Costa e Silva na presidência, Bulhões deixou o Ministério da Fazenda. A partir de então, atuou como membro do CNE e do Conselho Monetário Nacional, e, na área acadêmica, tornou-se catedrático da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de presidente do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas. Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

⁴⁰⁵ Idem.

deslocamentos de “móveis, panelas, colchões e demais utensílios domésticos”⁴⁰⁶ para melhor recepcionar os convidados da grande festa cearense.

O presidente militar Garrastazu Médici permaneceria por pelo menos dois dias em Fortaleza, momento em que assistiria “à solenidade de inumação dos despojos do ex-presidente Castelo Branco e de sua esposa, d. Argentina, em monumento-mausoléu erigido em sua honra na Capital cearense”.⁴⁰⁷ Participaria, ainda, da cerimônia de abertura dos Jogos Universitários, e de encontro com empresários locais.

17 de julho de 1972. Às 16h, o contratorpedeiro *Santa Catarina* atracou no Porto do Mucuripe, em Fortaleza. Ali, estavam posicionadas autoridades civis e militares para receberem as urnas mortuárias do ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e de sua esposa.

Veteranos da FEB, em tom solene, desembarcaram os esquifes e os posicionaram em cavaletes especiais, de onde foram transferidos por ex-pracinhas – que lutaram ao lado de Castelo Branco nos campos da Itália – para o carro do Corpo de Bombeiros, o qual, dali a pouco seguiria para a Igreja do Pequeno Grande, situada à Praça Filgueiras de Melo.

Feitas as primeiras honras ao “herói revolucionário”, momento em que se cobriu o ataúde do estadista com a bandeira nacional, e o de sua esposa com a bandeira de Minas Gerais – de onde era natural –, foi celebrada rápida cerimônia, ainda no píer do Porto. Ali, o batalhão de artilharia do 10º Grupo de Obuses desferiu uma salva de tiros. Aeronaves da esquadrilha da fumaça, por outro lado, rasgaram os seus em reverência ao marechal. Após o ato cerimonial, o cortejo fúnebre foi, enfim, iniciado.

A viatura especial do Corpo de Bombeiros, antecedida por “batedores da Polícia Militar do Ceará e cavaliços do Colégio Militar”,⁴⁰⁸ seguiu, então, para a Igreja do Pequeno Grande. O cortejo fúnebre, “acompanhado por centenas de carros”, seguiu pelas avenidas da Abolição, Antonio Justa, Monsenhor Tabosa, Dom Manuel e ruas Franklin Távora e 25 de março. Ao longo do percurso, populares ocuparam as calçadas e lugubrememente reverenciaram o “filho da terra”.⁴⁰⁹

O clamor popular muito bem fazia lembrar 1964, quando Castelo Branco então despontou como “líder revolucionário” e ascendeu ao posto de comando do executivo

⁴⁰⁶ Idem.

⁴⁰⁷ Cearenses preparam imponente recepção. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 15 de julho de 1972, p. 04.

⁴⁰⁸ Castelo Branco para sempre. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, CE, 18 de julho de 1972, p. 01.

⁴⁰⁹ Idem.

nacional. Naqueles tempos, as forças das quais o mesmo era representante “heroicamente” “salvaram” o Brasil do “inimigo vermelho”, assim propalou a imprensa, diversos intelectuais e profissionais liberais, estudantes secundaristas e universitários. Unidos, civis e militares empurram os supostos “inimigos” em direção ao abismo e, assim, pavimentaram o caminho para o Estado autoritário. Da construção deste, Castelo Branco não foi figura menor, não se manteve dedicadamente afeito ao jogo democrático.

No templo religioso, dom Raimundo de Castro e Silva, os monsenhores André Camurça e José Mourão Pinheiro, e o padre Tito Guedes, celebraram missa de “*réquiem*”, a qual foi acompanhada por autoridades civis e militares. Em seguida, de modo a seguir o roteiro hierárquico do velório-cívico, foi permitida a entrada de populares que, curiosos, cultuaram a imagem do ditador.

Na sede do Instituto do Ceará (IC), Carlos Studart Filho, então presidente da entidade, ressaltava o “ano das vibrações cívicas e das exaltações patrióticas”⁴¹⁰ que orientavam os ânimos naqueles tempos. O geógrafo José Denizard Macedo de Alcantara, sócio do IC, por outro lado, proferia conferência em “Homenagem ao Grande Presidente” e destacava a figura fraternal de Castelo Branco e a importância da “revolução de 31 de março” para a “salvação” do Brasil. Na epigrafe do texto divulgado na Revista do Instituto, lê-se: “Toute force qui salve la Nation de l’anarchie est un fait de l’ordre divin”.⁴¹¹

18 de julho de 1972. Na manhã quase sem sol e sob chuva fina, o presidente Emílio Garrastazu Médici desembarcou no aeroporto Pinto Martins. Como de praxe, foi antecedido por comitiva de jornalistas da Agência Nacional, ministros, autoridades militares e pelo vice-presidente Augusto Rademaker, que então desembarcou acompanhado de sua esposa.

O desembarque do presidente do *milagre* foi acompanhado por César Cals, Humberto Bezerra, e grupo “seleto”, os quais tiveram acesso exclusivo à pista de pouso e, ali, se posicionaram para receber, com as honras devidas a um chefe de Estado, o ditador Emílio Garrastazu Médici. Entre os tais destacaram-se:

⁴¹⁰ STUDART FILHO, Carlos. Ano de vibrações cívicas. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo Especial Comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Direção: Carlos Studart Filho. Fortaleza-CE: Editora Henriqueta Galeno, 1972. p. 21-22. *Acervo do autor*.

⁴¹¹ ALCANTARA, José Denizard Macêdo de. Discursos e Conferências. Preito de homenagem ao grande Presidente. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXXVI. Ano LXXXVI. Fortaleza-CE, 1972, p. 206-215. *Acervo do autor*.

o presidente da Assembleia, deputado Aduino Bezerra, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Agenor Studart, o presidente do TER, desembargador Aurino Augusto Lima, o presidente do Tribunal do Trabalho, sr. Ubirajara Índio do Ceará, o reitor da UFC, prof. Walter Cantídio, o secretário da Casa Civil, sr. Vicente Augusto, o secretário de Justiça, sr. Edval Távora, o prefeito Vicente Fialho, o arcebispo metropolitano, dom José de Medeiros Delgado, o presidente do Tribunal de Contas, sr. Edson Pinheiro, o vereador Abel Pinto, presidente da Câmara Municipal, o Juiz Federal Roberto Queiroz e o coronel Manoel Calheiros Maia Gomes, chefe da Agência do SNI.⁴¹²

Dali, o Presidente do *milagre brasileiro* seguiu diretamente para o hotel *San Pedro*. Ao longo do percurso o mesmo “foi efusivamente aplaudido pelo povo de Fortaleza até chegar ao (...) Hotel, na rua Castro e Silva, no centro da cidade”.⁴¹³ Sem colocar a mão para fora do carro, [Médici] “acen[ou] para os milhares de estudantes que se postaram nas calçadas agitando bandeirinhas do Brasil e do Ceará”.⁴¹⁴

O chefe de Estado foi recebido com pompa. Civis e militares esperavam-no “para que pudesse ver de perto como a cidade crescia e se modernizava, integrando, mais que nunca, o quadro *megalômico* do Brasil *grande*”.⁴¹⁵

Após algumas horas de descanso, o presidente recebeu algumas autoridades locais no salão de reuniões do hotel. Na rua, populares se aglomeravam e aguardavam o aparecimento público do presidente-militar. Às 15h30min, enfim, Médici surgiu, acompanhado de sua esposa, dona Scyla, sendo “bastante aplaudido” pelas gentes que ali estavam. Imediatamente adentrou no *Galaxie preto* e seguiu para o Palácio da Abolição, sede do governo estadual e local onde presidiria a inauguração do Mausoléu Castelo Branco.⁴¹⁶

Ao desembarcar, o Presidente *linha-dura* que então fazia operar um dos períodos mais *sombrios* da história do Estado autoritário inaugurado com o golpe de 1964, “novamente foi ovacionado por cerca de dez mil pessoas que se comprimiam nas arquibancadas colocadas diante do Palácio da Abolição. Médici agradeceu os aplausos

⁴¹² Médici no Ceará para homenagear a Castelo. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, CE, 18 de julho de 1972, s/p.

⁴¹³ Ceará guarda as cinzas de Castelo Branco. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 19 de julho de 1972, p. 05.

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ Cf. CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. Cit.*, 2012, p. 80.

⁴¹⁶ Emoção na solenidade final de trasladação. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, CE, 19 de julho de 1972, s/p.

com um único e rápido aceno de mão” e seguiu, a fim de ocupar o seu posto para que fosse possível o início do *funeral-cívico*.⁴¹⁷

Dali a pouco, a viatura do Corpo de Bombeiros trazendo as duas urnas mortuárias – de Castelo Branco e sua esposa – estacionou nas imediações do Palácio. Já posicionadas estavam lideranças civis e militares de diversas cidades do Ceará, bem como, de vários estados do Brasil. No entorno do Monumento, populares acompanhavam o rito fúnebre.

Coube ao grupo formado por ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira o transporte dos ataúdes para o pátio do monumento, instante em que foi iniciada a celebração. Ali, discursaram o comandante Paulo Castelo Branco, “que lembrou o amor que seu pai sempre devotara à sua terra natal”⁴¹⁸, e o governador cearense César Cals, que elevou a figura de Castelo Branco ao *status* de “herói nacional”.⁴¹⁹



Figura 6 – Monumento-Mausoléu Castelo Branco. Fotografia P&B. Acervo do Museu da Imagem e do Som – MIS. Fortaleza, CE.

⁴¹⁷ Ceará guarda as cinzas de Castelo Branco. *Op. Cit.*, 1972, p. 05.

⁴¹⁸ Idem.

⁴¹⁹ Idem.

Ao longo do seu pronunciamento, o chefe do executivo local destacou, solenemente:

Com toda sua vida voltada para a construção de uma nação livre, solidária e independente, é à autoridade moral de Castelo Branco que deve o povo brasileiro a paz interna e a soberania externa conquistada depois de 1964. (...) a emancipação econômica do Brasil se iniciou com o seu governo, prosseguiu com Costa e Silva e atinge sua maturidade com o Presidente Emílio Garrastazu Médici. Graças à firmeza deste grande estadista, consolida-se o regime, que impulsiona o país a atingir o lugar de grande potência, que lhe reserva o destino. Sua presença nesta solenidade representa a continuidade do processo iniciado com a Revolução de 1964 e transforma este evento em acontecimento nacional, na exata dimensão do herói que reverenciamos. (...) conquistamos o futuro grandioso do nosso Brasil.⁴²⁰

Dizendo-se uma “uma peça do sistema revolucionário”,⁴²¹ César Cals encerrou sua fala e foi reverenciado. Logo após o pronunciamento, ouviu-se marcha fúnebre. Os “ex-pracinhas que lutaram contra o mal, ao lado de Castelo Branco nos campos da Itália”⁴²² conduziram os esquifes para o interior do monumento.

Encerrava-se, ali, o rito fúnebre, o qual foi logo sucedido por visitação à exposição montada nos corredores do monumento-Mausoléu.

Dados biográficos, “expressivas fotografias, importantes documentos e objetos, e obra de arte que mostra[va] e exalta[va] a existência exemplar, pontilhada de glórias, do imortal cearense”⁴²³ foram dispostos ao público.

Em grande painel, na extremidade oposta à nave mortuária, em alto relevo, destaca-se texto atribuído ao marechal que, apesar de ditador, ali foi agraciado como uma grande democrata:

Nossa vocação nacional – de nos transformarmos em um País grande e forte, capaz de eliminar a miséria de seu povo, ser um elemento de paz num mundo conturbado, respeitar os seus vizinhos, exercer o poder sem violência, conquistar a riqueza sem injustiça.⁴²⁴

⁴²⁰ César: presença eterna de Castelo marcará caminho que deve seguir o Ceará. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, CE, 19 de julho de 1972, s/p.

⁴²¹ Cals: “Sou uma peça do Sistema”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 19 de julho de 1972, p. 05.

⁴²² Idem.

⁴²³ Coluna da Cidade. José Maria Soares. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 29 de julho de 1972, p. 06.

⁴²⁴ Em viagem de pesquisa a Fortaleza, em janeiro de 2013, foi possível visitar os espaços do Mausoléu Castelo Branco. Na ocasião, fotografei todos os painéis (totalizando vinte e quatro) que documentam aspectos familiares e profissionais da vida daquele personagem.

Em meio aos indícios que buscam demonstrar traços dadivosos do marechal Castelo Branco, é possível observar, ainda, os “Lemas da Revolução” de 31 de março de 1964: “Restauração da legalidade; reestabelecimento da Federação; Eliminação do desenvolvimento do plano comunista de posse do poder; Defesa das Instituições militares que começavam a ser destruídas”.⁴²⁵

“O menino de Messejana” figura, ali, como “herói redentor”, como “herói revolucionário”. É, neste sentido, tornado mito político da “revolução”. As alusões estão de acordo com as interpretações de Raul Girardet, segundo as quais “o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más. Sempre associado também a imagens de luz – o ouro, o sol ascendente, o brilho do olhar – e a imagens de verticalidade – o gládio, o cetro, a árvore centenária”.⁴²⁶

O mito político, ainda na esteira de Girardet, ao mesmo instante em que é fabulação é “deformação ou interpretação recusável do real”⁴²⁷. Essa deformação do real incide sobre a construção da memória, sobre a configuração de zonas de esquecimentos. Os silêncios como estratégia de memória, manobrado pelas elites políticas atuantes no Ceará, as quais, em grande medida, foram formadas em bases *arenistas* e alimentadas pela cultura política autoritária, dão pistas sobre os desafios ainda por serem superados para a inversão de uma lógica de poder herdada dos tempos de ditadura.

Tais desafios, acreditamos, somente poderão ser superados na medida em que o mito da resistência democrática venha a ser problematizado, a ser refletido à luz de novos problemas. Somente nesta medida, será possível acessar as “zonas cinzentas”⁴²⁸ nas quais muitos grupos ainda estão confortavelmente inseridos, silenciosamente habitando e retroalimentando a memória em detrimento da história. Essa ossificação da memória precisa ser desmanchada. O dedo na ferida precisa ser posto a fim de que novos horizontes de expectativas sejam então fendidos e, neste sentido, para que a memória possa ser descentrada.

Já que todos resistiram ao Estado autoritário, e essa é uma memória construída no “gradual” processo de redemocratização, mais vale acessar, de forma continuada, os

⁴²⁵ “Lemas da Revolução enviados a um Comandante de Divisão na manhã de 31/3/1964”. Expositor [s/n]. *Mausoléu Castelo Branco*, Fortaleza, CE.

⁴²⁶ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 13.

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ LABORIE, Pierre. “1940-1944. Os franceses do pensar-duplo”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. I: Europa).

signos e experiências sociais pela liberdade, pela democracia, ainda que tal feito signifique a repetição acrítica de discursos e memórias que foram formatadas quando já não era mais oportuno ser percebido como adepto do regime de exceção, quando já não era mais aceitável a ditadura, quando o regime político já dava sinais de debilidade.

3.3. – A “Princesinha do Norte” e o “milagre econômico”: o desenvolvimentismo e o seu reverso

Para Bernardo Kucinski, “no início de 1974, a ditadura militar instalada no Brasil pelo golpe de 1964 mal completava dez anos de existência, mas parecia que ia durar eternamente”.⁴²⁹ Naquele ano, o general Ernesto Geisel iniciava o seu mandato sucedendo Emílio Garrastazu Médici. O jogo sucessório sinalizava certa estabilidade do sistema político autoritário. Ainda que de forma ziguezagueante, as relações consensuais estabelecidas por parcelas da sociedade civil brasileira também concorriam para o prolongamento do regime. O “milagre econômico” orientava os graus de adesão.

Naquele contexto, informa Kucinski, Ernesto Geisel não representava “uma simples troca de guarda, mas o retorno ao poder supremo da facção ‘castelista’, marginalizada durante os governos de Costa e Silva (1967-69) e Médici (1969-72)”.⁴³⁰ O retorno dos “castelistas” – seguidores do primeiro general-presidente do regime, Humberto de Alencar Castelo Branco –, é interessante notar, não simbolizava o regresso de uma linha “intelectualizada” menos autoritária em relação à suposta “linha dura” representada pelos “generais de tropa”. Um grupo e outro, é bem verdade, guardavam suas refinadas distinções no trato da máquina autoritária, mas, ainda assim, agiam de modo a legitimá-la, ora disputando o poder de arbítrio da orientação do regime ora pactuando para manter pautas políticas comuns para o encaminhamento da “revolução”⁴³¹ e institucionalização do projeto autoritário.

Ernesto Geisel assumiu a direção do Estado autoritário em janeiro de 1974. Em Sobral, o periódico católico *Correio da Semana*, em editorial, destacava a imagem do

⁴²⁹ KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História), p. 09.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 10.

⁴³¹ Sobre este aspecto Bernardo Kucinski situa a aliança forjada entre os “generais de tropa” e os “castelistas” no processo sucessório de Costa e Silva, definido com o propósito de “barrar a candidatura do general Albuquerque Lima (...), apoiada pela facção militar formada principalmente por coronéis nacionalistas”. *Cf. Op. Cit.*, 2001, p. 11.

“homem de princípios austero e de atitudes decisivas”. Ainda ali, falava-se das “metas revolucionárias” e evidenciava-se a necessidade de se evitar as “conturbações políticas comuns em países vizinhos”.⁴³² Uma onda de otimismo ainda marcava as expectativas da “sobralidade”.

Com o processo “revolucionário”, é válido referenciar, Sobral aderiu à onda desenvolvimentista, fazendo-se, assim, o “mais importante município da Zona Norte”.⁴³³ Embalada pelo “milagre econômico”, a “Princesa do Norte” continuava a manter relações amistosas com o Estado autoritário. Era ainda 06 de janeiro de 1973 quando Humberto R. de Andrade publicava editorial intitulado “A Revolução”. Naquela data destacava-se: “os governos revolucionários têm trazido ao País, em pura verdade, grande impulso no desenvolvimento em todos os setores. Afirmativa sem contestação”.⁴³⁴ A partir de tal assertiva o articulista prosseguia de modo a propor um balanço dos “últimos oito anos” de governo dos militares. Assim, evidenciava as relações de continuidade entre os governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici, todos “conhecedores dos deveres assumidos com a Nação – [entre os tais] corrigir males e falhas, que tanto prejudicavam a comunidade”. “A politicalha foi substituída pelo firme propósito de levar o Brasil para frente”, asseverava Humberto R. de Andrade, embalado pelos afamados “anos de ouro”.

As relações consensuais estabelecidas pela sociedade sobralense eram, naqueles tempos, ainda evidentes. Em 31 de março de 1973, com “mais um aniversário da revolução de trinta e um de março de mil novecentos e sessenta e quatro”, destacava-se, em Sobral, “missa solene oficiada pelo Capelão João Batista Ribeiro (...) e roteiro festivo”.⁴³⁵

O regime ditatorial chegava a 1973 com forte popularidade. Para além dos nove anos de “revolução”, na “Princesa do Norte” havia de se comemorar, ainda, o Bicentenário da fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral”. Os preparativos para a festa ficavam a cargo da Academia Sobralense de Estudos e Letras (ASEL), que, para a

⁴³² Novo Presidente. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 19 de janeiro de 1974, p. 01.

⁴³³ Sobral: dados gerais do Município. *Álbum do Bicentenário comemorativo da fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral”* (caderno 02). Sobral, CE, 1973. Destaca-se, como principais empreendimentos inaugurados a partir de 1964: Hotel Municipal (1965); Companhia Sobralense de Material de Construção (1965); Laticínio Sobralense LASSA S/A (1965); Indústria Sobralense de Castanha S/A – INCASA (1966); Universidade Vale do Acaraú (1968); Companhia Cearense de Cimento Portland (1969), pertencente ao Grupo Emírio de Moraes; dentre outros. Ressalta-se, ainda, a eletrificação da Zona Norte com energia provida de Paulo Afonso, e alargados investimentos promovidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) na construção de moradias e melhoramento da infraestrutura da “Princesa do Norte”.

⁴³⁴ A Revolução. Humberto R. de Andrade. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 06 de janeiro de 1973, p. 03.

⁴³⁵ Hoje, Aniversário da Revolução. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 31 de março de 1973, p. 06.

ocasião, produzia um Álbum Comemorativo. A mesma entidade acionava o civismo da “sobralidade” para participar do evento opinando e oferecendo toda ordem de contribuições.

Desta forma, em 01 de abril de 1973, a “Comissão Promotora das Festividades dos 200 anos da cidade de Sobral esteve reunida”⁴³⁶ no “Clube dos Vinte, sob a presidência do padre José Linhares Ponte, a fim de escolher”⁴³⁷, por meio de Concurso, o Hino do Bicentenário. Na ocasião, quatro candidatos apresentaram composições, duas das tais desclassificadas em primeira votação, “ficando como finalistas as de autoria da Dra. Dinorá Tomás Ramos (letra) e Cônego Francisco Joviniano Loiola Sampaio (música), e do padre Jairo Ponte (letra e música)”⁴³⁸ “Pela simplicidade da letra e pela leveza da música de fácil penetração popular, venceu o Hino do Bicentenário com letra e música do padre Jairo Ponte”⁴³⁹ Temos:

Desperta em nova alvorada/ Em festiva clarinada/ Sobral bicentinar./ Evocas
uma longa história,/ No escrínio da memória,/ De um povo a exultar./
Olimpio, Ibiapina, Visconde e D. José/ No ‘tape’ da história: ciência, amor e
fé./ Da velha Caiçara – desfile triunfal,/ Risonha Januária – Brasil Colonial./
E hoje no progresso em que te embalas,/ Carregas em teu seio do Brasil
evolução./ A universidade, teu parque industrial/ *Ninguém mais segura*
*Sobral – bis.*⁴⁴⁰ [Grifos nossos]

O otimismo, potencializado pela imagem de uma Sobral emergente e de uma “Princesa do Norte” metaforicamente comparada a um canteiro de obras simbolizava incontida euforia desenvolvimentista. O Bicentenário da fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral” aportava em 1973 como símbolo comemoracionista de uma obra distinta no sertão cearense. T tamanha realização se fazia possível sob os auspícios da “revolução redentora”. A época era “das vacas gordas”⁴⁴¹

Para “abrilhantar” o cenário da festa Bicentinar, integrantes da comissão, seguiram para Brasília, “a fim de ir convidar a Sua Excia. o Sr. presidente da República para assistir ao encerramento”⁴⁴² Ao longo da festa, Emílio Garrastazu Médici

⁴³⁶ Coluna da Cidade. José Maria Soares. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 07 de abril de 1973, p. 06.

⁴³⁷ *Idem.*

⁴³⁸ *Idem.*

⁴³⁹ *Idem.*

⁴⁴⁰ *Idem.*

⁴⁴¹ O adágio popular simboliza momentos de fartura, em oposição aos momentos difíceis de “vacas magras”. O adágio utilizado pela imprensa católica para referenciar o apoio financeiro concedido pelo governador do estado do Ceará, César Cals, para as “Comemorações do Bicentenário”. Para tal caso ver: *Correio da Semana*, Sobral, CE, 28 de abril de 1973, p. 06.

⁴⁴² Festa do Bicentenário. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 26 de maio de 1973, p. 01.

receberia várias homenagens, dentre elas, “a que constaria de um grande prêmio do Derby Clube Sobralense”⁴⁴³ numa agitada tarde de turfe. “O esporte dos reis cultuado em Sobral” congraçaria o ganhador do páreo com o “Grande Prêmio: presidente Médici”.⁴⁴⁴

O convite pessoal ao general-presidente ficou a cargo de José Parente Prado, prefeito de Sobral, Paulo de Tarso Ponte Pierre, presidente da Câmara Municipal, e padre José Linhares Ponte⁴⁴⁵, presidente da comissão organizadora dos festejos. Na ocasião, o grupo convidaria ainda o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e o ministro da Aeronáutica, a quem solicitariam a concessão da esquadrilha da fumaça. Os aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) eram requisitados para o último dia de festas, a fim de que pudessem rasgar os céus da “Princesa do Norte” exaltando os ânimos cívicos da “sobralidade”.⁴⁴⁶

Os mesmos não foram recebidos pelo presidente-militar, que então delegou Jarbas Passarinho, Ministro da Educação, a tarefa de acolher a comitiva sobralense e com ela acertar o que fosse conveniente. Ainda em Brasília, o prefeito, o vereador e o padre foram recebidos pelo secretário do Ministro da Aeronáutica, com quem trataram a respeito da concessão dos aviões da esquadrilha da fumaça para abrilhantar a grande

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Para tal questão ver: *Álbum do Bicentenário comemorativo da fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral”*. Sobral, CE, 1973.

⁴⁴⁵ É interessante recordar que o padre José Linhares Ponte, ao longo do ano de 1967 atuou como Reitor do Seminário Diocesano, e diretor do Colégio Sobralense. Nesse tempo o mesmo teve o nome registrado em Relatório de Viagens da DOPS, “por [supostamente] fazer cobertura a padres comunistas” em Sobral. Em entrevista concedida à historiadora Edvanir Maia da Silveira, Zé Linhares – como é popularmente conhecido – se diz vítima da ditadura. De acordo com o próprio, em 1964, quando então era professor, ocorreu-lhe experiência que marcou a sua história de vida. Destaca: “quando eu comecei a dar a teoria comunista, começando por Karl Marx, depois passando por Lênin (...), eu fui chamado, eu fui chamado pelo Exército. Eu fui chamado primeiro pelo Bispo e depois pelo Exército. E fui chamado com a seguinte opção: ou eu ia para a cadeia ou eu teria de me retirar do Brasil. Aí foi o tempo em que eu disse ao Bispo que preferia me retirar do Brasil”. Para Zé Linhares, pessoas “estranhas” escutavam as suas aulas atrás das portas, e, dado o teor de suas discussões foi convocado pelas forças ditatoriais e, por vezes, obrigado a deixar o país, na categoria de exilado político, em 1964. Ainda de acordo com o próprio, o refúgio lhe custou nove anos fora do Brasil, ocasião em que foi obrigado a ficar distante de sua terra e afastado de sua gente. O tempo de exílio fora vivenciado na Alemanha, afirma. Seu depoimento, no entanto, parece-nos inverossímil, principalmente quando, por meio da imprensa local, conseguimos verificar sua presença na cidade ao longo dos anos em que, teoricamente, deveria estar exilado. Ainda, acompanhando o relato de memória construído ao longo dos 64min de entrevista, fica evidente que o mesmo saiu do Brasil, por tempo relativo, com bolsa de estudos para estudar Psicologia em universidade alemã. Por fim, não acreditamos que o dito exilado tenha tido trânsito livre para entrar e sair do Brasil quando bem quisesse. Ainda, é de se estranhar que a dita *vítima* tenha redefinido as suas relações com seus *algozes* ao ponto de, enquanto presidente da comissão organizadora do Bicentenário de fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral”, convidá-los e condecorá-los com pompa e amigavelmente. Cf. José Linhares Ponte. Sobral, CE, 2012. Entrevista realizada por Edvanir Maia da Silveira e João Batista Teófilo Silva.

⁴⁴⁶ Duzentos anos de Vila. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 02 de junho de 1973, p. 01.

festa bicentenar.⁴⁴⁷ Em ambas as ocasiões os sobralenses expuseram a importância da presença de Médici nos festejos, ocasião em que se celebrariam o Bicentenário, e, por outro lado, exaltariam a “*Sobral grande*”, cujo futuro, *milagrosamente*, era tido como presente.

Na “Princesinha do Norte”, providenciavam-se as reformas do Teatro São João e das praças, bem como, o melhoramento da iluminação do estádio e das ruas da cidade. No meio estudantil, articulava-se a produção de trabalhos escolares a respeito da história de Sobral, os quais ficariam expostos ao longo da semana de festas.⁴⁴⁸ “Nota de Louvor” fora publicada pela imprensa católica e dedicada ao meio estudantil, afinal, “de uma maneira extraordinária, [os estudantes ocuparam as] avenidas e praças públicas [com] enxadas e picaretas nas mãos, (...) na mais modesta colaboração [para a promoção da] limpeza pública” da cidade.⁴⁴⁹ As gentes se preparavam para a grande festa.

A *Comissão de Honra* das comemorações foi composta pelo presidente-general Médici, ladeado por César Cals de Oliveira Filho, então governador do estado do Ceará, este tornado “cidadão sobralense”⁴⁵⁰ ainda no início do mesmo ano, dom Valfrido Teixeira Vieira, bispo da Diocese de Sobral, e pelo deputado federal arenista Manoel Rodrigues dos Santos.⁴⁵¹

De acordo com a socióloga Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho, o governador Cesar Cals, considerado o “delegado da Revolução”, teria ascendido ao executivo cearense em 1970, por indicação direta do presidente Médici, atendendo a “uma imposição do comando do IV Exército sediado em Recife”.⁴⁵² Militar de formação, com aguçada “capacidade técnico-administrativa respaldada no título de engenheiro e atestada nos cargos exercidos na burocracia estatal”, Cesar Cals fazia-se governador como mais uma “peça do sistema”. Na linha sucessória do executivo, César

⁴⁴⁷ Retornou de Brasília a Comissão que foi convidar o Presid. Médici. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 09 de junho de 1973, p. 01.

⁴⁴⁸ Preparativos. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 09 de junho de 1973, p. 01.

⁴⁴⁹ Nota de Louvor. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 16 de junho de 1973, p. 01.

⁴⁵⁰ Governador César Cals é cidadão sobralense. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 27 de janeiro de 1973, p. 01.

⁴⁵¹ Convite. *Álbum do Bicentenário comemorativo da fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral”*. Sobral, CE, 1973.

⁴⁵² CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. A arte da política no contexto da tradição: as chefias políticas dos coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra. In: *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

Cals era o segundo da lista do “Ceará dos coronéis”⁴⁵³ a exercer fortes vinculações com o Estado autoritário. Figura bem quista em Sobral, o governador participou das festas em lugar de destaque e emprestou seu nome para o prêmio do “Torneio de Futebol Bicentenário”.

Como conferencistas de honra das comemorações do Bicentenário da fundação da “Vila Distinta e Real de Sobral”, participariam os senadores Virgílio Távora e João Calmon. Ao longo de uma tarde, no auditório do Colégio Santana, e na Academia Sobralense de Estudos e Letras (ASEL), os senadores arenistas profeririam palestra sobre o “desenvolvimento brasileiro”⁴⁵⁴ e o “sistema educacional”⁴⁵⁵, respectivamente. Principalmente o pronunciamento de Virgílio Távora muito interessava à “Princesa do Norte”, que, à época, fazia-se embalada pelo “milagre econômico”, este uma verdadeira realidade sobralense. Ademais, “grande desfile militar a cargo do Exército” era também esperado.

De acordo com o historiador Daniel Aarão Reis Filho, o consenso pode ser compreendido como

a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença, ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. (...). A repressão e a ação da polícia política em particular podem induzir ao, ou fortalecer o, consenso, mas nunca devem ser compreendidas como decisivas para a sua formação.⁴⁵⁶

Naquele contexto, então, a formação do acordo entre a sociedade sobralense e o Estado autoritário amalgamava-se sob a força discursiva do desenvolvimentismo. A “Princesa do Norte” figurava no sertão cearense como uma cidade moderna, palco de

⁴⁵³ Para uma análise sobre o “Ceará dos coronéis”, ver: PARENTE, Josênio. O Ceará dos “Coronéis” (1945-1986). In: SOUZA, Simone de. [et. al.]. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000. O autor propõe uma análise sobre a fragilidade das alianças políticas forjadas ao longo do processo de redemocratização pós-Vargas, e reflete sobre como essa instabilidade aliancionista deságua nos anos 1960 e permite espaço para o surgimento de novas lideranças políticas. O “Ceará dos Coronéis” surge desse contexto, e, muito mais do que representar velhas tradições, esse quadro se configura a partir do exercício político de militares de carreira, que, principalmente ao longo do Estado autoritário conduziram uma política de estado alérgica aos movimentos sociais, e promotora de uma modernização conservadora.

⁴⁵⁴ Retornou de Brasília a comissão que foi convidar Pres. Médici. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 09 de junho de 1973, p. 01. Ver ainda: Festas do Bicentenário. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 16 de junho de 1973, p. 01.

⁴⁵⁵ Coluna da Cidade. José Maria Soares. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 14 de julho de 1973, p. 06.

⁴⁵⁶ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução socialista em Cuba: ditadura revolucionária e a construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. II: Brasil e América Latina). p. 387.

grandes empreendimentos econômicos, cenário para a realização da classe média sertaneja. Sua identidade “real e distinta”, definida ainda no século XVIII, chegava aos anos 1970 como signo renovado pela “revolução”. Novos horizontes de expectativas eram então fendidos. O maior empreendimento, esperado para o início de 1974, era a “Sobral Audi S/A Fiação e Tecelagem”, considerada a “maior indústria de fiação do Nordeste”.⁴⁵⁷

A “Princesa do Norte” chegava ao ano de 1974, então, com grandes expectativas para legitimar-se como a cidade referência no sertão cearense. A aceleração do crescimento econômico e desenvolvimento urbano compunham os prognósticos das elites políticas, econômicas e religiosas da cidade.

No início daquele ano, contudo, a alta no preço do petróleo no mercado internacional já se fazia sentir, e os índices inflacionários começavam a minar as bases econômicas do “milagre” brasileiro. A “civilização do petróleo”, de acordo com Bernardo Kucinski, começava a ruir. O “Brasil país do futuro” começava a desacelerar. As forças de sustentação do regime autoritário começavam a se desequilibrar. Dali a pouco os grandes empresários tirariam o time de campo. As classes médias e o operariado logo sentiriam o peso da crise, de súbito percebendo os limites do “milagre”.

Em abril de 1974, a “real e distinta” “Princesa do Norte” era atingida novamente por uma grande cheia do rio Acaraú. Os “anos de ouro” não chegaram para todos. Com as fortes chuvas, principalmente as comunidades ribeirinhas eram novamente afetadas. Os problemas movimentavam-se das periferias para o centro da cidade. Os poderes Executivo e Legislativo municipais demoravam a agir. Recorriam ao governo do Estado.

A condição deficitária da Fábrica de Cimentos Portland constituía-se outra preocupação. A empresa ameaçava paralisar suas atividades em Sobral, haja vista os altos custos de produção e transporte, bem como os baixos índices de desoneração fiscal no estado do Ceará. A “idade do ouro” mostrava o seu reverso. A modernização conservadora e autoritária mostrava os seus limites.

Em maio daquele ano já se anunciava o nome do coronel Aduino Bezerra para o processo sucessório do governo. Usava-se como critério para a escolha de

⁴⁵⁷ Sobral terá a maior indústria de fiação do Nordeste. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 15 de dezembro de 1973, p. 01.

governadores a densidade política,⁴⁵⁸ como forma de favorecer um bom desempenho da ARENA nas eleições para a representação parlamentar. Adauto Bezerra ascendia ao governo do Estado como militar de carreira e uma forte liderança política na região Sul do estado, principalmente em Juazeiro.⁴⁵⁹

Em novembro de 1974, contudo, “o resultado das eleições gerais mostrou que os militares já não podiam mais contar com vitória certa no curioso jogo eleitoral”.⁴⁶⁰ De acordo com Bernardo Kucinski,

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), frente ampla de oposições populares e liberais que vinha definhando ano a ano, recebeu, (...), nada menos que 14,5 milhões de votos para seus candidatos ao Senado, ao mesmo tempo em que o partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) recebia apenas 10,1 milhões. Inverteram-se as posições relativas dos partidos nessa votação considerada a mais representativa.⁴⁶¹

O clima de liberdade, anunciado ainda ao longo da campanha de Ernesto Geisel, resultava naquele cenário de perdas e ganhos. A vitória do MDB passava a demarcar um ponto de partida para a ressignificação dos valores políticos do regime.

Para a historiadora Lucia Grinberg, o resultado das eleições de novembro de 1974 sinalizou “que a competição eleitoral era um campo legítimo e uma maneira viável de desafiar o regime”.⁴⁶² As arenas do poder distendiam-se, permitindo um afrouxamento da tensão sociopolítica.

O “resultado das eleições decepcionava a muitos”, assim asseverava o periódico católico *Correio da Semana*. Para fins daquele ano, esperava-se o pronunciamento do presidente Ernesto Geisel, momento em que o mesmo faria um balanço das eleições, e anunciaria o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).⁴⁶³

De acordo com a cientista política Maria Helena Moreira Alves a política de distensão encetada no governo Geisel pretendia a execução de um programa “de

⁴⁵⁸ Cf. CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. A arte da política no contexto da tradição: as chefias políticas dos coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra. In: *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

⁴⁵⁹ Para tal caso ver: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. *Op. Cit.*, 1999, p. 78.

⁴⁶⁰ KUCINSKI, Bernardo. *Op. Cit.*, 2001, p. 25

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² GINBERG Lúcia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009, p. 188.

⁴⁶³ Geisel fala 2^a-feira de eleições, PND e óleo. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 28 de dezembro de 1974, p. 05.

medidas de liberalização cuidadosamente controladas, definido no contexto do slogan oficial de ‘continuidade sem imobilidade’”.⁴⁶⁴ Para a pesquisadora,

A “continuidade” preservava os principais aspectos do modelo e a engrenagem do aparato repressivo. “Sem imobilidade” encarnava-se no plano governamental de reformas que pretendia constituir um passo adiante na liberalização progressiva para um retorno à democracia. A distensão da sociedade seria obtida em estágios bem planejados: haveria, em primeiro lugar, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de negociações com a oposição para o estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos. Posteriormente seriam promovidas reformas eleitorais para elevar o nível de representação política. Em seguida as medidas mais explicitamente coercitivas, inclusive o Ato Institucional n.º. 05, seriam revogadas, incorporando-se outros mecanismos de controle à Constituição.⁴⁶⁵

A tentativa de institucionalização do Estado de Segurança Nacional pela via “política de distensão” incidia diretamente nas bases de sustentação do regime ditatorial. As conquistas eleitorais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) muito bem sinalizavam os limites da política autoritária mantida pelo Estado. A “insistência na busca de legitimação baseada no crescimento econômico apresentava agora dificuldades cada vez maiores, com o estrangulamento do modelo econômico”.⁴⁶⁶ A partir daí, os “graus de consenso” passaram a oscilar a ritmos cada vez mais acelerados.

Ironicamente, contudo, as ações repressivas eram ainda conduzidas nos bastidores do poder em cena. No alto a “política de distensão”, ao “rés do chão” a política de execuções e desaparecimentos. Os comandos integrados de repressão, ou o sistema DOI-CODI (Destacamentos de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna) conduziam o sinistro. De acordo com Bernardo Kucinski, “pelo menos 32 pessoas desapareceram assim no período de setembro de 1973 a setembro de 1975”.⁴⁶⁷

Em meio à nova configuração política, controlada pelos militares, os legitimadores de primeira hora do Estado autoritário passavam a configurar o campo da resistência democrática. A Igreja católica, representada pela Arquidiocese de São Paulo, ocupava lugar de destaque nesse processo. Frente à guinada realizada, não permaneceria sozinha na elaboração de uma nova memória. Daí a pouco a Ordem dos Advogados do

⁴⁶⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 224.

⁴⁶⁵ *Idem.*

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 225.

⁴⁶⁷ KUCINSKI, Bernardo. *Op. Cit.*, 2001, p. 31.

Brasil (OAB) ⁴⁶⁸ e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ⁴⁶⁹, por exemplo, reorientariam suas rotas, reelaborariam suas identidades. O futuro passava interessar mais que o passado. O tempo presente fazia-se um mero lugar de passagem.

Para a historiadora Denise Rollemberg,

Com a abertura política desencadeada com o projeto de distensão de Geisel-Golbery em 1974, e sobretudo a partir de 1979, a OAB, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apareceram como pilares da chamada resistência democrática, na luta contra a *ditadura militar*. ⁴⁷⁰ [Grifos no original].

Ao longo do processo de *distensão*, apoio e rejeição fundiam-se. As novas posições pretendidas “diluía as fronteiras rígidas entre uma coisa e outra”, ⁴⁷¹ fazendo desmanchar as relações colaboracionistas, de apoio, desmontando as bases consensuais entre aquelas instituições e o Estado autoritário. No campo da memória, a ditadura começava a se desenhar como estritamente militar, perpetuada ora pelo uso da força ora pelo uso de uma máquina de propaganda “manipuladora”.

O regime político autoritário distendia-se e contraía-se, e o processo de abertura política era conduzido cuidadosamente, lentamente, a conta gotas. A opinião pública começava a tomar novos rumos. As notícias da morte do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, nas dependências do DOI-CODI paulistano corriam “como um rastilho de pólvora”. Setores da sociedade civil brasileira mostravam-se surpresos, afetados, dispostos a ir às ruas acompanhar o velório, a repudiar o ato “grotesco” que, é bem verdade, não se fazia novidade, cabendo aqui citar a prisão e o assassinato do estudante de geologia Alexandre Vannuchi Leme, em 1973, por exemplo.

⁴⁶⁸ Sobre as relações entre sociedade e ditadura, e um enfoque mais detido sobre a Ordem dos Advogados do Brasil em tempos de regime autoritário, ver: ROLLEMBERG, Denise. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008.

⁴⁶⁹ Para um debate mais aprofundado sobre a guinada da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e os limites de se pensar essa instituição inserida na morada da resistência democrática, ver: ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____; QUADRAT, Samantha. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. II: Brasil e América Latina).

⁴⁷⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.*, 2008, p. 61.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 62.

O Estado autoritário conduzia sua política tornando mais plásticas as suas fronteiras, mas, ainda assim, promovia cassações de mandatos de oposicionistas, decretava “o fim do sistema de horário livre na televisão para os candidatos às eleições municipais”, por meio da *Lei Falcão*, e o fechamento do Congresso, em 02 de abril de 1977, a fim de que fosse possível a promulgação das reformas por meio de decretos.

De acordo com Bernardo Kucinski,

O Pacote de Abril, formado por 14 emendas a artigos da Constituição de 1969, três artigos novos e seis decretos-leis, modificava o regime político nas seguintes esferas: 1) *controle do processo legislativo* – Prevendo que dificilmente poderia contar com maioria absoluta na Câmara Federal nas eleições seguintes, Geisel reduz o *quorum* exigido para a aprovação de emendas à Constituição, de maioria de dois terços, para maioria simples no Congresso. E cria um tipo especial de senador [biônico]; 2) *Controle do executivo federal* – Geisel ampliou de cinco para seis anos o mandato do presidente da República que o sucederia no cargo; 3) Controle dos executivos estaduais; 4) Restrição às campanhas eleitorais; 5) Restrição do peso do voto urbano.⁴⁷²

O *segundo pacote de reformas* viria em 1978, propondo: fim da cassação de mandato e o fim da suspensão dos direitos políticos, promovidos por meio do AI-5; limite de poderes para o presidente fechar o Congresso; o fim da pena de morte, banimento e prisão perpétua; e, enfim, o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos. Apesar do *segundo pacote de reformas*, os caminhos fendidos para o retorno ao Estado democrático de direito eram ainda estreitos, limitados.

No entanto, a “luta pela democracia” começava a ganhar corpo. O grupo de *convertidos* ganhava forma. Pelas arestas da política de distensão a Igreja dava continuidade à sua “purificação”, e então era seguida por outras tantas instituições e grupos sociais. Fazia-se oportuno romper o espaço de experiências e, assim, definir novos horizontes de expectativas, lançar as bases para a construção de um futuro, um *novo tempo*.

A Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, configurava-se como base promotora do esquecimento, do perdão induzido, como uma ordem amnésica. A tacanha justiça de transição pretendia a reconciliação, e a “graça anistiantes”⁴⁷³ aspirava interromper a ordem política para a construção de novos horizontes de expectativas.

⁴⁷² KUCINSKI, Bernardo. *Op. Cit.*, 2001, p. 44-48.

⁴⁷³ Tomamos o termo de empréstimo do filósofo francês Paul Ricoeur, quando o mesmo aborda a “anistia” como “esquecimento comandado”. Para tal caso, ver do autor: O esquecimento. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et. al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

Amenizar as dores, equalizar as diferenças, esquecer o passado para poder construir o presente em bases democráticas, valores estes sempre defendidos pela sociedade brasileira, mas, durante vários anos, “usurpados” pelos militares golpistas.

“Todos resistiram, todos resistimos, assim parecia melhor. O momento era de volta, mas de volta para construir o futuro e não para reencontrar o passado”.⁴⁷⁴ Os tempos de redemocratização demandavam tais sentimentos. Neles embarcaram todos. As direitas golpistas, as esquerdas “derrotadas”, e os historiadores menos atentos, pois apaixonados pelas utópicas propostas políticas dos anos 60 e 70, estas ainda hoje não superadas por muitos.

O historiador Daniel Aarão Reis Filho, contribui para compreendermos que a partir da memória construída no processo de anistia, marcadamente forjado pelo pacto de reconciliação e de esquecimentos,

(...) a sociedade se reconfigurou como tendo se oposto, sempre, e maciçamente, à ditadura (...). Redesenhou-se o quadro das relações da sociedade com a ditadura, que apareceu como permanentemente hostilizada por aquela. Apagou-se da memória o amplo movimento de massas que, através das Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, legitimou socialmente a instauração da ditadura. Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre a sociedade e a ditadura (...).⁴⁷⁵

Consideramos que os historiadores que fazem uso dos termos “resistir” e “resistência” sem refletir criticamente sobre os seus significados, contribuem para reforçar o “mito da resistência”, atuam na reatualização de uma rede de silêncios, e contribuem para a amplificação de “zonas cinzentas” que camuflam e escondem a participação da sociedade civil na construção do regime autoritário de 31 de março de 1964 no Brasil. Ainda, oferece ossatura a sistemas interpretativos marcados pelo binarismo: *vítimas x algozes; civis x militares...*

Desta forma, consideramos pertinente o diálogo com a historiadora Denise Rollemberg, quando a mesma situa a renovação das pesquisas sobre regimes autoritários na Europa, destacando, especialmente, os novos desafios assumidos por

⁴⁷⁴ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006. p. 81-91.

⁴⁷⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002. p. 71.

historiadores e cientistas sociais dedicados ao estudo da França sob a ocupação nazista e sob o Regime de Vichy (1940-44), bem como da Alemanha nazista (1933-45).⁴⁷⁶

Tais estudos orientam a ressignificação de problemas e métodos para o estudo de experiências marcadas por culturas políticas autoritárias, indicando, sobretudo, que os princípios fundadores e legitimadores de regimes de exceção estão diretamente ligados às “relações de identidade, afinidade, consenso e consentimento”.⁴⁷⁷ Reflete-se, então, sobre regimes autoritários à luz das ações sociais que formataram e mantiveram a sua existência, não mais hegemonizando o uso da força, do arbítrio, da repressão, da máquina ideológica do Estado autoritário que oprime as “massas indefesas”, como determinantes para a sua legitimidade.

Sob esta influência, nos últimos anos, novas pesquisas têm surgido no Brasil. Dedicadas à reflexão crítica da categoria “resistência”, bem como, sobre as relações entre história e memória, alguns poucos historiadores têm se aventurado a enfrentar tabus consolidados no universo historiográfico. Como nos informa ainda a historiadora Denise Rollemberg,

Muito se tem escrito sobre as resistências à ditadura, que se manteve no poder no Brasil por longos anos. As histórias de resistência parecem fascinar estudantes, professores, jornalistas e, diria mesmo, o público em geral. Em contrapartida, durante bastante tempo, poucos pesquisadores ousaram ver esses anos por outros ângulos: o do apoio civil ao golpe e o da participação civil na construção da ditadura. Abordagem equivocada e impossível para muitos, na medida em que o golpe e a ditadura foram militares, e a sociedade vítima do regime a ela imposto; mal-intencionada, segundo outros, e o historiador, suspeito. De um lado um mito; de outro, uma interdição, um tabu. Em todo caso, um campo minado para o historiador.⁴⁷⁸

Transitar por este campo minado, é o que propomos doravante. Faremos isso refletindo sobre o conceito “resistência” à luz de um debate com pesquisadores dedicados ao estudo dos regimes e experiências autoritárias na Europa. Sempre que pertinente, exemplificaremos a reflexão conceitual referenciando acontecimentos históricos articulados em Sobral, bem como, promoveremos diálogos com a

⁴⁷⁶ Sobre tais questões ver “Prefácio”, produzido pela historiadora Denise Rollemberg, da obra: CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Da historiadora Denise Rollemberg, ver ainda a seguinte coleção organizada em parceria com a também historiadora Samantha Quadrat: *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. I: Europa; vol. II: Brasil e América Latina; vol. III: África e Ásia).

⁴⁷⁷ ROLLEMBERG, Denise. “Prefácio”. In: CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 15.

⁴⁷⁸ Idem.

historiografia mais recentemente produzida no Brasil, a qual nos auxilia a transitar por veredas temidas e ainda observadas com desconfiança por muitos.

3.4. – Resistência: problemas, desafios e possibilidades

“*Qu’est-ce que résister?*”, questiona Jacques Sémelin. Em termos simples, resistir é opor-se ao abuso de poder, é inserir-se numa lógica de saber e poder que pretende a inversão de um contrato social já transgredido pelo uso da força autoritária.

De modo a refletir historicamente sobre os usos do termo resistência, e aprofundar o debate, Jacques Sémelin situa o contexto da Revolução Francesa como um dos marcos que posicionam a institucionalização do direito de resistir referido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. De acordo com o autor, a Constituição francesa de 1793, como uma resultante do processo revolucionário e das pressões políticas forjadas, prevê que, “quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é para o povo e para cada porção do povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres”.⁴⁷⁹

De acordo com Sémelin, no *Deuxième Traité du gouvernement civil*, John Locke reforça tais pressupostos afirmando que o povo “tem o direito de resistir [...] a toda pessoa investida de uma autoridade que exceda o poder que a lei lhe confere”.⁴⁸⁰ Desta forma, o direito à resistência implica a ruptura de um contrato social firmado entre governantes e governados, entre estado e sociedade civil, contrato este, como já chamamos atenção, já transgredido pelo uso abusivo da força, do autoritarismo.

Em diálogo com Albert Camus, em “*l’Homme révolté*”, Jacques Sémelin evidencia que “algumas definições muito largas da noção de resistência enfraquecem os seus significados”,⁴⁸¹ e que é preciso estabelecer distinções entre, por exemplo, as noções de “dissidência, desobediência e resistência”.

⁴⁷⁹ SÉMELIN, Jacques. “Qu’est-ce que ‘résister?’”. In: *Esprit*. Paris, n. 198, janeiro de 1994. p. 51. Tradução livre de: “Quand le gouvernement viole les droits du peuple, l’insurrection est pour le peuple et pour chaque portion du peuple, le plus sacré des droits et le plus indispensable des devoirs”.

⁴⁸⁰ Idem. Tradução livre de: “l’on a le droit de résister [...] à toute personne investie d’une autorité qui excède le pouvoir que la loi lui donne”.

⁴⁸¹ Idem. Tradução livre de: “Certaines définitions, trop larges, de la notion de <<résistance>> en effaiblissent la signification”

Dissidência e desobediência estruturam-se numa perspectiva individual, e atuam para a formatação das relações políticas de pertencimento que articulam identidades coletivas para a expressão da resistência como comportamento, como ação, reação, ruptura somente manifesta por grupos, de forma coletiva. Daí por que o homem revoltado não é, necessariamente, um homem resistente, ainda que sua revolta abra caminho para o engajamento, para a expressão coletiva das ações de resistência. Enfatiza Sémelin que “no caso da ação puramente individual, as noções de dissidência ou desobediência parecem mais adequadas”.⁴⁸²

Nesta medida, a “resistência” só existe como organização coletiva, a partir do instante em que homens, “como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra os outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.⁴⁸³

O diálogo com o historiador britânico E. P. Thompson parece-nos pertinente, já que refletimos sobre a “resistência” a partir da “noção de relação histórica”, como um processo definido no campo de experiências compartilhadas e em disputa, e somente manifesta de forma coletiva.

Atentamos ainda para a importância de que se efetive a busca pela superação dos estudos dedicados aos “macro facteurs”, pois, nesta feita, será possível o acesso às peculiaridades das experiências forjadas em lugares, tempos, e por sujeitos específicos portadores de comportamentos ambivalentes, contraditórios. É pertinente, nesta medida, citarmos quando Jacques Sémelin ressalta que “Esta passagem à ação resistente não anula a história do indivíduo ou suas próprias contradições”.⁴⁸⁴

Desta forma, de modo a aprofundarmos o debate, consideramos pertinente inserir aqui uma interlocução com o historiador francês Pierre Laborie⁴⁸⁵, quando o mesmo reflete sobre “os franceses do pensar-duplo”, e, nesta medida, alerta-nos para a necessidade de buscarmos compreender a “ambivalência do pensamento e dos sentimentos” em tempos de regimes autoritários.

Investigações dedicadas à percepção das racionalidades, dos modos de funcionamento dos comportamentos, das escolhas promovidas por sujeitos históricos

⁴⁸² Idem. Tradução livre de: “Dans le cas d’actions purement individuelles, les notions de <<dissidence>> ou de <<désobéissance>> semblent plus adéquates”.

⁴⁸³ Cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, v. 1). p. 10.

⁴⁸⁴ SÉMELIN, Jacques. *Op. Cit.*, 1994, p. 56. Tradução livre de: “Ce passage à l’action résistante n’annule pas l’histoire de l’individu ni ses propres contradictions”.

⁴⁸⁵ LABORIE, Pierre. *Op. Cit.*, 2010.

em tempos passados, possibilita o alargamento do campo de análises, e, neste sentido, permite a problematização de pressupostos conceituais que aprisionam as relações históricas complexas e contraditórias. Laborie sugere, sobre este aspecto, a “cultura do duplo” como chave para a análise de experiências históricas culturalmente situadas em regimes autoritários.

Os sujeitos históricos atuam em campos simbólicos onde tradições e modernidades convergem não sem choques, onde estruturas de saber e poder definem-se através de negociações as mais diversas. Desta forma, o “homem-duplo” ou multifacetado, tateia caminhos, desvenda possibilidades, é um e outro ao mesmo tempo, é complexo, metamórfico, marcado por incongruências. Visitar estas facetas, demarcadas pelas trajetórias do homem em suas complexidades e incoerências, talvez seja o grande desafio proposto por Pierre Laborie, o elemento de provocação capaz de suscitar a problematização do “mito da resistência”, este lugar que aprisiona e faz do “homem resistente” um e o mesmo a todo instante.

Nesta medida, vislumbramos relações de proximidades entre Pierre Laborie e François Marcot, principalmente quando este enfatiza que “Lembrar que sob a ocupação os comportamentos são múltiplos e nem sempre originais, é não mais do que concluir que esta realidade não pode ser pensada de maneira simplista”.⁴⁸⁶

François Marcot reforça pressupostos defendidos por Pierre Laborie e Jacques Sémelin sobre a complexidade dos comportamentos em regimes autoritários, questões já mencionadas anteriormente. Enfatiza que, para que haja a possibilidade de superação de paradigmas interpretativos consolidados no campo do saber histórico, faz-se necessária a problematização de conceitos operados para a interpretação da história de regimes marcados por culturas políticas autoritárias.

Pretendendo situar possibilidades de definição para o termo resistência, em diálogo com Laborie, François Marcot sugere três critérios norteadores:

- 1 - O desejo de prejudicar um inimigo identificado, ocupante ou a seu serviço, colocando-se em situação de guerra e organizando-se para evitar que ele alcance os seus objetivos;
- 2 - A consciência de resistir, isto é, de participar da expressão coletiva e coordenada de uma recusa intransigente, por uma escolha voluntária, com ajustada consciência do risco e dos significados da luta.

⁴⁸⁶ MARCOT, François. *Op. Cit.*, 2006, p. 47. Tradução livre de: “Rappeler que sous l’Occupation les comportements sont multiples n’est guère original et pas plus d’en conclure qu’on ne peut penser cette réalité de manière simpliste”.

3 - Um engajamento em ações fundamentalmente ligadas a práticas de transgressão.⁴⁸⁷

É possível, então, percebermos que o resistente não se constitui passivamente, muito menos ainda por determinações atemporais e políticas que lhe são estranhas. A ação política movimenta a ação de resistência, ou, em outros termos, o sujeito histórico resiste na medida em que (re)age, quando, enfim, irrompe os limites da reflexão intelectual e o sentimento dá lugar à ação coletiva de resistência. Não existe resistência passiva, assim como não pode existir resistência atribuída. Ou seja, é preciso que se busque compreender as experiências históricas em suas complexidades, sem que se atribua hoje uma identidade que tais experiências não assumiam na época em que foram forjadas.

Não podemos modificar o passado, e, desta forma, devemos estar atentos às injunções políticas que interferem na construção de memórias presentes sobre um passado ausente, de relatos que buscam demarcar um passado que não foi, de imagens de um pretérito somente hoje aspiradas. Como ressalta Daniel Aarão Reis Filho, “quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar no Brasil nos dias de hoje”⁴⁸⁸, e isso deve ser ponderado pelos historiadores que lidam com memórias de um passado presente.

A sociedade sobralense, envolvida numa “cultura de resistência”, como referencia a historiadora Edvanir Maia da Silveira, é, como já destacamos, a mesma que condecora o marechal Castelo Branco com título honorífico, que o recepciona com pompa, que se beneficia com o processo de modernização conservadora, e que afirma o seu apoio, em momentos diferenciados, à “revolução”. Ainda, é a mesma que convida e prepara grande festa cívica para receber, com as honras devidas a um chefe de Estado, Emílio Garrastazu Médici.

A “cultura de resistência”, tomando como referência as propostas sugeridas pelo historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva⁴⁸⁹, representa uma cultura de

⁴⁸⁷ Ibidem. p. 47-48. Tradução livre de: “1 - La volonté de nuire à un ennemi identifié, occupant ou à son service, en se plaçant en situation de guerre et en s’organisant pour l’empêcher de réaliser ses objectifs; 2- La conscience de résister, c’est-à-dire de participer à la expression collective et coordonnée d’un refus intransigeant, par un choix volontaire, avec une juste conscience du risque et du sens de lutte. 3 – Un engagement dans l’action fondamentalement lié à des pratiques de transgression”.

⁴⁸⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002. p. 07.

⁴⁸⁹ Para tal caso ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge.

isolamento do Estado autoritário, a retirada do apoio popular à ditadura nos momentos quase que imediatos ao golpe.

O Estado de exceção, no entanto, conforme se demonstra aqui, não se manteve sem as relações consensuais estabelecidas por parcelas significativas da sociedade brasileira. O uso da força autoritária se fez instrumento menos atuante na configuração das redes de colaboradores, das cadeias de adesão, das forças tentaculares do consenso. Os grupos que aderiram assim o fizeram exercendo suas vontades políticas, por identificarem-se e/ou beneficiarem-se com as propostas propugnadas pelo Estado de exceção. Deste, diversos grupos foram também autores, tradutores de signos, produtores de significados, construtores, portanto, das bases sociais do regime.

Como ressalta Jacques Sémelin, a passagem à ação resistente não deve anular a história de grupos sociais e indivíduos carregados de suas próprias contradições, de suas históricas complexidades. A “cultura de resistência”, apontada por Edvanir Maia, camufla traços conservadores, anticomunistas e colaboracionistas da sociedade sobralense, esconde as relações de consenso e consentimento forjadas entre esta e o regime autoritário. Aqueles que para a historiadora citada ocupam o lugar da resistência, nem sempre habitaram este lugar, nem sempre tomaram para si esta identidade, ou, como se tem mostrado mais plausível, a partir de amplo trabalho com fontes orais e impressas, muitos dos sujeitos sequer tinham consciência de um agir resistente. Em muitos casos, agiam individualmente, sempre no campo da legalidade, “somente não batiam palmas para os milicos”⁴⁹⁰.

Didier Musiedlak, professor de história contemporânea da Universidade de Paris X, e pesquisador dedicado ao estudo do fascismo italiano, apresenta questões que nos parecem basilares para refletirmos sobre as categorias de consenso e consentimento em tempos de regimes autoritários.

Durante o regime fascista, e mesmo no momento imediatamente posterior ao seu colapso, acreditou-se que as relações de consenso forjadas pela sociedade civil com o Estado autoritário, deveram-se ao poder de manipulação das massas promovido pelo forte aparelho de propaganda do Estado, bem como, pela repressão praticada por agentes a seu serviço. Manipuladas e massacradas, as massas consentiram o estado

O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano; v. 04), p. 257.

⁴⁹⁰ Tal relato foi compartilhado por homem religioso que viveu em Sobral durante os anos de ditadura. Em prolongada conversa, realizada em sua residência em fevereiro de 2013, o mesmo não permitiu o uso identificado de seu testemunho. Exatamente por isso, omitimos seu nome.

fascista, e, somente nesta medida, atuaram na sua legitimação. O autoritarismo lhes era estranho. Somente aceitaram-no porque não lhes foi dada outra opção, porque foram coagidas pelo poder simbólico da propaganda, e pelo uso arbitrário da força.

Musiedlak, parte no contrafluxo desta corrente de pensamentos, e, fazendo uso do *Dizionario di Politica*, produzido ainda nos anos 1940 por G. Mancini e outros, assevera que

O consentimento que a vontade política exige não é a submissão natural e instintiva de uma tribo de primitivos em relação ao seu chefe, mas uma adesão deliberada e consciente a uma ordem histórica que tem sua realidade na vida de todos e que, conseqüentemente, reconhece nessa vontade uma interpretação dela mesma e o impulso de seu progresso.⁴⁹¹

Tais questões não podem passar despercebidas na análise da história política de Sobral, e da sociedade sobralense em tempos de ditadura. O movimento coletivo rumo à democracia, promovido no processo de transição política, não pode incidir como uma borracha no apagamento dos rastros de experiências marcadas pelo contraditório, pelas ambivalências, pela “cultura do duplo”.

O rastro, lembra Jeanne Marie Gagnebin,

é o fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente – sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não-intencionalidade [sic]. (...). Rigorosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e linguísticos –, mas sim deixados ou esquecidos.⁴⁹²

Esses indícios “aparentemente negligenciáveis”, para lembrarmos o historiador italiano Carlo Ginzburg, deve interessar aos historiadores dedicados ao estudo da ditadura civil militar brasileira. Os rastros, como pegadas na lama, como sinais não pretendidos, como signos que demonstram uma ausência tornando sensível uma presença, indiciam práticas que precisam ser decifradas, realidades complexas que precisam ser remontadas.

⁴⁹¹ MUSIEDLAK, Didier. O fascismo italiano: entre consentimento e consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. I: Europa).

⁴⁹² Cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. SP: Ed. 34, 2006.

Os esquecimentos reafirmados com o culto de mitos precisam ser revisitados e problematizados. Novos jogos e confrontos entre lembranças e esquecimentos precisam ser operados, a fim de que se possa oxigenar tempos passados que não passam, a fim de que se possa iluminar zonas cinzentas hegemônicas pela memória.

Operar a memória como objeto da história... É esse o desafio que os historiadores de hoje devem se colocar para o estudo da ditadura civil militar brasileira, foi esse o desafio que tentamos aqui perfazer.

Campo minado, mas ainda assim com muitas trilhas a serem percorridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transição política com vistas ao reestabelecimento do regime democrático, no Ceará, foi marcado por constantes mudanças de rotas, por incessantes reelaborações de identidades.

Os empresários vinculados ao Centro Industrial Cearense (CIC), que então se fortaleceram sob a sombra do Estado autoritário, articularam novos roteiros para a redefinição de seus campos de poder. Seus mercados preferenciais passaram a ser, agora, a política partidária. O fim residual do bipartidarismo encorajava a formação de novas legendas e a inserção de novos atores políticos no campo partidário.

Eleito presidente do CIC em 15 de setembro de 1981, Tasso Jereissati passou a granjear uma maior inserção do empresariado cearense nas decisões políticas. A partir da atuação de tal personagem ficou notória a guinada do CIC no que se refere à desvinculação de sua imagem do Estado autoritário. Nas eleições de 1982 para o executivo estadual, uma primeira conquista do Centro Industrial na política partidária se evidenciou.

Em acordo com antigas lideranças políticas – Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals –, o CIC conseguiu eleger o economista Gonzaga Motta para o governo do estado do Ceará. Após vários anos de comando dos coronéis militares, era a primeira vez, desde o início da ditadura, que o poder executivo cearense ficava a cargo de civis.

Uma vez no comando do executivo estadual, Gonzaga Motta, apoiado pelos empresários, pelos órgãos de imprensa, e pressionado por entidades de classe, logo rompeu com o grupo representado pelo senador Virgílio Távora, constituindo, a partir daí, o gérmen do “mudancismo” no Ceará, o qual consagraria o próprio Tasso Jereissati como governador do estado do Ceará em 1987.

Lentamente, como que a conta gotas, a transição política ia sendo processada. Esquecer o passado permitia pensar o futuro. A essa agenda aderiram diversos setores da sociedade, seja no litoral ou mesmo no sertão...

O “mudancismo”, no Ceará, ficou marcado pela tentativa de legitimação dos empresários vinculados ao CIC como um novo, “moderno” e democrático grupo político. Os mesmos se dedicaram a superar as práticas políticas ditas “tradicionais” forjadas ao longo da ditadura. Com o domínio dos principais veículos de comunicação do Estado, elaborando um discurso de autoridade, os empresários atuaram na constituição de imagens e representações dedicadas a situar o período de ditadura como o tempo da tradição, do atraso, dos militares, dos “coronéis”.

O “novo” se impunha ao “velho” por sua suposta qualidade libertadora. Os jogos discursivos, empreendidos pelos empresários e por amplos setores da sociedade cearense, começaram a desenhar a ditadura como estritamente militar, perpetuada ora pelo uso da força, ora pelo uso de uma máquina de propaganda manipuladora.

Interessava mirar o futuro... Somente assim se reestabeleceria a democracia. Reconciliar a sociedade civil dividida pela força autoritária parecia ser a agenda mais lúcida a ser cumprida.

Aqueles grupos formados sob a sombra do Estado autoritário passaram negar suas amistosas relações com o regime. Gradualmente, seguramente um jogo de cadeiras foi manobrado. No apagar das luzes, os *tempos de ouro* e de *milagre*, ao longo dos quais a projeção econômica do CIC se fez possível, por exemplo, foram negados.

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPL), no Ceará, muito embora tenha sido formado com apenas 30 mulheres (mães e esposas de presos políticos) em 1976, e assim tenha se mantido até o fim de 1979, na década seguinte encontrou novas adesões. A sociedade civil que agora reivindicava a sua identidade democrática e se posicionava como avessa ao regime de exceção. Assim, voltava os olhos para a figura do preso político, para o anistiado, o banido...

O “mudancismo” não se fez mera figura de retórica. A ação política dos diversos grupos efetivamente fez do projeto de anistia um processo transicional

pacífico, reconciliador. Os militares saíram de cena, voltaram para a caserna. Os civis, por outro lado, tiraram suas fardas, tentaram, ao longo dos tempos, apagar os rastros de suas relações amigáveis com os ditadores. Sanearam os arquivos... Lutaram pelas liberdades amordaçadas.

Tal prática se manteve por anos a fio. Na “Princesinha do Norte”, dali a pouco, foram constituídos os discursos negacionistas, que referenciaram tempos difíceis, de *marasmo*, de *escuridão*, de *trevas*, tempos de *chumbo*, de uma ditadura estritamente *militar*.

FONTES

Periódicos:

Correio da Semana, 1942, 1964, 1965, 1966, 1967, 1969, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979.

O Povo, 1964.

Correio do Ceará, 1964.

Unitário, 1964.

Gazeta de Notícias 1961, 1964, 1972.

O Estado de São Paulo 1972.

Acervos digitalizados

Acervo Virgílio Távora (APEC/ Fortaleza, Ceará):

- ❖ Série: Organização político-partidária; Subsérie: Aliança Renovadora Nacional (ARENA/ 1967-1978). *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, Ceará.
- ❖ Série: Correspondência Geral; Subsérie: Cartas expedidas no Brasil (1968-1970). *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, Ceará.

Associação Anistia 64/68 (Fortaleza, Ceará).

- ❖ Abaixo Assinado dos Vereadores da Câmara Municipal de Sobral. Sobral, CE, 22 de maio de 1964;
- ❖ Inquérito Policial Militar (IPM). Cesário Barreto Lima. Fortaleza, 19 de junho de 1964;
- ❖ Inquérito Policial Militar (IPM). João Sales. Fortaleza, 14 de Outubro de 1968;
- ❖ Documentos diversos.

Câmara Municipal de Sobral (Sobral, Ceará):

- ❖ Atas de reuniões, Projetos de Lei, Leis, e Requerimentos (1965 a 1985). *Câmara Municipal de Sobral*, Sobral, Ceará.

Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/ Fortaleza, Ceará):

- ❖ Inquéritos Policiais Militares, Relatórios e Prontuários. *Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)*, Fortaleza, Ceará.

Instituto do Ceará (Fortaleza):

- ❖ Revista do Instituto do Ceará (História, Geografia e Antropologia/ 1964 a 1979). *Instituto do Ceará*, Fortaleza, Ceará.
- ❖ Tomo Especial – Sesquicentenário da Independência (1972). *Instituto do Ceará*, Fortaleza, Ceará.

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

- ❖ *Deputados Estaduais: 13º Legislatura (1951-1954)*. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, CE: INESP, 1998.
- ❖ *Deputados Estaduais: 14º Legislatura (1955-1958)*. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. 2º Ed. Fortaleza, CE: INESP, 2006.
- ❖ *Deputados Estaduais: 15ª legislatura (1959-1962)*. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. 2º. Ed. Fortaleza, CE: INESP, 2006.

- ❖ *Deputados Estaduais: 16ª Legislatura (1963-1966). Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, CE: INESP, 1998.*
- ❖ *Deputados Estaduais: 17º Legislatura (1967-1970). Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, CE: INESP, 1999.*
- ❖ *Deputados Estaduais: 18º Legislatura (1971-1974). Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, CE: INESP, 1999.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. (UFC), Fortaleza-CE, 2006.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- AMORA, Zenilde Baima. Cidades médias: considerações sobre a discussão conceitual. In: FREITAS, Nilson Almino de. [Et. Al.]. (Org.). *Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco*. Fortaleza: EdUECE, 2010, v. Único, p. 273-285.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund [Et. Al.]. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora UNB, 1982. (Coleção Pensamento Político).
- BÉDARIDA, François. L'histoire de la résistance : lecteurs d'hier, chantiers de demain. *Vingtième Siècle*, n°. 11, jul.-set. 1986.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BESSA, Telma. *Tecendo Memórias: Experiências de Trabalhadores da Fábrica de Tecidos Sobral*. Sobral, CE: Instituto ECOA, 2012.

- BEZERRA, Viviane Prado. “*Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo*”: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, 2008.
- _____. A cidade de Sobral no contexto da ditadura militar no Ceará (1963-1970). In: *Revista Homem, Espaço e Tempo*. Ano II, n.º. 1. Sobral, CE, março de 2008.
- _____. *Memória Política de Sobral: Ditadura Militar em foco*. Monografia de Licenciatura em História. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2004.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Consenso. In: *Dicionário de política*. Vol. 01: A-K. 13.º Ed. Brasília: Ed. UNB, 2007, p. 240.
- BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Correa. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BRITO, Tancredo Augusto Almeida. *Da cruz à foice e o martelo: a participação dos estudantes sobralenses no combate a ditadura militar (1964 - 1970)*. Monografia de Graduação. Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, CE, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. A arte da política no contexto da tradição: as chefias políticas dos coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra. In: *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.
- CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005, p. 94.
- CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco (Garanhuns – 1958/1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3.º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- _____. *Escribir las prácticas: discursos, práctica, representación*. Valencia: Fundación Cañada Blanch, 1999.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

- _____. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento* (1972). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2012.
- COSTA, Elza Marinho Lustosa da. *Sociabilidades e cultura das elites sobralenses (1880-1930)*. Fortaleza: SECULT-CE, 2011.
- COSTA, Lustosa. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2004.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. In: *Varia História*, n.º. 28, Dezembro de 2002.
- ENDERS, Armelle. Les lieux de mémoire, dez anos depois. In: *Estudos Históricos*. Vol. 06, n.º. 11. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993.
- FARIAS, Airton. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.
- FERREIRA, Jorge Ferreira. A estratégia do confronto. A Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.º. 47, 2004, pp. 181-212.
- _____. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucilia de A. Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Col. O Brasil Republicano; v. 3).
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, FAPERJ, 2004.
- FREITAS, Nilson Almino de. *Sobral Opulência e Tradição*. Sobral: UVA, 2000.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. SP: Ed. 34, 2006.
- GELLATELY, Robert. *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Trad. Vitor Paolozzi. Rio de Janeiro: Record, 2011.

- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GONZALEZ, Jeferson Anibal. *Cultura, educação popular e transformação social nas formulações do MEB e do CPC (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, 2011.
- GRAMSCI, Antonio Gramsci. Rotary Clube, Maçonaria, Católicos. In: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 8º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRINBERG Lúcia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11º Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HIPPOLITO, Lucia P. *De raposas a reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História).
- LABORIE, Pierre. L'idée de résistance, entre définition et sens : retour sur un questionnement. In : *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Libération*. Paris, Seuil, 2003.
- LIMA, César Barreto. *Estórias e histórias de Sobral*. 2ª ed. Sobral: Imprensa Oficial do Município, 2004.
- LINHARES, Marcelo. *Virgílio Távora: sua época*. Fortaleza: Casa José de Alencar/ Programa Editorial, 1996. (Coleção Alagadiço Novo, 94).
- MARCOT, François. Résistance et autres comportements des Français sous l'Occupation. In: François Marcot e Didier Musiedlak (Orgs.). *Les Résistances, miroir des régimes d'oppression*. Allemagne, France, Italie. Actes du Colloque International de Besançon, 24 a 26 set. 2003, Musée de la Résistance et de la

- Déportation de Besançon, Université de Franche-Comté e Université de Paris X. Besançon, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2006, pp.47-59.
- MONT'ALVERNE GIRÃO, Glória Giovana S. *Sobral: história e vida*. Sobral: Edições UVA, 1997.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964). In: *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: DELGADO, Lucília de A. Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Col. O Brasil Republicano; v. 3).
- _____. Produções do medo: algumas trilhas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres [Et. Al.]. (Orgs.). *História: cultura e sentimento: outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.
- MORAIS, Ana Flávia Goes. *As representações sobre Luiza Távora na política cearense (1962-1966)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza-CE, 2011.
- MOTA, Aroldo. *História política do Ceará (1945-1985)*. Fortaleza: Ed. Styllus, 1985.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Editora Zahar, 2014.
- _____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002
- _____. O regime militar e o bipartidarismo. In: *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2º Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MUSIEDLAK, Didier. O fascismo italiano: entre consentimento e consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. I: Europa).
- NETO, Lira. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.
- NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone de. [Et. Al.]. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos e Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP-Brasil, 1981.
- OLIVEIRA FILHO, José Gerardo de. *A cidade e as mulheres de Sobral produzidos no jornal Correio da Semana de 1968 a 1970*. Monografia de Graduação. Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, CE, 2005.
- PORTO, Márcio de Souza. *Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963-1969)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, 2007.
- PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2004.
- PROFÍRIO, Pablo F. de A. In: *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- RABELO FILHO, J. V. *Uma sobral, muitas cidades: apresentando tensões e decifrando silêncios (1958-1966)*. Monografia de Graduação, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2009.
- RAMALHO, Braulio Eduardo Pessoa. *Foi Assim! O movimento estudantil no Ceará (1928-1968)*. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução socialista em Cuba: ditadura revolucionária e a construção do consenso*. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. II: Brasil e América Latina).
- _____. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. [Et. Al.]. In: *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Edusc, 2004. (Coleção História).
- _____; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Edusc, 2004. (Coleção História).
- _____; ROLLAND, Denis. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- _____. *A vida política. Entre ditadura e democracia: da modernização conservadora ao reformismo moderado (1960-2010)*. In: REIS FILHO, Daniel

- Aarão. *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (Coleção História do Brasil Nação – 1808-2010, vol. 5).
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, Francisco Moreira. *A reação político-conservadora: o caso da União pelo Ceará*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2000.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [Et. Al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Orgs). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2º Ed. Passo Fundo: UPF, 2003.
- ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____; QUADRAT, Samantha. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. II: Brasil e América Latina).
- _____. *Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões possibilidades*. [s/n].
- _____. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006. p. 81-91.
- _____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FFERREIRA, Jorge. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano; v. 04).
- _____. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília MacDowell [Et. Al.]. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. 02. São Paulo: Hucitec, 2009.
- _____. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008.

- SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade Vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE (1927-1950)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.
- _____. *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE (1920-1970)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, 2008.
- SÉMELIN, Jacques. “Qu’est-ce que ‘résistir’?”. In: *Esprit*. Paris, n. 198, janeiro de 1994.
- SILVA JÚNIOR, Agenor Soares e. *A cidade disciplinada: a Igreja Católica e os trabalhadores urbanos em Sobral-Ceará (1920-1925)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife-PE, 2002.
- _____. *Cidades Sagradas: a Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2009.
- SILVA, Eduardo Gomes. *A Rede da Democracia e o golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2008.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano; v. 04).
- SILVEIRA, Edvanir Maia. *Três décadas de Prado e Barreto: a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2013.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, v. 1).